



# **PLANO MUNICIPAL DE AÇÃO CLIMÁTICA DE PINHEL**

**Versão Preliminar**

Número total de páginas – 184

dezembro de 2024

## Ficha Técnica do Documento

<b>Título:</b>	Plano Municipal de Ação Climática (PMAC) de Pinhel - Versão Preliminar
<b>Descrição:</b>	Instrumento que contempla os objetivos e metas traçados a nível municipal, quer em termos da redução de emissões de gases com efeito de estufa, quer em termos de preparação e resposta aos efeitos das alterações climáticas, bem como as ações a desenvolver e o investimento associado.
<b>Data de produção:</b>	1 de agosto de 2023
<b>Data da última atualização:</b>	10 de dezembro de 2024
<b>Versão:</b>	Versão 03
<b>Desenvolvimento e produção:</b>	GeoAtributo, C.I.P.O.T., Lda.
<b>Coordenador de Projeto:</b>	Ricardo Almendra   Licenciatura em Geografia e Planeamento; Mestrado em Geografia, ramo de especialização em Planeamento e Gestão do Território
<b>Equipa técnica:</b>	Andreia Mota   Licenciatura em Geografia e Planeamento; Mestrado em Geografia, ramo de especialização em Planeamento e Gestão do Território; Pós-Graduação executiva em Sistemas de Informação Geográfica Célia Mendes   Licenciatura em Geografia e Planeamento; Mestrado em Geografia, ramo de especialização em Planeamento e Gestão do Território Liliana Sousa   Licenciatura em Biologia-Geologia; Mestrado em Património Geológico e Geoconservação Manuel José Teixeira Martins   Licenciatura em Relações Internacionais ramo Relações Económicas e Políticas; Frequência no Curso de Especialização em Economia – Opção de Economia Regional e do Planeamento Teresa Costa   Licenciatura em Geografia e Planeamento; Mestrado em Geografia, ramo de especialização em Planeamento e Gestão do Território
<b>Equipa técnica da AMCB:</b>	Carlos Querido dos Santos Jorge Antunes Susana Gaspar
<b>Equipa técnica do Município:</b>	Lília Teixeira Sandra Manuela Pacheco
<b>Consultores:</b>	Rodrigo Silva   Engenheiro de Proteção Civil
<b>Código de documento:</b>	129
<b>Estado do documento</b>	Para validação do cliente
<b>Código do Projeto:</b>	232009903
<b>Nome do ficheiro digital:</b>	E6_VPRELIMINAR_PINHEL_V03

## ÍNDICE

<b>Índice</b> .....	<b>3</b>
<b>Índice de Figuras</b> .....	<b>5</b>
<b>Índice de Quadros</b> .....	<b>5</b>
<b>Índice de Gráficos</b> .....	<b>8</b>
<b>Índice de Mapas</b> .....	<b>11</b>
<b>1 Enquadramento Nacional, Regional e Municipal</b> .....	<b>12</b>
<b>2 Caracterização do Município (Atual e Futura)</b> .....	<b>14</b>
2.1 População.....	14
2.2 Produto Interno Bruto (PIB).....	38
2.3 Valor Acrescentado Bruto (VAB).....	39
2.4 Atividades Económicas e Grandes Projetos Previstos para o Município.....	42
2.5 Cenários Climáticos.....	48
<b>3 Visão</b> .....	<b>80</b>
<b>4 Objetivos e Metas</b> .....	<b>81</b>
4.1 Objetivos e Metas de Mitigação.....	81
4.2 Objetivos e Metas de Adaptação.....	83
<b>5 Mitigação</b> .....	<b>85</b>
5.1 Situação Atual e Projeção de Emissões de GEE para 2030, 2040, 2050.....	85
5.2 Situação Atual e Projeção de Consumos de Energia e Incorporação de Renováveis.....	97
<b>6 Adaptação</b> .....	<b>121</b>
6.1 Avaliação da Vulnerabilidade Municipal em Cenários de Alterações Climáticas.....	121
6.2 Identificação dos Impactos Setoriais.....	134
<b>7 Medidas de Mitigação e Adaptação para o Município</b> .....	<b>140</b>
7.1 Medidas Transversais.....	140



7.2	Medidas de Mitigação e Adaptação para o Município .....	141
7.3	Fontes de Financiamento.....	146
<b>8</b>	<b>Transição Justa.....</b>	<b>158</b>
<b>9</b>	<b>Monitorização e Acompanhamento .....</b>	<b>160</b>
<b>10</b>	<b>Governança .....</b>	<b>176</b>
<b>11</b>	<b>Processo de Articulação e Participação Pública .....</b>	<b>180</b>
11.1	Consulta Pública.....	181
<b>12</b>	<b>Bibliografia .....</b>	<b>182</b>

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Projeções de evolução das rajadas de vento ( $\geq 25$ m/s) no final do século (2071-2100) segundo o RCP4.5 e RCP8.5 .....	67
Figura 2: Trajetórias de 85-90% de redução de emissões em 2050 .....	82
Figura 3: Evolução da capacidade instalada do setor electroprodutor (inclui cogerações) e da intensidade carbónica da produção de eletricidade .....	95
Figura 4: Principais vulnerabilidades climáticas futuras projetadas para o Município de Pinhel.....	123
Figura 5: Matriz aplicada na avaliação de risco .....	130
Figura 6: Matriz aplicada na avaliação de risco .....	133
Figura 7: Quadro de financiamento de referência à adaptação às alterações climáticas (2024-2030) ...	149
Figura 8: Princípios-chave que sustentam uma transição justa e uma sociedade resiliente .....	159
Figura 9: Tipos de indicadores.....	160
Figura 10: Modelo de gestão / governança para a elaboração, implementação e monitorização do PMAC .....	178
Figura 11: Etapas do processo de articulação e participação pública no âmbito do PMAC.....	180

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Freguesias do concelho de Pinhel e respetivas áreas .....	12
Quadro 2: População residente (2011 e 2021) no concelho de Pinhel, NUT III – Beiras e Serra da Estrela, NUT II – Centro e NUT I – Continente e respetiva variação relativa .....	14
Quadro 3: População residente (nº e %) no concelho de Pinhel (2011 e 2021) e respetiva variação relativa .....	14
Quadro 4: Densidade populacional (2011 e 2021) no concelho de Pinhel e respetiva variação relativa ..	16
Quadro 5: População residente por grandes grupos etários (%), no concelho de Pinhel, NUT III – Beiras e Serra da Estrela, NUT II – Centro e NUT I – Continente e respetiva variação relativa (2011-2021).....	18

Quadro 6: População residente por grandes grupos etários (nº e %) nas freguesias do concelho de Pinhel e respetiva variação relativa (2011-2021) .....	20
Quadro 7: Síntese dos resultados dos exercícios de projeção da população do concelho de Pinhel .....	38
Quadro 8: Produto Interno Bruto (€ e %) na NUT III – Beiras e Serra da Estrela, NUT II - Centro e NUT I - Continente e respetiva variação relativa (2011 e 2021).....	39
Quadro 9: Valor Acrescentado Bruto (€ e %) das empresas, por atividade económica, no concelho de Pinhel e respetiva variação relativa (2011 e 2021) .....	39
Quadro 10: Valor Acrescentado Bruto (%) das empresas, por atividade económica, no concelho de Pinhel, NUT III – Beiras e Serra da Estrela, NUT II – Centro e NUT I – Continente (2021).....	41
Quadro 11: População empregada (n.º e %), por setor de atividade económica, no concelho de Pinhel (2021) e respetiva variação relativa .....	44
Quadro 12: População empregada (%) por atividade económica (CAE Rev.3) no concelho de Pinhel, NUT III – Beiras e Serra da Estrela, NUT II – Centro e NUT I – Continente (2021).....	45
Quadro 13: População empregada (n.º e %) por atividade económica (CAE Rev.3) no concelho de Pinhel (2011 e 2021) e respetiva variação relativa .....	46
Quadro 14: Velocidade do vento (média e maior velocidade máxima instantânea) por km/h .....	53
Quadro 15: Frequência (%) e velocidade média (km/h) do vento para cada rumo .....	55
Quadro 16: Ficha técnica das projeções climáticas para a NUT III Beiras e Serra da Estrela .....	57
Quadro 17: Parâmetros utilizados na cenarização climática.....	60
Quadro 18: Resumo das principais alterações climáticas projetadas até ao final do século XX.....	60
Quadro 19: Índice de risco moderado de incêndio (NUT III Beiras e Serra da Estrela) .....	69
Quadro 20: Índice de risco elevado de incêndio (NUT III Beiras e Serra da Estrela) .....	71
Quadro 21: Índice de risco extremo de incêndio (NUT III Beiras e Serra da Estrela) .....	73
Quadro 22: Classes de seca segundo o índice PDSI e o índice SPI.....	75
Quadro 23: Índice de Seca - SPI (anual) (NUT III Beiras e Serra da Estrela).....	77
Quadro 24: Índice de Seca - SPI (verão) (NUT III Beiras e Serra da Estrela) .....	78
Quadro 25: Trajetórias para a neutralidade carbónica em 2050 (RNC 2050 e Lei de Bases do Clima) .....	83
Quadro 26: Síntese dos resultados dos exercícios de projeção da população do concelho de Pinhel .....	89

Quadro 27: Produto Interno Bruto (€ e %) na NUT III – Beiras e Serra da Estrela, NUT II - Centro e NUT I - Continente e respetiva variação relativa (2011 e 2021).....	90
Quadro 28: Taxa média de variação anual do PIB (%).....	90
Quadro 29: Taxa média de variação anual do PIB per capita (%).....	90
Quadro 30: Evolução do fator de emissão da eletricidade (em linha com o RNC2050).....	91
Quadro 31: Pressupostos adotados no desenvolvimento dos cenários de evolução de emissões de cada setor .....	91
Quadro 32: Principais drivers de descarbonização de cada setor .....	92
Quadro 33: Consumo de energia elétrica por subsetor de atividade económica, no território do concelho de Pinhel, em 2019.....	114
Quadro 34: Consumo de gás natural por subsetor de atividade económica, no território do concelho de Pinhel, em 2019.....	116
Quadro 35: Vendas de produtos do petróleo por subsetor de atividade económica, no território do concelho de Pinhel, em 2019 .....	117
Quadro 36: Principais eventos climáticos adversos .....	121
Quadro 37: Resumo das principais alterações climáticas projetadas até ao final do século XXI .....	124
Quadro 38: Avaliação do risco climático atual e futuro (a médio e a longo prazo). .....	131
Quadro 39: Síntese de principais impactos atuais e futuros para o setor «Agricultura e Pecuária» .....	134
Quadro 40: Síntese de principais impactos atuais e futuros para o setor «Biodiversidade».....	135
Quadro 41: Síntese de principais impactos atuais e futuros para o setor «Economia».....	136
Quadro 42: Síntese de principais impactos atuais e futuros para o setor «Energia».....	136
Quadro 43: Síntese de principais impactos atuais e futuros para o setor «Florestas» .....	137
Quadro 44: Síntese de principais impactos atuais e futuros para o setor «Saúde Humana» .....	138
Quadro 45: Síntese de principais impactos atuais e futuros para o setor «Segurança de Pessoas e Bens» .....	139
Quadro 46: Síntese de principais impactos atuais e futuros para o setor «Transportes e Comunicações» .....	139
Quadro 47: Síntese das medidas transversais do PMAC de Pinhel .....	140
Quadro 48: Medidas e ações de adaptação e de mitigação identificadas .....	142

Quadro 49: Fontes de Financiamento .....	147
Quadro 50: Indicadores de monitorização das medidas de mitigação e de adaptação (tipo, unidade, meta e valor de referência) – Medidas Transversais.....	161
Quadro 51: Indicadores de monitorização das medidas de mitigação e de adaptação (tipo, unidade, meta e valor de referência) .....	162

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Densidade populacional (2011 e 2021) no concelho de Pinhel, NUT III – Beiras e Serra da Estrela, NUT II – Centro e NUT I – Continente e respetiva variação relativa .....	16
Gráfico 2: População residente no concelho de Pinhel, por grandes grupos etários (2011 e 2021) .....	18
Gráfico 3: Provável evolução da população residente no concelho de Pinhel (2021 a 2050) - cenário alto .....	23
Gráfico 4: Pirâmide etária do concelho de Pinhel (2021, 2030, 2040, 2050) - cenário alto.....	24
Gráfico 5: Provável variação da população residente no concelho de Pinhel, por classes etárias quinquenais (2021 a 2030) – cenário alto .....	25
Gráfico 6: Provável variação da população residente no concelho de Pinhel, por classes etárias quinquenais (2021 a 2040) – cenário alto .....	26
Gráfico 7: Provável variação da população residente no concelho de Pinhel, por classes etárias quinquenais (2021 a 2050) – cenário alto .....	27
Gráfico 8: Provável evolução da população residente no concelho de Pinhel (2021 a 2050) - cenário central .....	28
Gráfico 9: Pirâmide etária do concelho de Pinhel (2021, 2030, 2040 e 2050) – cenário central .....	29
Gráfico 10: Provável variação da população residente no concelho de Pinhel, por classes etárias quinquenais (2021 a 2030) – cenário central .....	30
Gráfico 11: Provável variação da população residente no concelho de Pinhel, por classes etárias quinquenais (2021 a 2040) – cenário central .....	31
Gráfico 12: Provável variação da população residente no concelho de Pinhel, por classes etárias quinquenais (2021 a 2050) – cenário central .....	32

Gráfico 13: Provável evolução da população residente no concelho de Pinhel (2021 a 2050) - cenário baixo .....	33
Gráfico 14: Pirâmide etária do concelho de Pinhel (2021, 2030, 2040 e 2050) – cenário baixo.....	34
Gráfico 15: Provável variação da população residente no concelho de Pinhel, por classes etárias quinquenais (2021 a 2030) – cenário baixo.....	35
Gráfico 16: Provável variação da população residente no concelho de Pinhel, por classes etárias quinquenais (2021 a 2040) – cenário baixo.....	36
Gráfico 17: Provável variação da população residente no concelho de Pinhel, por classes etárias quinquenais (2021 a 2050) – cenário baixo.....	37
Gráfico 18: População empregada (%) por setor de atividade económica no concelho de Pinhel, NUT III – Beiras e Serra da Estrela, NUT II – Centro e NUT I – Continente (2021) .....	42
Gráfico 19: População empregada (n.º), por setor de atividade económica no concelho de Pinhel (2011-2021).....	43
Gráfico 20: Temperatura média mensal, temperatura média máxima e temperatura média mínima .....	49
Gráfico 21: Temperaturas extremas (máximas e mínimas).....	50
Gráfico 22: Humidade média relativa 9h (%) .....	51
Gráfico 23: Valores mensais da precipitação e máximas diárias.....	52
Gráfico 24: Frequência [F (%)] do vento para cada rumo (anual) .....	56
Gráfico 25: Velocidade média [V (km/h)] do vento para cada rumo (anual) .....	56
Gráfico 26: Frequência [F (%)] do vento para cada rumo (mensal).....	56
Gráfico 27: Velocidade média [V (km/h)] do vento para cada rumo (mensal).....	56
Gráfico 28: Comparação entre os valores observados (IPMA) e os modelados para o clima presente.....	59
Gráfico 29: Anomalias da média mensal de temperatura máxima .....	62
Gráfico 30: Precipitação média anual no clima atual e nos cenários futuros .....	63
Gráfico 31: Média da precipitação por estação do ano (projeções para os dois modelos e ambos os cenários).....	64
Gráfico 32: Projeções climáticas dos valores extremos de temperatura para o cenário atual e futuros [modelo 2] .....	66
Gráfico 33: Número médio de dias de chuva [modelo 2].....	67

Gráfico 34: Número médio de dias com vento moderado a forte, ou com intensidade superior [modelo 2] .....	68
Gráfico 35: Emissões de GEE por vetor energético (%), no território do concelho de Pinhel, em 2019.....	86
Gráfico 36: Emissões de GEE por setor de atividade (%), no território do concelho de Pinhel, em 2019 .	87
Gráfico 37: Evolução das emissões de GEE (tCO <sub>2</sub> eq./MWh), no território do concelho de Pinhel (2019-2050).....	94
Gráfico 38: Evolução das emissões de GEE (tCO <sub>2</sub> eq./MWh), por vetor energético (%), no território do concelho de Pinhel, segundo o cenário BaU (2019-2050).....	96
Gráfico 39: Evolução das emissões de GEE (tCO <sub>2</sub> eq./MWh), por vetor energético (%), no território do concelho de Pinhel, segundo o cenário de descarbonização (CD) (2030-2050).....	97
Gráfico 40: Consumo de energia por vetor energético (%), no território do concelho de Pinhel, em 2019 .....	98
Gráfico 41: Consumo de energia elétrica por setor de atividade (%), no território do concelho de Pinhel, em 2019.....	99
Gráfico 42: Consumo de gás natural por setor de atividade (%), no território do concelho de Pinhel, em 2019.....	100
Gráfico 43: Consumo de produtos do petróleo por setor de atividade (%), no território do concelho de Pinhel, em 2019.....	101
Gráfico 44: Consumo total de energia por setor de atividade (%), no território do concelho de Pinhel, em 2019.....	102
Gráfico 45: Consumo final de energia (MWh/Ano), no território do concelho de Pinhel, no período 2001-2019.....	104
Gráfico 46: Intensidade energética [2001=100%], no território do concelho de Pinhel, no período 2001-2019.....	105
Gráfico 47: Consumo de energia por habitante [MWh/hab/ano], no território do concelho de Pinhel, no período 2001-2019 .....	106
Gráfico 48: Consumo total de energia por setor de atividade [MWh/ano], no território do concelho de Pinhel, no período 2008-2019.....	107
Gráfico 49: Consumo total de energia elétrica [MWh/ano], no território do concelho de Pinhel, no período 2001-2019 .....	109

Gráfico 50: Consumo total de energia elétrica por habitante [MWh/hab/ano], no território do concelho de Pinhel, no período 2001-2019 .....	110
Gráfico 51: Consumo total de gás natural [MWh/ano], no território do concelho de Pinhel, no período 2014-2019 .....	111
Gráfico 52: Consumo total de produtos do petróleo [MWh/ano], no território do concelho de Pinhel, no período 2001-2019 .....	112
Gráfico 53: Consumo total de produtos do petróleo por habitante [MWh/hab/ano], no território do concelho de Pinhel, no período 2001-2019.....	113
Gráfico 54: Evolução do consumo de energia (MWh), no território do concelho de Pinhel (2019-2050) .....	118
Gráfico 55: Evolução do consumo de energia (MWh), por vetor energético, no território do concelho de Pinhel, segundo o cenário BaU (2019-2050) .....	119
Gráfico 56: Evolução do consumo de energia (MWh), por vetor energético, no território do concelho de Pinhel, segundo o cenário de descarbonização (CD) (2030-2050) .....	120

## ÍNDICE DE MAPAS

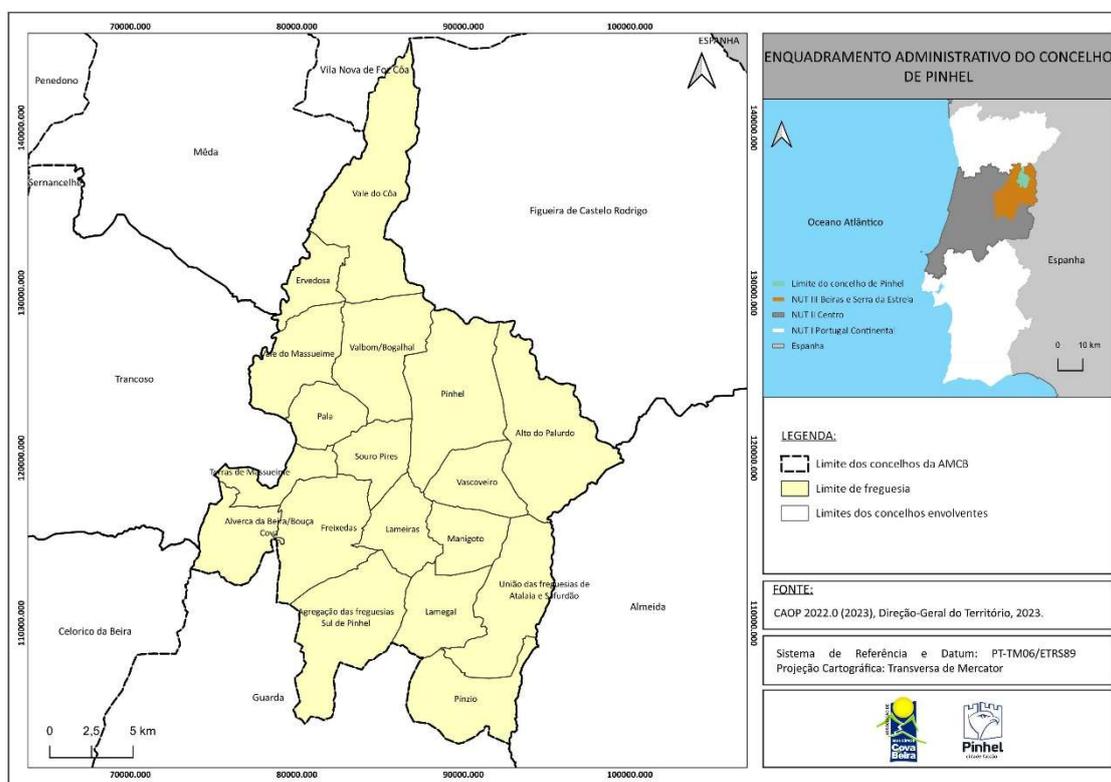
Mapa 1: Enquadramento geográfico do concelho de Pinhel .....	12
--	----

## 1 ENQUADRAMENTO NACIONAL, REGIONAL E MUNICIPAL

O concelho de Pinhel encontra-se inserido na NUT I – Portugal Continental, na NUT II – Centro e na NUT III – Beiras e Serra da Estrela, sendo um dos 14 municípios que integram o distrito da Guarda.

No que respeita aos seus limites, o concelho de Pinhel é limitado a Norte pelo concelho de Vila Nova de Foz Côa, a Este pelos concelhos de Figueira de Castelo Rodrigo e de Almeida, a Sul pelo concelho da Guarda e a Oeste pelos concelhos de Mêda, Trancoso e Pinhel (Mapa 1).

**Mapa 1: Enquadramento geográfico do concelho de Pinhel**



De acordo com a Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, que procede à reorganização administrativa do território das freguesias, o concelho de Pinhel é constituído por 18 freguesias e apresenta uma extensão territorial de 484,52 km<sup>2</sup> (Quadro 1).

**Quadro 1: Freguesias do concelho de Pinhel e respetivas áreas**

Freguesia	Área (Km <sup>2</sup> )	Área (%)
Agregação das freguesias Sul de Pinhel	40,82	8,4
Alto do Palurdo	47,31	9,8

Freguesia	Área (Km <sup>2</sup> )	Área (%)
Alverca da Beira / Bouça Cova	19,73	4,1
Ervedosa	12,84	2,7
Freixedas	33,11	6,8
Lamegal	21,96	4,5
Lameiras	17,76	3,7
Manigoto	15,89	3,3
Pala	14,24	2,9
Pinhel	44,65	9,2
Pínzio	27,13	5,6
Souropires	15,67	3,2
Terras de Massueime	12,39	2,6
União das freguesias de Atalaia e Safurdão	34,32	7,1
Valbom / Bogalhal	32,33	6,7
Vale do Côa	52,20	10,8
Vale do Massueime	24,07	5,0
Vascoveiro	18,09	3,7
<b>Concelho de Pinhel</b>	<b>484,52</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Carta Administrativa Oficial de Portugal 2022 (CAOP 2022); Direção-Geral do Território (DGT); 2023.

## 2 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO (ATUAL E FUTURA)

### 2.1 POPULAÇÃO

#### 2.1.1 POPULAÇÃO RESIDENTE

No ano censitário de 2021, registavam-se no concelho de Pinhel 8.092 habitantes, verificando-se uma quebra de 15,9% em relação ao ano censitário de 2011, que se contabilizaram 9.627 residentes.

Relativamente ao contexto nacional, regional e sub-regional, o território do concelho apresentava a maior quebra populacional, em termos percentuais, no período intercensitário, seguido pela ordem decrescente a NUT III – Beiras e Serra da Estrela (-10,8%), a NUT II – Centro (-4,3%) e por fim a NUT I – Continente (-1,9%) (Quadro 2).

**Quadro 2: População residente (2011 e 2021) no concelho de Pinhel, NUT III – Beiras e Serra da Estrela, NUT II – Centro e NUT I – Continente e respetiva variação relativa**

Unidade Territorial	População Residente (Nº)		Variação (%) (2011-2021)
	2011	2021	
NUT I - Continente	10.047.621	9.855.909	-1,9
NUT II - Centro	2.327.755	2.227.239	-4,3
NUTS III – Beiras e Serra da Estrela	236.023	210.602	-10,8
<b>Concelho de Pinhel</b>	<b>9.627</b>	<b>8.092</b>	<b>-15,9</b>

Fonte: Recenseamentos Gerais da População, INE (2023).

No que se refere às freguesias do concelho de Pinhel, verifica-se uma tendência de decréscimo da população em todas as freguesias. Os decréscimos mais acentuados verificam-se nas freguesias de Lameiras (-31,0%), Vale do Massueime (-28,5%) e Ervedosa (-27,9%) (Quadro 3). De referir, ainda, que a freguesia de Pinhel agrega o maior número de residentes, equivalente a 40,7% da população do concelho.

**Quadro 3: População residente (nº e %) no concelho de Pinhel (2011 e 2021) e respetiva variação relativa**

Freguesia	População Residente (2011)		População Residente (2021)		Variação (%) (2011-2021)
	Nº	%	Nº	%	
Agregação das freguesias Sul de Pinhel	434	4,5	360	4,4	-17,1
Alto do Palurdo	242	2,5	192	2,4	-20,7

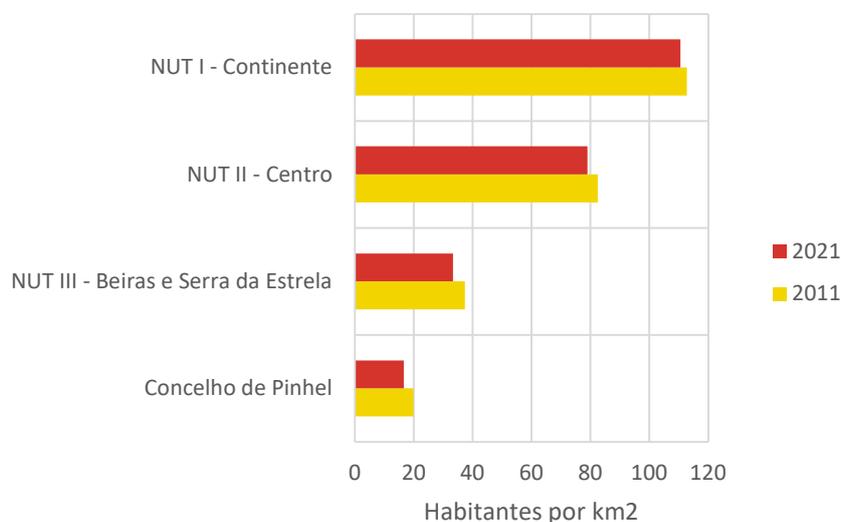
Freguesia	População Residente (2011)		População Residente (2021)		Variação (%) (2011-2021)
	Nº	%	Nº	%	
Alverca da Beira/Bouça Cova	567	5,9	420	5,2	-25,9
Ervedosa	190	2,0	137	1,7	-27,9
Freixedas	905	9,4	735	9,1	-18,8
Lamegal	253	2,6	209	2,6	-17,4
Lameiras	290	3,0	200	2,5	-31,0
Manigoto	186	1,9	150	1,9	-19,4
Pala	543	5,6	415	5,1	-23,6
Pinhel	3.518	36,5	3.293	40,7	-6,4
Pínzio	453	4,7	365	4,5	-19,4
Souro Pires	588	6,1	473	5,8	-19,6
Terras de Massueime	274	2,8	205	2,5	-25,2
União das freguesias de Atalaia e Safurdão	207	2,2	200	2,5	-3,4
Valbom/Bogalhal	251	2,6	192	2,4	-23,5
Vale do Côa	235	2,4	172	2,1	-26,8
Vale do Massueime	305	3,2	218	2,7	-28,5
Vascoveiro	186	1,9	156	1,9	-16,1
<b>Concelho de Pinhel</b>	<b>9.627</b>	<b>100,0</b>	<b>8.092</b>	<b>100,0</b>	<b>-15,9</b>

Fonte: Recenseamentos Gerais da População, INE (2023).

### 2.1.2 DENSIDADE POPULACIONAL

No ano último ano censitário, o concelho Pinhel apresentava uma densidade populacional de 16,70 habitantes por quilómetro quadrado, sendo que estes valores eram inferiores comparativamente às restantes unidades territoriais em que se enquadra o território concelhio, NUT III – Beiras e Serra da Estrela (33,40 hab./km<sup>2</sup>), NUT II – Centro (78,98 hab./km<sup>2</sup>) e NUT I – Continente (110,61 hab./km<sup>2</sup>) (Gráfico 1). No que toca às variações intercensitárias (2011-2021), verifica-se uma quebra em todas as unidades territoriais em que se enquadra o concelho, sendo que o concelho de Pinhel (-16,0%) evidenciou a maior quebra, seguido da NUT III – Beiras e Serra da Estrela (-10,8%), NUT II – Centro (-4,3%) e NUT I – Continente (-1,9%).

**Gráfico 1: Densidade populacional (2011 e 2021) no concelho de Pinhel, NUT III – Beiras e Serra da Estrela, NUT II – Centro e NUT I – Continente e respetiva variação relativa**



Fonte: Recenseamentos Gerais da População, INE (2023).

No que toca às freguesias do concelho, em 2021, a freguesia que dispunha os maiores valores de densidade populacional era a freguesia de Pinhel com 73,75hab./km<sup>2</sup> (Quadro 4).

Relativamente às taxas de variação entre o período intercensitário de 2011-2021, apurou-se uma tendência negativa por todas as freguesias, com valores compreendidos entre (-3,3%) na União das freguesias de Atalaia e Safurdão e (-31,0%) em Lameiras.

**Quadro 4: Densidade populacional (2011 e 2021) no concelho de Pinhel e respetiva variação relativa**

Freguesia	Densidade populacional (hab./ km <sup>2</sup> )		Variação (%) (2011-2021)
	2011	2021	
Agregação das freguesias Sul de Pinhel	10,63	8,82	-17,0
Alto do Palurdo	5,12	4,06	-20,7
Alverca da Beira/Bouça Cova	28,74	21,29	-25,9
Ervedosa	14,80	10,67	-27,9
Freixedas	27,33	22,20	-18,8
Lamegal	11,52	9,52	-17,4
Lameiras	16,33	11,26	-31,0
Manigoto	11,71	9,44	-19,4
Pala	38,13	29,14	-23,6
Pinhel	78,79	73,75	-6,4

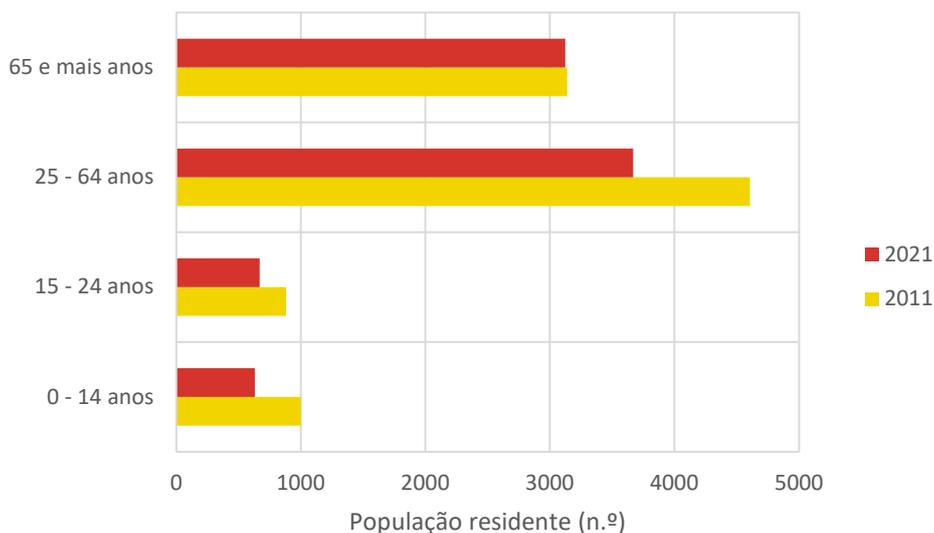
Freguesia	Densidade populacional (hab./ km <sup>2</sup> )		Variação (%) (2011-2021)
	2011	2021	
Pínzio	16,70	13,45	-19,5
Souro Pires	37,52	30,19	-19,5
Terras de Massueime	22,11	16,55	-25,1
União das freguesias de Atalaia e Safurdão	6,03	5,83	-3,3
Valbom/Bogalhal	7,76	5,94	-23,5
Vale do Côa	4,50	3,30	-26,7
Vale do Massueime	12,67	9,06	-28,5
Vascoveiro	10,28	8,62	-16,1
<b>Concelho de Pinhel</b>	<b>19,87</b>	<b>16,70</b>	<b>-16,0</b>

Fonte: Recenseamentos Gerais da População, INE (2023).

### 2.1.3 ESTRUTURA ETÁRIA

No ano censitário de 2021, 7,80% (631 indivíduos) da população total do concelho de Pinhel inseria-se no grupo etário dos 0 aos 14 anos, 8,27% (669 indivíduos) estava enquadrada no grupo etário dos 15 aos 24 anos, 45,33% (3668 indivíduos) tinha idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos e 38,61% (3124 indivíduos) tinha 65 ou mais anos (Gráfico 2).

**Gráfico 2: População residente no concelho de Pinhel, por grandes grupos etários (2011 e 2021)**



Fonte: Recenseamentos Gerais da População, INE (2023).

Contextualizando ao anterior ano censitário de 2011, verificou-se uma quebra populacional em todos os grupos etários, com as maiores taxas de variação negativas no grupo das crianças (-36,90%), no grupo dos jovens (-24,06%) e no grupo dos adultos (-20,38%). Por outro lado, o grupo etário dos idosos observou um decréscimo menor (-0,48%).

Analisando o contexto territorial onde se insere o concelho de Pinhel, observado no Quadro 5, é possível constatar uma diferente tendência no concelho de Pinhel, relativamente às restantes unidades territoriais, verificam-se grandes quebras nos grupos etários jovens, e uma pequena quebra no grupo etário dos idosos.

**Quadro 5: População residente por grandes grupos etários (%), no concelho de Pinhel, NUT III – Beiras e Serra da Estrela, NUT II – Centro e NUT I – Continente e respetiva variação relativa (2011-2021)**

Unidade Territorial	População Residente por Grupo Etário (%) (2021)				Variação (%) (2011-2021)			
	0-14	15-24	25-64	≥65	0-14	15-24	25-64	≥65
NUT I - Continente	12,83	10,47	53,01	23,69	-14,78	-4,43	-5,79	20,47
NUT II - Centro	11,83	9,90	51,23	27,04	-17,50	-7,81	-8,53	15,42
NUT III – Beiras e Serra da Estrela	9,74	8,83	48,51	32,92	-25,13	-18,77	-15,60	7,17
<b>Concelho de Pinhel</b>	<b>7,80</b>	<b>8,27</b>	<b>45,33</b>	<b>38,61</b>	<b>-36,90</b>	<b>-24,06</b>	<b>-20,38</b>	<b>-0,48</b>

Fonte: Recenseamentos Gerais da População, INE (2023).

Relativamente às freguesias do concelho de Pinhel, em termos globais, mantinha-se a tendência de prevalência dos grupos etários com mais idade (Quadro 6).

O grupo etário dos 0 aos 14 anos era mais representativo nas freguesias de Pinhel (11,60%) e Freixedas (8,44%). Por outro lado, eram as freguesias de Vale do Massueime (1,38%), Lamegal (1,91%) e Ervedosa (2,19%) que apresentavam as menores proporções. Entre os anos de 2011 e 2021, apenas a União das freguesias de Atalaia e Safurdão (233,33%) e Valbom/Bogalhal (25,00%) registavam variações positivas. Por outro lado, as variações negativas mais significativas eram observadas nas freguesias de Vale do Massueime (-82,35%), Ervedosa (-76,92%), Alto do Palurdo (-73,91%) e Lamegal (-71,43%).

Seguidamente, o grupo etário dos 15 aos 24 anos, assumia proporções mais significativas nas freguesias de Pinhel (10,32%), Alto do Palurdo (9,38%) e Pala (8,92%). Entre os anos censitários de 2011-2021, apenas as freguesias de Vale do Côa (50,00%) e Alto do Palurdo (38,46%) registaram variações positivas. Relativamente às freguesias que apresentavam variações negativas, tinham decréscimos compreendidos entre 3,95% em Pinhel e 78,95% em Valbom/Bogalhal. Refira-se, também, que a freguesia da Agregação das freguesias Sul de Pinhel registou uma variação nula.

O grupo etário dos 25 aos 64 anos, que constituía uma das maiores proporções das freguesias do território concelhio, assumia valores compreendidos entre 25,00% na freguesia de Vale do Côa e 52,64% na freguesia de Souropires. As quebras mais expressivas, entre os anos de 2011 e 2021, foram observadas nas freguesias de Lameiras (-46,62%) e Valbom/Bogalhal (-41,59%), sendo que entre o período intercensitário de 2011 e 2021, todas as freguesias do concelho de Pinhel apresentaram decréscimos de população no grupo etário de 25 a 64 anos.

Por fim, o grupo etário dos 64 ou mais anos, apresentou valores, em termos percentuais, entre 26,02% na freguesia de Pinhel e de 66,28% na freguesia de Vale do Côa. Entre os anos intercensitários de 2011 e 2021, observou-se um contraste de quebras e crescimentos de população nas variadas freguesias, sendo a freguesia que apresentou a maior quebra Vale do Côa (-24,00%) e a freguesia que observou o maior crescimento Pinhel (20,20%).

**Quadro 6: População residente por grandes grupos etários (nº e %) nas freguesias do concelho de Pinhel e respetiva variação relativa (2011-2021)**

Unidade Territorial	População Residente por Grupo Etário (%) (2021)								Variação (%) (2011-2021)			
	0-14		15-24		25-64		≥65		0-14	15-24	25-64	≥65
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%				
Agregação das freguesias Sul de Pinhel	26	7,22	31	8,61	171	47,50	132	36,67	-35,00	0,00	-22,97	-6,38
Alto do Palurdo	6	3,13	18	9,38	81	42,19	87	45,31	-73,91	38,46	-19,80	-17,14
Alverca da Beira/Bouça Cova	26	6,19	26	6,19	170	40,48	198	47,14	-49,02	-44,68	-30,33	-12,00
Ervedosa	3	2,19	12	8,76	47	34,31	75	54,74	-76,92	-29,41	-35,62	-13,79
Freixedas	62	8,44	55	7,48	304	41,36	314	42,72	-19,48	-32,93	-24,38	-8,72
Lamegal	4	1,91	11	5,26	81	38,76	113	54,07	-71,43	-47,62	-26,36	4,63
Lameiras	10	5,00	12	6,00	79	39,50	99	49,50	-37,50	-61,29	-46,62	4,21
Manigoto	5	3,33	6	4,00	52	34,67	87	58,00	-54,55	-57,14	-35,00	7,41
Pala	15	3,61	37	8,92	170	40,96	193	46,51	-69,39	-15,91	-31,45	-4,46
Pinhel	382	11,60	340	10,32	1.714	52,05	857	26,02	-28,46	-3,95	-10,59	20,20
Pínzio	13	3,56	21	5,75	148	40,55	183	50,14	-50,00	-41,67	-15,91	-14,88
Souropires	31	6,55	42	8,88	249	52,64	151	31,92	-55,07	-46,15	-20,19	17,05
Terras de Massueime	8	3,90	13	6,34	81	39,51	103	50,24	-66,67	-53,57	-30,17	-2,83
União das freguesias de Atalaia e Safurdão	10	5,00	6	3,00	63	31,50	121	60,50	233,33	-64,71	-11,27	4,31
Valbom/Bogalhal	10	5,21	4	2,08	66	34,38	112	58,33	25,00	-78,95	-41,59	0,90
Vale do Côa	6	3,49	9	5,23	43	25,00	114	66,28	-25,00	50,00	-39,44	-24,00
Vale do Massueime	3	1,38	13	5,96	80	36,70	122	55,96	-82,35	-53,57	-32,77	-13,48

Unidade Territorial	População Residente por Grupo Etário (%) (2021)								Variação (%) (2011-2021)			
	0-14		15-24		25-64		≥65		0-14	15-24	25-64	≥65
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%				
Vascoveiro	11	7,05	13	8,33	69	44,23	63	40,38	-35,29	-13,33	-17,86	-10,00
<b>Concelho de Pinhel</b>	<b>631</b>	<b>7,80</b>	<b>669</b>	<b>8,27</b>	<b>3.668</b>	<b>45,33</b>	<b>3.124</b>	<b>38,61</b>	<b>-36,90</b>	<b>-24,06</b>	<b>-20,38</b>	<b>-0,48</b>

Fonte: Recenseamentos Gerais da População, INE (2023).

## 2.1.4 CENÁRIOS SOCIOECONÓMICOS

Os cenários socioeconómicos que se seguem são o resultado de exercícios de projeção populacional, optando-se, em termos metodológicos, pelo recurso ao método das componentes por cortes, método amplamente utilizado pelo Instituto Nacional de Estatística.

Para a realização dos exercícios de projeção, importa esclarecer os pressupostos assumidos relativamente a cada uma das variáveis inerentes à aplicação deste método, designadamente:

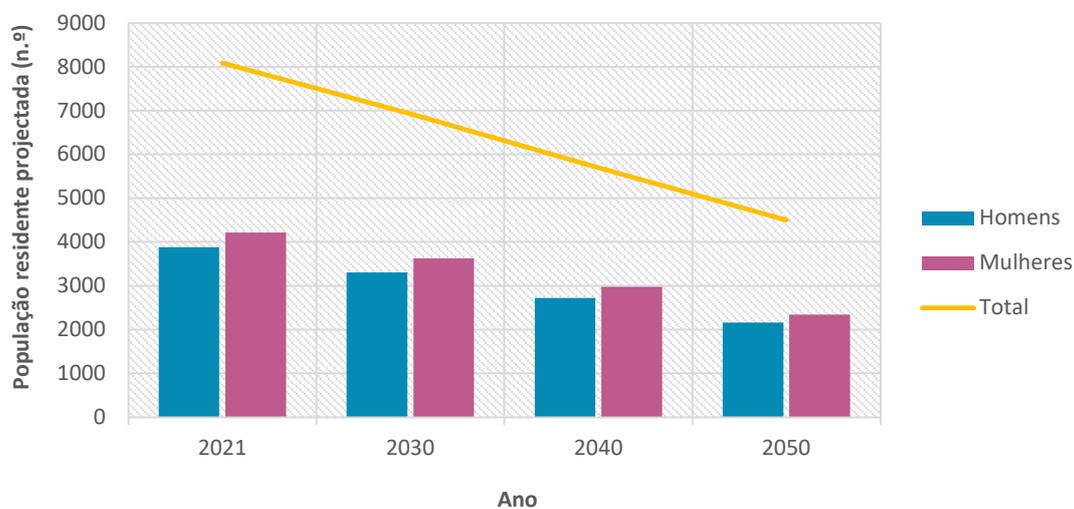
- **População residente:** considerou-se a população residente em 2021 como população de partida para o exercício de projeção (dados dos censos de 2021).
- **Número de óbitos:** foram aplicados os valores do coeficiente de mortalidade obtido nas projeções do INE para a NUT II – Centro (de acordo com o cenário pretendido – alto, central ou baixo).
- **Número de nados vivos:** considerou-se uma prevalência do nascimento de indivíduos do sexo masculino, numa razão de 105 homens / 100 mulheres; foram aplicados os valores do índice de fecundidade, obtido nas projeções do INE para a NUT II – Centro (de acordo com o cenário pretendido – alto, central ou baixo), à população feminina em idade fértil.
- **Saldo migratório:** foi aplicado o valor médio do saldo migratório (diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna) verificado no concelho na década de 2011 a 2022 (-25), com uma maior preponderância na população em idade ativa.

### 2.1.4.1 CENÁRIO ALTO

De acordo com o exercício prospetivo realizado, entre 2021 e 2050, o concelho de Pinhel poderá vir a perder 3591 residentes (Gráfico 3).

Em 2030, estima-se a existência de 6.927 residentes (3.305 homens e 3.622 mulheres) no território concelhio, diminuindo este valor, em 2040, para 5.693 habitantes (2.720 homens e 2.974 mulheres) e para 4.501 habitantes (2.160 homens e 2.341 mulheres) em 2050.

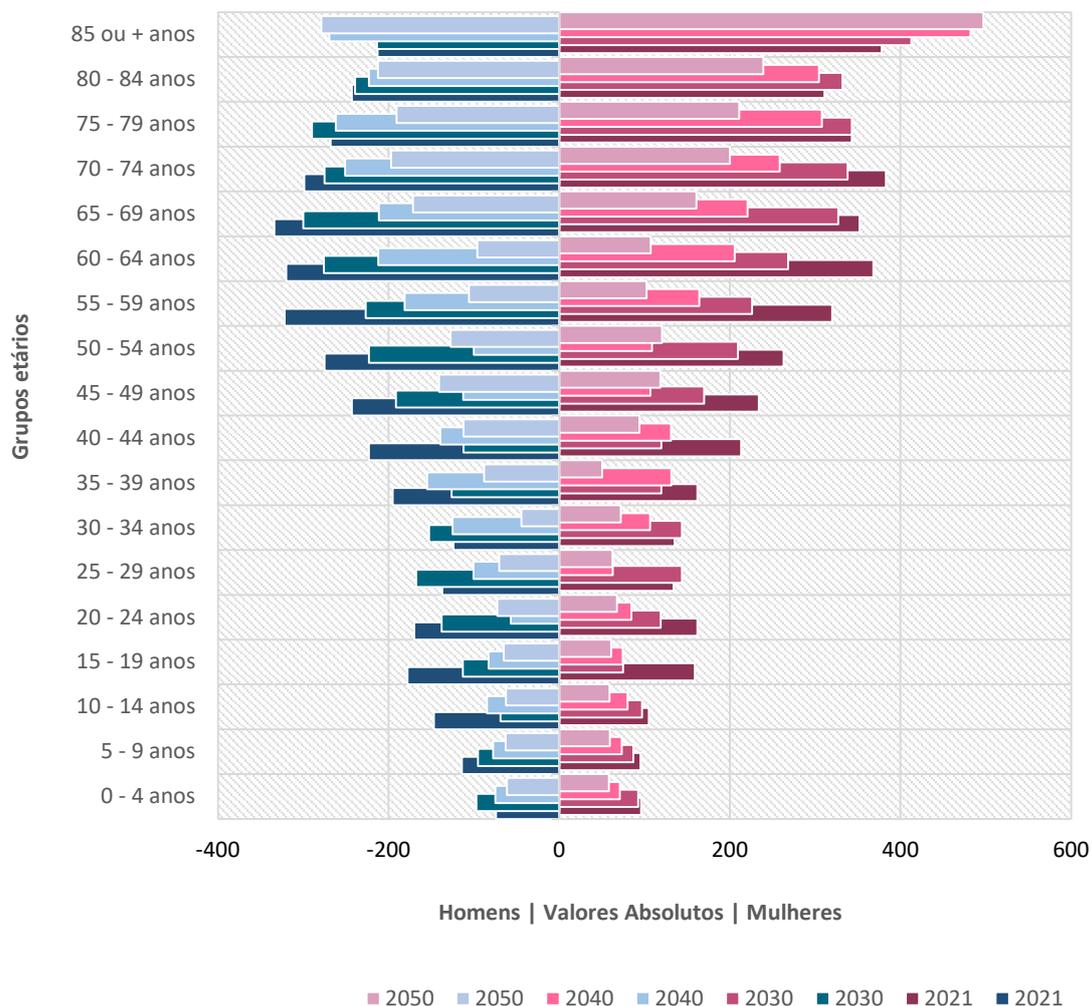
**Gráfico 3: Provável evolução da população residente no concelho de Pinhel (2021 a 2050) - cenário alto**



Fonte: XVI Recenseamento Geral da População, INE (2023); Projeções da População Residente, INE (2023).

A partir do Gráfico 4 é possível observar a evolução da população por sexo e grupos etários quinquenais, entre os anos 2021, 2030, 2040 e 2050, representada sob a forma de pirâmide etária. Este tipo de representação torna evidente a progressiva tendência de envelhecimento da população.

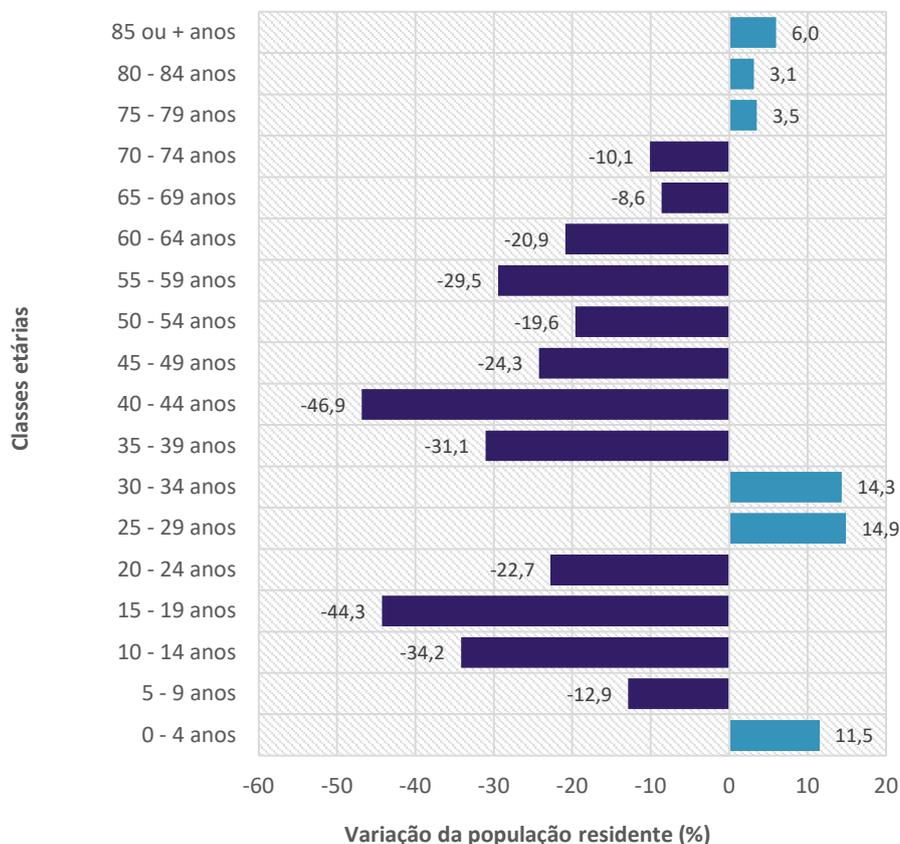
**Gráfico 4: Pirâmide etária do concelho de Pinhel (2021, 2030, 2040, 2050) - cenário alto**



Fonte: XVI Recenseamento Geral da População, INE (2023); Projeções da População Residente, INE (2023).

Numa análise mais detalhada por classe etária, e conforme representado no Gráfico 5, observa-se, entre os anos 2021 e 2030, que as maiores quebras poderão assistir-se nas faixas etárias dos 15 aos 19 anos (-44,3%), dos 40 aos 44 anos (-46,9%) e dos 10 aos 14 anos (-34,2%). Por outro lado, os maiores incrementos poderão ocorrer nas faixas etárias dos 25 aos 29 anos (14,9%), dos 30 aos 34 anos (14,3%) e dos 0 aos 4 anos (11,5%).

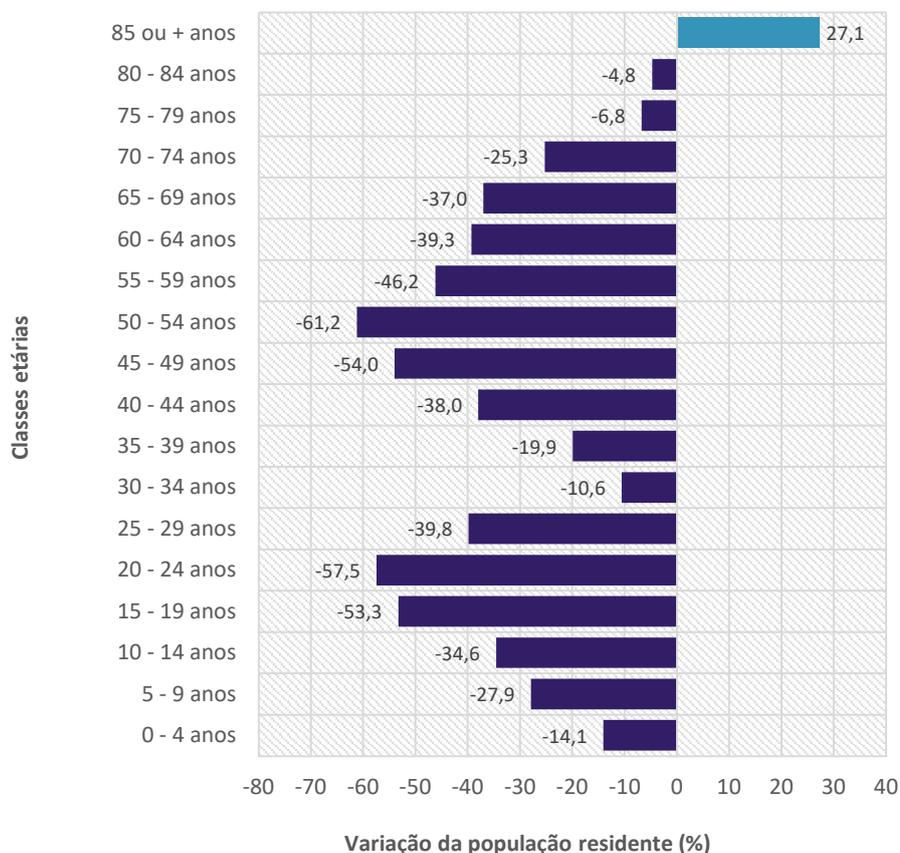
**Gráfico 5: Provável variação da população residente no concelho de Pinhel, por classes etárias quinquenais (2021 a 2030) – cenário alto**



Fonte: XVI Recenseamento Geral da População, INE (2023); Projeções da População Residente, INE (2023).

No horizonte temporal entre 2021 e 2040, estima-se a perda generalizada de efetivos até aos 84 anos, com destaque para as faixas etárias dos 50 aos 54 anos (-61,2%), dos 20 aos 24 anos (-57,5%) e dos 45 aos 49 anos (-54%). Já a população com 85 ou mais anos, estima-se que haja um crescimento de 27,1% (Gráfico 6).

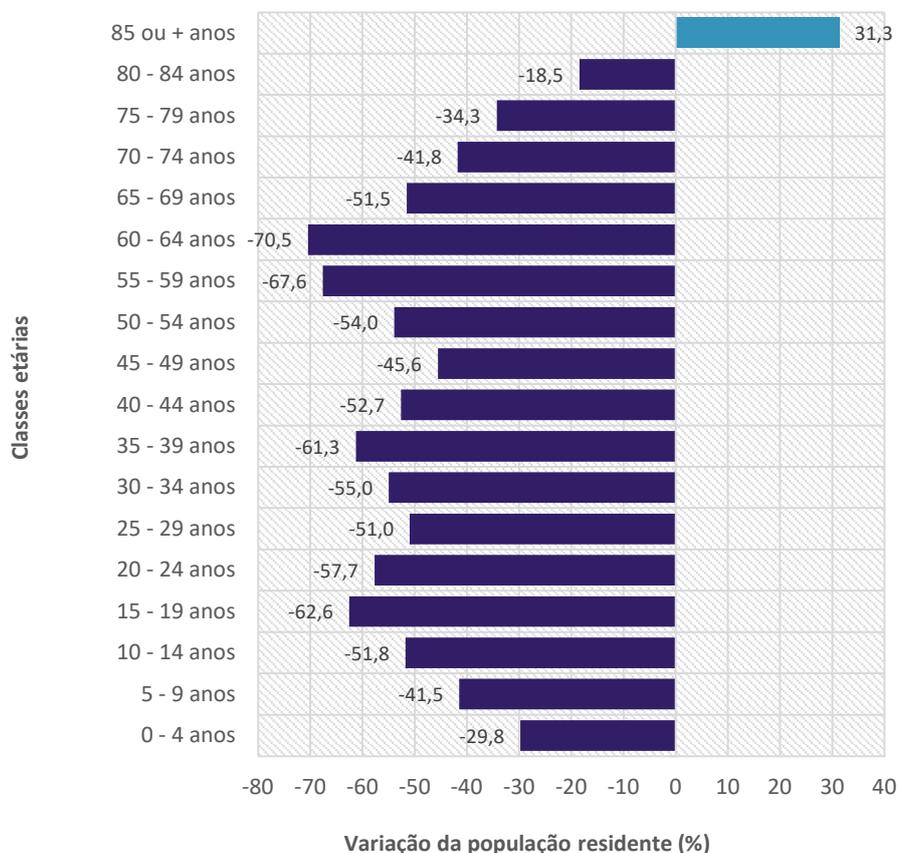
**Gráfico 6: Provável variação da população residente no concelho de Pinhel, por classes etárias quinquenais (2021 a 2040) – cenário alto**



Fonte: XVI Recenseamento Geral da População, INE (2023); Projeções da População Residente, INE (2023).

Alcançando o horizonte temporal de 2050, é evidente a quebra generalizada da população até aos 84 anos, com destaque para a faixa etária dos 60 aos 64 anos onde o decréscimo será superior a 70%. O aumento da população com idades iguais ou superiores a 85 anos torna-se evidente, podendo o seu crescimento ser superior a 30% (Gráfico 7).

**Gráfico 7: Provável variação da população residente no concelho de Pinhel, por classes etárias quinquenais (2021 a 2050) – cenário alto**



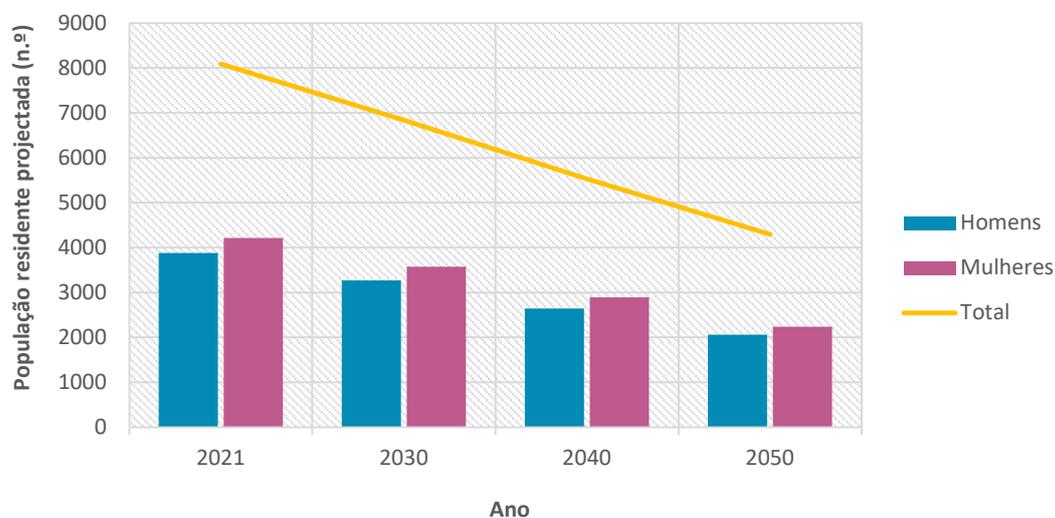
Fonte: XVI Recenseamento Geral da População, INE (2023); Projeções da População Residente, INE (2023).

#### 2.1.4.2 CENÁRIO CENTRAL

De acordo com o exercício prospetivo realizado, entre 2021 e 2050, o concelho de Pinhel poderá vir a perder 3798 residentes (Gráfico 8).

Em 2030, estima-se a existência de 6.838 residentes (3.264 homens e 3.574 mulheres) no território concelhio, diminuindo este valor, em 2040, para 5.530 habitantes (2.642 homens e 2.889 mulheres) e para 4.294 habitantes (2.060 homens e 2.235 mulheres) em 2050.

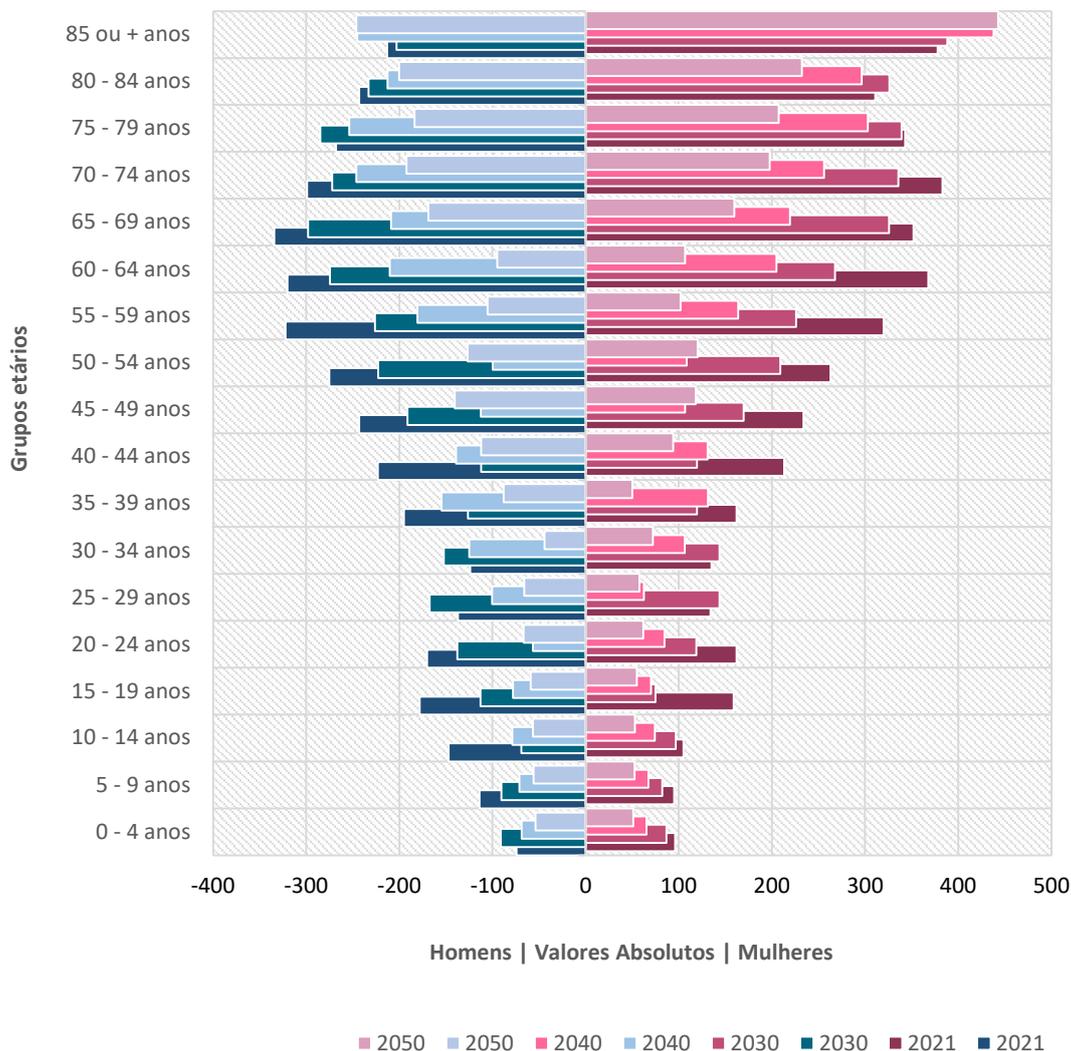
**Gráfico 8: Provável evolução da população residente no concelho de Pinhel (2021 a 2050) - cenário central**



Fonte: XVI Recenseamento Geral da População, INE (2023); Projeções da População Residente, INE (2023).

A partir do Gráfico 9 é possível observar a evolução da população por sexo e grupos etários quinquenais, entre os anos 2021, 2030, 2040 e 2050, representada sob a forma de pirâmide etária. Este tipo de representação torna evidente a progressiva tendência de envelhecimento da população.

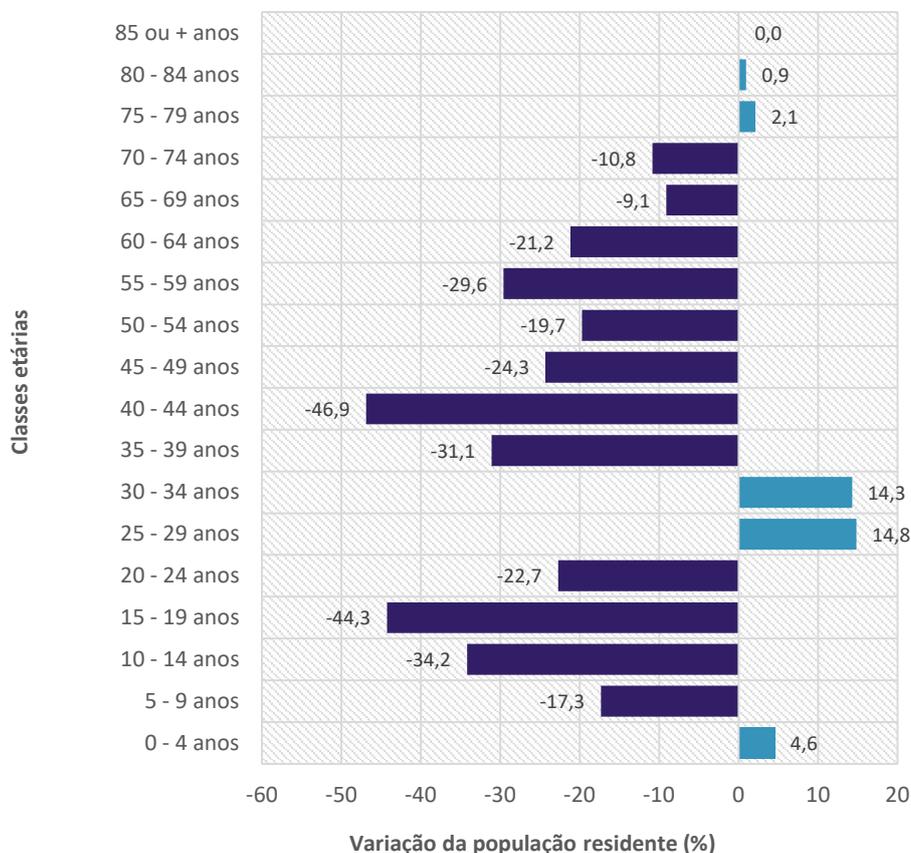
**Gráfico 9: Pirâmide etária do concelho de Pinhel (2021, 2030, 2040 e 2050) – cenário central**



Fonte: XVI Recenseamento Geral da População, INE (2023); Projeções da População Residente, INE (2023).

Numa análise mais detalhada por classe etária, e conforme representado no Gráfico 10, observa-se, entre os anos 2021 e 2030, que as maiores quebras poderão assistir-se nas faixas etárias dos 40 aos 44 anos (-46,9%) e dos 15 aos 19 anos (-44,3%). Por outro lado, os maiores incrementos poderão ocorrer nas faixas etárias dos 25 aos 29 anos (14,8%), dos 30 aos 34 anos (14,3%) e dos 0 aos 4 anos (4,6%).

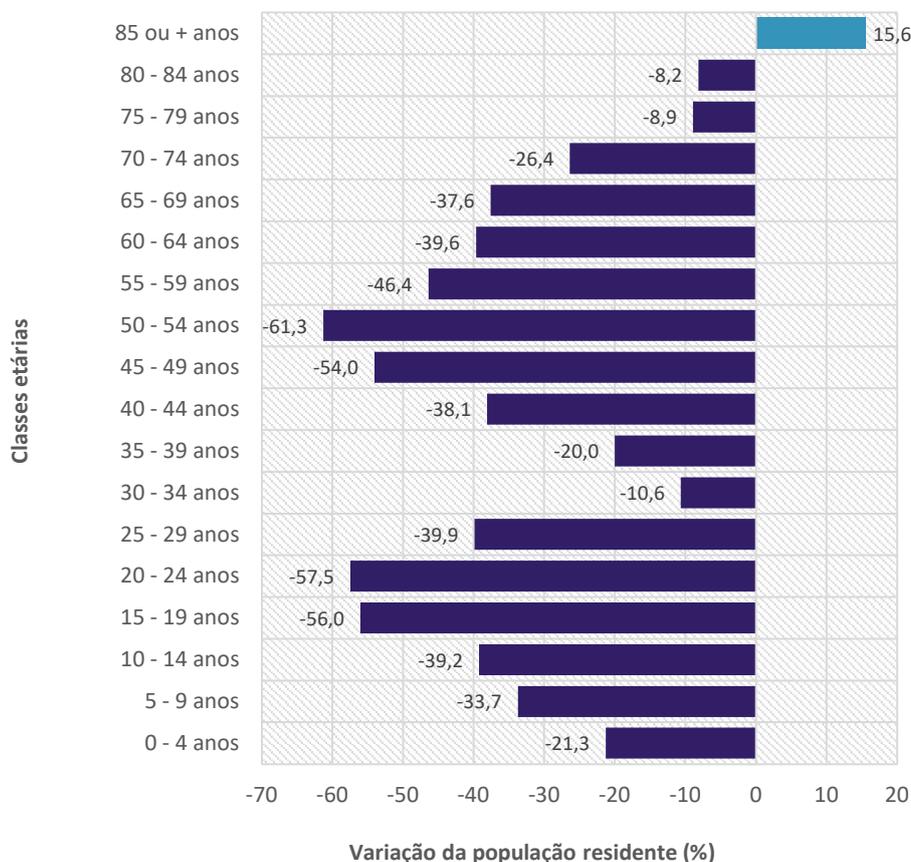
**Gráfico 10: Provável variação da população residente no concelho de Pinhel, por classes etárias quinquenais (2021 a 2030) – cenário central**



Fonte: XVI Recenseamento Geral da População, INE (2023); Projeções da População Residente, INE (2023).

No horizonte temporal entre 2021 e 2040, estima-se a perda generalizada de efetivos até aos 84 anos, com destaque para as faixas etárias dos 50 aos 54 anos (-61,3%), dos 20 aos 24 anos (-57,5%) e dos 15 aos 19 anos (-56%). Contrariamente às demais faixas etárias, a população com 85 ou mais anos estima obter um crescimento de 15,6% (Gráfico 11).

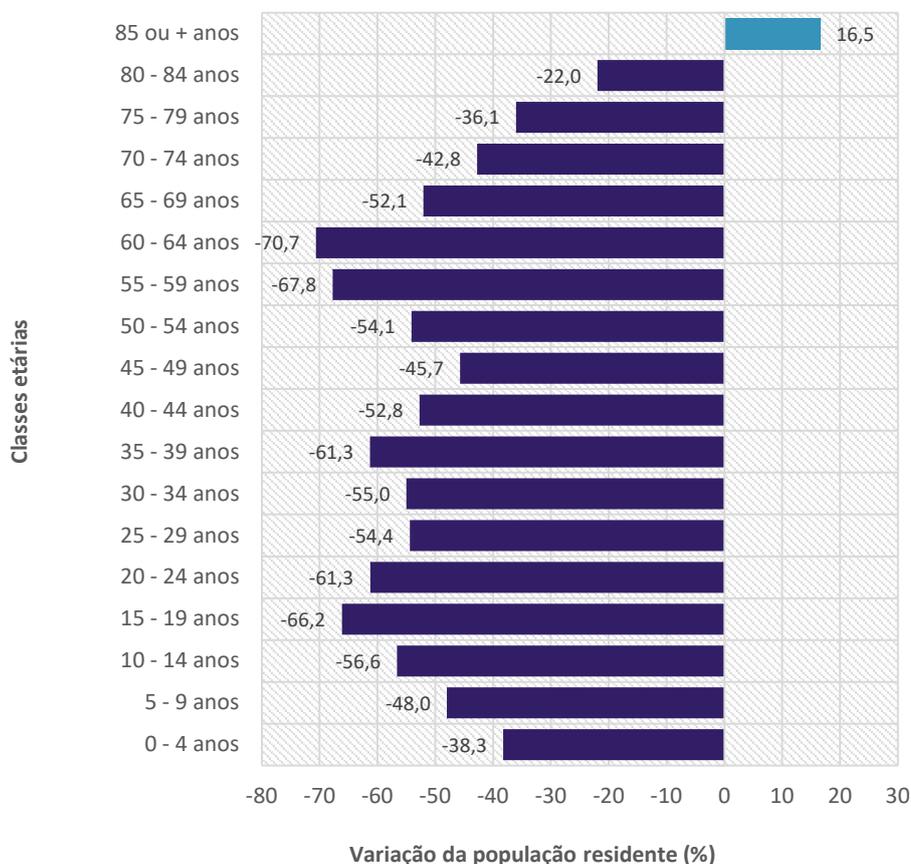
**Gráfico 11: Provável variação da população residente no concelho de Pinhel, por classes etárias quinquenais (2021 a 2040) – cenário central**



Fonte: XVI Recenseamento Geral da População, INE (2023); Projeções da População Residente, INE (2023).

Alcançando o horizonte temporal de 2050, é evidente a quebra generalizada da população até aos 84 anos, com destaque para a faixa etária dos 60 aos 64 anos onde o decréscimo será superior a 70% e ainda as faixas etárias dos 55 aos 59 anos (-67,8%) e dos 15 aos 19 anos (-66,2%). O aumento da população com idades mais avançadas torna-se evidente, podendo o seu crescimento ser superior a 15% (Gráfico 12).

**Gráfico 12: Provável variação da população residente no concelho de Pinhel, por classes etárias quinquenais (2021 a 2050) – cenário central**



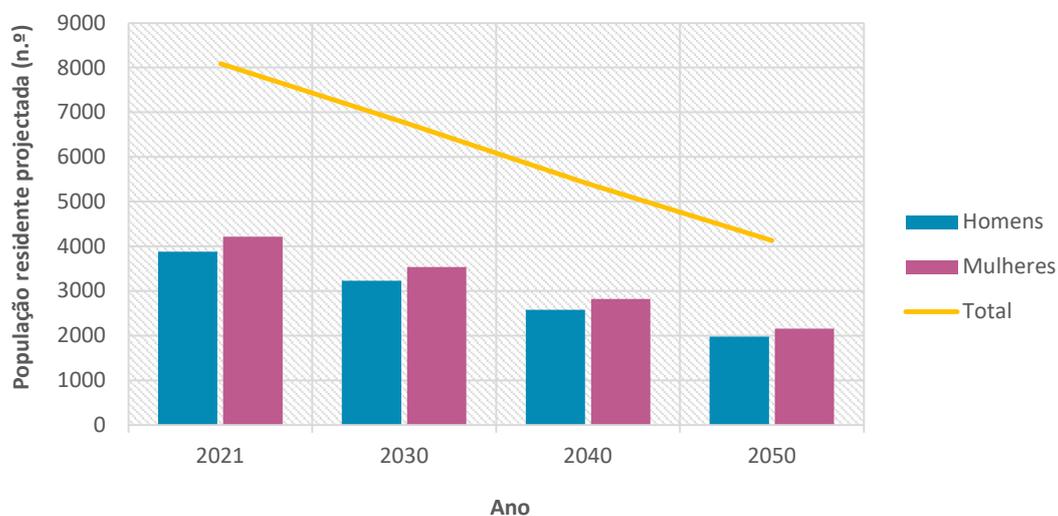
Fonte: XVI Recenseamento Geral da População, INE (2023); Projeções da População Residente, INE (2023).

### 2.1.4.3 CENÁRIO BAIXO

De acordo com o exercício prospetivo realizado, entre 2021 e 2050, o concelho de Pinhel poderá vir a perder 3798 residentes (Gráfico 13).

Em 2030, estima-se a existência de 6.772 residentes (3.232 homens e 3.540 mulheres) no território concelhio, diminuindo este valor, em 2040, para 5.403 habitantes (2.578 homens e 2.825 mulheres) e para 4.135 habitantes (1.979 homens e 2.156 mulheres) em 2050.

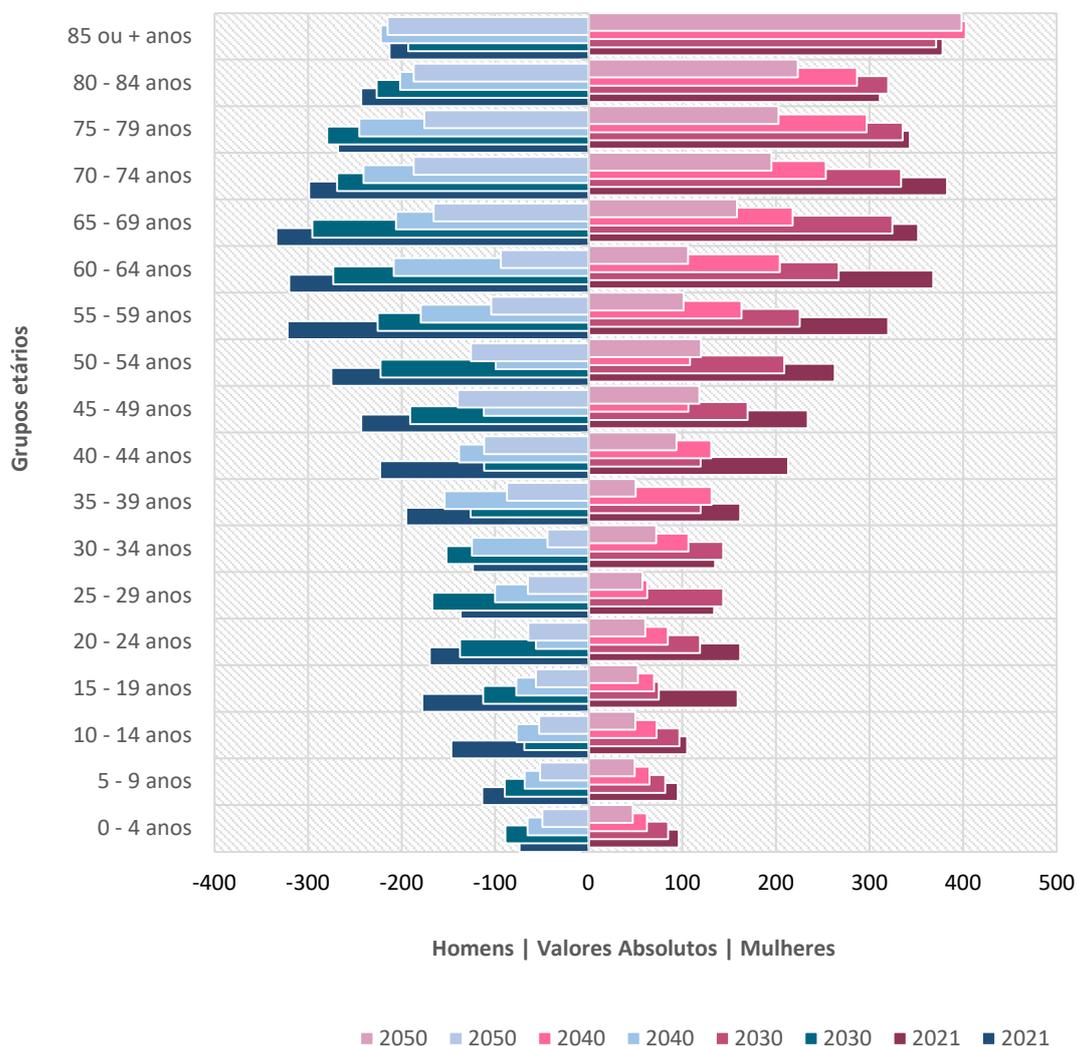
**Gráfico 13: Provável evolução da população residente no concelho de Pinhel (2021 a 2050) - cenário baixo**



Fonte: XVI Recenseamento Geral da População, INE (2023); Projeções da População Residente, INE (2023).

A partir do Gráfico 14 é possível observar a evolução da população por sexo e grupos etários quinquenais, entre os anos 2021, 2030, 2040 e 2050, representada sob a forma de pirâmide etária. Este tipo de representação torna evidente a progressiva tendência de envelhecimento da população.

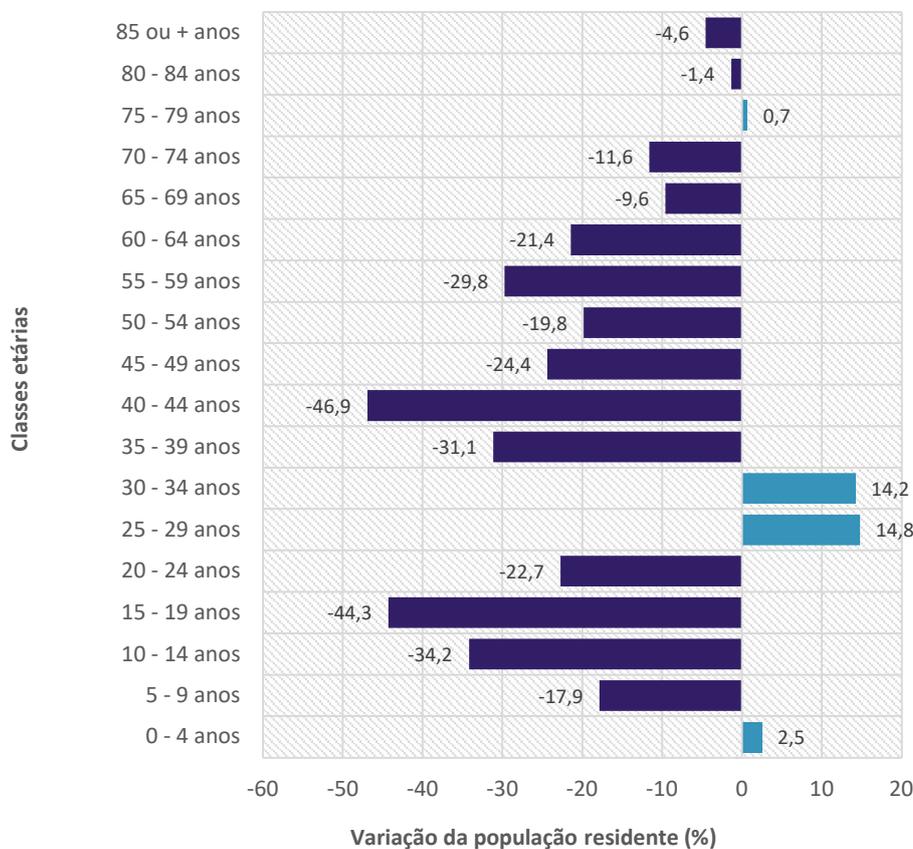
**Gráfico 14: Pirâmide etária do concelho de Pinhel (2021, 2030, 2040 e 2050) – cenário baixo**



Fonte: XVI Recenseamento Geral da População, INE (2023); Projeções da População Residente, INE (2023).

Numa análise mais detalhada por classe etária, e conforme representado no Gráfico 15, observa-se, entre os anos 2021 e 2030, que as maiores quebras poderão assistir-se nas faixas etárias dos 40 aos 44 anos (-46,9%) e dos 15 aos 19 anos (-44,3%). Por outro lado, os maiores incrementos poderão ocorrer nas faixas etárias dos 25 aos 29 anos (14,8%) e dos 30 aos 34 anos (14,2%).

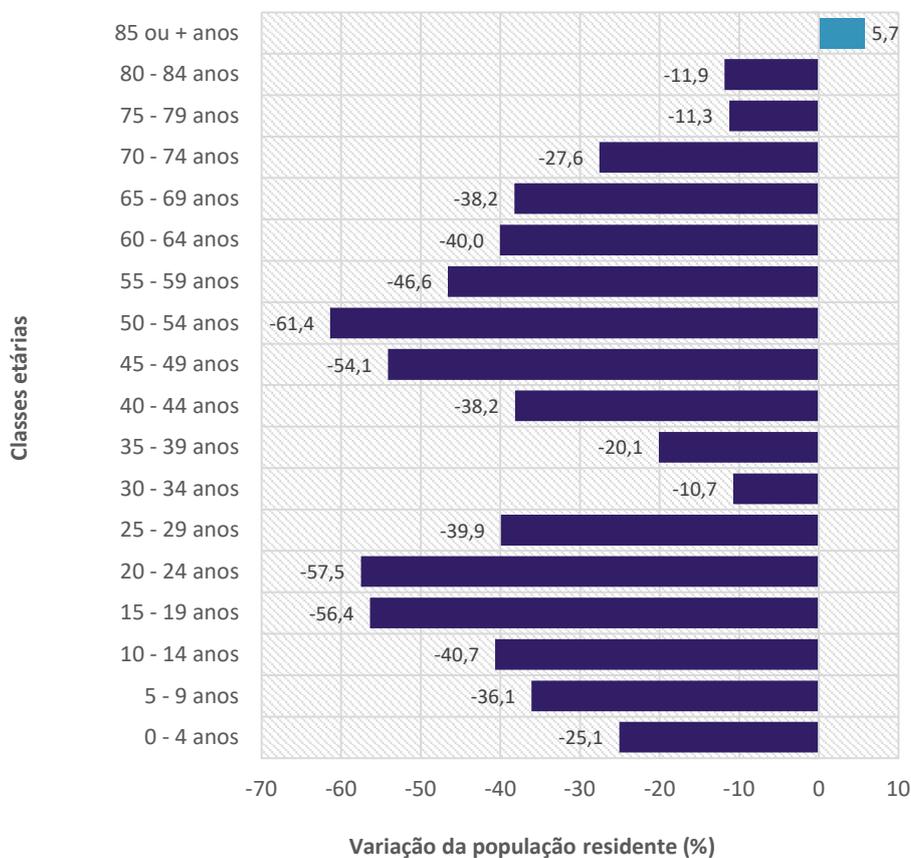
**Gráfico 15: Provável variação da população residente no concelho de Pinhel, por classes etárias quinquenais (2021 a 2030) – cenário baixo**



Fonte: XVI Recenseamento Geral da População, INE (2023); Projeções da População Residente, INE (2023).

No horizonte temporal entre 2021 e 2040, estima-se a perda generalizada de efetivos até aos 84 anos, com destaque para as faixas etárias dos 50 aos 54 anos (-61,4%), dos 20 aos 24 anos (-57,5%) e dos 15 aos 19 anos (-56,4%). Por outro lado, a população com 85 ou mais anos, prevê um crescimento de 5,7% (Gráfico 16).

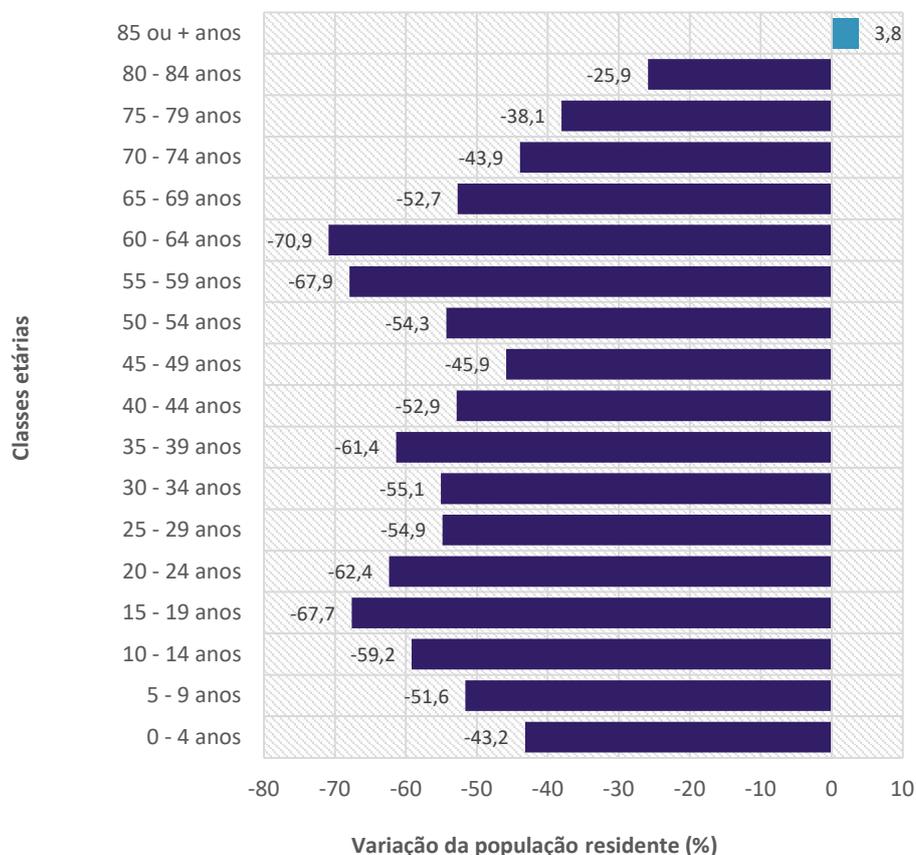
**Gráfico 16: Provável variação da população residente no concelho de Pinhel, por classes etárias quinquenais (2021 a 2040) – cenário baixo**



Fonte: XVI Recenseamento Geral da População, INE (2023); Projeções da População Residente, INE (2023).

Alcançando o horizonte temporal de 2050, é evidente a quebra generalizada da população até aos 84 anos, com destaque para a faixa etária dos 60 aos 64 anos onde o decréscimo será superior a 70%. O aumento da população com idades igual ou superior a 85 prevê um crescimento de 3,8% (Gráfico 17).

**Gráfico 17: Provável variação da população residente no concelho de Pinhel, por classes etárias quinquenais (2021 a 2050) – cenário baixo**



Fonte: XVI Recenseamento Geral da População, INE (2023); Projeções da População Residente, INE (2023).

#### 2.1.4.4 SÍNTESE DOS RESULTADOS DOS CENÁRIOS SOCIOECONÓMICOS

Após a análise detalhada de cada um dos cenários socioeconómicos projetados para o concelho de Pinhel, o quadro seguinte apresenta a síntese dos resultados dos exercícios realizados.

**Quadro 7: Síntese dos resultados dos exercícios de projeção da população do concelho de Pinhel**

Horizonte temporal	Habitantes			Variação <sup>1</sup>					
	Cenário Alto	Cenário Central	Cenário Baixo	Cenário Alto		Cenário Central		Cenário Baixo	
	N.º	N.º	N.º	N.º	%	N.º	%	N.º	%
2030	6927	6838	6772	-1165	-14,4	-1254	-15,5	-1320	-16,3
2040	5693	5530	5403	-2399	-29,6	-2562	-31,7	-2689	-33,2
2050	4501	4294	4135	-3591	-44,4	-3798	-46,9	-3957	-48,9

Fonte: XVI Recenseamento Geral da População, INE (2023); Projeções da População Residente, INE (2023).

Na sua generalidade é possível observar a tendência de quebra da população residente nos três cenários considerados (alto, central e baixo), agravando-se em cada uma das décadas em análise (2030, 2040 e 2050). No último ano projetado, é de referir que a perda de população poderá variar entre 3.591 habitantes (-44,4%) de acordo com o cenário alto (otimista) e 3.957 efetivos (-48,9%) no cenário baixo (menos favorável).

## 2.2 PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

O produto interno bruto nas unidades territoriais onde está inserido o concelho de Pinhel, no ano de 2021, era de 20% (40977,60 milhões) do PIB nacional na NUT II – Centro, enquanto que a NUT III – Beiras e Serra da Estrela representava 1,5% (3103,97 milhões) (Quadro 8). No que diz respeito à variação relativa entre os anos de 2011 e 2021, verifica-se um aumento de 22,2% a nível, de 24,4% a nível regional e de 25,6% a nível sub-regional.

<sup>1</sup> Relativamente ao ano de 2021.

**Quadro 8: Produto Interno Bruto (€ e %) na NUT III – Beiras e Serra da Estrela, NUT II - Centro e NUT I - Continente e respetiva variação relativa (2011 e 2021)**

Unidade territorial	Produto Interno Bruto				Variação (%) (2011-2021)
	2011		2021		
	€ (milhões)	%	€ (milhões) *	%	
NUT I - Continente	167757,21	100,0	204995,01	100,0	22,2
NUT II - Centro	32669,91	19,5	40977,60	20,0	25,4
NUT III - Beiras e Serra da Estrela	2471,00	1,5	3103,97	1,5	25,6

\* Dado Provisório

Fonte: Contas Económicas Regionais, INE (2023).

## 2.3 VALOR ACRESCENTADO BRUTO (VAB)

No ano de 2021, o total do valor acrescentado bruto (VAB) das empresas do concelho de Pinhel correspondia a 31.192.484€, representando um aumento de 55,6% relativamente ao ano de 2011, quando o mesmo valor se fixava em 20.046.986€ (Quadro 9).

**Quadro 9: Valor Acrescentado Bruto (€ e %) das empresas, por atividade económica, no concelho de Pinhel e respetiva variação relativa (2011 e 2021)**

CAE (REV.3)	Valor Acrescentado Bruto				Variação (%) (2011-2021)
	2011		2021		
	€	%	€	%	
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	771.740	3,8	3.207.049	10,3	315,6
Indústrias extrativas	*	*	2.255.724	7,2	-
Indústrias transformadoras	4.000.194	20,0	7.369.346	23,6	84,2
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0	0,0	2.397	0,01	-
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	*	*	*	*	-
Construção	4.272.550	21,3	4.489.416	14,4	5,1
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	5.631.291	28,1	7.137.821	22,9	26,8

CAE (REV.3)	Valor Acrescentado Bruto				Variação (%) (2011-2021)
	2011		2021		
	€	%	€	%	
Transportes e armazenagem	944.662	4,7	860.497	2,8	-8,9
Alojamento, restauração e similares	1.464.421	7,3	1.482.768	4,8	1,3
Atividades de informação e de comunicação	22.586	0,1	90.953	0,3	302,7
Atividades imobiliárias	51.324	0,3	179.575	0,6	249,9
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	444.255	2,2	1.248.575	4,0	181,0
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	319.161	1,6	926.932	3,0	190,4
Educação	175.209	0,9	*	*	-
Atividades de saúde humana e apoio social	613.737	3,1	811.541	2,6	32,2
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	22.704	0,1	27.024	0,1	19,0
Outras atividades de serviços	336.566	1,7	691.715	2,2	105,5
<b>Total</b>	<b>20.046.986</b>	<b>100</b>	<b>31.192.484</b>	<b>100</b>	<b>55,6</b>

\*Valor Confidencial

Fonte: Recenseamentos Gerais da População, INE (2023).

Do valor apurado em 2021, a maior proporção correspondia às empresas com atividade económica enquadrada na “Indústrias Transformadoras” (23,6%), seguido das empresas enquadradas no “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos” (22,9%) e “Construção” (14,4%).

No que diz respeito às unidades geográficas que enquadram o concelho de Pinhel, verificadas no Quadro 10, a atividade económica associada a “Indústrias Transformadoras” é a que agrega, em termos percentuais, o maior VAB nas unidades territoriais NUT I – Continente (23,3%) e NUT II – Centro (36,9%). Por outro lado, o VAB resultante da atividade económica “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos” é mais expressivo na unidade territorial NUT III – Beiras e Serra da Estrela (22,1%).

**Quadro 10: Valor Acrescentado Bruto (%) das empresas, por atividade económica, no concelho de Pinhel, NUT III – Beiras e Serra da Estrela, NUT II – Centro e NUT I – Continente (2021)**

CAE (REV.3)	Valor Acrescentado Bruto (%) (2021)			
	Concelho de Pinhel	NUT III – Beiras e Serra da Estrela	NUT II - Centro	NUT I - Continente
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	10,3	4,3	3,6	2,1
Indústrias extrativas	7,2	*	0,7	0,6
Indústrias transformadoras	23,6	*	36,9	23,3
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0,01	2,5	2,3	3,3
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	*	4,8	1,6	1,6
Construção	14,4	8,0	8,8	7,9
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	22,9	22,1	19,0	19,7
Transportes e armazenagem	2,8	7,2	6,3	5,8
Alojamento, restauração e similares	4,8	5,6	3,3	3,9
Atividades de informação e de comunicação	0,3	3,4	2,6	7,8
Atividades imobiliárias	0,6	1,5	1,8	3,2
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	4,0	5,0	4,5	7,2
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	3,0	3,3	3,3	6,9
Educação	*	0,6	0,6	1,0
Atividades de saúde humana e apoio social	2,6	4,2	3,7	4,1
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	0,1	0,5	0,4	1,1
Outras atividades de serviços	2,2	1,1	0,7	0,6

\*Valor Confidencial

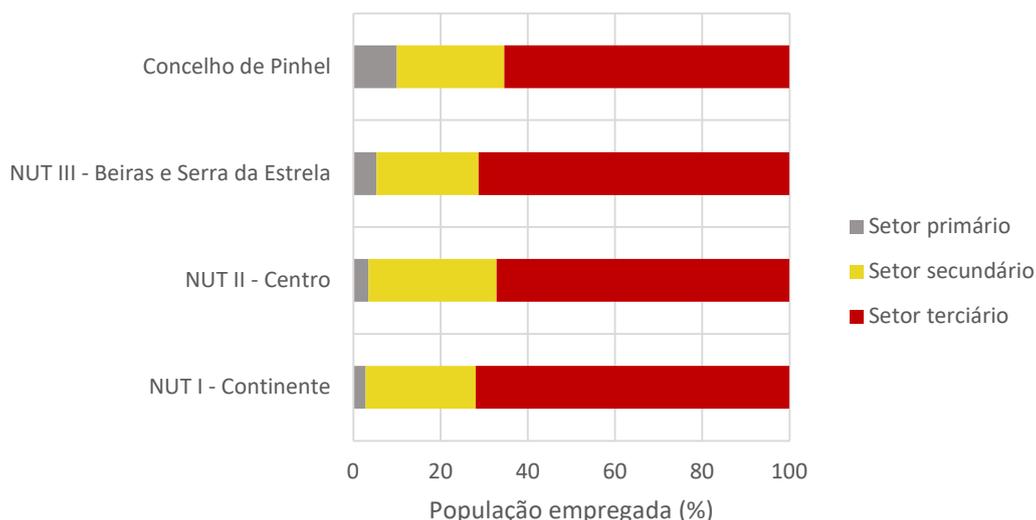
Fonte: Recenseamentos Gerais da População, INE (2023).

## 2.4 ATIVIDADES ECONÓMICAS E GRANDES PROJETOS PREVISTOS PARA O MUNICÍPIO

### 2.4.1 POPULAÇÃO EMPREGADA POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÓMICA

O setor terciário (económico e social) era o mais expressivo nas unidades territoriais representadas no Gráfico 18. Com efeito, em 2021, este setor empregava 65,40% da população no concelho de Pinhel; 71,24% na NUT III – Beiras e Serra da Estrela; 67,16% na NUT II – Centro; e 71,93% na NUT I – Continente (71,93%).

**Gráfico 18: População empregada (%) por setor de atividade económica no concelho de Pinhel, NUT III – Beiras e Serra da Estrela, NUT II – Centro e NUT I – Continente (2021)**



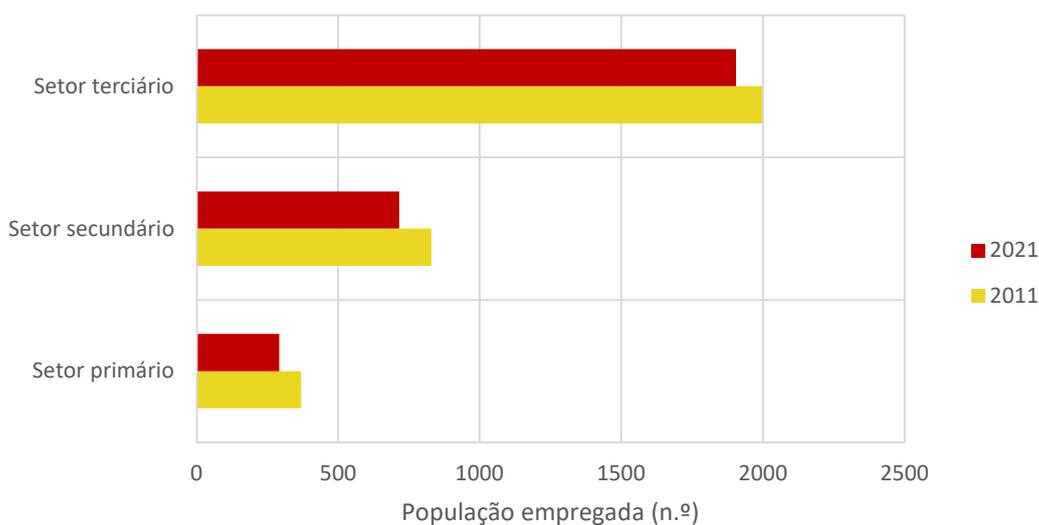
Fonte: Recenseamentos Gerais da População, INE (2023).

No mesmo ano, o setor primário era o menos representativo, empregando 10,02% dos residentes no território concelhio. Nas restantes unidades territoriais, este setor era também menos significativo, empregando 5,37% dos habitantes na NUT III – Beiras e Serra da Estrela; 3,55% na NUT II – Centro; e 2,84% na NUT I – Continente.

Seguidamente, o setor secundário assumia alguma expressão nas diferentes unidades territoriais com os seguintes valores percentuais: 24,58% no concelho de Pinhel; 23,39% na NUT III – Beiras e Serra da Estrela; 29,29% na NUT II – Centro; e 25,23% na NUT I – Continente.

Ainda no que se refere ao território concelhio, em termos de variação relativa (2011-2021), todos os setores registaram variações negativas da população empregada, sendo que os decréscimos foram de 20,87% no setor primário, 13,63% no setor secundário e -4,61% no setor terciário (Gráfico 19).

**Gráfico 19: População empregada (n.º), por setor de atividade económica no concelho de Pinhel (2011-2021)**



Fonte: Recenseamentos Gerais da População, INE (2023).

No que se refere à distribuição da população empregada pelos diferentes setores de atividade económica nas freguesias do concelho de Pinhel (Quadro 11), em 2021, as maiores proporções de população empregada no setor primário eram registadas em Vale do Massueime (32,8%), Manigoto (31,4%) e Vale do Côa (26,9%). Os valores percentuais menos expressivos registavam-se em Pinhel (4,8%) e Pínzio (4,8%). Entre 2011 e 2021, verificou-se o crescimento de população empregada neste setor nas freguesias de Agregação das freguesias Sul de Pinhel (50%), Vascopeiro (44,4%) e Pinhel (30,2%). As freguesias que evidenciaram as quebras mais significativas foram Ervedosa (-69,2%), Manigoto (-68,6%) e Alto do Palurdo (-50%).

No mesmo ano, o setor secundário empregava, percentualmente, mais população nas freguesias de Lameiras (40,9%), Valbom/Bogalhal (40%) e Terras de Massueime (35,4%). Em sentido oposto, são de referir as freguesias de Vale do Massueime (12,1%) e Manigoto (14,3%) pelas menores proporções de população empregada neste setor. No último período intercensitário, a população empregada no setor secundário decresceu na maioria das freguesias. Os decréscimos apresentavam valores que oscilavam entre 2,4% em Pinhel e 50% em Vale do Côa. Por outro lado, os incrementos tinham valores percentuais compreendidos entre 7,7% em Vascopeiro e 38,5% em Valbom/Bogalhal.

A população empregada no setor terciário variava entre 39,6% na freguesia de Terras de Massueime e 72,9% na freguesia de Pinhel, no ano último ano censitário. Entre 2011 e 2021, as quebras mais significativas neste setor verificaram-se nas freguesias de Terras de Massueime (-45,7%), Valbom/Bogalhal (-43,2%) e Manigoto (-26,9%). Por sua vez, os incrementos registados variavam entre 2,8% em Lamegal e 35,3% em Ervedosa. De referir, também que a freguesia de Alto do Palurdo registou uma variação nula neste setor.

**Quadro 11: População empregada (n.º e %), por setor de atividade económica, no concelho de Pinhel (2021) e respetiva variação relativa**

Freguesia	Setor de Atividade (2021)						Variação (%) (2011-2021)		
	Primário		Secundário		Terciário		Primário	Secundário	Terciário
	N.º	%	N.º	%	N.º	%			
Agregação das freguesias Sul de Pinhel	15	11,2	41	30,6	78	58,2	50,0	24,2	-6,0
Alto do Palurdo	9	16,4	14	25,5	32	58,2	-50,0	-17,6	0,0
Alverca da Beira/Bouça Cova	19	15,2	29	23,2	77	61,6	11,8	-49,1	-7,2
Ervedosa	8	20,0	9	22,5	23	57,5	-69,2	28,6	35,3
Freixedas	24	9,9	62	25,5	157	64,6	0,0	-24,4	4,0
Lamegal	14	18,4	25	32,9	37	48,7	-48,1	-24,2	2,8
Lameiras	7	10,6	27	40,9	32	48,5	16,7	-38,6	-13,5
Manigoto	11	31,4	5	14,3	19	54,3	-68,6	-66,7	-26,9
Pala	24	17,6	27	19,9	85	62,5	-36,8	12,5	-13,3
Pinhel	69	4,8	321	22,3	1.048	72,9	30,2	-2,4	-0,6
Pínzio	5	4,8	24	22,9	76	72,4	<sup>2</sup>	-22,6	-7,3
Souropires	23	12,0	65	33,9	104	54,2	-23,3	-19,8	-11,1
Terras de Massueime	12	25,0	17	35,4	19	39,6	-55,6	-26,1	-45,7
União das freguesias de Atalaia e Safurdão	7	17,5	7	17,5	26	65,0	-12,5	-36,4	4,0
Valbom/Bogalhal	6	13,3	18	40,0	21	46,7	0,0	38,5	-43,2
Vale do Côa	7	26,9	4	15,4	15	57,7	-36,4	-50,0	-16,7
Vale do Massueime	19	32,8	7	12,1	32	55,2	-20,8	-12,5	-17,9
Vascoveiro	13	25,5	14	27,5	24	47,1	44,4	7,7	-11,1
<b>Concelho de Pinhel</b>	<b>292</b>	<b>10,0</b>	<b>716</b>	<b>24,6</b>	<b>1.905</b>	<b>65,4</b>	<b>-20,9</b>	<b>-13,6</b>	<b>-4,6</b>

Fonte: Recenseamentos Gerais da População, INE (2023).

<sup>2</sup> Apenas é possível calcular a variação em relação a um valor anterior. Atendendo que o valor anterior é zero, não foi possível calcular a variação

## 2.4.2 POPULAÇÃO EMPREGADA POR ATIVIDADE ECONÓMICA

No ano censitário de 2021, a população empregada encontrava-se distribuída pelas diferentes atividades económicas, sendo que o “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos” (17,2%) e a “Construção” (13,6%) agregavam mais população empregada no território concelhio.

Numa análise comparativa ao contexto territorial, é possível verificar que na NUT III – Beiras e Serra da Estrela e na NUT I - Continente era o “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos” que empregava mais população com 16,2% e 17,3% respetivamente. Por sua vez, na NUT II – Centro era mais expressiva a população empregada nas “indústrias transformadoras” com 19,2% (Quadro 12).

**Quadro 12: População empregada (%) por atividade económica (CAE Rev.3) no concelho de Pinhel, NUT III – Beiras e Serra da Estrela, NUT II – Centro e NUT I – Continente (2021)**

CAE (REV.3)	População empregada (%) (2021)			
	Concelho de Pinhel	NUT III – Beiras e Serra da Estrela	NUT II - Centro	NUT I - Continente
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	11,5	5,4	3,7	2,9
Indústrias extrativas	3,0	0,7	0,4	0,3
Indústrias transformadoras	8,0	14,5	19,2	16,9
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0,7	0,6	0,6	0,6
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	0,6	0,6	0,7	0,7
Construção	13,6	9,6	9,2	8,4
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	17,2	16,2	17,9	17,3
Transportes e armazenagem	4,3	3,6	3,7	3,7
Alojamento, restauração e similares	4,5	6,2	5,7	6,6
Atividades de informação e de comunicação	0,4	1,0	1,4	2,4
Atividades financeiras e de seguros	1,0	1,5	1,6	2,4
Atividades imobiliárias	0,1	0,2	0,4	0,6
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	1,8	2,7	3,2	4,2
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	2,2	2,7	3,1	4,3

CAE (REV.3)	População empregada (%) (2021)			
	Concelho de Pinhel	NUT III – Beiras e Serra da Estrela	NUT II - Centro	NUT I - Continente
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	10,7	8,7	6,9	7,1
Educação	7,8	10,8	9,2	8,5
Atividades de saúde humana e apoio social	9,1	11,3	9,1	8,1
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	0,2	0,6	0,7	1,0
Outras atividades de serviços	1,5	1,9	1,8	2,1
Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio	1,7	1,1	1,5	1,8
Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: Recenseamentos Gerais da População, INE (2023).

Conforme evidenciado no Quadro 13, no período ocorrido entre 2011 e 2021, o maior acréscimo de população empregada ocorreu nas “Atividades de informação e de comunicação” (78,6%) e “Atividades de saúde humana e apoio social” (35,6%). Em sentido, oposto, são de referir as “Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio” (-63,6%), “Atividades imobiliárias” (-50%) e “Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio” (-34%), atividades económicas nas quais a quebra do número de empregados foi mais acentuada.

**Quadro 13: População empregada (n.º e %) por atividade económica (CAE Rev.3) no concelho de Pinhel (2011 e 2021) e respetiva variação relativa**

CAE (REV.3)	População Empregada				Variação (%) (2011-2021)
	2011		2021		
	N.º	%	N.º	%	
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	369	11,5	292	10,0	-20,9
Indústrias extrativas	97	3,0	82	2,8	-15,5
Indústrias transformadoras	257	8,0	300	10,3	16,7
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	22	0,7	8	0,3	-63,6

CAE (REV.3)	População Empregada				Variação (%) (2011-2021)
	2011		2021		
	N.º	%	N.º	%	
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	19	0,6	17	0,6	-10,5
Construção	434	13,6	309	10,6	-28,8
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	550	17,2	429	14,7	-22,0
Transportes e armazenagem	136	4,3	118	4,1	-13,2
Alojamento, restauração e similares	145	4,5	108	3,7	-25,5
Atividades de informação e de comunicação	14	0,4	25	0,9	78,6
Atividades financeiras e de seguros	33	1,0	29	1,0	-12,1
Atividades imobiliárias	2	0,1	1	0,03	-50,0
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	57	1,8	70	2,4	22,8
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	69	2,2	84	2,9	21,7
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	343	10,7	364	12,5	6,1
Educação	249	7,8	176	6,0	-29,3
Atividades de saúde humana e apoio social	292	9,1	396	13,6	35,6
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	5	0,2	6	0,2	20,0
Outras atividades de serviços	49	1,5	63	2,2	28,6
Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio	53	1,7	35	1,2	-34,0
Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0	0,0	1	0,03	<sup>3</sup>
<b>Total</b>	<b>3.195</b>	<b>100</b>	<b>2.913</b>	<b>100</b>	<b>-8,8</b>

Fonte: Recenseamentos Gerais da População, INE (2023).

<sup>3</sup> Apenas é possível calcular a variação em relação a um valor anterior. Atendendo que o valor anterior é zero, não foi possível calcular a variação.

## 2.5 CENÁRIOS CLIMÁTICOS

### 2.5.1 CONTEXTUALIZAÇÃO CLIMÁTICA

Segundo Antunes (2007), o clima pode ser definido como uma “*síntese de natureza estatística, do estado da atmosfera ou das suas fronteiras, referente a uma determinada área e a um determinado período de tempo*”. Deste modo, de acordo com Brito et al. (2005), o clima é definido por séries de valores médios ou normais da atmosfera, num determinado lugar e num dado período de tempo, sendo que esse período foi fixado em 30 anos, no Primeiro Congresso Internacional de Meteorologia, tendo início a primeira série no ano 1901.

Em Portugal Continental, o clima é predominantemente influenciado pela latitude, a orografia e a proximidade do Oceano Atlântico. Algumas variáveis climáticas, como a precipitação e temperatura, apresentam fortes gradientes norte-sul e oeste-este, e variabilidade sazonal e interanual muito acentuada.

As alterações climáticas manifestam-se, principalmente, nos valores médios de temperatura, aumento do nível médio do mar e na frequência e intensidade de eventos meteorológicos extremos, tais como ondas de calor, secas e precipitação intensa em períodos curtos. Essas alterações constituem um desafio que é necessário enfrentar de forma estruturada, de forma a prevenir os seus efeitos, capitalizar os seus benefícios e reduzir riscos e perdas.

Apresentam-se de seguida dados relativos à caracterização climática do concelho de Pinhel, a qual teve-se por base os valores das Normais Climatológicas do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), relativos à estação da Guarda (latitude: 40° 32' N; longitude: 07° 16' W; altitude: 1.019 metros). Para os parâmetros “temperatura” e “precipitação” foram tidos em consideração os dados das normais climatológicas para o período 1981 – 2010 (dados provisórios), enquanto para os parâmetros “humidade relativa” e “vento” foram tidos em conta os dados das normais climatológicas para o período 1971 – 2000.

Por último, importa ressaltar que os valores registados na estação da Guarda podem apresentar algumas diferenças face aos valores observados no concelho de Pinhel.

### 2.5.1.1 TEMPERATURA DO AR

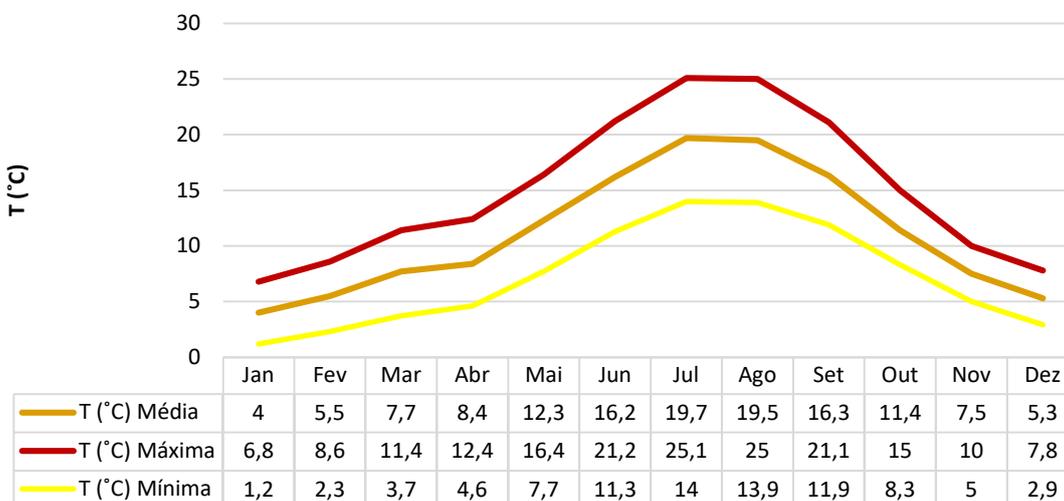
No Gráfico 20 encontra-se representada a temperatura média anual (representada a laranja), a temperatura média máxima (representada a vermelho) e a temperatura média mínima (representada a amarelo), registada na estação da Guarda, no período que compreende os anos 1981 a 2010.

A temperatura média anual registada na estação da Guarda é de 11,2°C, observando-se que são os meses de julho (19,7°C) e de agosto (19,5°C) que registam os valores mais expressivos, enquanto, inversamente, são os meses de janeiro (4,0°C) e de dezembro (5,3°C) que registam os valores mais reduzidos.

No que concerne aos valores médios diários da temperatura máxima, observa-se que são novamente os meses de julho (25,1°C) e de agosto (25,0°C) que registam os valores mais elevados, enquanto, no sentido inverso, são os meses de janeiro (6,8°C) e dezembro (7,8°C) que registam os valores menos expressivos.

Por último, no que respeita aos valores médios diários da temperatura mínima, observa-se que são os meses de julho (14,0°C) e agosto (13,9°C) que registam os valores mais elevados, enquanto, por outro lado, os valores mais reduzidos observam-se nos meses de janeiro (1,2°C) e fevereiro (2,3°C).

**Gráfico 20: Temperatura média mensal, temperatura média máxima e temperatura média mínima**



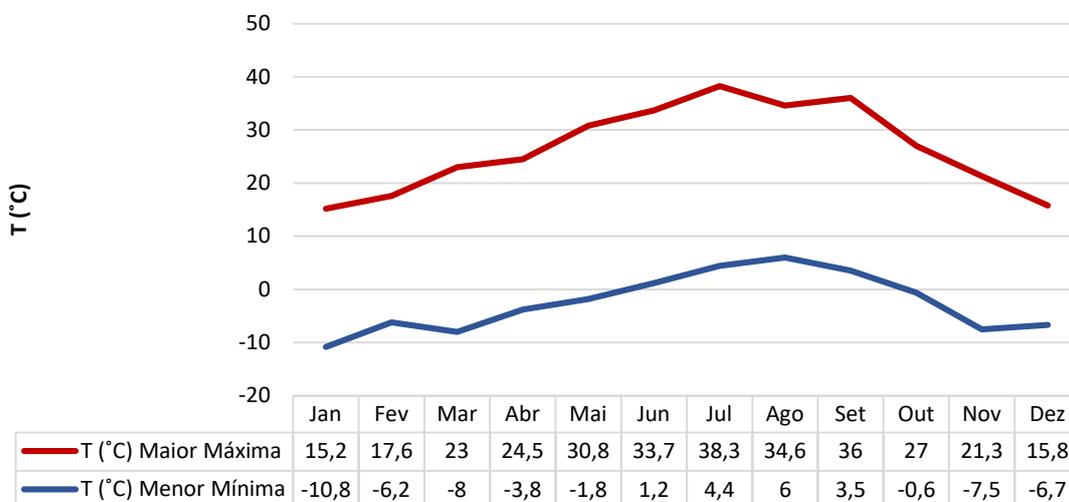
Fonte: PMDFCI do Município de Pinhel (2020-2029), 2020.

No Gráfico 21 encontram-se representados os valores extremos da temperatura (maior máxima e menor mínima), registados na estação da Guarda, no período que compreende os anos 1981 a 2010.

No que respeita à maior temperatura máxima, verifica-se que são os meses de julho (38,3°C) e de setembro (36,0°C) que registam os valores mais elevados, enquanto os meses de janeiro (15,2°C) e dezembro (15,8°C) registam os valores menos expressivos.

Quanto à menor temperatura mínima, verifica-se que são os meses de agosto (6,0°C) e julho (4,4°C) que apresentam os valores mais significativos, enquanto os menores valores registam-se nos meses de janeiro (-10,8°C) e de março (-8,0°C).

**Gráfico 21: Temperaturas extremas (máximas e mínimas)**



Fonte: PMDFCI do Município de Pinhel (2020-2029), 2020.

### 2.5.1.2 HUMIDADE RELATIVA DO AR

A humidade relativa do ar corresponde à relação entre a quantidade de vapor de água existente na atmosfera, a uma dada temperatura, e aquela para a qual o ar ficaria saturado a essa mesma temperatura. Estes valores expressam-se em percentagem (%) (0% corresponde ao ar seco e 100% corresponde ao ar saturado de vapor de água).

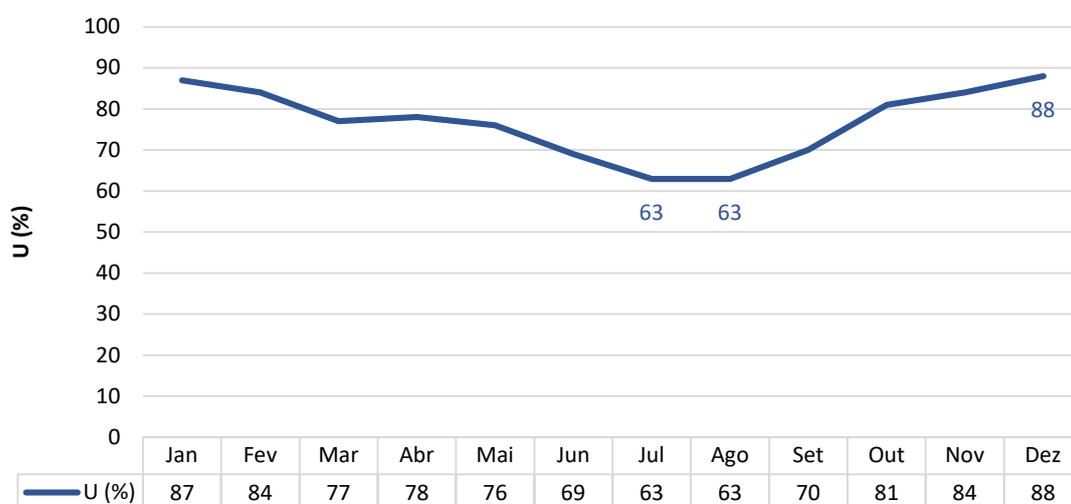
No Gráfico 22 encontra-se representada a humidade relativa média às 9 UTC<sup>4</sup>, ao longo dos doze meses do ano, registada na estação da Guarda, no período que compreende os anos 1971 a 2000.

<sup>4</sup> Tempo Universal Coordenado.

Importa começar por apontar que em todos os meses do ano, a humidade relativa média é igual ou superior a 63%.

Neste sentido, é nos meses de dezembro (88%) e janeiro (87%) que se registam os valores mais acentuados de humidade relativa, enquanto os valores mais reduzidos observam-se nos meses de julho e agosto (63%, respetivamente).

**Gráfico 22: Humidade média relativa 9h (%)**



Fonte: PMDFCI do Município de Pinhel (2020-2029), 2020.

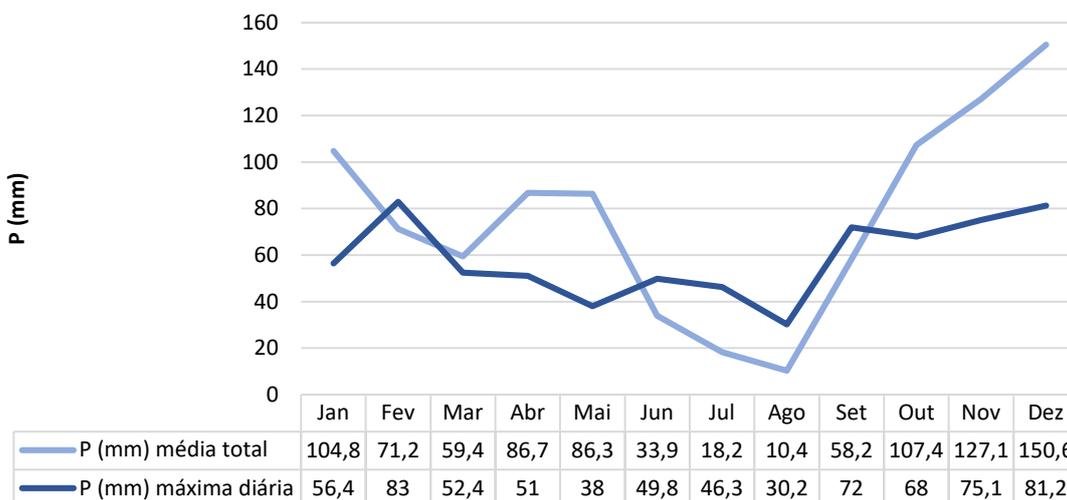
### 2.5.1.3 PRECIPITAÇÃO

No Gráfico 23 encontram-se representados os valores médios mensais da precipitação e os valores máximos diários, registados na estação da Guarda, no período que compreende os anos 1981 a 2010.

Seguindo, de um modo geral, a tendência que se regista ao longo do território nacional no que concerne à precipitação média anual, é nos meses de inverno que se registam os quantitativos pluviométricos mais expressivos, verificando-se que é nos meses de dezembro (150,6mm) e de novembro (127,1mm) que se observam os valores mais acentuados. No sentido inverso, é ao longo dos meses de verão que se observam os valores de precipitação mais reduzidos, com destaque para os meses de agosto (10,4mm) e julho (18,2mm).

Quanto à precipitação máxima diária, verifica-se que é nos meses de fevereiro (83,0mm) e dezembro (81,2mm) que se registam os valores mais acentuados, enquanto, por outro lado, nos meses de agosto (30,2mm) e maio (38,0mm) observam-se os menores valores.

**Gráfico 23: Valores mensais da precipitação e máximas diárias**



Fonte: PMDFCI do Município de Pinhel (2020-2029), 2020.

#### 2.5.1.4 VENTO

O vento pode ser definido como o movimento do ar, com uma determinada direção e intensidade, que se dá através de quatro forças: a força de atrito, a força de Coriolis, a força gravitacional e o gradiente de pressão.

No Quadro 14 encontra-se representada a velocidade média anual do vento (km/h), a velocidade média do vento máximo em 10 minutos (km/h) e o maior valor de velocidade máxima instantânea do vento (rajada) (km/h) na estação da Guarda, no período que compreende os anos 1971 a 2000.

No que diz respeito à velocidade média do vento (km/h), verifica-se que ao longo de todos os meses do ano os valores mantêm-se relativamente estáveis, não apresentando variações muito significativas. Assim, é nos meses de fevereiro (19,3 km/h) e de dezembro (18,4 km/h) que se observam os valores mais elevados, enquanto nos meses de setembro (14,4 km/h), junho e julho (14,5 km/h, respetivamente) registam-se os valores mais reduzidos.

Quanto à velocidade média do vento, máximo em 10 minutos (km/h), constata-se que os valores mais significativos registam-se nos meses de fevereiro (33,6 km/h) e janeiro (33,1 km/h). Por sua vez, os valores mais reduzidos verificam-se nos meses de julho (26,3 km/h) e junho (26,6 km/h).

Relativamente à maior velocidade máxima instantânea do vento, em média, constata-se que a rajada apresenta valores mais acentuados nos meses de fevereiro (140,0 km/h) e janeiro (120,0 km/h), enquanto, por outro lado, as rajadas com valores mais reduzidos observam-se nos meses de agosto (73,0 km/h) e junho (83,0 km/h).

**Quadro 14: Velocidade do vento (média e maior velocidade máxima instantânea) por km/h**

Mês	Velocidade média do vento (km/h)	Velocidade Média do Vento Máximo em 10 Minutos (km/h)	Maior valor de velocidade máxima instantânea do vento (rajada) (km/h)
Janeiro	18,1	33,1	120,0
Fevereiro	19,3	33,6	140,0
Março	17,4	30,5	104,0
Abril	16,8	30,6	100,0
Mai	15,7	28,9	92,0
Junho	14,5	26,6	83,0
Julho	14,5	26,3	87,0
Agosto	14,6	27,5	73,0
Setembro	14,4	27,0	84,0
Outubro	16,8	30,2	105,0
Novembro	17,2	30,3	103,0
Dezembro	18,4	32,0	117,0
<b>Anual</b>	<b>16,5</b>	<b>29,7</b>	<b>140,0</b>

Fonte: PMDFCI do Município de Pinhel (2020-2029), 2020.

No Quadro 15 encontram-se representados os dados referentes à frequência (%) e à velocidade média (km/h) do vento para cada rumo, ao longo dos doze meses do ano, na estação da Guarda, no período que compreende os anos 1971 a 2000.

No que diz respeito à frequência do vento por rumo, constata-se que os ventos que predominam são os de sul (média anual de 23,5%) e de noroeste (média anual de 20,6%), enquanto os ventos menos frequentes são os de sudeste e de sudoeste (média anual de 4,9%, respetivamente). No que concerne à velocidade média do vento por rumo, verifica-se que são os ventos de sul que apresentam uma velocidade média mais expressiva (média anual de 19,0 km/h), seguindo-se os ventos de noroeste (média anual de 18,4 km/h) e os de oeste (média anual de 16,7 km/h), enquanto, por outro lado, os ventos que registam a velocidade média mais reduzida são os ventos de este (média anual de 14,6 km/h), seguindo-se os

ventos de nordeste (média anual de 14,7 km/h), os ventos de sudeste (média anual de 15,0 km/h) e os ventos de sudoeste (média anual de 15,7 km/h).

Quanto à distribuição mensal da frequência do vento por rumo, constata-se que na estação da Guarda são os ventos do quadrante sul (média anual de 23,5%) os que apresentam maior frequência, predominando ao longo de cinco meses do ano (excetuam-se os meses de janeiro, fevereiro, março, abril, junho, julho e agosto, uma vez que são os ventos de noroeste que predominam). Por seu turno, os ventos que se apresentam menos frequentes são os ventos de sudeste (nos meses de abril, maio, junho, setembro, outubro e novembro) e de sudoeste (nos meses de janeiro, fevereiro, março, julho, agosto e dezembro), apresentando uma média anual de apenas 4,9%, respetivamente.

No que concerne à distribuição mensal da velocidade do vento por rumo, verifica-se que na estação da Guarda são os ventos do quadrante sul (média anual de 19,0 km/h) os que apresentam maior velocidade, predominando ao longo dos sete meses do ano (excetuam-se os meses de janeiro, fevereiro, março e novembro, dado que são os ventos de noroeste que detêm maior velocidade; o mês de fevereiro, uma vez que são os ventos de oeste que apresentam a maior velocidade; enquanto no mês de agosto a velocidade dos ventos de sul e de noroeste apresenta-se igual, em média). por sua vez, os ventos que registam menor velocidade são os ventos de este (média anual de 14,6 km/h) em seis meses do ano (excetua-se o mês de novembro, uma vez que são os ventos de nordeste que registam a menor velocidade; os meses de abril, maio, junho e setembro, dado que são os ventos de sudeste que apresentam menor velocidade; e o mês de janeiro, uma vez que, são os ventos de sudoeste que registam uma velocidade mais reduzida).

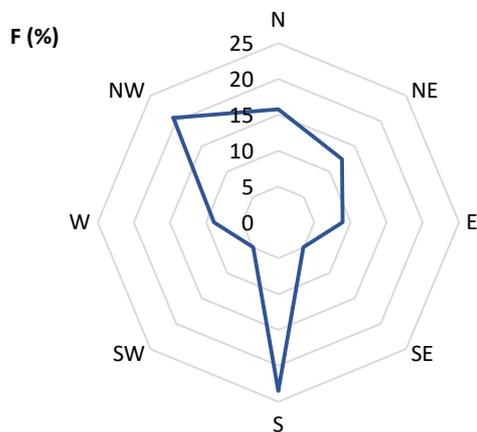
Por fim, as calmas apresentam-se mais frequentes no mês de setembro (0,2%), enquanto nos meses de fevereiro, abril, maio e julho não apresentam qualquer representatividade.

**Quadro 15: Frequência (%) e velocidade média (km/h) do vento para cada rumo**

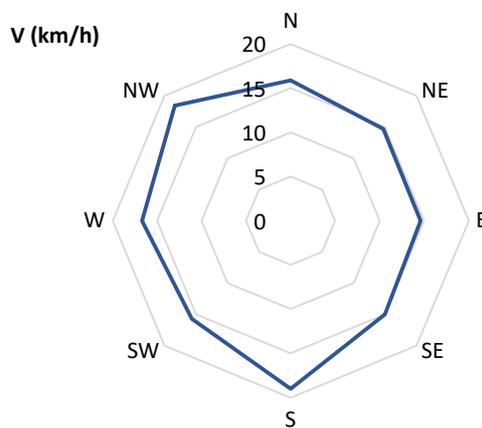
Mês	Vento																
	Frequência [F (%)] e Velocidade Média [V (Km/ H)] por Rumo																
	N		NE		E		SE		S		SW		W		NW		CALMA
	%	Km/h	%	Km/h	%	Km/h	%	Km/h	%	Km/h	%	Km/h	%	Km/h	%	Km/h	%
<b>Janeiro</b>	12,1	18,2	13,1	15,5	11,9	16,2	6,1	16,3	26,6	21,1	5,8	14,1	9,8	17,9	14,4	21,2	0,1
<b>Fevereiro</b>	15,1	18,3	13,8	15,6	10,5	14,9	5,9	16,8	24,1	20,3	4,7	17,4	8,4	22,2	17,5	20,8	0
<b>Março</b>	17,6	18,6	15,5	16,5	7,8	14,3	5,4	14,9	17,4	19,6	4,1	16	10,6	18,9	21,5	19,5	0,1
<b>Abril</b>	20,3	17	14,4	14,8	8,4	17,9	3,2	14,6	18,8	19,5	4,3	19	9,6	17,6	21,1	19,1	0
<b>Mai</b>	15	15,9	10,7	13,5	8,7	16,7	3,6	13	26,2	19,8	5,3	15,8	8,7	15,2	21,8	17,5	0
<b>Junho</b>	19,8	14,3	12,1	13,6	10,6	13,6	3,6	12,4	18,7	16,2	3,7	16	7,4	15,5	24,1	16,8	0,1
<b>Julho</b>	20,2	14,1	13,5	13,3	5,8	11,2	3,4	13	16,6	15,8	3	14,4	7,3	15,2	30,2	16,8	0
<b>Agosto</b>	19,6	14,7	13,1	14,1	6,9	12,5	5	12,7	18,6	16,6	3,6	15,1	7,8	15,1	25,4	16,6	0,1
<b>Setembro</b>	15,4	14	11,1	13	7,6	13,2	4,1	12,8	24,4	17,6	5,2	13,3	9,9	14,3	22,1	16,7	0,2
<b>Outubro</b>	13,8	15,5	9,6	14,1	7,3	13,5	4,1	16,7	31	19,2	7,2	14,5	9,6	15,2	17,5	18,6	0,1
<b>Novembro</b>	11,4	16	12	14,6	8,9	14,8	5,4	15	29,2	18,9	5,8	17,8	9,9	18,3	17,3	21,3	0,1
<b>Dezembro</b>	10,2	17,6	13,1	17,2	12,8	15,2	9,2	17,5	27,3	21,3	5,2	17	8,6	16,6	13,5	21,1	0,1
<b>Ano</b>	<b>15,8</b>	<b>15,9</b>	<b>12,5</b>	<b>14,7</b>	<b>8,9</b>	<b>14,6</b>	<b>4,9</b>	<b>15</b>	<b>23,5</b>	<b>19</b>	<b>4,9</b>	<b>15,7</b>	<b>8,9</b>	<b>16,7</b>	<b>20,6</b>	<b>18,4</b>	<b>0,1</b>

Fonte: PMDFCI do Município de Pinhel (2020-2029), 2020.

**Gráfico 24: Frequência [F (%)] do vento para cada rumo (anual)**

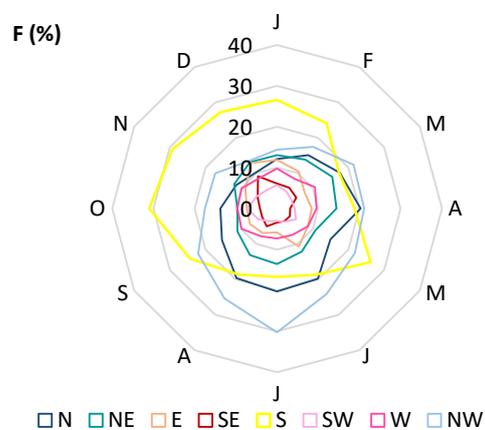


**Gráfico 25: Velocidade média [V (km/h)] do vento para cada rumo (anual)**

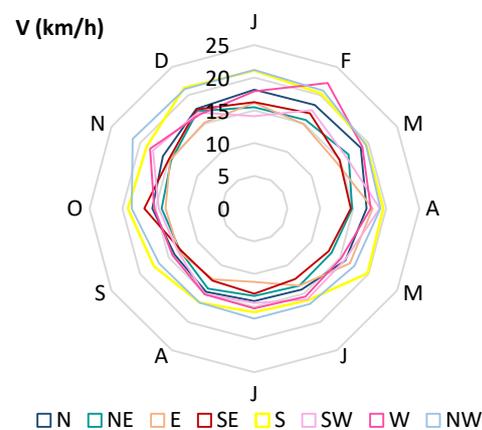


Fonte: PMDFCI do Município de Pinhel (2020-2029), 2020.

**Gráfico 26: Frequência [F (%)] do vento para cada rumo (mensal)**



**Gráfico 27: Velocidade média [V (km/h)] do vento para cada rumo (mensal)**



Fonte: PMDFCI do Município de Pinhel (2020-2029), 2020.

## 2.5.2 CENARIZAÇÃO CLIMÁTICA

### 2.5.2.1 PRESSUPOSTOS, METODOLOGIAS E INCERTEZAS

As alterações climáticas antropogénicas provocadas pelas emissões para a atmosfera de GEE irão acentuar-se ao longo do século XXI (TOMÉ, 2007). Estas alterações do clima não são homogéneas e têm impactos distintos em diferentes regiões, as quais também apresentam diferentes graus de vulnerabilidade.

Este estudo teve por base as projeções apresentadas pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), disponibilizadas no Portal do Clima. No Portal do Clima, as simulações regionais basearam-se no projeto CORDEX (EURO-CORDEX) tendo por base dois cenários de emissão do relatório AR5 do IPCC: RCP 4.5 e RCP 8.5 (2006-2100) (Quadro 16).

**Quadro 16: Ficha técnica das projeções climáticas para a NUT III Beiras e Serra da Estrela**

<b>BI:</b>	NUT III Beiras e Serra da Estrela
<b>Região:</b>	Centro
<b>Período referência:</b>	1971-2000
<b>Período cenários:</b>	2041-2070 e 2071-2100
<b>Modelos:</b>	Ensemble_Ensemble [Modelo 1] ICHEC-EC-EARTH_KNMI-RACMO22E [Modelo 2]
<b>Resolução espacial:</b>	Grelha de $\approx 11\text{km}$ ( $0,11^\circ$ )
<b>Projeções (concentração GEE):</b>	RCP4.5 e RCP8.5

Foi utilizada uma nova abordagem (*Representative Concentration Pathways* ou *RCPs*) para o desenvolvimento de cenários de emissões, pelo que os resultados não devem ser diretamente comparados com a anterior metodologia (*Special Report on Emission Scenarios* ou *SRES*) que foi aplicada, por exemplo, nos projetos SIAM. A partir de uma concentração atual de  $\text{CO}_2$  que ronda as 400 ppm (partes por milhão), as duas projeções de emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE) utilizadas nesta ficha representam:

- RCP4.5: uma trajetória de aumento da concentração de  $\text{CO}_2$  atmosférico até 520 ppm em 2070, aumentando de forma mais lenta até ao final do século;
- RCP8.5: uma trajetória de crescimento semelhante até meio do século, seguida de um aumento rápido e acentuado, atingindo uma concentração de  $\text{CO}_2$  de 950 ppm no final do século.

Foram utilizados dois modelos climáticos (ver ficha técnica) cujos dados foram regionalizados para a Europa pelo projeto CORDEX. Foi selecionado o ponto da grelha mais próximo da NUTS III da Beira Baixa para o qual foram obtidos os valores diários de temperatura máxima, média e mínima; precipitação e velocidade do vento.

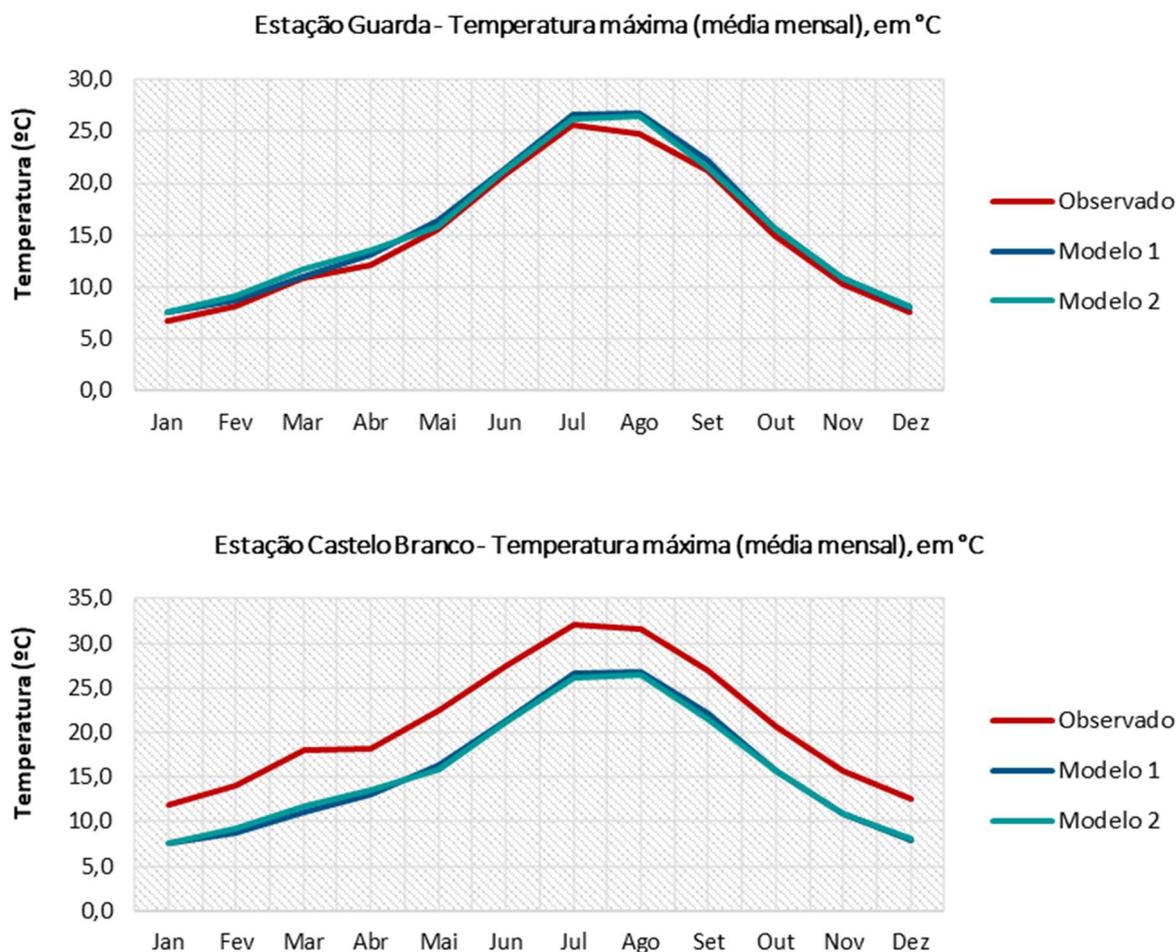
Para cada uma destas variáveis climáticas foram calculadas as médias mensais, sazonais e anuais, assim como alguns valores extremos, nomeadamente o número de dias acima de determinados limiares (média por ano, relativamente a períodos de 30 anos).

De forma a identificar as anomalias projetadas entre o clima atual e futuro, todos os cálculos foram realizados para três períodos de trinta anos (normais climáticas):

- 1971-2000 (clima atual);
- 2041-2070 (meio do século);
- 2071-2100 (final do século).

Os dados referentes ao clima atual são fornecidos pelos modelos, pelo que apresentam um viés (desvio) relativamente aos dados observados. Este viés, que se pressupõe manter-se ao longo do tempo, pode ser observado na comparação entre os dados modelados e os observados para a média da temperatura máxima na NUTS III Beiras e Serra da Estrela, tendo por referência os dados referentes às estações da Guarda e Castelo Branco, no período 1971-2000 (Gráfico 28).

Gráfico 28: Comparação entre os valores observados (IPMA) e os modelados para o clima presente<sup>5</sup>



Fonte: Portal do Clima (IPMA, 2023); Normais Climatológicas para a estação da Guarda e para a estação de Castelo Branco (1971-2000) (IPMA, 2023).

Foram recolhidos e analisados os dados dos valores das anomalias das médias projetadas relativamente aos valores médios do período histórico simulado (período 1971-2000) pelos mesmos modelos regionalizados. Procedeu-se à recolha de toda esta informação e foram tratados os parâmetros das variáveis climáticas descritas no quadro seguinte:

<sup>5</sup> (a) Estação da Guarda e (b) Estação de Castelo Branco.

**Quadro 17: Parâmetros utilizados na cenarização climática**

Parâmetros Térmicos	Parâmetros Pluviométricos	Parâmetros Anemométricos
Temperatura Média (Ta) Temperatura Máxima (Tx) Temperatura Mínima (Tn) Número de dias abaixo de 0°C Número de dias consecutivos com temperatura mínima abaixo de 7°C Número de dias com temperatura máxima maior ou igual a 25°C Número de dias com temperatura máxima maior ou igual a 30°C Número de dias com temperatura máxima maior ou igual a 35°C Número de dias máximo em onda de frio Número de dias máximo em onda de calor Número de dias com temperatura mínima maior ou igual a 20°C	Média acumulada Máxima acumulada em 5 dias Número de dias sem precipitação (P < 1 mm) Número de dias com precipitação (P ≥ 1, 10, 20, 50 mm) Duração máxima de dias sem precipitação (P < 1mm) Duração média do período com precipitação (P ≥ 1mm) Duração máxima de dias com precipitação (P ≥ 1mm) Precipitação >10 mm (% precipitação anual) Precipitação >50 mm (% precipitação anual)	Média (10, 30, 60 m) Número de dias com vento a 10 m inferior a 2 m/s Número de dias com vento a 10 m maior ou igual a 5.5 e 10.8 m/s

Fonte: Portal do Clima (IPMA, 2023).

Em conformidade com os pressupostos descritos, as principais alterações climáticas projetadas para o concelho de Pinhel são apresentadas de forma resumida no Quadro 18 e detalhadas nos subcapítulos seguintes.

**Quadro 18: Resumo das principais alterações climáticas projetadas até ao final do século XX**

Variável Climática	Sumário	Alterações Projetadas
	 <b>Diminuição da precipitação média anual</b>	<b>Média Anual</b> Diminuição da precipitação média anual no final do séc. XXI, podendo variar entre 3% e 16%.
		<b>Precipitação Sazonal</b> Nos meses de inverno a tendência é de ligeiro aumento da precipitação, que poderá ser até 22%. No resto do ano, projeta-se uma tendência de diminuição, que pode variar entre 7% e 27% na primavera, entre 2% e 46% no verão e entre 11% e 24% no outono.
	 <b>Aumento da temperatura</b>	<b>Secas Mais Frequentes e Intensas</b> Diminuição do número de dias com precipitação, entre 10 e 25 dias por ano. Aumento da frequência e intensidade das secas no sul da Europa [IPCC, 2013].
		<b>Média Anual e Sazonal</b> Subida da temperatura média anual, entre 2°C e 4°C, no final do século. Aumento acentuado das temperaturas máximas no outono (entre 2°C e 5°C) e no verão (entre 2°C e 6°C).

Variável Climática	Sumário	Alterações Projetadas
	<b>média anual, em especial das máximas</b>	<b>Dias Muito Quentes</b> Aumento do número de dias com temperaturas muito altas ( $\geq 35^{\circ}\text{C}$ ), entre 1 a 23 dias, e de noites tropicais, com temperaturas mínimas $\geq 20^{\circ}\text{C}$ , entre 2 a 25 noites. <b>Ondas de Calor</b> Ondas de calor mais frequentes e intensas.
	<b>Aumento do número de dias de geada</b>	<b>Dias de Geada</b> Diminuição acentuada do número de dias de geada (entre 17 e 50 dias). <b>Média da Temperatura Mínima</b> Aumento da temperatura mínima entre $1^{\circ}\text{C}$ e $3^{\circ}\text{C}$ no inverno e na primavera, sendo mais expressivo no verão (entre $2^{\circ}\text{C}$ e $6^{\circ}\text{C}$ ) e no outono (entre $2^{\circ}\text{C}$ e $4^{\circ}\text{C}$ ).
	<b>Aumento dos fenómenos extremos de precipitação</b>	<b>Fenómenos Extremos</b> Aumento dos fenómenos extremos, em particular de precipitação intensa ou muito intensa (projeções nacionais) [Soares et al., 2015]. Tempestades de inverno mais intensas, acompanhadas de chuva e vento forte (projeções globais) [IPCC, 2013].

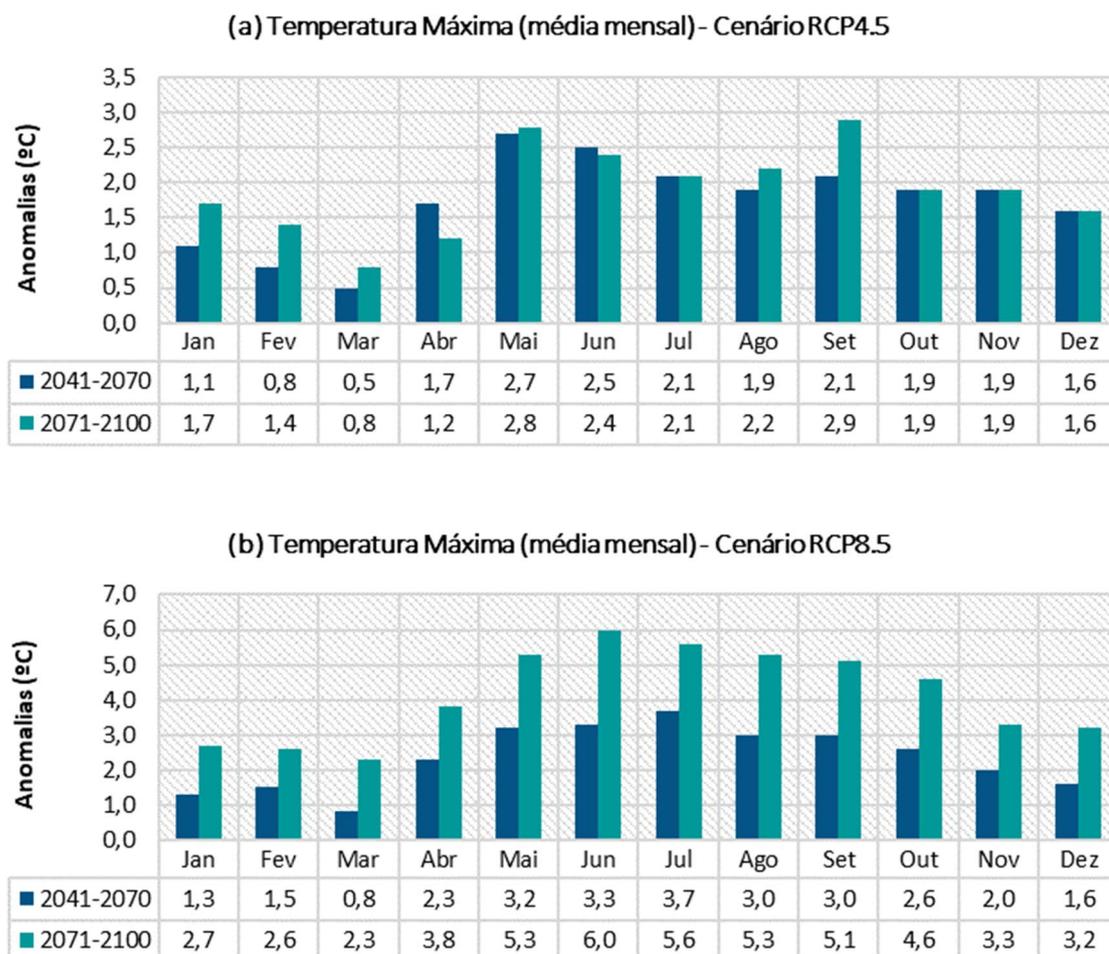
## 2.5.2.2 PROJEÇÕES CLIMÁTICAS (MÉDIAS)

### 2.5.2.2.1 TEMPERATURA

Todos os modelos, para ambos os cenários, indicam um aumento da temperatura máxima (média mensal) ao longo do século, embora com trajetórias e variações sazonais diferentes (Gráfico 29). As anomalias mais elevadas são projetadas para o verão e para o outono (até  $6^{\circ}\text{C}$  e  $5^{\circ}\text{C}$ , respetivamente), seguidas do inverno (até  $3^{\circ}\text{C}$ ) e da primavera (até  $4^{\circ}\text{C}$ ).

Espera-se que a temperatura mínima também aumente de forma acentuada, com os maiores desvios projetados para o outono e verão (até  $4^{\circ}\text{C}$  e  $6^{\circ}\text{C}$ , respetivamente), sendo menores nas restantes estações (até  $3^{\circ}\text{C}$  no inverno e na primavera).

Para a temperatura média anual projeta-se também um comportamento de subida ao longo do século, para qualquer um dos modelos e para ambos os cenários. As anomalias mais elevadas são projetadas para o verão (até  $6^{\circ}\text{C}$ ), seguido da primavera, do outono (ambos até  $4^{\circ}\text{C}$ ) e do inverno (até  $3^{\circ}\text{C}$ ).

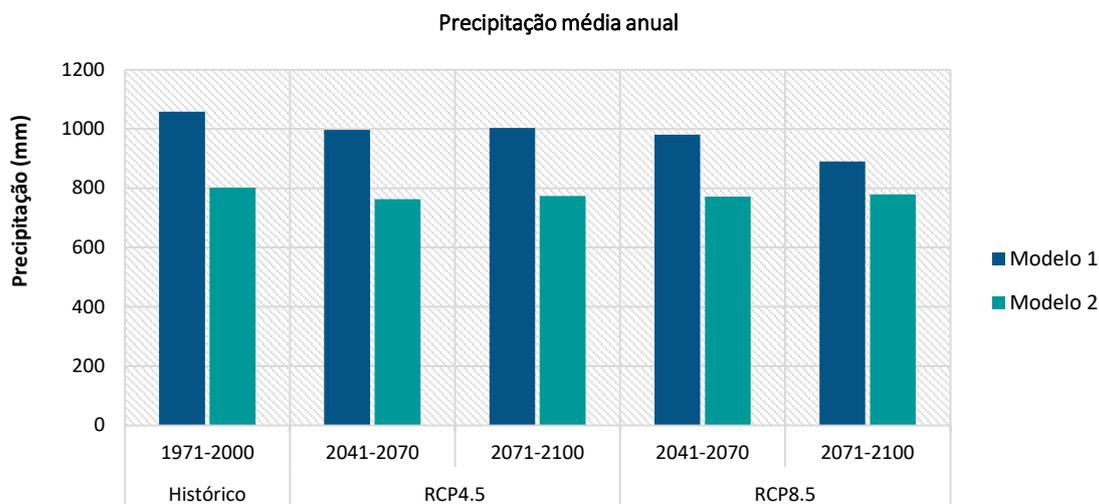
**Gráfico 29: Anomalias da média mensal de temperatura máxima<sup>6</sup>**


Fonte: Portal do Clima (IPMA, 2019).

### 2.5.2.2.2 PRECIPITAÇÃO

As projeções indicam uma tendência de diminuição da precipitação média anual que poderá atingir, no final do século, uma redução até 16%, relativamente ao clima atual (Gráfico 30).

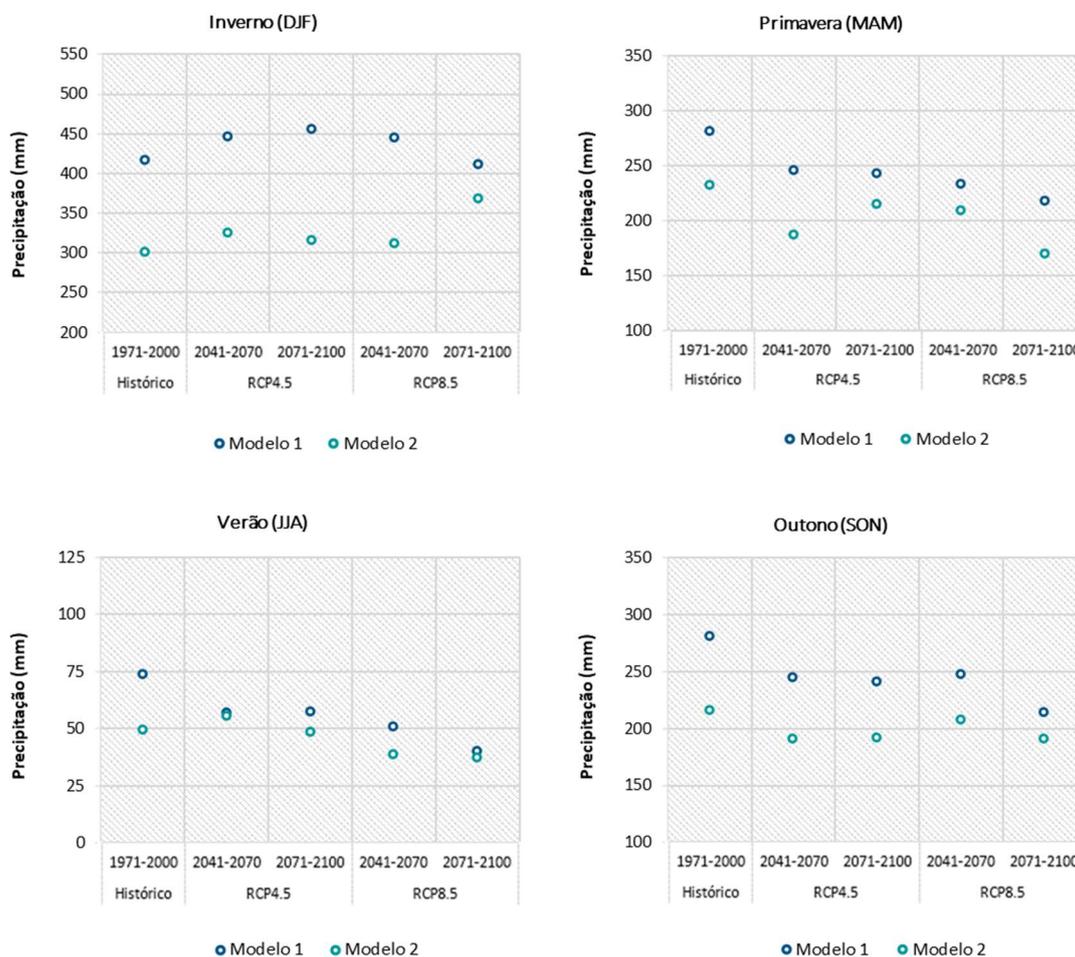
<sup>6</sup> (a) RCP4.5 [modelo 2] e (b) RCP8.5 [modelo 2]

**Gráfico 30: Precipitação média anual no clima atual e nos cenários futuros**

Fonte: Portal do Clima (IPMA, 2019).

Quanto às projeções sazonais, as reduções projetadas para a primavera e para o verão são acentuadas (até 27% e 46%, respetivamente), embora a diminuição na primavera possa acarretar maiores consequências dado que a atual precipitação no verão é reduzida. Para o outono projetam-se também decréscimos bastante significativos, oscilando entre os 4% (cenário RCP8.5, modelo 2), a meio do século, e os 24% (cenário RCP8.5, modelo 1) no final do século. No inverno, as anomalias variam entre uma diminuição da temperatura, até 1%, e um aumento de até 22% (cenário RCP8.5, modelo 2) no final do século (Gráfico 31).

**Gráfico 31: Média da precipitação por estação do ano (projeções para os dois modelos e ambos os cenários)**



Fonte: Portal do Clima (IPMA, 2019).

### 2.5.2.2.3 VENTO

Projeta-se que os valores de velocidade do vento (média anual) poderão diminuir (até um máximo de 1%) no final do século. Relativamente às projeções sazonais, a velocidade do vento poderá manter-se no verão e manter-se ou diminuir, até 1%, no inverno. Na primavera, as projeções indicam que a velocidade do vento poderá manter-se ou diminuir até 2% e, no outono, poderá diminuir entre 1% e 2%.

### 2.5.2.3 PROJEÇÕES CLIMÁTICAS (INDICADORES E ÍNDICES DE EXTREMOS)

#### 2.5.2.3.1 TEMPERATURA

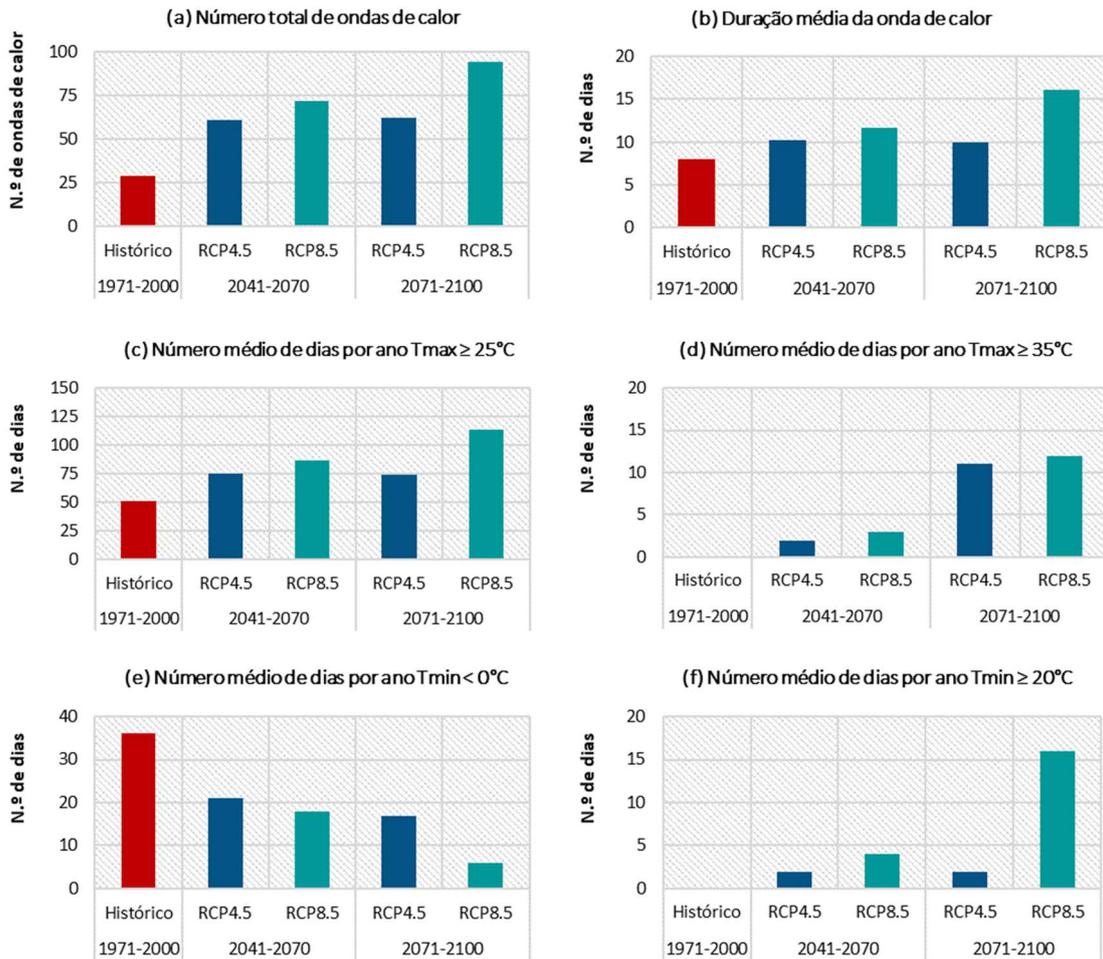
Projeta-se um aumento considerável no número médio de dias de verão (entre 27 e 58 dias) até ao final do século. Quanto ao número de dias muito quentes, projeta-se um aumento de até 23 dias.

Projeta-se um aumento substancial da frequência de ondas de calor (podendo chegar a mais de três vezes superior no cenário RCP8.5), sendo que a sua duração tende a ser superior até 14 dias, no final do século.

Para a frequência de noites tropicais (média anual) projeta-se um aumento em todos os modelos e cenários, podendo atingir as 25 noites. O número de dias de geada diminui em todos os modelos e cenários, projetando-se variações negativas entre os 17 e os 50 dias.

No Gráfico 32 são apresentadas as projeções dos valores extremos de temperatura para o cenário atual e cenários futuros, assumindo como referência, para efeitos ilustrativos, o modelo 2.

**Gráfico 32: Projeções climáticas dos valores extremos de temperatura para o cenário atual e futuros [modelo 2]<sup>7</sup>**



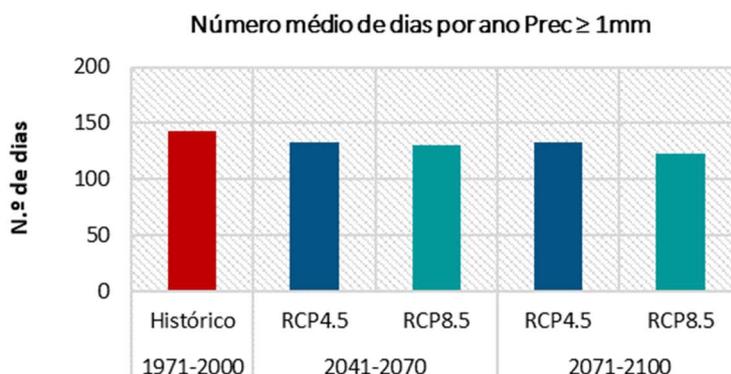
Fonte: Portal do Clima (IPMA, 2019).

### 2.5.2.3.2 PRECIPITAÇÃO

O número de dias de chuva ( $\geq 1\text{mm}$ ) poderá diminuir entre 10 a 25 dias (média anual), no final do século. Em termos de variação sazonal, projetam-se diminuições mais significativas na primavera, no verão e no outono. Para efeitos ilustrativos, é apresentada no Gráfico 33 a projeção do número médio de dias de precipitação, tendo como referência o modelo 2.

<sup>7</sup> (a) Frequência das ondas de calor; (b) Duração média das ondas de calor; (c) Número médio de dias por ano  $T_{\text{max}} \geq 25^\circ\text{C}$ ; (d) Número médio de dias por ano  $T_{\text{max}} \geq 35^\circ\text{C}$ ; (e) Número médio de dias por ano  $T_{\text{min}} < 0^\circ\text{C}$ ; (f) Número de dias por ano  $T_{\text{min}} \geq 20^\circ\text{C}$ .

**Gráfico 33: Número médio de dias de chuva [modelo 2]**

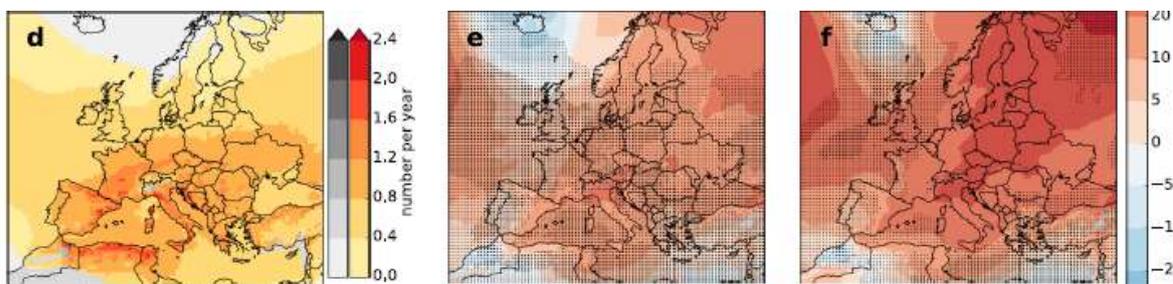


Fonte: Portal do Clima (IPMA, 2019).

### 2.5.2.3.3 VENTO

Segundo Rädle et. Al. (2019) a frequência de eventos climáticos convectivos, trovoadas e ventos fortes, tenderá a aumentar na Europa até o final deste século.

**Figura 1: Projeções de evolução das rajadas de vento ( $\geq 25$  m/s) no final do século (2071-2100) segundo o RCP4.5 e RCP8.5**

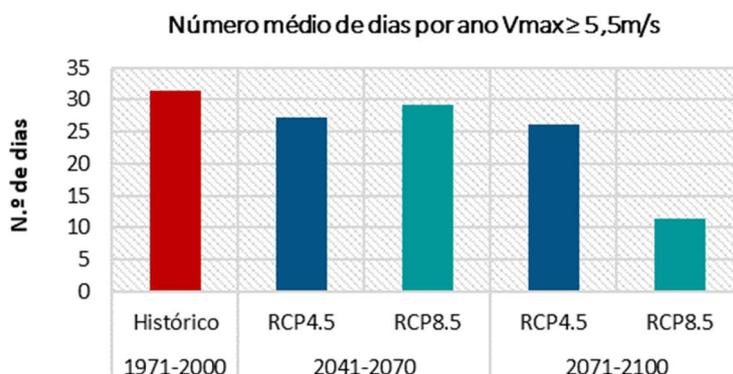


Fonte: Rädle et. Al., 2019.

O aumento esperado da temperatura do mar é outro fator que pode afetar a formação de fenómenos como furacões e tempestades tropicais em locais pouco suscetíveis geograficamente, como é o caso de Portugal.

O número de dias com vento moderado a forte, ou superior ( $> 5,5$  m/s), poderá diminuir até 4 dias no final do século. De modo geral, projeta-se que estas ocorrências tendem a ser menos frequentes. Para efeitos ilustrativos, é apresentada no Gráfico 34 a projeção do número médio de dias com vento moderado a forte, ou com intensidade superior, tendo por referência o modelo 2.

**Gráfico 34: Número médio de dias com vento moderado a forte, ou com intensidade superior [modelo 2]**



Fonte: Portal do Clima (IPMA, 2019).

#### 2.5.2.4 PROJEÇÕES CLIMÁTICAS (RISCO DE INCÊNDIO)

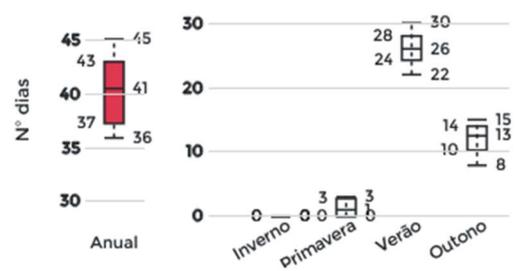
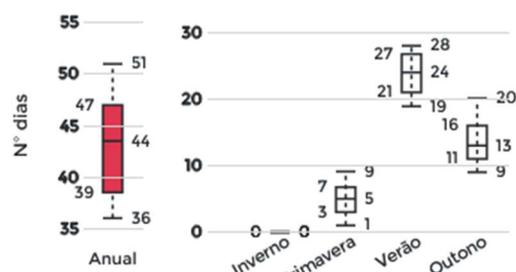
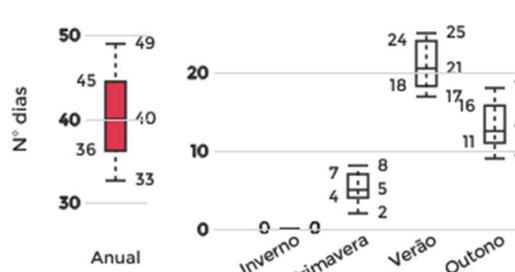
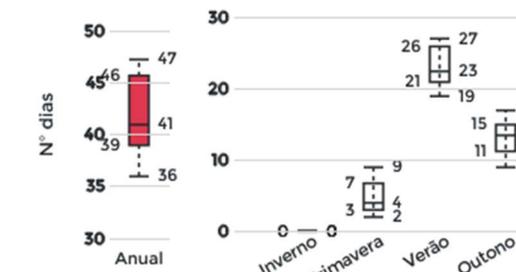
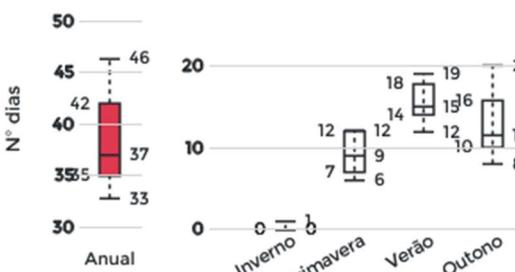
Atendendo ao aumento da temperatura, à alteração do regime de precipitação e ao aumento da frequência das secas e ondas de calor, tal como são projetados pelos cenários climáticos, é expectável o aumento do risco meteorológico de incêndio, destacando-se o seu aumento substancial nos meses de primavera e outono com o conseqüente alargamento da época de maior risco de incêndio.

Considerando o índice de risco moderado de incêndio, para o período de referência, 1971-2000, verifica-se que ocorreram 41 dias com risco moderado de incêndio (Quadro 19).

Para o período temporal de 2041-2070 (Quadro 19), o cenário RCP4.5 projeta um aumento do número de dias com risco moderado de incêndio, sendo este aumento de 3 dias (projetando-se 44 dias com risco moderado de incêndio). Por sua vez, segundo o cenário RCP8.5 projeta-se menos 1 dia com risco moderado (projetando-se 40 dias com risco moderado).

Para o período temporal 1971-2100 (Quadro 19), de acordo com o cenário RCP4.5 não se preveem alterações ao nível do número de dias com risco moderado, por sua vez, de acordo com o cenário RCP8.5 prevê-se uma diminuição de 4 dias de risco moderado (projetando-se 37 dias com risco moderado de incêndio).

**Quadro 19: Índice de risco moderado de incêndio (NUT III Beiras e Serra da Estrela)**

Risco Moderado		
Histórico (1971-2000)	Cenário RCP4.5 (2041-2070)	Cenário RCP8.5 (2041-2070)
	 <p><i>Normais climatológicas: Cenário RCP4.5 – 2041-2070, Modelo Global: Ensemble, Modelo Regional: Ensemble</i></p>	 <p><i>Normais climatológicas: Cenário RCP8.5 – 2041-2070, Modelo Global: Ensemble, Modelo Regional: Ensemble</i></p>
	Cenário RCP4.5 (2071-2100)	Cenário RCP8.5 (2071-2100)
<p><i>Normais climatológicas: Histórico observado – 1971-2000, Estatística: Média 30 anos</i></p>	 <p><i>Normais climatológicas: Cenário RCP4.5 – 2071-2100, Modelo Global: Ensemble, Modelo Regional: Ensemble</i></p>	 <p><i>Normais climatológicas: Cenário RCP8.5 – 2071-2100, Modelo Global: Ensemble, Modelo Regional: Ensemble</i></p>

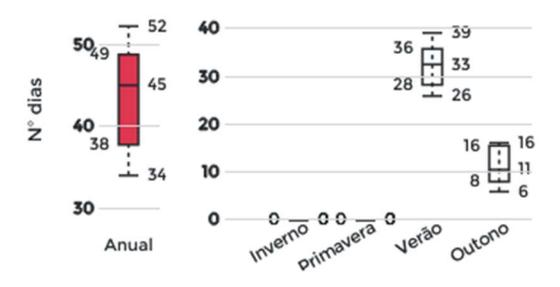
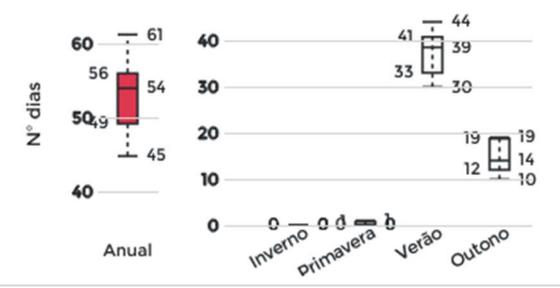
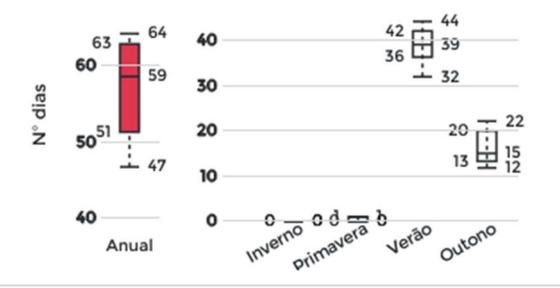
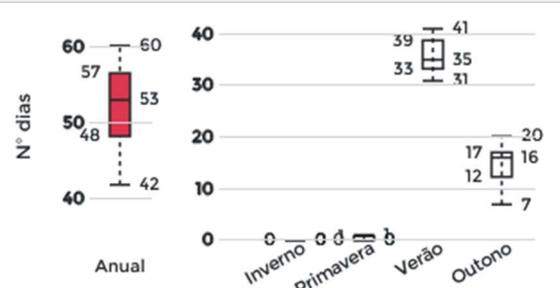
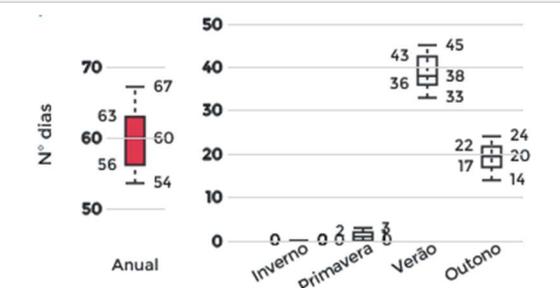
Fonte: Portal do Clima (<http://portaldoclima.pt/pt/>); 2023.

Analisando o Quadro 20, para o período de referência, 1971-2000, verifica-se que ocorreram 45 dias com risco elevado de incêndio.

Para o período temporal de 2041-2070 (Quadro 20), quer o cenário RCP4.5, quer o RCP8.5 projetam um aumento do número de dias com risco elevado de incêndio, sendo este aumento de 9 dias para o cenário RCP4.5 e de 14 dias para o cenário RCP8.5.

O mesmo se verifica para o período temporal 1971-2100 (Quadro 20), onde quer o cenário RCP4.5, quer o RCP8.5 projetam um aumento do número de dias com risco elevado de incêndio, aumento este que será de 8 dias para o cenário RCP4.5 e de 15 dias para o cenário RCP8.5.

**Quadro 20: Índice de risco elevado de incêndio (NUT III Beiras e Serra da Estrela)**

Risco Elevado		
Histórico (1971-2000)	Cenário RCP4.5 (2041-2070)	Cenário RCP8.5 (2041-2070)
	 <p><i>Normais climatológicas: Cenário RCP4.5 – 2041-2070, Modelo Global: Ensemble, Modelo Regional: Ensemble</i></p>	 <p><i>Normais climatológicas: Cenário RCP8.5 – 2041-2070, Modelo Global: Ensemble, Modelo Regional: Ensemble</i></p>
	Cenário RCP4.5 (2071-2100)	Cenário RCP8.5 (2071-2100)
	 <p><i>Normais climatológicas: Cenário RCP4.5 – 2071-2100, Modelo Global: Ensemble, Modelo Regional: Ensemble</i></p>	 <p><i>Normais climatológicas: Cenário RCP8.5 – 2071-2100, Modelo Global: Ensemble, Modelo Regional: Ensemble</i></p>
<p><i>Normais climatológicas: Histórico observado – 1971-2000, Estatística: Média 30 anos</i></p>	<p><i>Normais climatológicas: Cenário RCP4.5 – 2071-2100, Modelo Global: Ensemble, Modelo Regional: Ensemble</i></p>	<p><i>Normais climatológicas: Cenário RCP8.5 – 2071-2100, Modelo Global: Ensemble, Modelo Regional: Ensemble</i></p>

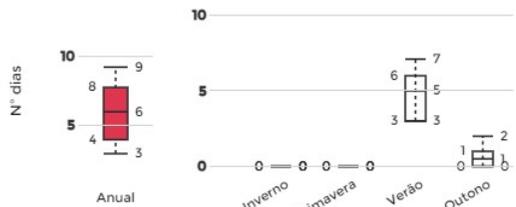
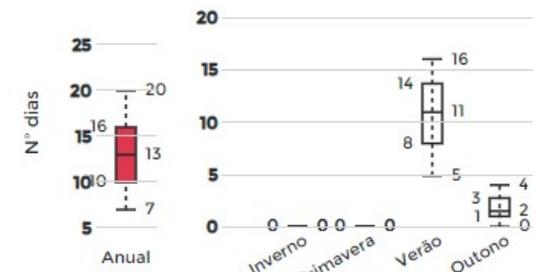
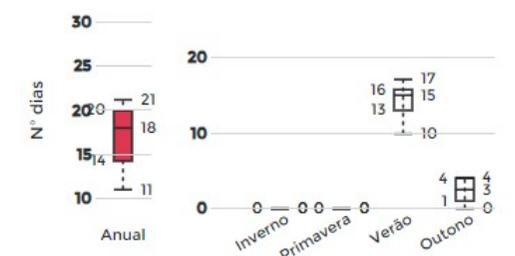
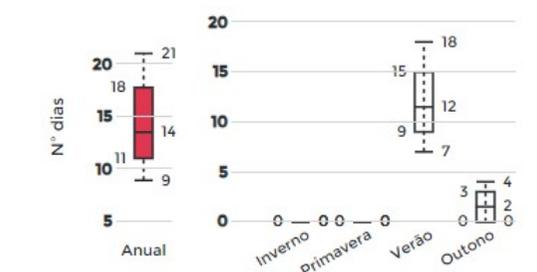
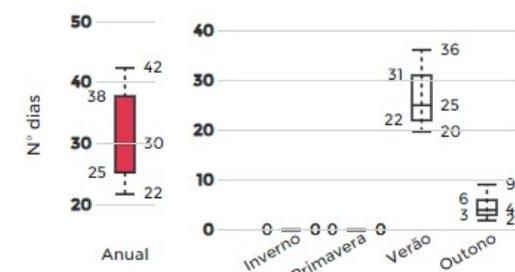
Fonte: Portal do Clima (<http://portaldoclima.pt/pt/>); 2023.

Para o período de referência, 1971-2000, verifica-se que ocorreram 6 dias com risco extremo de incêndio (Quadro 21).

Para o período temporal de 2041-2070 (Quadro 21), quer o cenário RCP4.5, quer o RCP8.5 projetam um aumento do número de dias com risco extremo de incêndio, sendo este aumento de 7 dias para o cenário RCP4.5 e de 12 dias para o cenário RCP8.5.

O mesmo se verifica para o período temporal 1971-2100, onde quer o cenário RCP4.5, quer o RCP8.5 projetam um aumento do número de dias com risco extremo de incêndio, aumento este que será de 8 dias para o cenário RCP4.5 e de 24 dias para o cenário RCP8.5 (Quadro 21).

**Quadro 21: Índice de risco extremo de incêndio (NUT III Beiras e Serra da Estrela)**

Risco Extremo		
Histórico (1971-2000)	Cenário RCP4.5 (2041-2070)	Cenário RCP8.5 (2041-2070)
 <p>Box plot showing the number of days (N° dias) for extreme fire risk. The y-axis ranges from 0 to 10. The x-axis categories are Anual, Inverno, Primavera, Verão, and Outono. The Anual box plot has a median around 6, with whiskers from 4 to 9. The Verão box plot has a median around 5, with whiskers from 3 to 7. Other seasons (Inverno, Primavera, Outono) show zero days.</p>	 <p>Box plot showing the number of days (N° dias) for extreme fire risk under the RCP4.5 scenario. The y-axis ranges from 0 to 25. The x-axis categories are Anual, Inverno, Primavera, Verão, and Outono. The Anual box plot has a median around 13, with whiskers from 7 to 20. The Verão box plot has a median around 11, with whiskers from 5 to 16. Other seasons (Inverno, Primavera, Outono) show zero days.</p>	 <p>Box plot showing the number of days (N° dias) for extreme fire risk under the RCP8.5 scenario. The y-axis ranges from 0 to 30. The x-axis categories are Anual, Inverno, Primavera, Verão, and Outono. The Anual box plot has a median around 18, with whiskers from 11 to 21. The Verão box plot has a median around 15, with whiskers from 10 to 17. Other seasons (Inverno, Primavera, Outono) show zero days.</p>
	<p>Normais climatológicas: Cenário RCP4.5 – 2041-2070, Modelo Global: Ensemble, Modelo Regional: Ensemble</p>	<p>Normais climatológicas: Cenário RCP8.5 – 2041-2070, Modelo Global: Ensemble, Modelo Regional: Ensemble</p>
	Cenário RCP4.5 (2071-2100)	Cenário RCP8.5 (2071-2100)
	 <p>Box plot showing the number of days (N° dias) for extreme fire risk under the RCP4.5 scenario. The y-axis ranges from 0 to 20. The x-axis categories are Anual, Inverno, Primavera, Verão, and Outono. The Anual box plot has a median around 14, with whiskers from 9 to 21. The Verão box plot has a median around 12, with whiskers from 7 to 18. Other seasons (Inverno, Primavera, Outono) show zero days.</p>	 <p>Box plot showing the number of days (N° dias) for extreme fire risk under the RCP8.5 scenario. The y-axis ranges from 0 to 50. The x-axis categories are Anual, Inverno, Primavera, Verão, and Outono. The Anual box plot has a median around 30, with whiskers from 22 to 42. The Verão box plot has a median around 25, with whiskers from 20 to 36. Other seasons (Inverno, Primavera, Outono) show zero days.</p>
<p>Normais climatológicas: Histórico observado – 1971-2000, Estatística: Média 30 anos</p>	<p>Normais climatológicas: Cenário RCP4.5 – 2071-2100, Modelo Global: Ensemble, Modelo Regional: Ensemble</p>	<p>Normais climatológicas: Cenário RCP8.5 – 2071-2100, Modelo Global: Ensemble, Modelo Regional: Ensemble</p>

Fonte: Portal do Clima (<http://portaldoclima.pt/pt/>); 2023.

### 2.5.2.5 PROJEÇÕES CLIMÁTICAS (ÍNDICE DE SECA)

Considerando as projeções que apontam para uma diminuição significativa do número de dias com precipitação, é expectável um aumento da frequência e da intensidade das secas.

A seca é uma redução temporária da disponibilidade de água, devida a precipitação insuficiente, sendo uma catástrofe natural com propriedades bastante específicas. De uma maneira geral é entendida como uma condição física transitória, associada a períodos mais ou menos longos de reduzida precipitação, com repercussões negativas nos ecossistemas e nas atividades socioeconómicas.

A duração de uma precipitação anormalmente reduzida, bem como a amplitude dos seus desvios da normal climatológica, determinam a intensidade de uma seca e a extensão dos seus efeitos a nível das reservas hidrológicas, das atividades económicas em geral (incluindo a agricultura), do ambiente e dos ecossistemas.

Em geral, distingue-se entre seca meteorológica, seca agrícola e seca hidrológica, não dissociadas dos impactes socioeconómicos e ambientais que dela advêm:

- **Seca meteorológica:** associada à não ocorrência de precipitação, define-se como a medida do desvio da precipitação em relação ao valor normal (média 1971-2000) e caracteriza-se pela falta de água induzida pelo desequilíbrio entre a precipitação e a evaporação, a qual depende de outros elementos como a velocidade do vento, temperatura, humidade do ar e insolação. A definição de seca meteorológica deve ser considerada como dependente da região, uma vez que as condições atmosféricas que resultam em deficiências de precipitação podem ser muito diferentes de região para região;
- **Seca agrícola:** associada à falta de água causada pelo desequilíbrio entre a água disponível no solo, a necessidade das culturas e a transpiração das plantas. Este tipo de seca está relacionado com as características das culturas, da vegetação natural, ou seja, dos sistemas agrícolas em geral;
- **Seca agrometeorológica:** conjugação dos conceitos de seca meteorológica e de seca agrícola, uma vez que existe uma relação de causa-efeito entre elas. Desta forma, a falta de água induzida pelo desequilíbrio entre a precipitação e a evaporação irá ter consequências diretas na disponibilidade de água no solo e, conseqüentemente, na produtividade das culturas;
- **Seca hidrológica:** associada ao estado de armazenamento das albufeiras, lagoas, aquíferos e das linhas de água em geral. A seca hidrológica está, assim, relacionada com a redução dos níveis

médios de água superficiais e subterrâneas e com a depleção de água no solo. Este tipo de seca está normalmente desfasado da seca meteorológica, dado que é necessário um período de tempo maior para que as deficiências na precipitação se manifestem nos diversos componentes do sistema hidrológico.

Em Portugal, a monitorização da seca meteorológica é realizada pelo IPMA, através do índice Palmer ou PDSI (*Palmer Drought Severity Index*) e do índice SPI (*Standardized Precipitation Index*):

- O **índice PDSI** baseia-se no conceito do balanço da água, tendo em conta dados de quantidade de precipitação, temperatura do ar e capacidade de água disponível. A aplicação deste índice permite detetar a ocorrência de períodos de seca e classifica-os em termos de intensidade (fraca, moderada, severa e extrema).
- O **índice SPI** quantifica o défice ou o excesso de precipitação em diferentes escalas temporais, que refletem o impacto da seca nas disponibilidades de água. As menores escalas, até 6 meses, remetem à seca meteorológica e agrícola (défice de precipitação e de humidade no solo, respetivamente), e entre 9 e 12 meses à seca hidrológica, com escassez de água refletida no escoamento superficial e nas albufeiras.

**Quadro 22: Classes de seca segundo o índice PDSI e o índice SPI**

Classes de Seca	PDSI	SPI
Chuva Extrema	4.00 ou superior	2.00 ou superior
Chuva Severa	3.00 a 3.99	1.50 a 1.99
Chuva Moderada	2.00 a 2.99	1.00 a 1.49
Chuva Fraca	0.50 a 1.99	0.99 a 0.50
Normal	0.49 a -0.49	0.49 a -0.49
Seca Fraca	-0.50 a -1.99	-0.50 a -0.99
Seca Moderada	-2.00 a -2.99	-1.00 a -1.49
Seca Severa	-3.00 a -3.99	-1.50 a -1.99
Seca Extrema	-4.00 ou inferior	-2.00 ou inferior

Os níveis de alerta para a seca agrometeorológica correspondem às seguintes descrições dos índices PDSI e SPI:

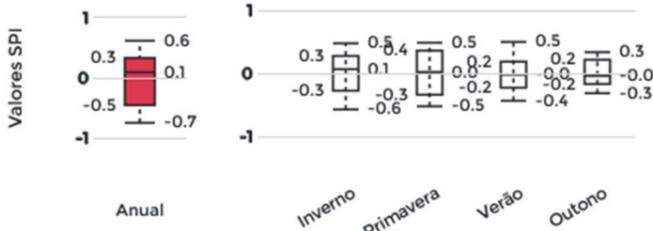
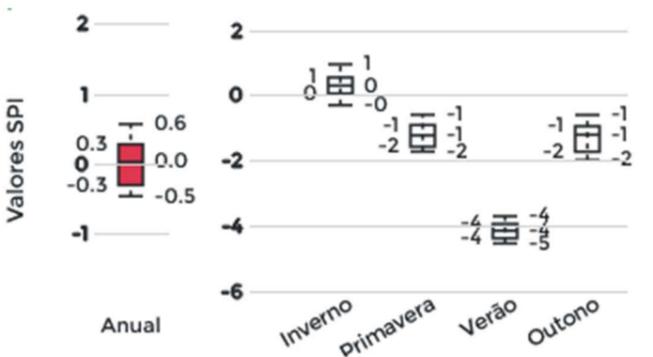
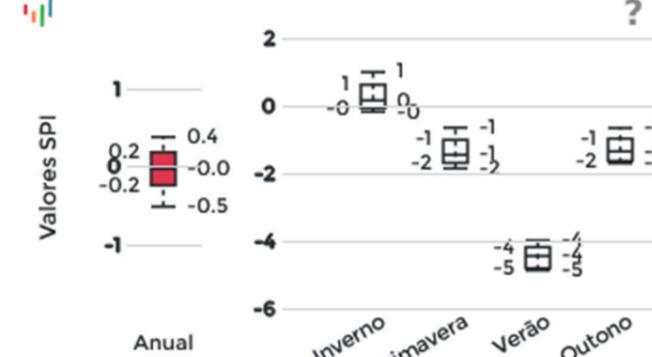
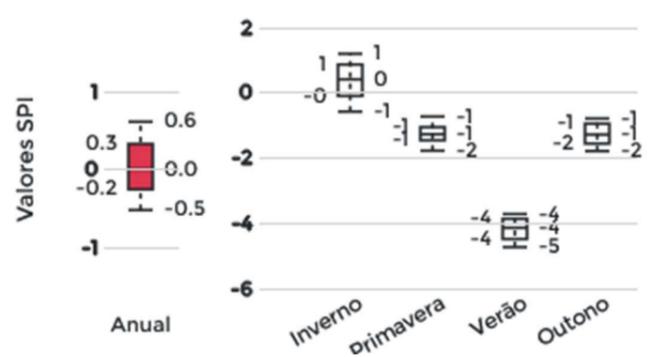
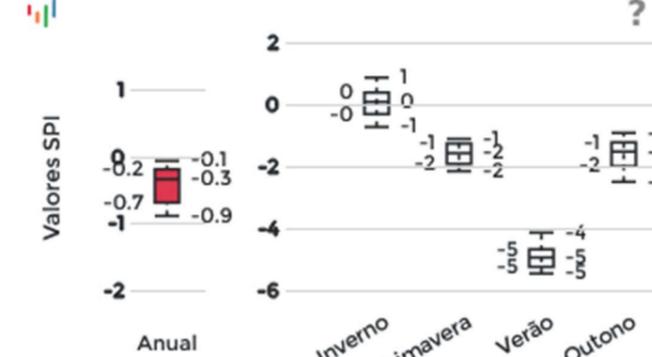
- **Nível A.1 – “Pré-Alerta”**: PDSI 2 meses consecutivos em seca moderada e SPI fraca a moderada;
- **Nível A.2 – “Alerta”**: PDSI 2 meses consecutivos em seca severa e SPI moderada a severa;
- **Nível A.3 – “Emergência”**: PDSI em seca extrema e SPI severa a extrema.

Considerando o índice de seca (SPI), para o período de referência, 1971-2000, verifica-se que em termos de classes de seca este enquadra-se na classe «normal», com um valor SPI 0,1 (Quadro 23).

Para o período temporal de 2041-2070 (Quadro 23), o cenário RCP4.5 e RCP8.5 projetam um ligeiro agravamento da situação de seca, fixando-se nos 0,0 (enquadrando-se ainda na classe de seca «normal»). Esta situação é mais gravosa se analisarmos em particular o que é projetado para o Verão, verifica-se um aumento significativo da situação de seca, sendo que de acordo com o cenário RCP4.5 e com o cenário RCP8.5 é expectável que o índice de seca se fixe em -4 (seca extrema) (Quadro 24).

Para o período temporal 1971-2100 (Quadro 23), o cenário RCP4.5 projeta um ligeiro agravamento da situação de seca, fixando-se nos 0,0 (enquadrando-se ainda na classe de seca «normal»). Por sua vez, o cenário RCP8.5 prevê um índice SPI de -0,3 [enquadrando-se ainda na classe de seca «normal», mas mais próximo de uma situação de seca fraca (SPI: -0.50 a -1.99)]. Analisando as projeções climáticas por estação, em particular no que diz respeito ao Verão, verifica-se um aumento significativo da situação de seca, sendo que de acordo com o cenário RCP4.5 é expectável que o índice de seca se fixe em -4 (seca extrema) e no cenário RCP8.5 se fixe nos -5 (seca extrema), o que se traduz em grandes perdas em culturas/pastagens e em escassez ou restrições generalizadas de água (Quadro 24).

**Quadro 23: Índice de Seca - SPI (anual) (NUT III Beiras e Serra da Estrela)**

Histórico (1971-2000)	Cenário RCP4.5 (2041-2070)	Cenário RCP8.5 (2041-2070)
	 <p>Normais climatológicas: Cenário RCP4.5 – 2041-2070, Modelo Global: Ensemble, Modelo Regional: Ensemble</p>	 <p>Normais climatológicas: Cenário RCP8.5 – 2041-2070, Modelo Global: Ensemble, Modelo Regional: Ensemble</p>
	Cenário RCP4.5 (2071-2100)	Cenário RCP8.5 (2071-2100)
	 <p>Normais climatológicas: Cenário RCP4.5 – 2071-2100, Modelo Global: Ensemble, Modelo Regional: Ensemble</p>	 <p>Normais climatológicas: Cenário RCP8.5 – 2071-2100, Modelo Global: Ensemble, Modelo Regional: Ensemble</p>
<p>Normais climatológicas: Histórico observado – 1971-2000, Estatística: Média 30 anos</p>	<p>Normais climatológicas: Cenário RCP4.5 – 2071-2100, Modelo Global: Ensemble, Modelo Regional: Ensemble</p>	<p>Normais climatológicas: Cenário RCP8.5 – 2071-2100, Modelo Global: Ensemble, Modelo Regional: Ensemble</p>

Fonte: Portal do Clima (<http://portaldoclima.pt/pt/>); 2023.

**Quadro 24: Índice de Seca - SPI (verão) (NUT III Beiras e Serra da Estrela)**



Fonte: Portal do Clima (<http://portaldoclima.pt/pt/>); 2023.

### 2.5.2.6 SÍNTESE DAS PROJEÇÕES CLIMÁTICAS PARA O MUNICÍPIO DE PINHEL

As principais vulnerabilidades climáticas futuras projetadas para o município de Pinhel estão relacionadas com as seguintes alterações climáticas:

- 1) Diminuição da precipitação média anual, com potencial aumento da precipitação no inverno.
  - a) Média anual: diminuição da precipitação média anual;
  - b) Precipitação sazonal: diminuição nos meses de primavera e outono;
  - c) Secas mais frequentes e intensas: diminuição significativa do número de dias com precipitação, aumentando a frequência e intensidade das secas.
- 2) Aumento da temperatura média anual, em especial das máximas.
  - a) Média anual e sazonal: subida da temperatura média anual e aumento significativo das temperaturas máximas no verão e no outono promovendo uma diminuição dos dias de geada;
  - b) Dias muito quentes: aumento do número de dias com temperaturas muito altas (> 35°C), e de noites tropicais, com temperaturas mínimas >20°C;
  - c) Ondas de calor: ondas de calor mais frequentes e intensas.
- 3) Aumento dos fenómenos extremos em particular de precipitação intensa ou muito intensa em períodos de tempo curtos sendo ainda expectável a ocorrência de tempestades de inverno mais intensas, acompanhadas de chuva e vento forte.

Da análise efetuada, conclui-se que os riscos climáticos que apresentam um risco mais acentuado e preocupante, sendo desde logo considerados como os mais prioritários, são os relacionados com o aumento das temperaturas elevadas / ondas de calor, secas e precipitação excessiva / intensidade (aumento de cheias e inundações rápidas).

Ao nível dos riscos associados à ocorrência de vento forte, temperaturas baixas e ondas de frio projetam-se eventuais diminuições do nível de risco, no entanto, devido às incertezas associadas à evolução dos fenómenos climáticos devem ser tidas em conta algumas reservas.

### 3 VISÃO

O Plano Municipal de Ação Climática de Pinhel é fundamental para enfrentar os desafios provocados pelas alterações climáticas. Com a implementação de diferentes medidas de adaptação e mitigação, pretende-se reduzir os impactos negativos já visíveis. Por conseguinte, o Município de Pinhel está empenhado em colaborar na diminuição dos efeitos das alterações climáticas, assegurando a sustentabilidade ambiental e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

**O PMAC de Pinhel tem como visão estratégica para o futuro climático do concelho:**

O compromisso do Município de Pinhel em transformar-se num território focado no desenvolvimento sustentável, na descarbonização e na transição energética está expresso na elaboração um roteiro estratégico para adaptar e mitigar os riscos climáticos. Este roteiro incluirá a implementação de um novo modelo de governança local, com ênfase na educação e sensibilização ambiental, bem como na monitorização, avaliação e envolvimento ativo da população.

Além disso, o Município compromete-se a manter o esforço na implementação das medidas planeadas, visando garantir o sucesso das iniciativas propostas e contribuir para a construção de um ambiente mais resiliente e sustentável. Para alcançar estes objetivos, será fundamental investir na capacitação e sensibilização da comunidade, estabelecer parcerias estratégicas e adotar práticas inovadoras e tecnologias sustentáveis.

Uma abordagem proativa e colaborativa permitirá ao Município de Pinhel encarar com sucesso os desafios climáticos e tornar-se um exemplo de boas práticas e liderança exemplar no combate às alterações climáticas e na promoção do desenvolvimento sustentável.

## 4 OBJETIVOS E METAS

De acordo com a Lei de Bases do Clima (Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro), o Plano Municipal de Ação Climática (PMAC) é aprovado, em assembleia municipal, pelos municípios.

Assim, é imprescindível que o Plano Municipal de Ação Climática (PMAC) esteja em sintonia com as diretrizes e metas nacionais, no que diz respeito à política climática. A integração dessas diretrizes nacionais é fundamental para assegurar a eficiência e a eficácia das medidas adotadas no âmbito municipal:

- Lei de Bases do Clima, Roteiro para a Neutralidade Carbónica (RNC 2050) e Plano Nacional Energia Clima (PNEC 2030), na dimensão mitigação;
- Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC) e Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P3-AC), na dimensão adaptação.

O PMAC de Pinhel deverá incluir os seguintes elementos: objetivos e metas municipais para a redução de emissões de gases com efeito de estufa; preparação e resposta aos efeitos das alterações climáticas; ações a desenvolver e investimento associado a essas ações.

### 4.1 OBJETIVOS E METAS DE MITIGAÇÃO

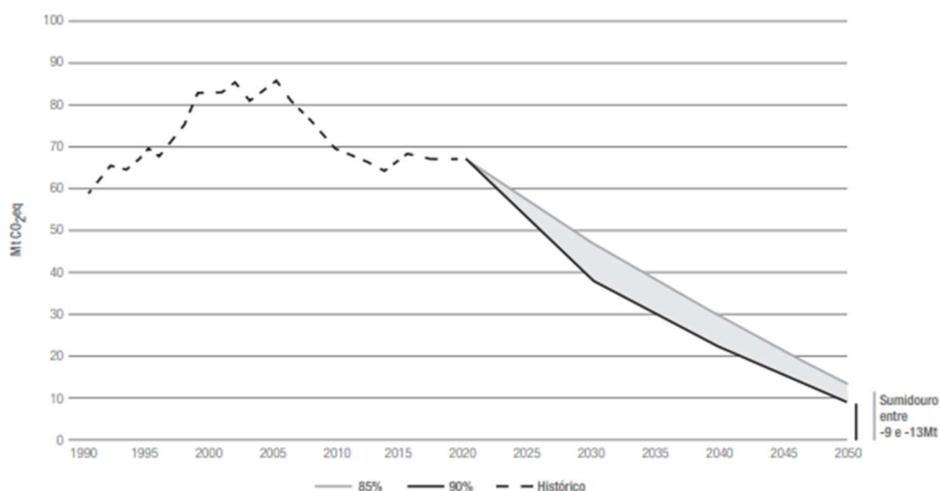
De acordo com a APA (2023), a **mitigação** é uma ação essencial para lidar com as alterações climáticas e que procura diminuir os gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera. Para atingir este objetivo, é preciso adotar medidas de controlo das emissões nos setores mais críticos da economia e estabelecer metas claras de redução através de planos nacionais.

Para a meta da neutralidade carbónica é necessário igualar as emissões de GEE com a capacidade de absorção até 2050, resultando em emissões líquidas zero, o que exigirá uma considerável redução das emissões e/ou o aumento das capacidades de absorção a nível nacional, a serem realizados até 2050.

Os cenários modelados no âmbito dos trabalhos do RNC 2050 permitiram sustentar a viabilidade tecnológica da neutralidade carbónica até 2050, assente numa trajetória de redução de emissões, aprovada no PNEC 2030, de -45% a -55% em 2030, de -65% a -75% em 2040 e de -85% a -90% em 2050, face a 2005, pressupondo um valor de sumidouro entre -9 e -13 MtCO<sub>2</sub>, prevendo-se que os 10% a 15%

de emissões restantes, em 2050, sejam compensados através do sequestro de carbono pelo uso do solo e florestas.

**Figura 2: Trajetórias de 85-90% de redução de emissões em 2050**



Fonte: Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050), 2019.

No entanto, a Lei de Bases do Clima (Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro) já adotou novas metas de redução de GEE, nomeadamente:

1. Eliminação dos intervalos anteriormente previstos no PNEC 2030 para as metas de 2030 e 2050, estipulando o limite máximo desse intervalo como a meta a atingir;
2. Um intervalo para o sumidouro líquido de CO<sub>2</sub> a ser atingido entre 2045 e 2050;
3. A possibilidade de antecipação da meta da neutralidade carbónica para 2045, mediante novos estudos.

Para 2030 e por referência às emissões registadas em 2005, foram também definidas metas setoriais no PNEC:

- 70% no setor dos serviços;
- 35% no setor residencial;
- 40% no setor dos transportes;
- 11% no setor da agricultura;

- 30% no setor dos resíduos e águas residuais.

De referir ainda as seguintes metas para o setor energético, para o mesmo horizonte temporal:

- Incorporar 47% de energia de fontes renováveis no consumo final bruto de energia;
- Reduzir 35% do consumo de energia primária com vista a uma melhor eficiência energética;
- Atingir 15% interligações de eletricidade.

**Quadro 25: Trajetórias para a neutralidade carbónica em 2050 (RNC 2050 e Lei de Bases do Clima)**

Trajetórias de GEE	2030	2040	2050
<b>RNC 2050</b>			
Redução de Emissões vs 2005 (%)	45%   55%	65%   75%	85%   90%
Emissões de GEE(MtCO <sub>2eq</sub> )	39   48	22   30	9   13
Sumidouro (MtCO <sub>2</sub> )	-	-	9   13
<b>Lei de Bases do Clima</b>			
Redução de Emissões vs 2005 (%)	55%	65%   75%	90%
Emissões de GEE(MtCO <sub>2eq</sub> )	48	22   30	13
Sumidouro (MtCO <sub>2</sub> )	-	13 (2045-2050)	

*Fonte: Orientações para Planos Regionais de Ação Climática; APA, 2022.*

A combinação de metas e objetivos no PMAC tem como objetivo torná-lo num instrumento adaptativo de análise, ação e monitorização. Desta forma, o plano garantirá e viabilizará as bases técnicas necessárias para inserir a mitigação no ordenamento do território e na gestão dos recursos a nível municipal.

O Município de Pinhel está ainda comprometido em elaborar e aplicar uma estratégia municipal de longo prazo para enfrentar a pobreza energética, em conjunto com as iniciativas de descarbonização.

## 4.2 OBJETIVOS E METAS DE ADAPTAÇÃO

No que concerne à **adaptação**, a APA (2023) define-a como uma resposta às alterações climáticas, visando reduzir a vulnerabilidade aos seus efeitos negativos. Este objetivo é alcançado através de estratégias de adaptação em diferentes níveis territoriais, que reconhecem vulnerabilidades e implementam medidas para fortalecer a resiliência do país. Assim, as ações de adaptação são assentes em avaliações de risco e vulnerabilidade, as quais identificam os desafios atuais e futuros decorrentes das alterações climáticas.

O PMAC de Pinhel, nesta sua vertente adaptativa, pretende aplicar de forma prática o Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da região das Beiras e Serra da Estrela (PIAAC-BSE), uma vez que pertence à Comunidade Intermunicipal (CIM) da sub-região das Beiras e Serra da Estrela. De um modo geral, esta região regista altas temperaturas e baixa precipitação durante os meses de verão, sendo particularmente vulnerável à escassez de água. Além disso, o PMAC encontra-se ainda estruturado em torno dos objetivos nucleares da ENAAC 2020, adaptados à realidade do concelho, com vista ao seu desenvolvimento e operacionalização.

A operacionalização da adaptação será estruturada com base num conjunto de objetivos estratégicos, que visam dar resposta aos desafios colocados pelas alterações climáticas projetadas para o território de Pinhel, sendo eles os seguintes:

- **Informação e conhecimento:** constitui a base de todo o exercício de adaptação às alterações climáticas e foca-se sobre a necessidade de consolidar e desenvolver uma base científica e técnica sólida;
- **Reduzir vulnerabilidades e aumentar a capacidade de resposta:** corresponde ao trabalho de identificação, definição de prioridades e aplicação das principais medidas de adaptação;
- **Participar, sensibilizar e divulgar:** identificar o imperativo de levar a todos os agentes sociais o conhecimento sobre alterações climáticas e a transmitir a necessidade de ação e, sobretudo, suscitar a maior participação possível por parte desses agentes na definição e aplicação do plano;
- **Cooperar a nível internacional:** abordar as responsabilidades em matéria de cooperação internacional na área da adaptação às alterações climáticas.

## 5 MITIGAÇÃO

### 5.1 SITUAÇÃO ATUAL E PROJEÇÃO DE EMISSÕES DE GEE PARA 2030, 2040, 2050

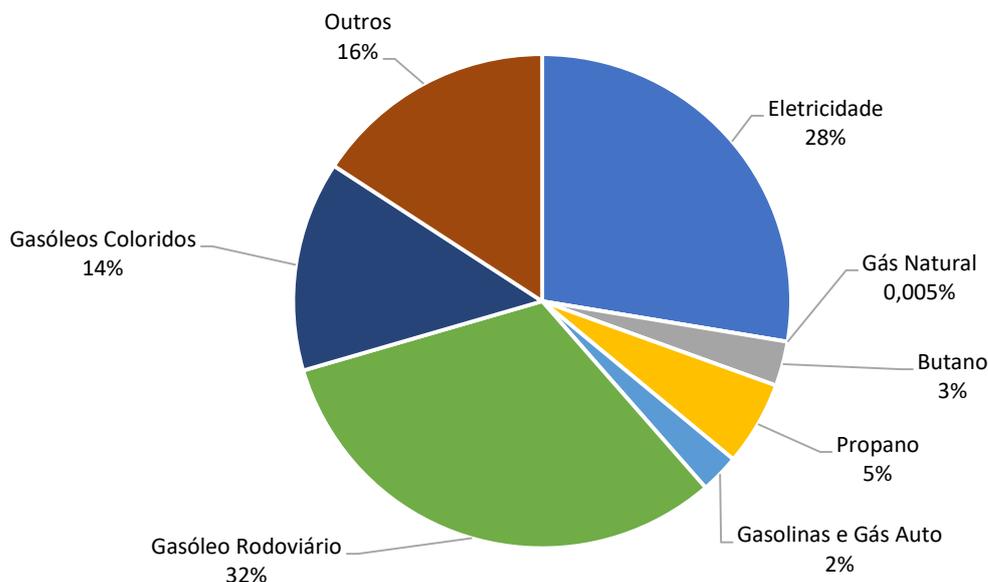
#### 5.1.1 SITUAÇÃO ATUAL DE EMISSÕES DE GEE

##### 5.1.1.1 EMISSÕES POR VETOR ENERGÉTICO

O gráfico seguinte evidencia as emissões de GEE por vetor energético consumido no ano 2019. Os valores de emissão apresentados dizem respeito aos seguintes vetores energéticos: eletricidade, gás natural, butano, propano, gasolinas (gasolina IO 95 e gasolina IO 98) e gás auto, gasóleo rodoviário, gasóleos coloridos (gasóleo colorido e gasóleo colorido para aquecimento) e outros combustíveis (nafta química e aromáticos, petróleo iluminante / carburante, fuelóleo, lubrificantes e asfaltos).

Pela análise do Gráfico 35, observa-se que cerca de 32% das emissões de GEE têm origem em consumos de gasóleo rodoviário, 28% em consumo de eletricidade, 16% em consumo de outros combustíveis e 14% em consumo de gasóleos coloridos.

**Gráfico 35: Emissões de GEE por vetor energético (%), no território do concelho de Pinhel, em 2019**



Fonte: Direção-Geral de Energia e Geologia, 2023.

#### 5.1.1.2 EMISSÕES SETORIAIS

O gráfico seguinte é referente às emissões de GEE por setor de atividade consumidor de energia para o ano 2019.

Os resultados apresentados para o consumo de energia final basearam-se na informação disponibilizada pela DGEG relativa ao consumo de energia elétrica e às vendas de gás natural e de produtos do petróleo, por setor de atividade, no ano de 2019. A quantificação da emissão de CO<sub>2</sub> foi efetuada aplicando fatores de emissão aos consumos de energia.

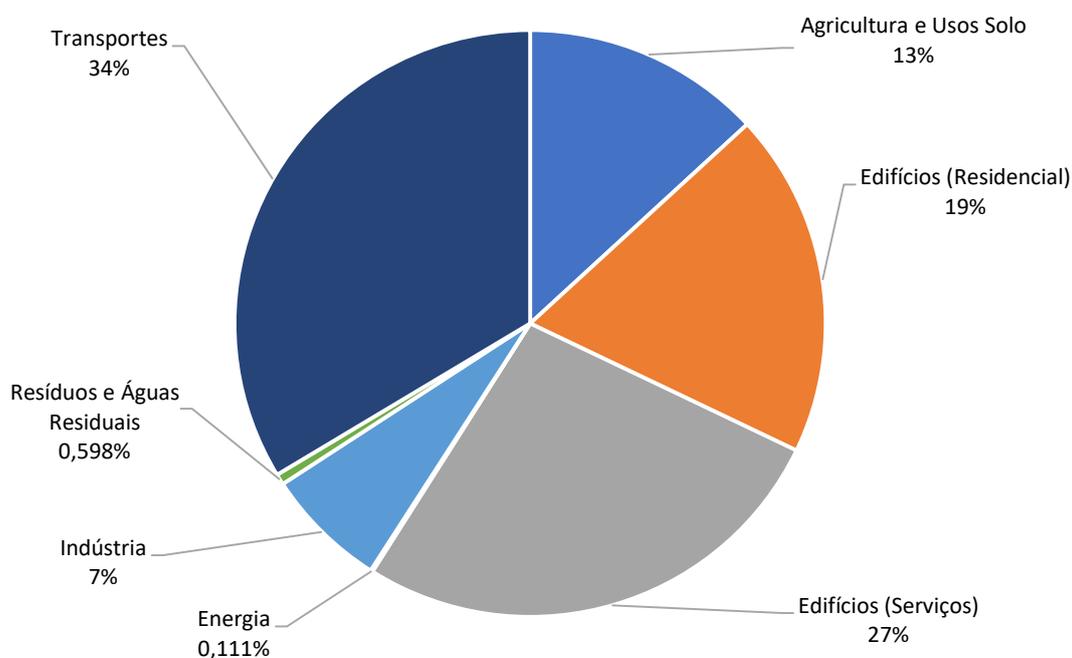
Os valores de emissão apresentados são referentes aos setores: agricultura e usos solo; edifícios (residencial); edifícios (serviços); energia; indústria; resíduos e águas residuais; transportes. Deste modo, é possível observar a evolução das emissões de CO<sub>2</sub> para cada setor tendo em conta o consumo total de energia, ao longo do período de projeção.

Observando o Gráfico 36 verifica-se que os edifícios são, a par com o setor dos transportes, os principais emissores do concelho.

O setor dos transportes é responsável por cerca de 34% do total das emissões de GEE no concelho de Pinhel. Este setor inclui o transporte rodoviário, ferroviário, marítimo e aviação (quando aplicável), podendo distinguir-se entre transporte de passageiros e transporte de mercadorias.

Por sua vez, os edifícios (residenciais e de serviços) são responsáveis por cerca de 46% das emissões de GEE no concelho de Pinhel. Os edifícios, que incluem os setores residencial e de serviços, são grandes consumidores de energia sendo, atualmente, responsáveis por cerca de 44% do consumo de energia final e são uma das fontes mais importantes de emissão de CO<sub>2</sub>. Nos edifícios consome-se energia associada ao fornecimento de serviços de energia como aquecimento e arrefecimento de espaços, iluminação, refrigeração e confeção de alimentos, aquecimento de águas sanitárias, entre outros.

**Gráfico 36: Emissões de GEE por setor de atividade (%), no território do concelho de Pinhel, em 2019**



Fonte: Direção-Geral de Energia e Geologia, 2023.

As emissões da agricultura e usos dos solos representaram, em 2019, cerca de 13% das emissões do concelho.

## 5.1.2 PROJEÇÃO DE EMISSÕES DE GEE PARA 2030, 2040, 2050

### 5.1.2.1 PRESSUPOSTOS

O Acordo de Paris, adotado em 2015, estipula três objetivos globais, designadamente: limitar o aumento médio da temperatura global bem abaixo dos 2°C e prosseguir esforços para limitar o aumento médio da temperatura global a 1,5°C, reconhecendo que tal reduziria de forma significativa os riscos e impactos das alterações climáticas; aumentar a capacidade de adaptação aos impactos adversos das alterações climáticas e promover a resiliência climática e o desenvolvimento de baixo carbono; e tornar os fluxos financeiros consistentes com trajetórias de desenvolvimento resilientes e de baixo carbono.

Na sequência do referido anteriormente, o Acordo de Paris estabelece ainda que para atingir estes objetivos será necessário alcançar a neutralidade carbónica na segunda metade deste século.

Em 2016, o Governo Português comprometeu-se em assegurar a neutralidade das suas emissões até ao final de 2050. Este compromisso significa alcançar um balanço neutro entre as emissões de GEE e o sequestro de carbono, pelo que será necessário efetuar reduções substanciais das emissões e/ou aumentos substanciais dos sumidouros nacionais, que deverão materializar-se entre o presente e 2050.

A metodologia de desenvolvimento das trajetórias de emissões de GEE até 2050 foi desenhada à luz do Roteiro Nacional para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC2050), em todos os setores, a estimativa de emissões de GEE segue igualmente as metodologias constantes nos inventários nacionais de emissões.

Assim, foram definidas e calculadas duas possíveis trajetórias de emissões de GEE, designadamente:

- Cenário Business-as-Usual (BaU);
- Cenário de Descarbonização (CD).

No **cenário Business-as-Usual (BaU)** a redução de emissões de GEE é conseguida após a aplicação das ações de mitigação já previstas nos planos estratégicos nacionais, intermunicipais e municipais em curso ou programados para o horizonte 2050. Neste cenário não ocorrem mudanças estruturais nos diferentes setores e por isso consideram-se apenas as tecnologias que estão disponíveis no mercado, e são mantidas as tendências setoriais.

Por sua vez, o **cenário de Descarbonização (CD)** procura a descarbonização dos setores da energia e dos transportes no município de Pinhel, em linha com o definido no Roteiro para a Neutralidade Carbónica Nacional (RNC2050). Prevê uma alteração estrutural e transversal das cadeias de produção, possibilitada

pela adoção de um conjunto de novas tecnologias, considerando a incorporação mais efetiva de modelos de economia circular.

#### 5.1.2.1.1 POPULAÇÃO

Os cenários socioeconómicos que se seguem resultam de exercícios de projeção populacional, optando-se, em termos metodológicos, pelo recurso ao método das componentes por cortes, método amplamente utilizado pelo INE.

**Quadro 26: Síntese dos resultados dos exercícios de projeção da população do concelho de Pinhel**

Horizonte temporal	Habitantes			Variação <sup>8</sup>					
	Cenário Alto	Cenário Central	Cenário Baixo	Cenário Alto		Cenário Central		Cenário Baixo	
	N.º	N.º	N.º	N.º	%	N.º	%	N.º	%
2030	6.927	6.838	6.772	-1.165	-14,4	-1.254	-15,5	-1.320	-16,3
2040	5.693	5.530	5.403	-2.399	-29,6	-2.562	-31,7	-2.689	-33,2
2050	4.501	4.294	4.135	-3.591	-44,4	-3.798	-46,9	-3.957	-48,9

Fonte: XVI Recenseamento Geral da População, INE (2023); Projeções da população residente, INE (2023).

Nos três cenários considerados (alto, central e baixo), observa-se uma tendência de quebra da população, agravando-se em cada uma das décadas em análise (2030, 2040 e 2050).

No último ano projetado, em 2050, estima-se que o concelho de Pinhel venha a perder entre 3.591 residentes (-46,9%), de acordo com o cenário mais otimista, e 3.957 residentes (-48,9%), considerando os pressupostos menos favoráveis.

Não obstante dos resultados obtidos, denota-se que os exercícios prospetivos realizados permitem antever a evolução da população residente no concelho de Pinhel até 2050, sem a intervenção de políticas e sem a ocorrência de acontecimentos imprevisíveis e/ou de natureza excecional.

<sup>8</sup> Relativamente ao ano de 2021.

### 5.1.2.1.2 PIB PER CAPITA

Considera-se a evolução histórica do PIB per capita (2011-2021) de acordo com os dados regionais (NUT III – Beiras e Serra da Estrela)<sup>9</sup> disponibilizados pelo INE.

**Quadro 27: Produto Interno Bruto (€ e %) na NUT III – Beiras e Serra da Estrela, NUT II - Centro e NUT I - Continente e respetiva variação relativa (2011 e 2021)**

Unidade Territorial	Produto Interno Bruto (B.1*g) a preços correntes [Base 2016 - € (milhões)]		Variação (%) (2011-2021)
	2011	2021	
NUT I – Continente	167.757	204.995	22,2
NUT II – Centro	32.670	40.978	25,4
<b>NUT III - Beiras e Serra da Estrela</b>	<b>2.471</b>	<b>3.104</b>	<b>25,6</b>

*Fonte: Contas Económicas Regionais, INE (2023).*

A sua projeção para os anos seguintes está em linha com a projeção do PIB per capita nacional para o RNC2050 (Quadro 28 e Quadro 29).

**Quadro 28: Taxa média de variação anual do PIB (%)**

Cenário	2016-2020	2021-2030	2031-2040	2041-2050
Cenário Fora de Pista	2,0	1,1	0,8	0,9
Cenário Pelotão	2,0	1,4	1,2	1,3
Cenário Camisola Amarela	2,0	1,6	1,6	1,7

*Fonte: APA, 2019a.*

**Quadro 29: Taxa média de variação anual do PIB per capita (%)**

Cenário	2016-2020	2021-2030	2031-2040	2041-2050
Cenário Fora de Pista	2,2	1,6	1,3	1,6
Cenário Pelotão	2,2	1,8	1,5	1,8
Cenário Camisola Amarela	2,2	1,6	1,6	1,8

*Fonte: APA, 2019a.*

<sup>9</sup> Não estão disponíveis dados municipais de PIB per capita.

### 5.1.2.1.3 FATORES DE EMISSÃO

Consideraram-se os fatores de emissão de acordo com o Inventário Nacional de Emissões Atmosféricas (INERPA).

Os fatores de emissão da produção de eletricidade utilizados na modelação dos cenários de evolução de emissões encontram-se em linha com o RNC2050.

**Quadro 30: Evolução do fator de emissão da eletricidade (em linha com o RNC2050)**

Cenário	2015	2020	2025	2030	2035	2040	2045	2050	Unidade
Business-as-Usual	290	245,2	84	28,8	21,7	16,4	9,6	5,6	g/kWh
Cenário Camisola Amarela	290	245,2	84	28,8	12,5	4,3	2,6	1,6	g/kWh

Fonte: APA, 2019b.

### 5.1.2.1.4 PRESSUPOSTOS ESPECÍFICOS

No Quadro 31 são apresentados os pressupostos específicos adotados no processo de modelação de cada setor.

**Quadro 31: Pressupostos adotados no desenvolvimento dos cenários de evolução de emissões de cada setor**

Setor	Cenário de Referência	Cenário de Descarbonização
Energia Estacionária	As tendências de consumo de energia final e a sua distribuição por tipologia seguiu a previsão do RNC 2050 (cenário fora de pista).	Todos os subsetores seguem as tendências de consumos totais de energia presentes no cenário Camisola Amarela do RNC2050 e, adicionalmente consideram as mesmas proporções de energias finais. Globalmente, há uma tendência de eletrificação, e surgimento do renovável solar local, em alternativa às energias poluentes.
Transportes	As tendências de consumo de energia final e a sua distribuição por tipologia seguiu a previsão do RNC 2050 (cenário fora de pista).	Todos os subsetores seguem as tendências de consumos totais de energia presentes no cenário Camisola Amarela do RNC2050 e, adicionalmente consideram as mesmas proporções de energias finais. Globalmente, há uma tendência de eletrificação, e surgimento do hidrogénio para veículos pesados, em alternativa às energias poluentes.

#### 5.1.2.1.5 INCERTEZAS

Importa reforçar que a um exercício desta natureza, e com um horizonte temporal de três décadas (2020-2050), está associado um considerável nível de incerteza, pelo que os resultados deverão ser interpretados e utilizados com a devida atenção.

Os cenários resultam de modelos, obviamente simplificados, que não conseguem reproduzir na íntegra a complexidade à escala municipal, bem como na avaliação de medidas de mitigação, e respetivos impactos, concebidas para reduzir as emissões de GEE no município. Por isso mesmo se refere a estimativas, pressupostos, projeções e cenários, os quais procuram prever o que irá acontecer, sabendo à partida que a realidade trará certamente divergências ao que se previu.

#### 5.1.2.1.6 DRIVERS DE DESCARBONIZAÇÃO

Para cada um dos setores existem drivers que orientam o caminho para a descarbonização. Estes drivers são impulsionadores da transformação e contribuirão para que o Município de Pinhel atinja a neutralidade carbónica em 2050.

**Quadro 32: Principais drivers de descarbonização de cada setor**

Setor	Drivers de Descarbonização
Energia Estacionária	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Principais <i>drivers</i> de descarbonização do setor energético:</li> <li>▪ Recursos endógenos renováveis;</li> <li>▪ Eficiência energética;</li> <li>▪ Eletrificação;</li> <li>▪ Novos vetores energéticos (e.g. hidrogénio);</li> </ul>
Energia Estacionária	<p><b><u>Principais drivers de descarbonização do setor electroprodutor:</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Evolução para uma base de produção assente em solar (centralizado e descentralizado), eólica (<i>onshore</i> e <i>offshore</i>) e hídrica (com e sem bombagem);</li> <li>▪ Fim da produção de eletricidade a partir de carvão até 2030 e, numa segunda fase, fim da produção de eletricidade a partir de gás natural após 2040;</li> <li>▪ Novas soluções de armazenamento (baterias e hidrogénio);</li> <li>▪ Maior inteligência e flexibilidade das redes.</li> </ul>
	<p><b><u>Principais drivers de descarbonização do setor da indústria:</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Eficiência energética e de recursos;</li> <li>▪ Eletrificação;</li> <li>▪ Solar térmico e biomassa;</li> <li>▪ Inovação e novos modelos de negócio (e.g. biorefinarias);</li> <li>▪ Simbioses industriais e reaproveitamento de recursos.</li> </ul>

Setor	<i>Drivers</i> de Descarbonização
	<p><b><u>Principais <i>drivers</i> de descarbonização dos setores residencial e serviços:</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Eficiência energética;</li> <li>▪ Eletrificação;</li> <li>▪ Isolamento e reabilitação;</li> <li>▪ Solar térmico e bombas de calor</li> </ul> <hr/> <p><b><u>Principais <i>drivers</i> de descarbonização do setor agricultura, florestas e outros usos do solo:</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Agricultura biológica, de conservação e de precisão;</li> <li>▪ Pastagens biodiversas;</li> <li>▪ Melhoria da digestibilidade da alimentação animal;</li> <li>▪ Melhoria da gestão de efluentes pecuários;</li> <li>▪ Redução do uso de fertilizantes sintéticos e sua substituição por composto orgânico;</li> <li>▪ Diminuição da área ardida;</li> <li>▪ Melhoria da produtividade florestal.</li> </ul> <hr/> <p><b><u>Principais <i>drivers</i> de descarbonização do setor resíduos e águas residuais:</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Redução da produção de resíduos <i>per capita</i>;</li> <li>▪ Redução da fração orgânica dos resíduos urbanos, pela melhoria da recolha seletiva e da redução do desperdício alimentar;</li> <li>▪ Retirada da deposição de resíduos urbanos em aterro, por via de:</li> <li>▪ Recolha de bio resíduos e prioridade ao tratamento biológico, com produção de composto;</li> <li>▪ Aumento da recolha separativa multimaterial e desenvolvimento das fileiras de reciclagem.</li> </ul>
Transportes	<p><b><u>Principais <i>drivers</i> de descarbonização do setor dos transportes:</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Mais eficiência e reforço dos sistemas de transporte público;</li> <li>▪ Mobilidade ativa e suave;</li> <li>▪ Maior eficiência, associada à mobilidade partilhada e aos veículos autónomos;</li> <li>▪ Eletrificação;</li> <li>▪ Biocombustíveis e hidrogénio.</li> </ul>

Fonte: APA, 2019b.

### 5.1.2.1.7 RESULTADOS

Os resultados apresentados nos pontos seguintes baseiam-se num conjunto de pressupostos assumidos durante o processo de modelação, estando, por isso, sujeitos a incertezas associadas à sua conceção. Assim, estes devem apenas servir como base para informar quais as melhores opções a seguir.

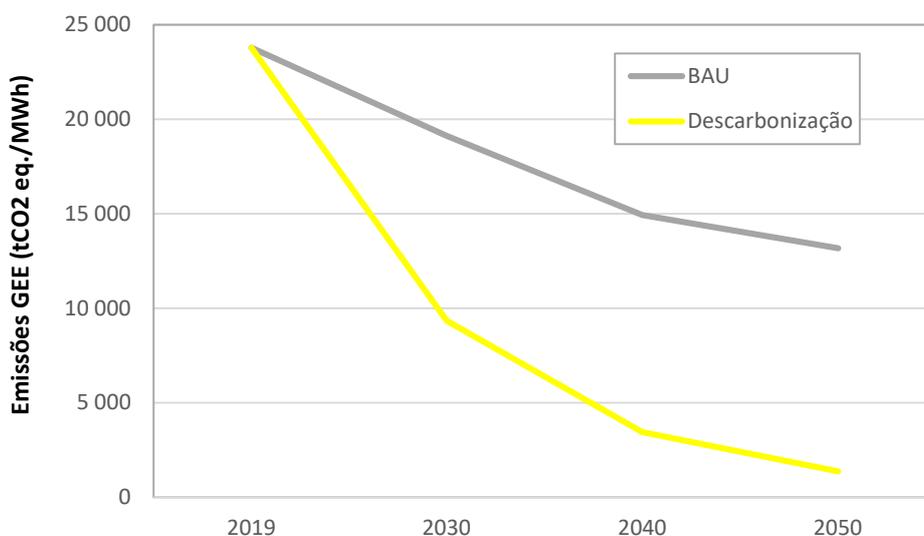
### 5.1.2.2 PROJEÇÃO DE EMISSÕES TOTAIS

De acordo com a metodologia exposta no ponto «5.1.2.1 Pressupostos», apresentam-se as projeções de emissões de GEE para os cenários considerados:

- Business-as-Usual (BaU);
- Cenário de Descarbonização (CD).

Conforme apresentado no Gráfico 37, as emissões de GEE diminuem em ambos os cenários apresentados. No cenário Business-as-Usual (BaU), prevê-se uma redução na ordem dos 45%, passando de 23.786 tCO<sub>2</sub>eq./MWh, em 2019, para as 13.175 tCO<sub>2</sub>eq./MWh, em 2050. Por sua vez, o cenário de descarbonização (CD) prevê uma redução na ordem do 94%, passando de 23.786 tCO<sub>2</sub>eq./MWh, em 2019, para as 1.371 tCO<sub>2</sub>eq./MWh, em 2050.

**Gráfico 37: Evolução das emissões de GEE (tCO<sub>2</sub>eq./MWh), no território do concelho de Pinhel (2019-2050)**

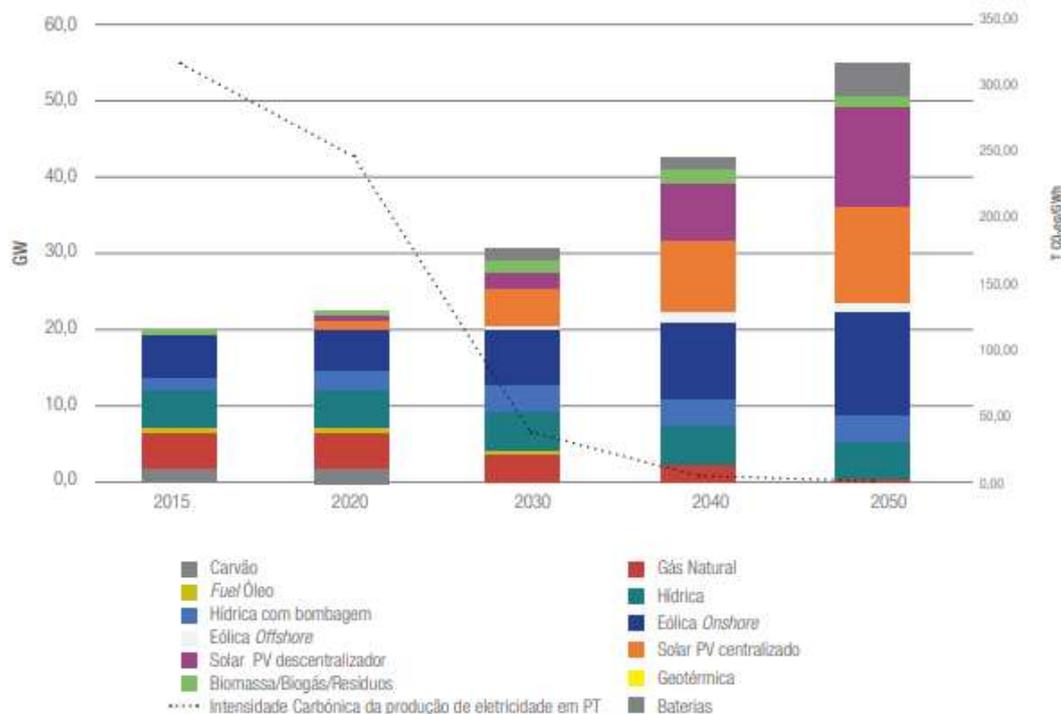


Importa referir que o principal driver para a redução acentuada de emissões é o fator de emissão da rede elétrica nacional, que, impulsionado pela incorporação crescente de renováveis, atingirá valores muito baixos (Quadro 30).

De acordo com a Figura 3, num cenário de neutralidade carbónica prevê-se que, em 2050, mais de 80% do consumo de energia primária provenha de recursos endógenos renováveis e entre 66% a 68% do consumo de energia final será satisfeito por eletricidade. Alcançar uma rede elétrica renovável e,

consequentemente, esta alteração no fator de emissão da rede pressupõe, assim, um esforço e contribuição nacional.

**Figura 3: Evolução da capacidade instalada do setor electroprodutor (inclui cogerações) e da intensidade carbónica da produção de eletricidade**

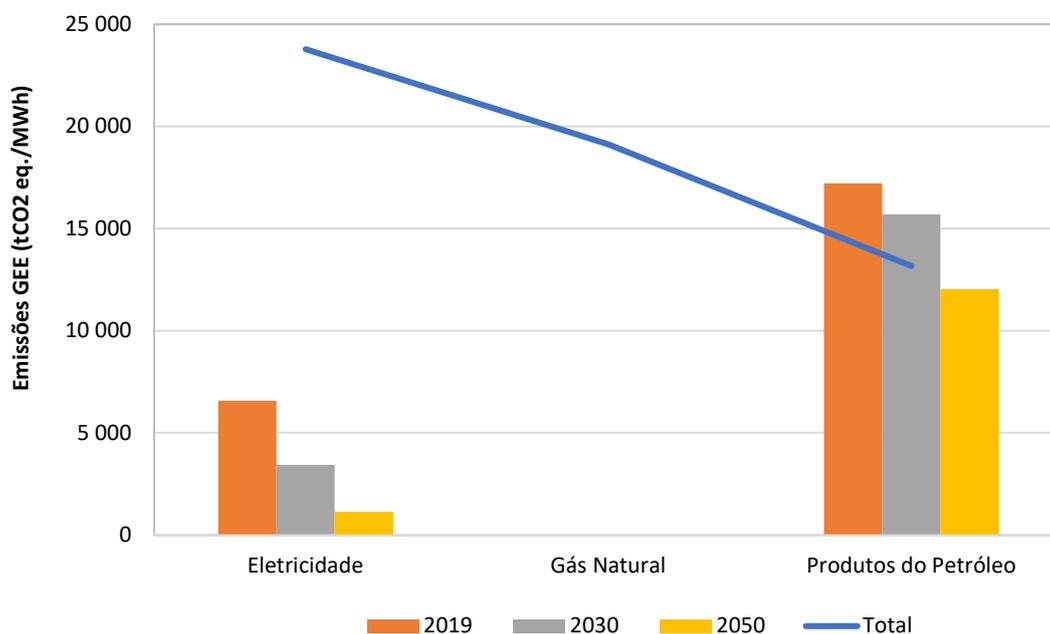


Fonte: APA, 2019b.

### 5.1.2.3 PROJEÇÃO DE EMISSÕES POR VETOR ENERGÉTICO

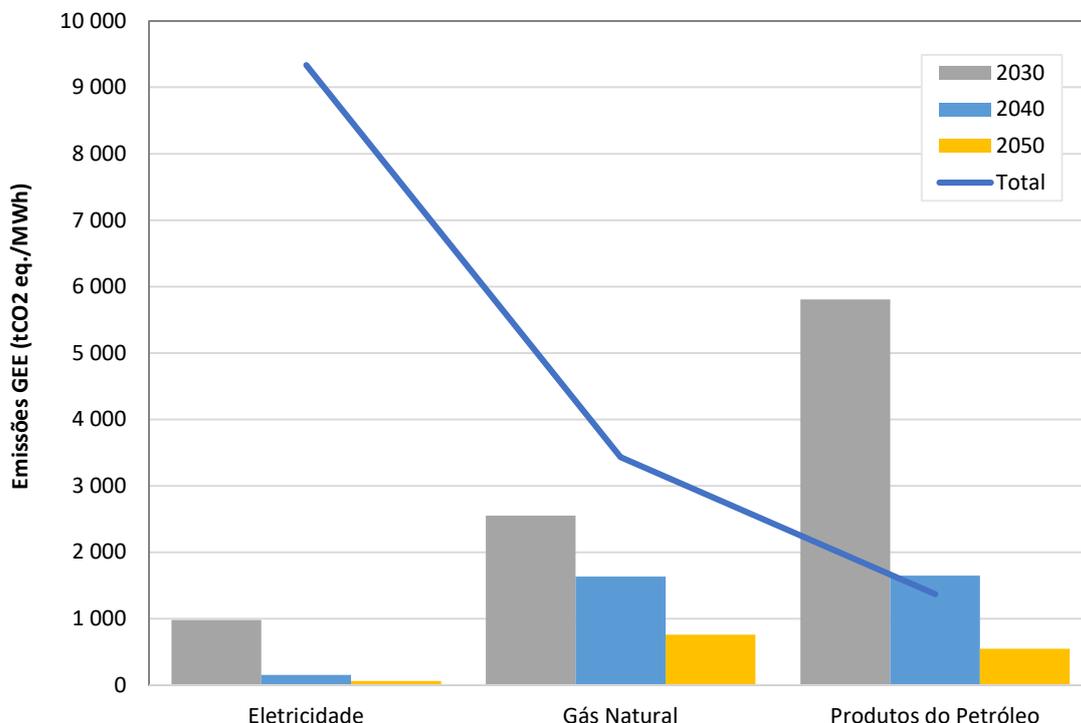
De acordo com o cenário Business-as-Usual (BaU) (Gráfico 38), observa-se uma clara diminuição do peso da eletricidade no total das emissões de GEE, passando de 6.572 tCO<sub>2</sub>eq./MWh em 2019 para 1.131 tCO<sub>2</sub>eq./MWh em 2050. As emissões associadas aos produtos do petróleo também irão diminuir, passando de 17.213 tCO<sub>2</sub>eq./MWh em 2019 para 12.042 tCO<sub>2</sub>eq./MWh em 2050. Relativamente às emissões de gás natural, o seu peso no total das emissões de GEE é muito reduzido, no entanto, o cenário BaU prevê uma ligeira subida durante o período em análise, passando de 1 tCO<sub>2</sub>eq./MWh, em 2019, para 2 tCO<sub>2</sub>eq./MWh, em 2050.

**Gráfico 38: Evolução das emissões de GEE (tCO<sub>2</sub>eq./MWh), por vetor energético (%), no território do concelho de Pinhel, segundo o cenário BaU (2019-2050)**



O cenário de descarbonização (CD) (Gráfico 39), projeta para a eletricidade um decréscimo das emissões na ordem dos 93% (passando de 981 tCO<sub>2</sub>eq./MWh, em 2030 para as 64 tCO<sub>2</sub>eq./MWh em 2050). No que diz respeito ao gás natural este decréscimo ronda os 70% (passando de 2.550 tCO<sub>2</sub>eq./MWh em 2030 para as 760 tCO<sub>2</sub>eq./MWh em 2050). No caso dos produtos do petróleo estima-se redução de cerca de 91% (passando de 5.805 tCO<sub>2</sub>eq./MWh em 2030 para as 547 tCO<sub>2</sub>eq./MWh em 2050).

**Gráfico 39: Evolução das emissões de GEE (tCO<sub>2</sub>eq./MWh), por vetor energético (%), no território do concelho de Pinhel, segundo o cenário de descarbonização (CD) (2030-2050)**



## 5.2 SITUAÇÃO ATUAL E PROJEÇÃO DE CONSUMOS DE ENERGIA E INCORPORAÇÃO DE RENOVÁVEIS

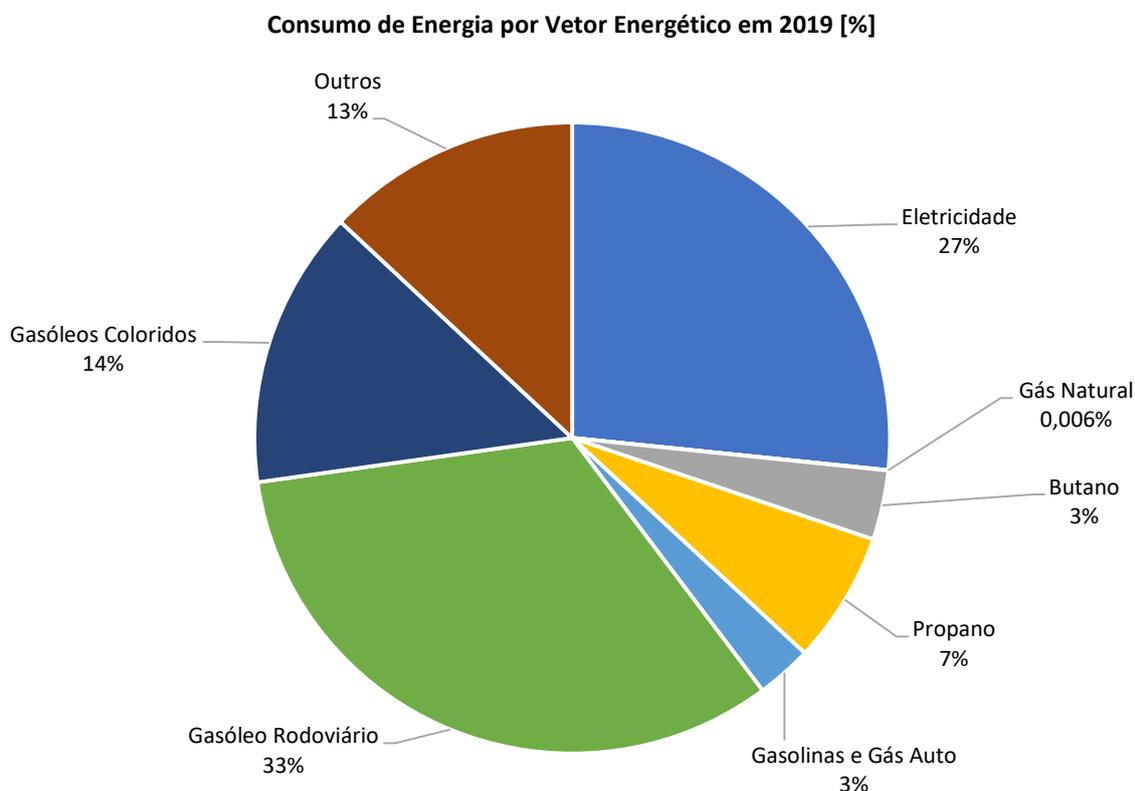
### 5.2.1 SITUAÇÃO ATUAL DE CONSUMOS DE ENERGIA E INCORPORAÇÃO DE RENOVÁVEIS

#### 5.2.1.1 CONSUMO DE ENERGIA POR VETOR ENERGÉTICO

No gráfico seguinte são ilustrados os consumos de energia por vetor energético para o ano 2019 do concelho de Pinhel. Os consumos distribuem-se pelos seguintes vetores energéticos: eletricidade, gás natural, butano, propano, gasolinas (gasolina IO 95 e gasolina IO 98) e gás auto, gasóleo rodoviário, gasóleos coloridos (gasóleo colorido e gasóleo colorido para aquecimento) e outros combustíveis (nafta química e aromáticos, petróleo iluminante / carburante, fuelóleo, lubrificantes e asfaltos).

No ano 2019 (Gráfico 40) destacam-se os consumos de gasóleo rodoviário (33,00%) e eletricidade (26,63%).

**Gráfico 40: Consumo de energia por vetor energético (%), no território do concelho de Pinhel, em 2019**



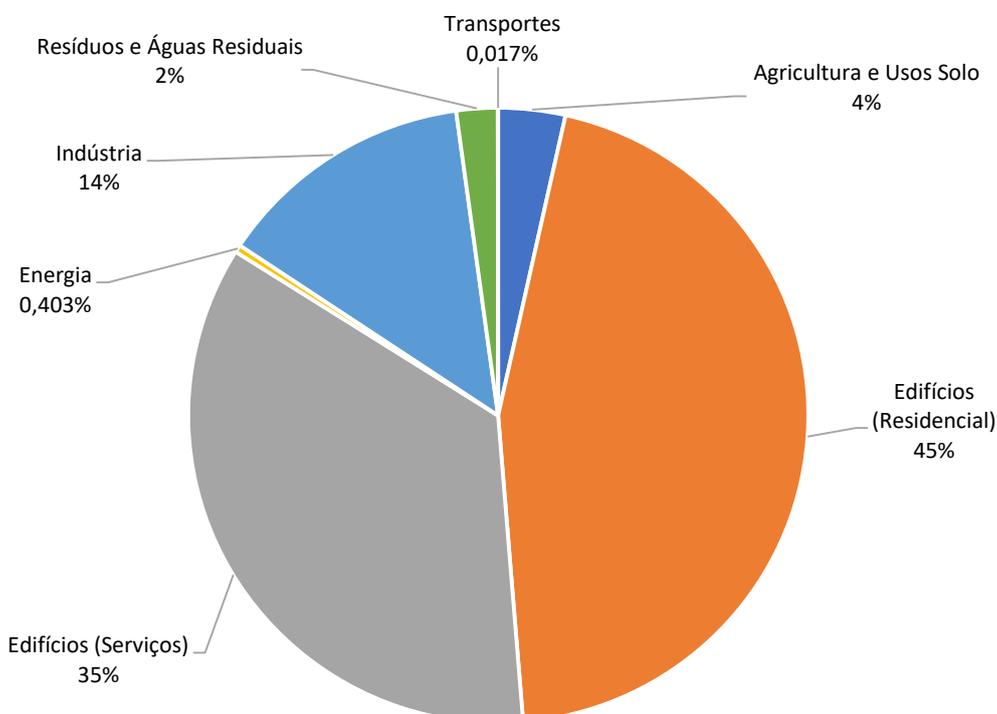
Fonte: Direção-Geral de Energia e Geologia, 2023.

### 5.2.1.2 CONSUMO SETORIAL DE ENERGIA

No gráfico seguinte apresentam-se os consumos de energia elétrica por setor de atividade para o ano 2019, para o concelho de Pinhel. Os consumos de energia apresentados são referentes aos principais setores consumidores de eletricidade: agricultura e usos solo; edifícios (residencial); edifícios (serviços); energia; indústria; resíduos e águas residuais; transportes.

O Gráfico 41 coloca em evidência os elevados consumos por parte do «setor dos edifícios residenciais e de serviços» que consomem, respetivamente, cerca de 45% e 35% do total de energia elétrica utilizada no concelho de Pinhel.

**Gráfico 41: Consumo de energia elétrica por setor de atividade (%), no território do concelho de Pinhel, em 2019**

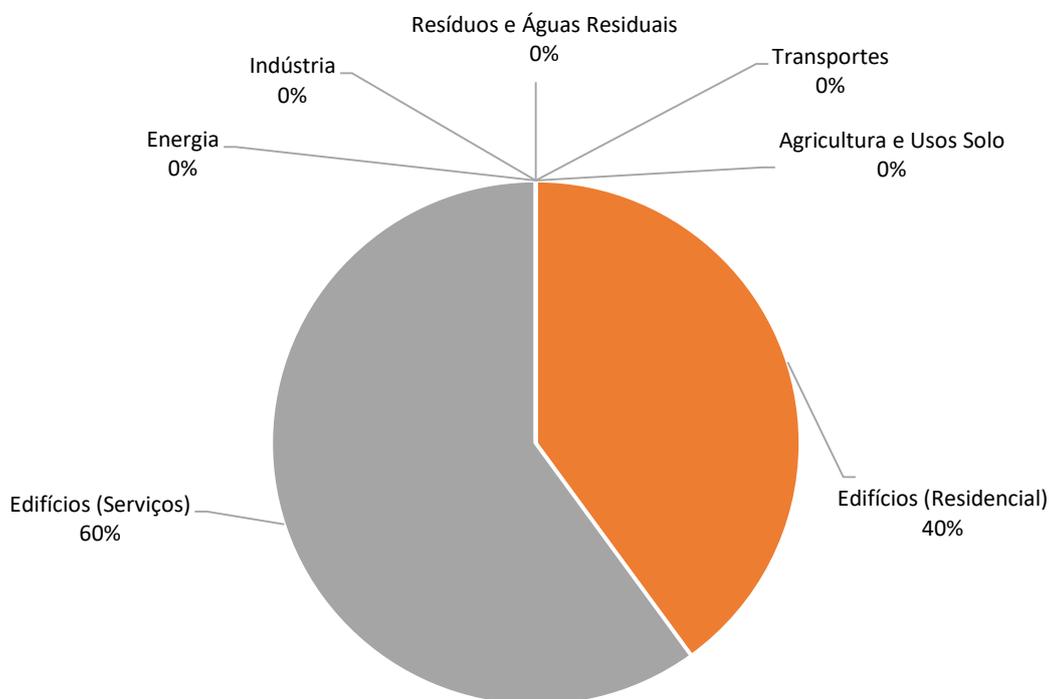


Fonte: Direção-Geral de Energia e Geologia, 2023.

Quanto aos consumos de gás natural, no gráfico seguinte encontram-se evidenciados os consumos por setor de atividade para o ano de 2019. Os consumos de gás natural apresentados são referentes aos principais setores consumidores: agricultura e usos solo; edifícios (residencial); edifícios (serviços); energia; indústria; resíduos e águas residuais; transportes.

Observando o Gráfico 42 verifica-se a predominância do «setor dos edifícios de serviços» (aproximadamente 60%), seguindo-se o «setor dos edifícios residenciais» (aproximadamente 40%).

**Gráfico 42: Consumo de gás natural por setor de atividade (%), no território do concelho de Pinhel, em 2019**

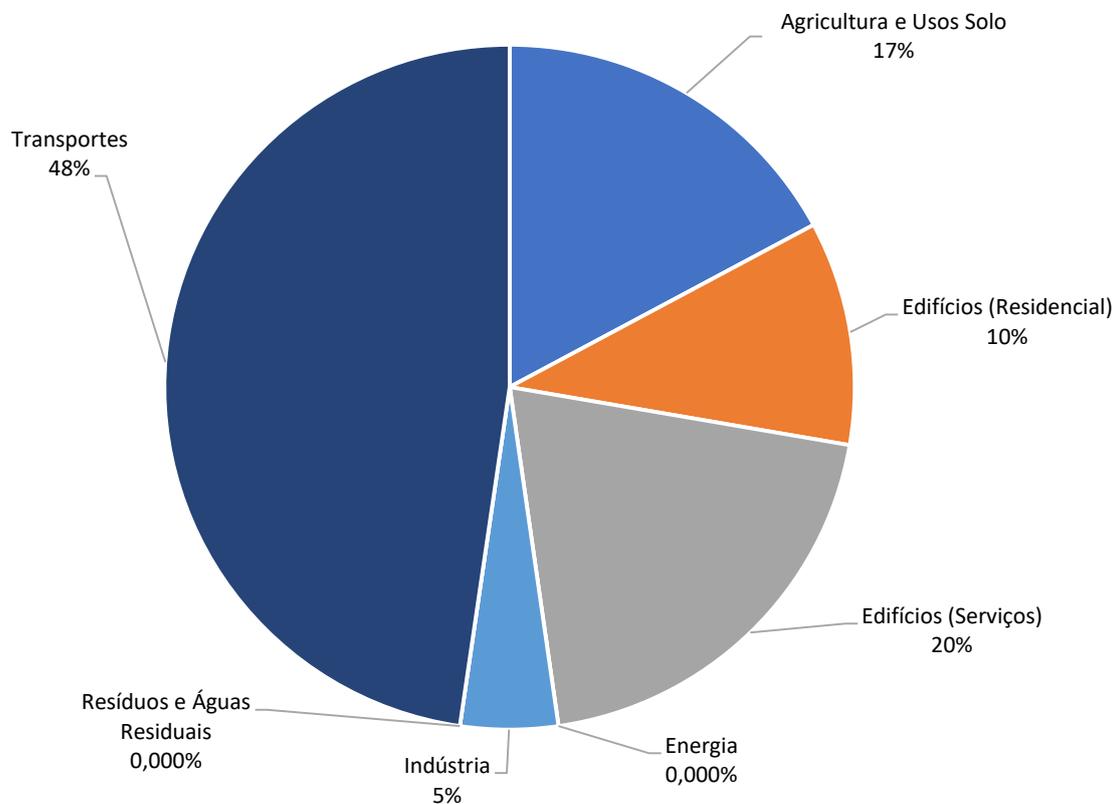


Fonte: Direção-Geral de Energia e Geologia, 2023.

Quanto aos produtos do petróleo, no gráfico seguinte encontram-se evidenciados os consumos por setor de atividade para o ano de 2019. Os consumos de produtos de petróleo apresentados são referentes aos principais setores consumidores: agricultura e usos solo; edifícios (residencial); edifícios (serviços); energia; indústria; resíduos e águas residuais; transportes.

Pela análise da procura de produtos do petróleo por setor de atividade no ano 2019 (Gráfico 43) identifica-se a predominância da procura por parte do «setor dos transportes», com aproximadamente 48% do total dos consumos, seguindo-se o «setor dos edifícios de serviços», com 20,02% dos consumos e o «setor da agricultura e usos do solo», com 17,14% dos consumos.

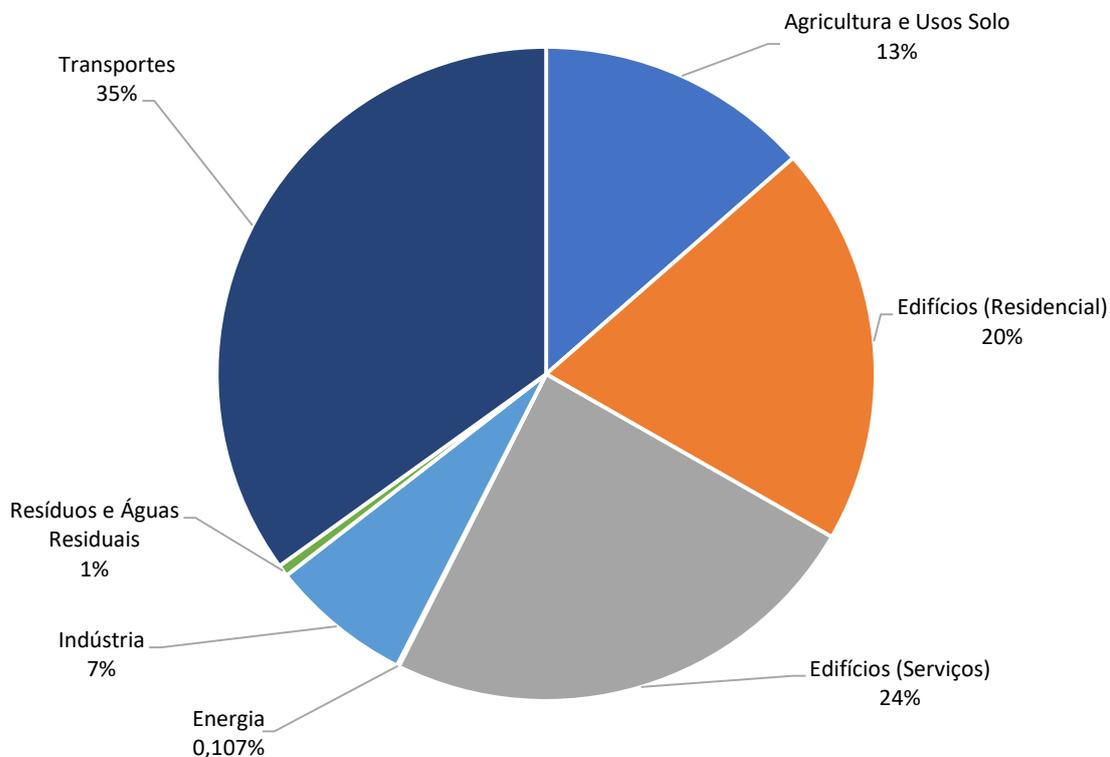
**Gráfico 43: Consumo de produtos do petróleo por setor de atividade (%), no território do concelho de Pinhel, em 2019**



Fonte: Direção-Geral de Energia e Geologia, 2023.

Por último, procedeu-se à análise dos consumos de energia total por setor de atividade para o ano de 2019. Assim, observando o Gráfico 44, verifica-se uma predominância da procura energética no «setor dos transportes», correspondente a 35% da procura de energia, seguido do «setor dos edifícios de serviços», com 24% e do «setor dos edifícios residenciais», com 20% dos consumos.

**Gráfico 44: Consumo total de energia por setor de atividade (%), no território do concelho de Pinhel, em 2019**



Fonte: Direção-Geral de Energia e Geologia, 2023.

### 5.2.1.3 ÍNDICES E INDICADORES DE DENSIDADE E INTENSIDADE ENERGÉTICA

Nos gráficos seguintes é evidenciada a evolução de índices e indicadores de densidade e intensidade energética ao longo do período de 2001 a 2019. A informação apresentada é respeitante aos consumos de energia final no concelho de Pinhel, designadamente à energia utilizada diretamente pelo consumidor final<sup>10</sup>. Optou-se pela apresentação de consumos de energia final em MWh, admitindo que a maior familiaridade com esta unidade facilitará a interpretação da informação disponibilizada.

<sup>10</sup> Designa-se por **energia primária** a energia que pode ser utilizada diretamente ou que vai ser sujeita a transformação. Engloba recursos energéticos não renováveis como carvão mineral, petróleo bruto, gás natural e minérios radioativos e os recursos renováveis.

Designa-se por **energia final** a energia que pode ser utilizada diretamente pelo consumidor final. As fontes de energia final podem ser simultaneamente fontes de energia primária, quando utilizada diretamente ou, resultar da transformação de fontes energia primária (eletricidade, produtos de petróleo refinados, entre outros).

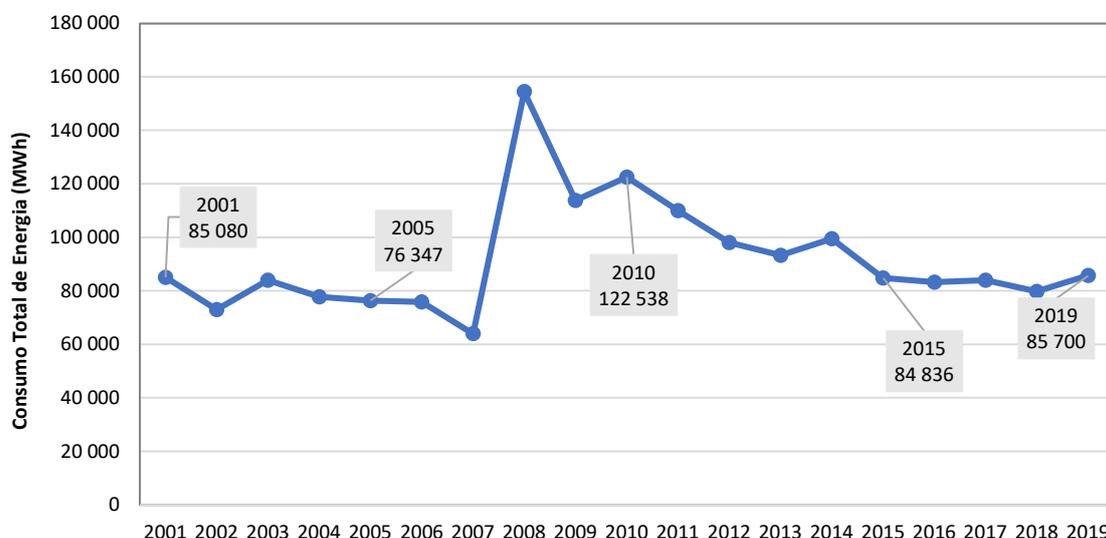
A análise de indicadores energéticos pretende quantificar a utilização de energia por unidade demográfica, económica (intensidade energética), e geográfica (densidade energética), de acordo com a relevância para a análise das especificidades locais em termos de utilização energética, de forma a permitir:

- Identificação e compreensão dos principais impulsionadores das tendências de consumo de energia;
- Avaliação de diferenças ao nível da utilização de energia em unidades geográficas distintas, independentemente da sua dimensão e das suas características socioeconómicas;
- Análise da evolução dos indicadores ao longo do tempo, para monitorização de alterações ao nível da eficiência e da sustentabilidade da utilização da energia, constituindo uma ferramenta de avaliação do impacte de políticas de eficiência energética e de redução da intensidade carbónica.

#### **5.2.1.3.1 CONSUMO FINAL DE ENERGIA**

No Gráfico 45 apresenta-se a variação do consumo de energia final ao longo do período considerado. O consumo representado resulta do somatório de todos os consumos de energia do concelho de Pinhel, independentemente da fonte de energia e do setor consumidor.

**Gráfico 45: Consumo final de energia (MWh/Ano), no território do concelho de Pinhel, no período 2001-2019**



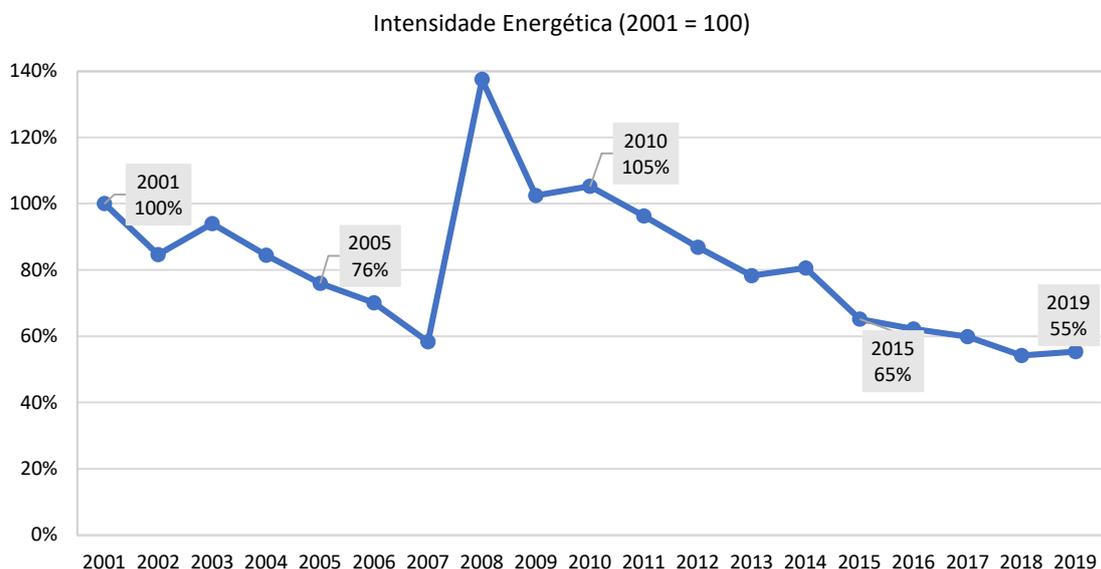
Fonte: Direção-Geral de Energia e Geologia, 2023.

De acordo com o Gráfico 45, verifica-se uma diminuição da procura energética de Pinhel, de 2001 a 2002, seguindo-se um aumento em 2003 e de nova diminuição até 2007. No período seguinte, observa-se um aumento muito significativo em 2008, seguido de uma diminuição, em 2009. No ano de 2010 registou-se uma subida, no entanto, a partir de 2011, verifica-se uma tendência de diminuição da procura energética até 2019.

### 5.2.1.3.2 INTENSIDADE ENERGÉTICA

O Gráfico 46 é representativo da evolução da intensidade energética, indicador energético definido pelo quociente entre o consumo de energia e o Produto Interno Bruto (PIB) local. É de salientar que a intensidade energética foi determinada, considerando a energia final e não a energia primária.

**Gráfico 46: Intensidade energética [2001=100%], no território do concelho de Pinhel, no período 2001-2019**



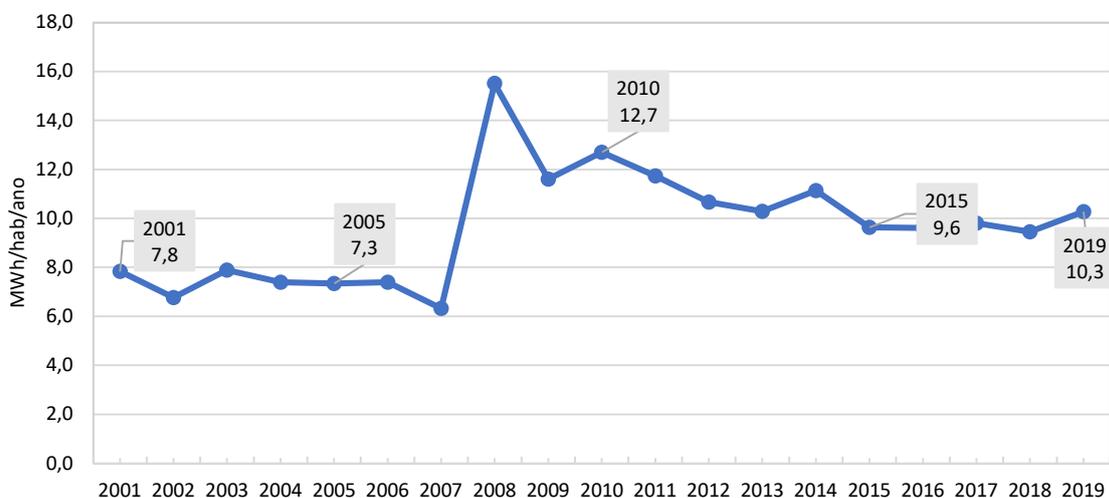
Fonte: Direção-Geral de Energia e Geologia, 2023.

Pela análise do Gráfico 46 verifica-se uma diminuição da intensidade energética de 2001 a 2002 e de 2003 a 2007. Em 2008, assistiu-se a um aumento muito acentuado da intensidade energética. Após 2008, observa-se uma tendência global de diminuição da intensidade energética do município até 2019.

### 5.2.1.3.3 CONSUMO DE ENERGIA POR HABITANTE

O Gráfico 47 evidencia o consumo de energia por habitante. Este indicador energético foi determinado a partir da divisão do consumo de energia final pela população residente no concelho de Pinhel.

**Gráfico 47: Consumo de energia por habitante [MWh/hab/ano], no território do concelho de Pinhel, no período 2001-2019**



Fonte: Direção-Geral de Energia e Geologia, 2023.

O gráfico apresentado revela uma diminuição do consumo energético per capita no período de 2001 a 2002, com posterior aumento em 2003 e nova diminuição até 2007. Em 2008 observa-se um aumento significativo do consumo de energia final per capita, voltando a diminuir em 2009. Entre 2010 e 2019, a tendência global do consumo de energia final per capita é de diminuição, fixando-se nos 10,3 MWh/hab/ano, em 2019.

Nos últimos anos tem-se verificado uma crescente introdução de soluções de melhoria de eficiência energética, transversal a todos os setores de atividade, resultando numa utilização mais eficiente da energia, impulsionada pela implementação de políticas locais, nacionais e europeias de melhoria de eficiência energética.

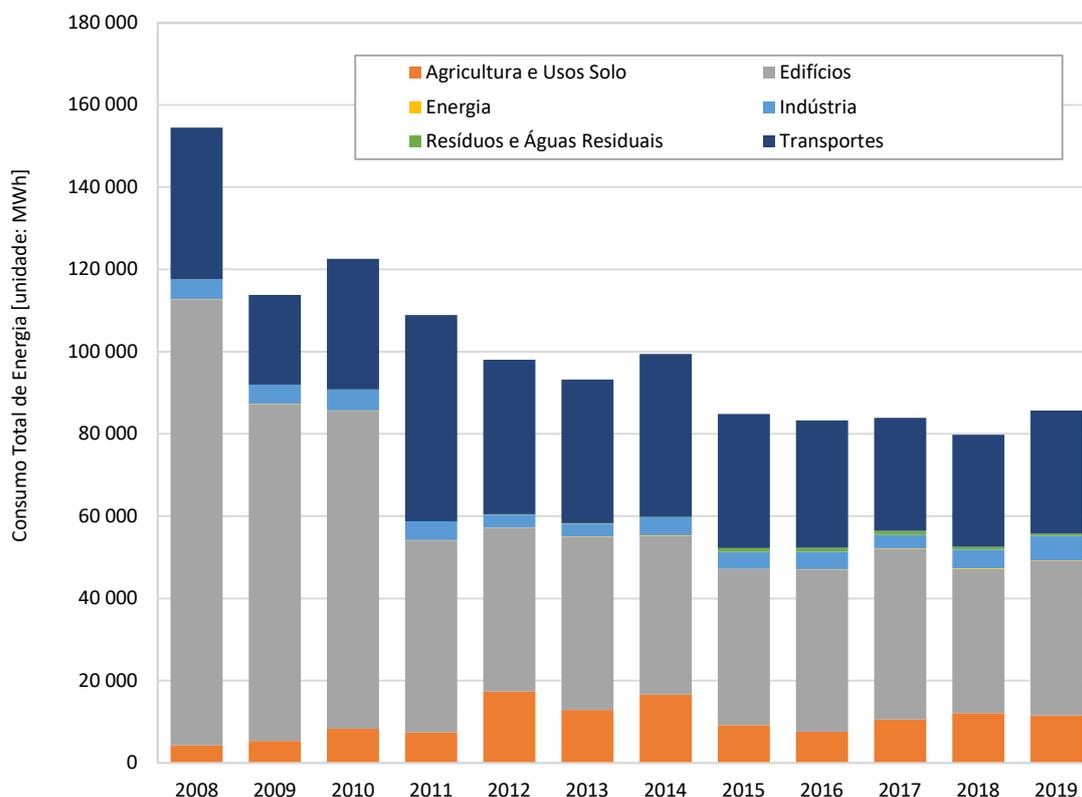
É, no entanto, expectável um aumento da procura de energia a curto e médio prazo, em particular de eletricidade, associada essencialmente à utilização crescente de equipamentos elétricos e eletrónicos e à crescente melhoria de condições de conforto.

#### 5.2.1.3.4 CONSUMO TOTAL DE ENERGIA POR SETOR DE ATIVIDADE

O Gráfico 48 representa o consumo total de energia consumida no concelho de Pinhel, nos seguintes setores: agricultura e usos solo; edifícios (residencial e serviços); energia; indústria; resíduos e águas

residuais; transportes. Para cada setor consumidor, efetuou-se para cada ano do período em análise, do respetivo somatório dos consumos de energia elétrica, gás natural e combustíveis de origem petrolífera.

**Gráfico 48: Consumo total de energia por setor de atividade [MWh/ano], no território do concelho de Pinhel, no período 2008-2019**



Fonte: Direção-Geral de Energia e Geologia, 2023.

O Gráfico 48 revela que o consumo de energia pelo «setor da agricultura e usos do solo» aumentou entre 2008 (4.289 MWh/ano) e 2014 (16.593 MWh/ano). A partir de 2015, o consumo de energia por este setor diminuiu e manteve-se constante até 2019, oscilando entre os 9.163 MWh/ano registados em 2015 e os 11.577 MWh/ano registados em 2019. A implementação de iniciativas de melhoria de eficiência energética no setor agrícola terá um impacto significativo nos consumos do setor, em particular ao nível da redução das necessidades energéticas em irrigação (sistemas de bombagem) e tração.

Quanto à procura energética pelo «setor dos edifícios (residenciais e serviços)», conforme evidenciado no Gráfico 48, a par do setor dos transportes, este é o setor responsável pelos maiores consumos totais de energia. Em termos de consumos, a curva ilustra que os valores atingiram um máximo de 108.378 MWh/ano, em 2008, diminuindo até 2019, ano em que o consumo de energia por este setor rondou os 37.590 MWh/ano.

Analisando a curva apresentada para o «*setor industrial*» (Gráfico 48), verifica-se os valores do consumo total de energia pelo setor industrial mantiveram-se com poucas variações, entre 2008 (4.843 MWh/ano) e 2019 (5.959 MWh/ano). É expectável que os aumentos de consumo energético, associados a um potencial crescimento da atividade económica do setor no período prospetivo e ao reforço da mecanização e automatização de processos como vetor de promoção de qualidade e de produtividade, sejam atenuados pelas tendências de aumento da eficiência energética do setor.

Relativamente ao «*setor da energia*», o Gráfico 48 evidencia que o consumo de energia não registou valores muito elevados, sendo que oscilaram entre os 113 MWh/ano, em 2008, e os 92 MWh/ano, em 2019.

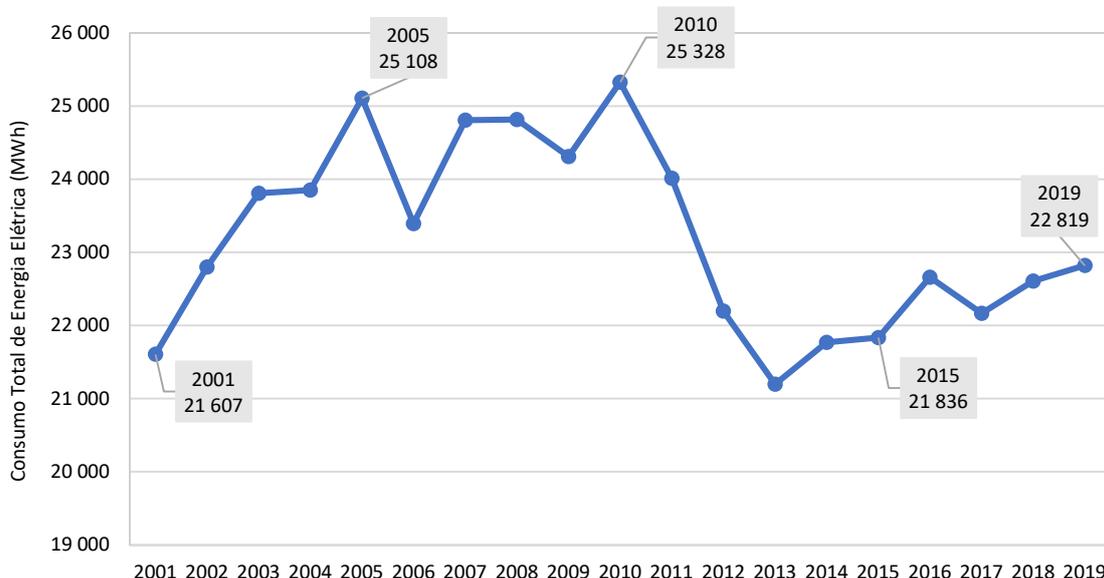
Quanto ao «*setor dos resíduos e águas residuais*», o consumo de energia mantave-se com valores reduzidos entre 2008 e 2014, aumentando significativamente de 2014 (8 MWh/ano) para 2015 (927 MWh/ano). Entre 2015 e 2019 o consumo de energia pelo «*setor dos resíduos e águas residuais*» diminui ligeiramente, passando para os 494 MWh/ano.

Considerando a evolução da procura energética no «*setor dos transportes*», a curva apresentada revela que o consumo de energia sofreu ligeiras oscilações entre 2008 (36.848 MWh/ano) e 2019 (29.987 MWh/ano) (Gráfico 48).

#### 5.2.1.3.5 CONSUMO TOTAL DE ENERGIA ELÉTRICA

No Gráfico 49 apresenta-se o consumo total de energia elétrica do concelho de Pinhel, definida pelo somatório dos consumos setoriais de energia elétrica.

**Gráfico 49: Consumo total de energia elétrica [MWh/ano], no território do concelho de Pinhel, no período 2001-2019**

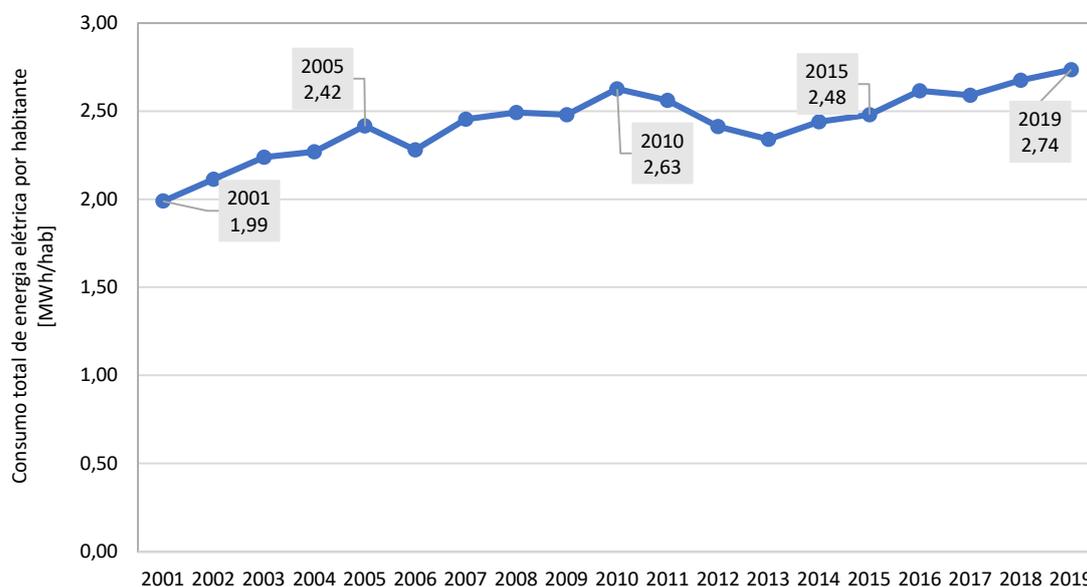


Fonte: Direção-Geral de Energia e Geologia, 2023.

Pela análise dos dados apresentados, constata-se um aumento do consumo total de energia elétrica entre 2001 (21.607 MWh/ano) e 2005 (25.108 MWh/ano). Entre 2005 e 2010 o consumo total de energia elétrica sofreu duas diminuições e dois aumentos, mantendo-se nos 25.328 MWh/ano, em 2010. Entre 2010 e 2013, assistiu-se a uma desaceleração do consumo total de energia elétrica, passando para os 21.199 MWh/ano, em 2013. A partir de 2013 até 2019, a tendência de decréscimo foi invertida, assistindo-se a um aumento global do consumo total de energia elétrica, fixando-se nos 22.819 MWh/ano.

O Gráfico 50 coloca em evidência a evolução do consumo total de energia elétrica por habitante, no concelho de Pinhel. Este indicador energético é definido pelo quociente entre o consumo total de energia elétrica no território concelhio e a população residente.

**Gráfico 50: Consumo total de energia elétrica por habitante [MWh/hab/ano], no território do concelho de Pinhel, no período 2001-2019**



Fonte: Direção-Geral de Energia e Geologia, 2023.

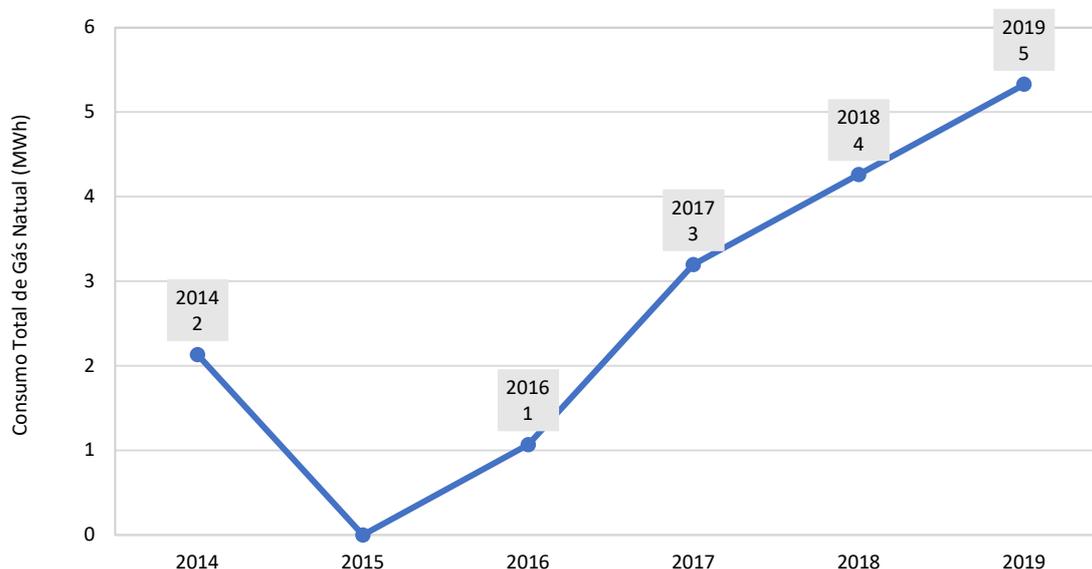
O gráfico apresentado demonstra um aumento do consumo total de energia elétrica por habitante entre 2001 (1,99 MWh/hab/ano) e 2005 (2,42 MWh/hab/ano) e entre 2006 (2,28 MWh/hab/ano) e 2010 (2,63 MWh/hab/ano). Entre 2010 e 2013 assistiu-se a uma ligeira diminuição do consumo total de energia elétrica, passando para os 2,34 MWh/hab/ano. A partir de 2014 a tendência de decréscimo foi invertida, assistindo-se a um aumento do consumo total de energia elétrica por habitante, fixando-se nos 2,74 MWh/hab/ano, em 2019.

#### 5.2.1.3.6 CONSUMO TOTAL DE GÁS NATURAL

Relativamente ao concelho de Pinhel, não existem dados relativos ao consumo total de gás natural, para o período compreendido entre 2001 e 2013 e para o ano de 2015.

Deste modo, o Gráfico 51 apresenta o consumo total de gás natural ao longo do período de 2014 a 2019, no concelho de Pinhel.

**Gráfico 51: Consumo total de gás natural [MWh/ano], no território do concelho de Pinhel, no período 2014-2019**



Fonte: Direção-Geral de Energia e Geologia, 2023.

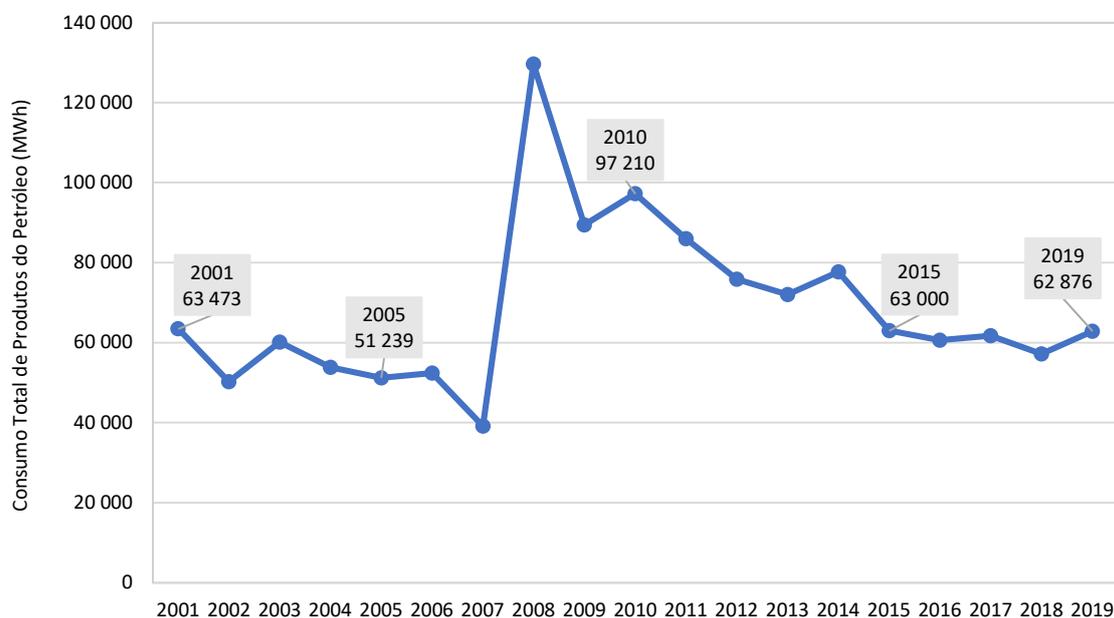
De acordo com o gráfico apresentado, em 2014 o consumo total de gás natural foi de 2 MWh/ano e observou-se que, entre 2016 e 2019, este consumo aumentou de 1 MWh/ano para 5 MWh/ano.

Relativamente ao consumo total de gás natural por habitante [MWh/hab/ano], definido pelo quociente entre o consumo total de gás natural no território concelhio e a população residente, no concelho de Pinhel, verificou-se que este indicador foi nulo durante o período em análise.

#### 5.2.1.3.7 CONSUMO TOTAL DE PRODUTOS DO PETRÓLEO

O Gráfico 52 apresenta o consumo total de produtos do petróleo no concelho de Pinhel, que resulta do somatório dos consumos dos vetores energéticos: gás butano, gás propano, gás auto, gasolinas, gasóleo rodoviário, outros gasóleos e outros combustíveis petrolíferos (fuelóleo e petróleo).

**Gráfico 52: Consumo total de produtos do petróleo [MWh/ano], no território do concelho de Pinhel, no período 2001-2019**

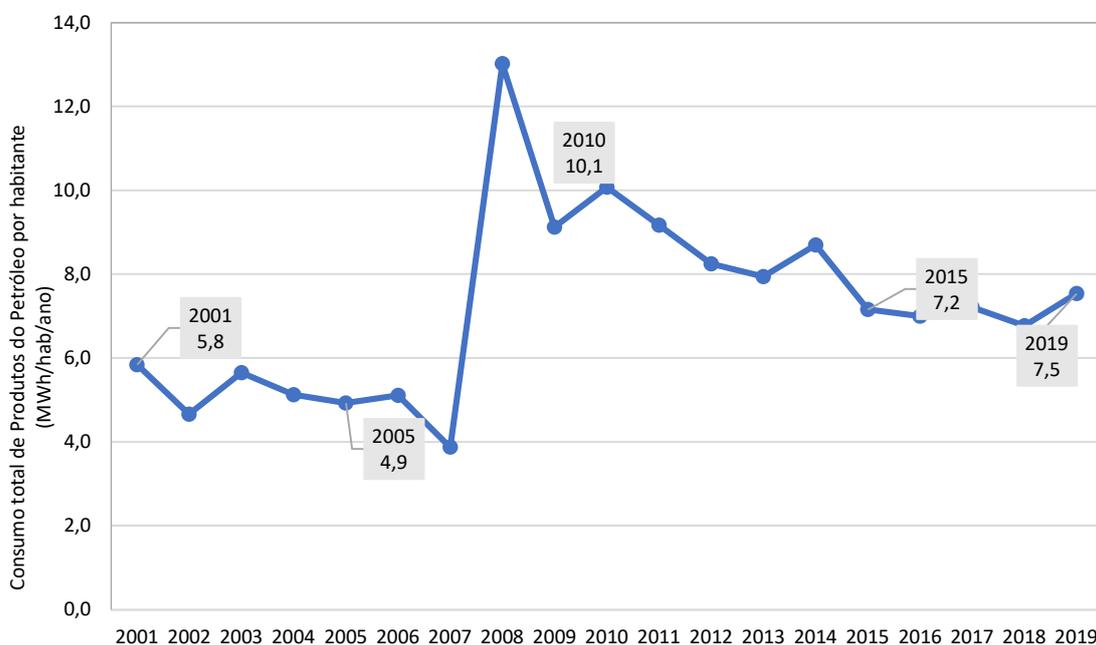


Fonte: Direção-Geral de Energia e Geologia, 2023.

Analisando a curva apresentada observa-se um decréscimo do uso de produtos do petróleo de 2001 (63.473 MWh/ano) a 2002 (50.233 MWh/ano), com posterior aumento em 2003 (60.103 MWh/ano). De 2003 a 2007 assistiu-se a uma nova diminuição do consumo total de produtos do petróleo, 39.192 MWh/ano. Em 2008, o consumo total de produtos do petróleo atingiu o máximo de 129.656 MWh/ano, no entanto, a partir de 2008 até 2019 observou-se, novamente, um decréscimo, fixando-se nos 62.876 MWh/ano.

O Gráfico 53 coloca em evidência a evolução do consumo total de produtos do petróleo por habitante, no concelho de Pinhel. Este indicador energético é definido pelo quociente entre o consumo total de energia elétrica no território concelhio e a população residente.

**Gráfico 53: Consumo total de produtos do petróleo por habitante [MWh/hab/ano], no território do concelho de Pinhel, no período 2001-2019**



Fonte: Direção-Geral de Energia e Geologia, 2023.

O gráfico apresentado demonstra um decréscimo do uso de produtos do petróleo por habitante, de 2001 (5,8 MWh/hab/ano) a 2002 (4,7 MWh/hab/ano), com posterior aumento em 2003 (5,7 MWh/hab/ano). De 2003 a 2007 assistiu-se a uma nova diminuição do consumo total de produtos do petróleo por habitante, 3,9 MWh/hab/ano. Em 2018, o consumo total de produtos do petróleo por habitante atingiu o máximo de 13,0 MWh/hab/ano, no entanto, de 2008 a 2019 observou-se outro decréscimo, fixando-se nos 7,5 MWh/hab/ano.

A substituição do uso de combustíveis convencionais de origem petrolífera, por outros com menores custos, mais seguros e mais sustentáveis apresenta um impacto significativo na evolução do consumo total de combustíveis petrolíferos, em particular no setor dos transportes, o principal consumidor desta tipologia de combustíveis.

O aumento da introdução da produção de energia de origem renovável na indústria e no setor doméstico, assim como a eletrificação dos sistemas de aquecimento ambiente nos setores doméstico e de serviços, contribuem de igual modo para uma evolução decrescente do uso de petrolíferos.

#### 5.2.1.4 DESAGREGAÇÃO SETORIAL DE CONSUMOS

No presente subcapítulo apresenta-se a desagregação, por subsetor de atividade económica, dos consumos de energia elétrica, gás natural e combustíveis petrolíferos para o ano de 2019, para o concelho de Pinhel. No Quadro 33 apresentam-se os dados referentes ao consumo de energia elétrica por subsetor de atividade económica. Esta desagregação põe em evidência a elevada necessidade energética para «98. *Consumo doméstico*».

**Quadro 33: Consumo de energia elétrica por subsetor de atividade económica, no território do concelho de Pinhel, em 2019**

Subsetor de Atividade Económica	Consumo de Energia Elétrica (MWh/Ano)
01 - Agricultura, produção animal	796
02 - Silvicultura	1
08 - Outras indústrias extrativas	257
10 - Indústrias alimentares	1 374
11 - Indústria das bebidas	0
13 - Fabricação de têxteis	8
16 - Indústrias da madeira e cortiça	39
19 - Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados	1
20 - Fabricação de produtos químicos	0
21 - Fabricação de produtos farmacêuticos	3
23 - Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	416
25 - Fabricação de produtos metálicos	316
29 - Fabricação de veículos automóveis	6
30 - Fabricação de outro equipamento de transporte	128
31 - Fabrico de mobiliário e de colchões	1
32 - Outras indústrias transformadoras	3
33 - Reparação, manutenção e instalação de máquinas	1
35 - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	92
36 - Captação, tratamento e distribuição de água	526
37 - Recolha, drenagem e tratamento de águas residuais	484
38 - Recolha, tratamento e eliminação de resíduos	10
41 - Promoção imobiliária; construção	174
42 - Engenharia civil	10
43 - Atividades especializadas de construção	38
45 - Comércio, manutenção e reparação de automóveis e motociclos	72
46 - Comércio por grosso, exceto automóveis e motociclos	144

<b>Subsetor de Atividade Económica</b>	<b>Consumo de Energia Elétrica (MWh/Ano)</b>
47 - Comércio a retalho, exceto automóveis e motociclos	768
49 - Transportes terrestres e por oleodutos ou gasodutos	4
52 - Armazenagem e atividades auxiliares dos transportes	115
53 - Atividades postais e de courier	21
55 - Alojamento	145
56 - Restauração e similares	307
60 - Atividades de rádio e de televisão	11
61 - Telecomunicações	310
62 - Consultoria e programação informática	25
63 - Atividades dos serviços de informação	2
64 - Atividades de serviços financeiros	110
66 - Atividades auxiliares de serviços financeiros e seguros	3
68 - Atividades imobiliárias	1
69 - Atividades jurídicas e de contabilidade	6
70 - Atividades das sedes sociais e consultoria para gestão	7
71 - Atividades de arquitetura, engenharia e técnicas afins	1
74 - Outras atividades de consultoria, científicas e técnicas	1
81 - Manutenção de edifícios e jardins	33
82 - Serviços administrativos e de apoio às empresas	1
84 - Administração pública e defesa; segurança social obrigatória	1 672
85 - Educação	152
86 - Atividades de saúde humana	24
87 - Apoio social com alojamento	667
88 - Apoio social sem alojamento	38
93 - Atividades desportivas, de diversão e recreativas	35
94 - Organizações associativas	121
95 - Reparação de computadores e de bens de uso pessoal	3
96 - Outras atividades de serviços pessoais	445
98 - Consumo doméstico	10 319
993 - Iluminação vias públicas e sinalização semafórica	2 571
<b>Total</b>	<b>22 819</b>

Fonte: Direção-Geral de Energia e Geologia, 2023.

No Quadro 34 apresenta-se a desagregação de consumos de gás natural por subsetor de atividade económica para o ano 2019. Como ilustrado, o subsetor «98. Consumo doméstico» representa o maior consumidor desta fonte de energia.

**Quadro 34: Consumo de gás natural por subsetor de atividade económica, no território do concelho de Pinhel, em 2019**

Subsetor de Atividade Económica	Consumo de Gás Natural [MWh/Ano]
01. Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados	0
02. Silvicultura e exploração florestal	0
10. Indústrias alimentares	0
11. Indústria das bebidas	0
18. Impressão e reprodução de suportes gravados	0
22. Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	0
23. Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	0
24. Indústrias metalúrgicas de base	0
25. Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos	0
33. Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos	0
41. Promoção imobiliária (desenvolvimento de projetos de edifícios); construção de edifícios	0
43. Atividades especializadas de construção	0
45. Comércio, manutenção e reparação, de veículos automóveis e motociclos	0
46. Comércio por grosso (inclui agentes), exceto de veículos automóveis e motociclos	0
47. Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos	0
55. Alojamento	0
56. Restauração e similares	0
68. Atividades imobiliárias	0
70. Atividades das sedes sociais e de consultoria para a gestão	0
71. Atividades de arquitetura, de engenharia e técnicas afins; atividades de ensaios e de análises técnicas	0
84. Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	3
85. Educação	0
86. Atividades de saúde humana	0
87. Atividades de apoio social com alojamento	0
88. Atividades de apoio social sem alojamento	0
92. Lotarias e outros jogos de aposta	0
93. Atividades desportivas, de diversão e recreativas	0
94. Atividades das organizações associativas	0

Subsetor de Atividade Económica	Consumo de Gás Natural [MWh/Ano]
96. Outras atividades de serviços pessoais	0
98. Consumo doméstico	2
<b>Total</b>	<b>5</b>

Fonte: Direção-Geral de Energia e Geologia, 2023.

A desagregação de vendas de produtos do petróleo por subsetor de atividade económica em 2019 é apresentada no Quadro 35, segundo o qual é possível constatar que o subsetor «49. Transportes terrestres e transportes por oleodutos ou gasodutos» é o principal consumidor desta tipologia de fontes de energia.

**Quadro 35: Vendas de produtos do petróleo por subsetor de atividade económica, no território do concelho de Pinhel, em 2019**

Subsetor de Atividade Económica	Vendas de Produtos do Petróleo [MWh/Ano]
01 - Agricultura, produção animal	10 709
02 - Silvicultura	70
08 - Outras indústrias extrativas	60
10 - Indústrias alimentares	1 840
19 - Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados	599
23 - Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	191
25 - Fabricação de produtos metálicos	190
41 - Promoção imobiliária; construção	8 147
42 - Engenharia civil	2 627
46 - Comércio por grosso, exceto automóveis e motociclos	536
47 - Comércio a retalho, exceto automóveis e motociclos	15
49 - Transportes terrestres e por oleodutos ou gasodutos	29 983
55 - Alojamento	64
56 - Restauração e similares	93
87 - Apoio social com alojamento	479
88 - Apoio social sem alojamento	453
94 - Organizações associativas	172
98 - Consumo doméstico	6 647
<b>Total Geral</b>	<b>62 874</b>

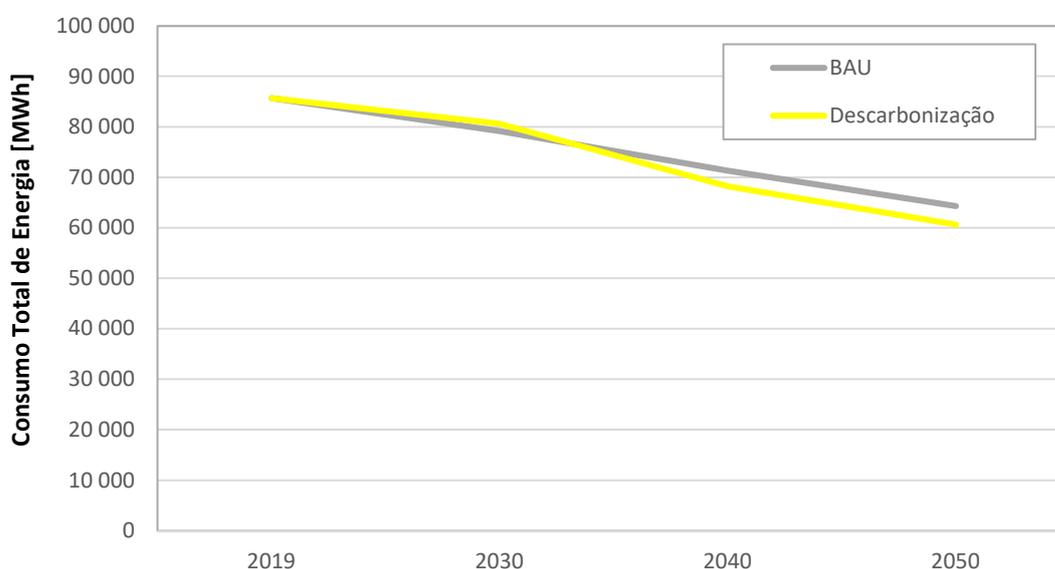
Fonte: Direção-Geral de Energia e Geologia, 2023.

## 5.2.2 PROJEÇÃO DE CONSUMOS DE ENERGIA E INCORPORAÇÃO DE RENOVÁVEIS

### 5.2.2.1 PROJEÇÃO DE CONSUMO TOTAL DE ENERGIA

Conforme apresentado no Gráfico 54, os consumos de energia diminuem em ambos os cenários apresentados. No cenário Business-as-Usual (BaU), prevê-se uma redução na ordem dos 25%, passando de 85.699 MWh, em 2019, para os 64.322 MWh, em 2050. Por sua vez, no cenário de descarbonização (CD) prevê-se uma redução na ordem do 29%, passando de 85.699 MWh, em 2019, para os 60.673 MWh, em 2050.

**Gráfico 54: Evolução do consumo de energia (MWh), no território do concelho de Pinhel (2019-2050)**



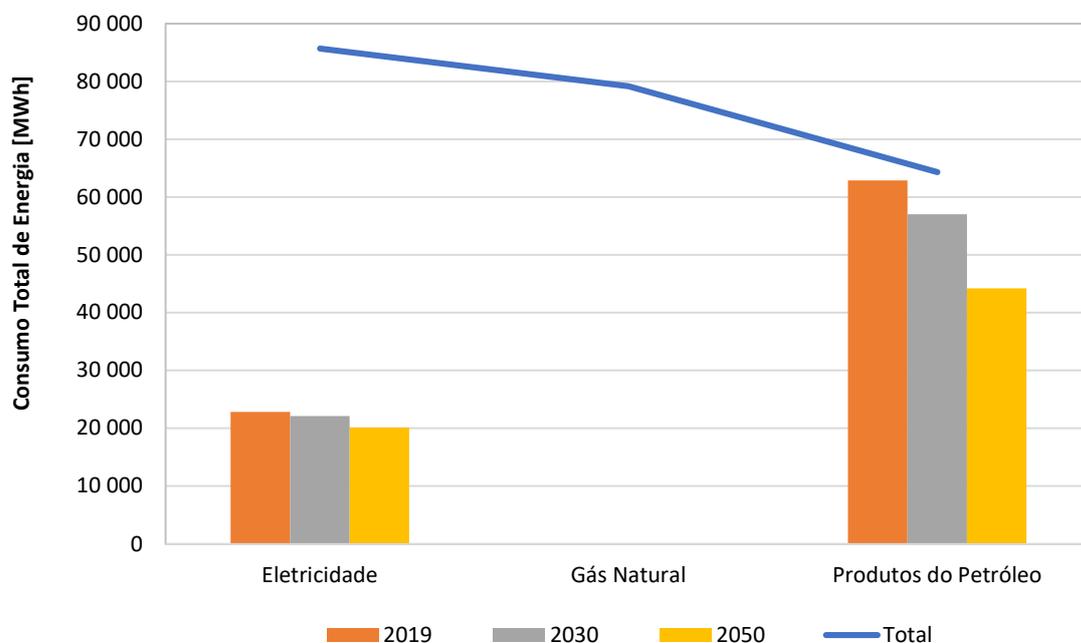
Tal como mencionado anteriormente, o principal driver para a redução acentuada de emissões é o fator de emissão da rede elétrica nacional, que, impulsionado pela incorporação crescente de renováveis, atingirá valores muito baixos (Quadro 30).

### 5.2.2.2 PROJEÇÃO DE CONSUMO DE ENERGIA POR VETOR ENERGÉTICO

De acordo com o cenário Business-as-Usual (BaU) (Gráfico 55), entre 2019 e 2050, assistir-se-á a um decréscimo dos consumos de energia elétrica (decrécimo de cerca de 12%) e dos produtos do petróleo

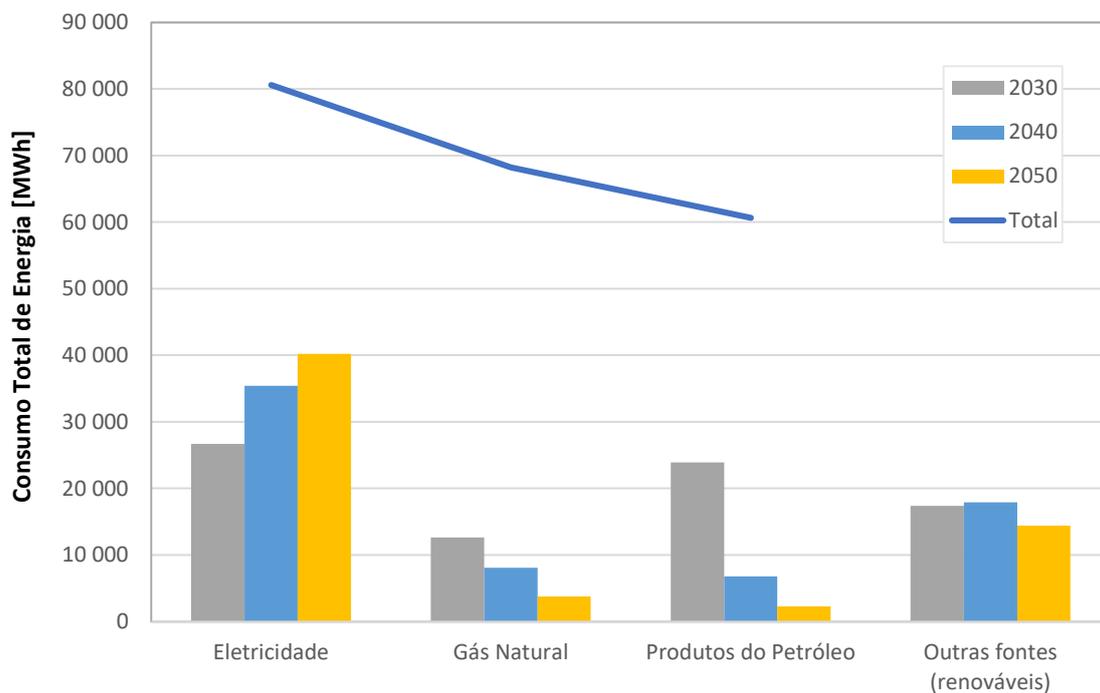
(decréscimo de cerca de 30%). Por outro lado, os consumos de gás natural, entre 2019 e 2050, irão sofrer um aumento de cerca de 73% (5 MWh, em 2019, para 9 MWh, em 2050).

**Gráfico 55: Evolução do consumo de energia (MWh), por vetor energético, no território do concelho de Pinhel, segundo o cenário BaU (2019-2050)**



O cenário de descarbonização (CD) (Gráfico 56), projeta um acréscimo dos consumos de energia elétrica (aumento de cerca de 51%), passando de 26.692 MWh, em 2030, para 40.233 MWh, em 2050. Por outro lado, prevê um decréscimo dos consumos para os restantes vetores energéticos, sendo que, no que diz respeito ao gás natural este decréscimo ronda os 70% (passando de 12.626 MWh, em 2030, para 3.761 MWh, em 2050), no caso dos produtos do petróleo ronda os 91% (passando de 23.888 MWh, em 2030, para 2.250 MWh, em 2050) e, para outras fontes (renováveis) ronda os 17% (passando de 17.397 MWh, em 2030, para 14.429 MWh, em 2050).

**Gráfico 56: Evolução do consumo de energia (MWh), por vetor energético, no território do concelho de Pinhel, segundo o cenário de descarbonização (CD) (2030-2050)**



## 6 ADAPTAÇÃO

### 6.1 AVALIAÇÃO DA VULNERABILIDADE MUNICIPAL EM CENÁRIOS DE ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

#### 6.1.1 VULNERABILIDADES ATUAIS

O Município de Pinhel realizou o levantamento das vulnerabilidades climáticas locais, no âmbito da elaboração do «*Plano Intermunicipal e Planos Municipais para as Alterações Climáticas da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela*» (2019), com o objetivo de compreender como é que as atividades, a comunidade e as infraestruturas foram afetadas pelos eventos meteorológicos. A sistematização de eventos climáticos adversos encontra-se no quadro seguinte:

**Quadro 36: Principais eventos climáticos adversos**

Evento Climático	Impactos	Consequências
<b>Precipitação Excessiva (Cheias e Inundações)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Inundações e cheias;</li> <li>▪ Condicionamentos de tráfego;</li> <li>▪ Danos em viaturas;</li> <li>▪ Danos em edifícios.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Danos na via pública;</li> <li>▪ Alteração do quotidiano e do uso de equipamentos;</li> <li>▪ Prejuízos inerentes dos danos em edifícios e infraestruturas;</li> <li>▪ Inundações em estabelecimentos comerciais, armazéns e habitações;</li> <li>▪ Destruição de explorações agrícolas e agropecuárias;</li> <li>▪ Perturbações na circulação e acidentes.</li> </ul>
<b>Incêndios Rurais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Danos em infraestruturas;</li> <li>▪ Perda de vários hectares de zonas de plantação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Destruição da flora;</li> <li>▪ Quebras de produção em culturas temporárias e permanentes;</li> <li>▪ Corte de estradas;</li> <li>▪ Danos físicos na população;</li> <li>▪ Danos em habitações e outras infraestruturas.</li> </ul>
<b>Temperaturas Baixas / Ondas de Frio</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Queixas da população e aumento da frequência das idas aos hospitais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Maior ocorrência de doenças relacionadas com o frio.</li> </ul>
<b>Temperaturas Elevadas / Ondas de Calor</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Desidratação e outros distúrbios metabólicos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Maior probabilidade do aparecimento de problemas respiratórios.</li> </ul>

Evento Climático	Impactos	Consequências
<b>Ventos Fortes</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Alterações no uso de equipamentos/serviços;</li> <li>▪ Alterações nos estilos de vida;</li> <li>▪ Danos em edifícios;</li> <li>▪ Danos para a saúde;</li> <li>▪ Danos para a vegetação;</li> <li>▪ Danos para as infraestruturas;</li> <li>▪ Falhas no fornecimento de energia;</li> <li>▪ Incêndios (como consequência de temperaturas elevadas ou outros eventos climáticos);</li> <li>▪ Redução da qualidade do ar/aumento de problemas respiratórios;</li> <li>▪ Severidade meteorológica.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Agravamento de doença crónica;</li> <li>▪ Circulação condicionada na via;</li> <li>▪ Circulação condicionada na via e perda de vegetação;</li> <li>▪ Contribuição para a emissão de grandes quantidades de poluentes, com repercussões na qualidade do ar e com consequências na saúde das populações afetadas;</li> <li>▪ Danos económicos;</li> <li>▪ Desabamento de estrutura;</li> <li>▪ Destruição de área florestal (área ardida);</li> <li>▪ Destruição parcial das espécies existentes no local;</li> <li>▪ Estrutura danificada;</li> <li>▪ Estrutura em risco de queda para a via pública;</li> <li>▪ Falhas de energia.</li> </ul>
<b>Secas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Alterações nos estilos de vida;</li> <li>▪ Alterações no uso de equipamentos/serviços;</li> <li>▪ Interrupção/ redução do fornecimento de água e/ou redução da sua qualidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Rutura do sistema de abastecimento de água;</li> <li>▪ Proibição da utilização de água da rede pública para lavagem de carros e regas de jardins, etc.;</li> <li>▪ Cortes no fornecimento de água;</li> <li>▪ Danos económicos no setor pecuário bem como perdas de produção em culturas agrícolas temporárias e permanentes.</li> </ul>

*Fonte: Adaptado de Plano Intermunicipal e Planos Municipais para as Alterações Climáticas da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, 2019.*

Os impactos destes eventos climáticos abrangem alterações:

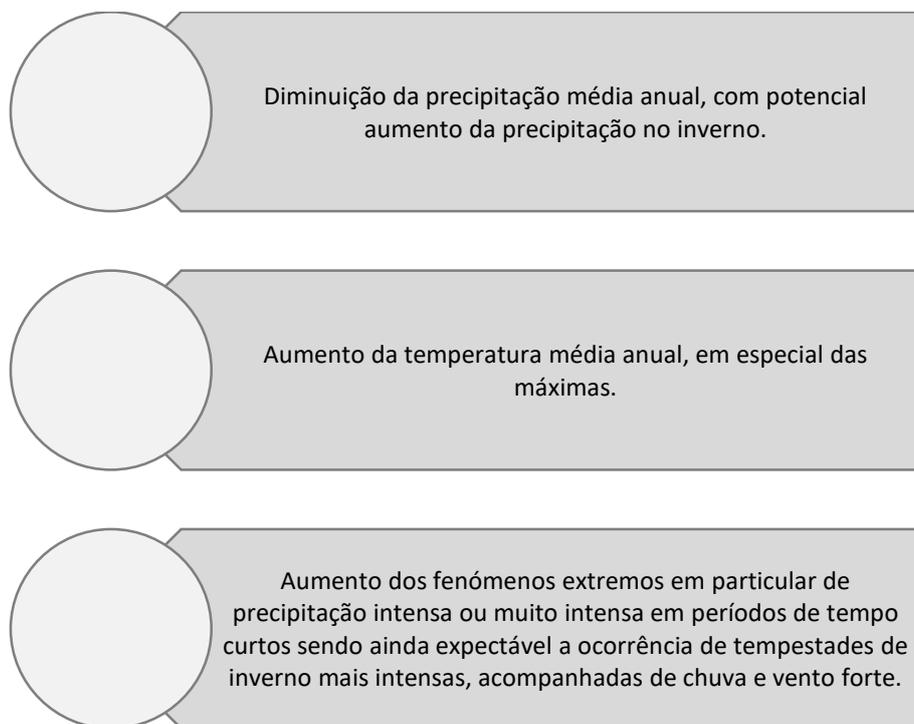
- No uso de equipamentos/serviços;
- Alterações nos estilos de vida;
- Aumento de ocorrências de cheias e inundações;
- Danos patrimoniais em edifícios e em infraestruturas (viárias, telecomunicações, entre outras);
- Danos para a flora e fauna e a biodiversidade em geral;
- Aumento da ocorrência de incêndios (como consequência de temperaturas elevadas ou outros eventos climáticos).

Futuramente, as principais alterações climáticas projetadas poderão agravar, minorar ou manter as atuais vulnerabilidades climáticas no Concelho de Pinhel. As projeções permitem antecipar o agravamento dos impactos, sobretudo os resultantes da precipitação excessiva (cheias e inundações) e das temperaturas elevadas / ondas de calor e das secas.

### 6.1.2 VULNERABILIDADE FUTURAS

As principais vulnerabilidades climáticas futuras projetadas para o Município de Pinhel estão relacionadas com as seguintes alterações climáticas:

**Figura 4: Principais vulnerabilidades climáticas futuras projetadas para o Município de Pinhel**



Da análise efetuada, conclui-se que os riscos climáticos que apresentam um risco mais acentuado e preocupante, sendo desde logo considerados como os mais prioritários, são os relacionados com o aumento das temperaturas / ondas de calor, secas e precipitação excessiva / intensidade (aumento de cheias e inundações rápidas).

Ao nível dos riscos associados à ocorrência de vento forte, temperaturas baixas e ondas de frio projetam-se eventuais diminuições do nível de risco, no entanto, devido às incertezas associadas à evolução dos fenómenos climáticos devem ser tidas em conta algumas reservas.

Em conformidade com os pressupostos descritos, as principais alterações climáticas projetadas para o Concelho de Pinhel são apresentadas de forma resumida no Quadro 18 e detalhadas nos subcapítulos seguintes.

**Quadro 37: Resumo das principais alterações climáticas projetadas até ao final do século XXI**

Variável Climática	Sumário	Alterações Projetadas
	 <b>Diminuição da precipitação média anual</b>	<p><b>Média Anual</b></p> <p>Diminuição da precipitação média anual no final do séc. XXI, podendo variar entre 3% e 16%.</p> <p><b>Precipitação Sazonal</b></p> <p>Nos meses de inverno a tendência é de ligeiro aumento da precipitação, que poderá ser até 22%.</p> <p>No resto do ano, projeta-se uma tendência de diminuição, que pode variar entre 7% e 27% na primavera, entre 2% e 46% no verão e entre 11% e 24% no outono.</p> <p><b>Secas Mais Frequentes e Intensas</b></p> <p>Diminuição do número de dias com precipitação, entre 10 e 25 dias por ano.</p> <p>Aumento da frequência e intensidade das secas no sul da Europa [IPCC, 2013].</p>
	 <b>Aumento da temperatura média anual, em especial das máximas</b>	<p><b>Média Anual e Sazonal</b></p> <p>Subida da temperatura média anual, entre 2°C e 4°C, no final do século. Aumento acentuado das temperaturas máximas no outono (entre 2°C e 5°C) e no verão (entre 2°C e 6°C).</p> <p><b>Dias Muito Quentes</b></p> <p>Aumento do número de dias com temperaturas muito altas (<math>\geq 35^\circ\text{C}</math>), entre 1 a 23 dias, e de noites tropicais, com temperaturas mínimas <math>\geq 20^\circ\text{C}</math>, entre 2 a 25 noites.</p> <p><b>Ondas de Calor</b></p> <p>Ondas de calor mais frequentes e intensas.</p> <p><b>Média da Temperatura Mínima</b></p> <p>Aumento da temperatura mínima entre 1°C e 3°C no inverno e na primavera, sendo mais expressivo no verão (entre 2°C e 6°C) e no outono (entre 2°C e 4°C).</p>
	 <b>Diminuição do número de dias de geada</b>	<p><b>Dias de Geada</b></p> <p>Diminuição acentuada do número de dias de geada (entre 17 e 50 dias).</p>
	 <b>Aumento dos fenómenos extremos de precipitação</b>	<p><b>Fenómenos Extremos</b></p> <p>Aumento dos fenómenos extremos, em particular de precipitação intensa ou muito intensa (projeções nacionais) [Soares et al., 2015].</p> <p>Tempestades de inverno mais intensas, acompanhadas de chuva e vento forte (projeções globais) [IPCC, 2013].</p>

As projeções do clima futuro para o Concelho de Pinhel permitem antecipar impactos significativos decorrentes, sobretudo, dos eventos de temperaturas elevadas / ondas de calor, precipitação excessiva (cheias / inundações), ventos fortes e tempestades, secas.

#### 6.1.2.1 TEMPERATURAS ELEVADAS / ONDAS DE CALOR



Os cenários projetados revelam um aumento da frequência destes eventos, com consequências bastante gravosas para o território e população. Aliado a um aumento generalizado da temperatura, prevê-se também um aumento da frequência e da intensidade das ondas de calor.

- Aumento do risco e ocorrência de incêndios;
- Intensificação dos danos para a saúde;
- Alterações nos estilos de vida;
- Alterações na biodiversidade e no património ambiental e natural;
- Danos para a vegetação;
- Danos para as cadeias de produção;
- Problemas para a saúde, perda de bens e alteração do uso de equipamentos e serviços, sendo que os grupos normalmente mais sensíveis (população mais idosa, crianças, populações mais isoladas, indivíduos com mobilidade condicionada ou fisicamente dependentes) continuarão a ser aquelas que apresentam maior vulnerabilidade.

### 6.1.2.2 SECAS



As alterações climáticas terão provavelmente impactos significativos na distribuição temporal e espacial da disponibilidade dos recursos hídricos com consequências no risco de ocorrência de secas.

Apesar da incerteza associada à evolução dos padrões de precipitação, é expectável que haja uma redução da precipitação durante a primavera, verão e outono. Este comportamento tem influência no número de dias de seca consecutivos, que apresentam, em geral, uma tendência de crescimento. Assim, consideram-se como principais vulnerabilidades futuras:

- Possível interrupção e/ou redução ao nível do fornecimento de água e/ou redução da sua qualidade;
- Danos para a vegetação e alterações na biodiversidade;
- Danos para as cadeias de produção;
- Alterações nos estilos de vida com restrições no abastecimento e consumo de água;
- Alterações no escoamento superficial e na recarga dos aquíferos e, conseqüentemente, nas disponibilidades de água;
- Danos em setores como a agricultura e a floresta e surgimento de novas pragas;
- Prejuízos para as atividades económicas, aumento dos custos de produção de bens e serviços e aumento dos custos com seguros.

### 6.1.2.3 PRECIPITAÇÃO EXCESSIVA (CHEIAS / INUNDAÇÕES)



As projeções apontam para que a precipitação se torne menos frequente até ao final do século XXI, mas de maior intensidade, isto é, tempestades de inverno mais intensas, acompanhadas de forte precipitação. Considerou-se um aumento quer da frequência destes eventos no futuro, quer da magnitude das respetivas consequências, cujos impactos futuros poderão ser mais graves do que os verificados no presente. Assim, consideram-se como principais vulnerabilidades futuras:

- Alterações nos estilos de vida;
- Danos em equipamentos, infraestruturas e vias de comunicação;
- Danos para as cadeias de produção;
- Danos para a saúde humana;
- Danos para a vegetação;
- Danos em setores como o turismo e a agricultura;
- Aumento da escorrência superficial, arrastamento de sólidos e diminuição da qualidade da água;
- Problemas para a saúde, perda de bens e alteração do uso de equipamentos e serviços. Sendo que, os grupos normalmente mais sensíveis (população mais idosa, crianças, populações mais isoladas, indivíduos com mobilidade condicionada ou fisicamente dependentes) continuarão a ser aquelas que apresentam maior vulnerabilidade.

#### 6.1.2.4 VENTOS FORTES E TEMPESTADES



Por um lado, prevê-se um aumento da intensidade das tempestades de inverno, e, por outro, a diminuição significativa da precipitação média anual, da velocidade do vento, do número de dias de chuva e do número de dias com vento moderado a forte ou superior.

Por outro lado, as estimativas futuras para os eventos de ventos fortes, para além da grande incerteza associada, apontam para tendências contrárias dependendo das estações e do modelo, apontando para uma redução da frequência dos eventos de vento forte.

Tendo em conta estes cenários, assumiu-se que existirá um ligeiro aumento da frequência no futuro. Em termos de magnitude, prevê-se um aumento no horizonte temporal 2041-2070, seguido de um decréscimo no período 2071-2100. Esta diminuição de magnitude é justificada pelo facto de se anteverem quebras mais acentuadas em termos de precipitação e de velocidade do vento no final do século.

Na sequência do referido anteriormente, consideram-se como principais vulnerabilidades futuras:

- Danos em edifícios, bens e infraestruturas;
- Danos para a vegetação;
- Alterações nos estilos de vida;
- Danos para a saúde,
- Danos para as cadeias de produção;
- Danos no setor agrícola devido a modos de produção.

#### 6.1.3 AVALIAÇÃO QUALITATIVA DOS RISCOS CLIMÁTICOS

A avaliação de risco considera a frequência de ocorrência de um evento climático e a magnitude das consequências dos impactos desse evento.

O produto desses fatores representa o risco:

### **OCORRÊNCIA X CONSEQUÊNCIA = RISCO**

O nível de risco é determinado com base numa matriz de cruzamento entre a frequência de ocorrência do evento climático e a consequência dos impactos do evento. A **frequência de ocorrência** do evento climático é classificada como:

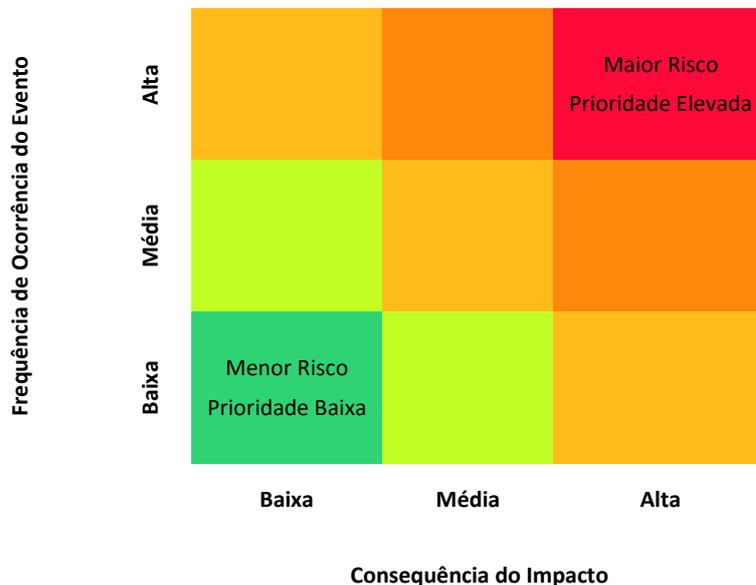
- Baixa Frequência;
- Média Frequência;
- Alta Frequência.

No que diz respeito à magnitude das consequências de cada impacto (atual e futura), adotou-se igualmente uma subdivisão em três classes:

- Baixa Consequência;
- Média Consequência;
- Alta Consequência.

O risco climático é determinado pelo produto entre as classificações da frequência e a consequência, conforme a Figura 5. No quadrante inferior esquerdo encontram-se os eventos de menor risco e de baixa prioridade enquanto no quadrante oposto (superior direito) se posicionam os eventos de maior risco e consequentemente, prioridade elevada.

**Figura 5: Matriz aplicada na avaliação de risco**



Fonte: Dias, L., Karadzic, V. et al. (2016).

Após identificação dos principais eventos climáticos que afetam o território, recorre-se à matriz de risco por forma a mapear e prever o seu impacto futuro, através da relação entre a frequência de ocorrência do evento e a(s) sua(s) consequência(s):

- A. Temperaturas Elevadas / Ondas de Calor
- B. Secas / Incêndios Rurais
- C. Precipitação Excessiva (Cheias e Inundações)
- D. Temperaturas Baixas / Ondas de Frio

Tendo em conta os eventos climáticos acima definidos, apresenta-se a seguinte matriz de risco:

**Quadro 38: Avaliação do risco climático atual e futuro (a médio e a longo prazo).**

ID	Risco	Frequência			Consequência		
		Presente	Médio Prazo (2041-2070)	Longo Prazo (2071-2100)	Presente	Médio Prazo (2041-2070)	Longo Prazo (2071-2100)
A	Temperaturas Elevadas / Ondas de Calor	1	2	3	3	3	3
B	Secas / Incêndios Rurais	1	2	3	3	3	3
C	Precipitação Excessiva (Cheias e Inundações)	2	2	3	2	3	3
D	Temperaturas Baixas / Ondas de Frio	1	1	1	2	2	2

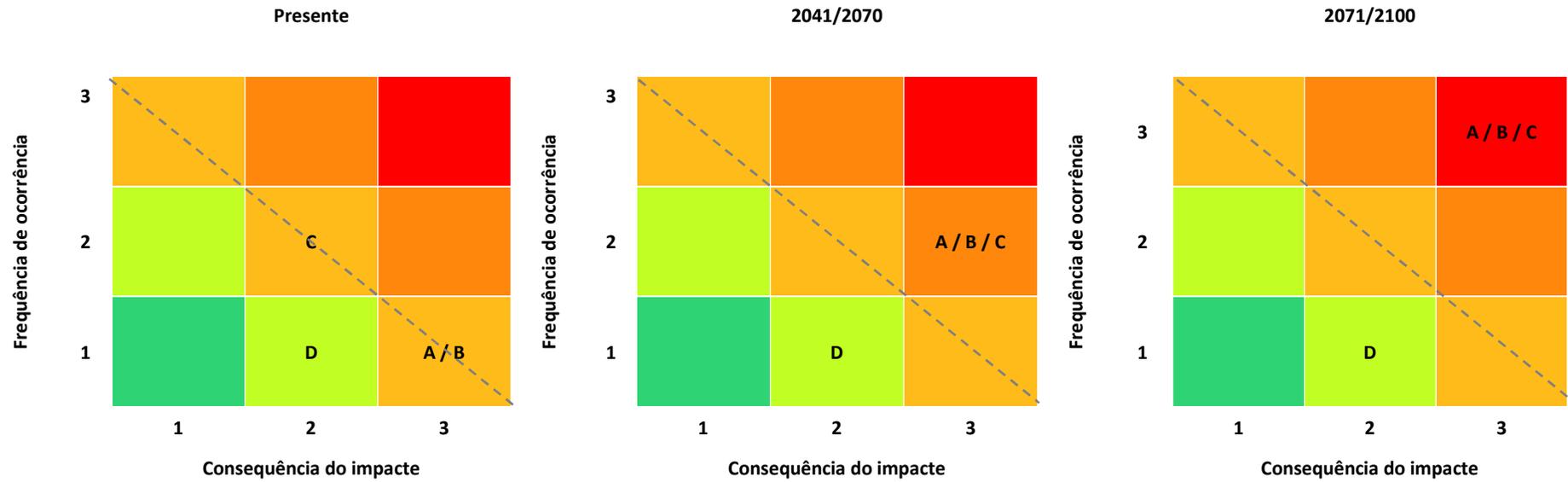
Fonte: Adaptado de Plano Intermunicipal e Planos Municipais para as Alterações Climáticas da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, 2019.

Da análise efetuada, conclui-se que haverá, em paralelo, um agravamento tanto da frequência da sua ocorrência como das potenciais consequências danosas resultantes. A incorporação destes pressupostos na matriz de risco quer para o presente, quer para os dois horizontes temporais futuros (2041/2070 e 2071/2100) encontra-se representada na Figura 6.

A posição definida para a linha que representa a atitude perante o risco teve como objetivo separar os riscos com valores mais elevados e que se situam no canto superior direito (**vermelho – riscos prioritários**), daqueles que têm valores de risco mais baixos e que se encontram no canto inferior esquerdo da matriz (**verde – riscos com menor prioridade**). Assim, foi possível identificar:

- Riscos de alta prioridade que o território já enfrenta (**riscos climáticos prioritários atuais**);
- Riscos que podem aumentar devido as alterações climáticas (**riscos climáticos prioritários futuros**).

Figura 6: Matriz aplicada na avaliação de risco



Fonte: Adaptado de Plano Intermunicipal e Planos Municipais para as Alterações Climáticas da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, 2019.

## 6.2 IDENTIFICAÇÃO DOS IMPACTOS SETORIAS

### 6.2.1 AGRICULTURA E PECUÁRIA

No Quadro 39 encontram-se sintetizados os principais impactos (negativos – ameaças e positivos – oportunidades) atuais e futuros para o setor «Agricultura e Pecuária».

**Quadro 39: Síntese de principais impactos atuais e futuros para o setor «Agricultura e Pecuária»**

Impactos Potenciais	Síntese dos Principais Impactos
<p><b>Impactos Negativos (Ameaças)</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O aumento da temperatura associado a condições de maior secura terá como consequência a diminuição de matéria orgânica, que decorre da menor produção de biomassa e o aumento da taxa de mineralização, o que, em solos já de si vulneráveis, potenciará a erosão e os processos de desertificação;</li> <li>▪ O aparecimento de novas pragas e doenças ou a diferente evolução das existentes como resposta às novas condições climáticas, constituirá um risco acrescido para a produção agrícola;</li> <li>▪ A diminuição das disponibilidades hídricas afetará, sobretudo, os sistemas temporários de sequeiro e as pastagens permanentes com a pecuária extensiva associada;</li> <li>▪ Redução significativa da precipitação anual, com consequente deficiência de água no solo, redução do armazenamento de água (superficial ou subterrânea), <i>stress</i> hídrico nas plantas; redução da biomassa e do rendimento das culturas, falta de água para abeberamento dos animais (nas situações mais gravosas), redução das áreas cultivadas, dificuldades de germinação e consequente redução dos rendimentos, antecipação da campanha de rega das culturas permanentes e o reforço da irrigação de culturas de outono /inverno.</li> <li>▪ A temperatura média mais elevada e ondas de calor mais intensas e frequentes poderão conduzir a uma alteração da fenologia (desenvolvimento mais rápido), redução da atividade fotossintética, e aumento dos riscos com acidentes climáticos associados à frequência e intensidade das vagas de calor; podendo ter como consequência a redução da qualidade do vinho e a ocorrência de fenómenos como é o caso do escaldão das uvas.</li> <li>▪ Resultado das previsíveis reduções acentuadas da precipitação e da sua maior irregularidade e concentração, bem como períodos de temperaturas elevadas e de seca com maior magnitude e mais frequentes, poderão aumentar os problemas com vários agentes patogénicos.</li> <li>▪ Perdas produtivas (rendimento) e económicas no setor pecuário, o que resulta em consequências também na segurança alimentar, devido a redução na disponibilidade e o fornecimento de alimento.</li> </ul>

Impactos Potenciais	Síntese dos Principais Impactos
<b>Impactos Positivos (Oportunidades)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Possibilidade de maior produção global em alguns sistemas agrícolas (nomeadamente pomares e vinha), decorrente do aumento projetado da temperatura;</li> <li>▪ Possibilidade de redução de danos na produção agrícola (sobretudo ao nível da horticultura, fruticultura e viticultura), decorrente da diminuição expectável das ocorrências de geadas;</li> <li>▪ Maior conforto térmico para os animais com a redução do número de dias com temperaturas mais frias.</li> </ul>

## 6.2.2 BIODIVERSIDADE

O Quadro 40 sintetiza os principais impactos (negativos – ameaças e positivos – oportunidades) atuais e futuros para o setor «Biodiversidade».

**Quadro 40: Síntese de principais impactos atuais e futuros para o setor «Biodiversidade»**

Impactos Potenciais	Síntese dos Principais Impactos
<b>Impactos Negativos (Ameaças)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A capacidade de proporcionar serviços<sup>11</sup> será reduzida devido à modificação, degradação e perda de ecossistemas;</li> <li>▪ Aumento da evapotranspiração, devido a temperaturas mais elevadas e menores valores de precipitação;</li> <li>▪ Elevada mortalidade de algumas espécies, como consequência de períodos de seca mais prolongados, mais frequentes e mais severos;</li> <li>▪ Efeitos indiretos nos habitats, nomeadamente o aumento da frequência de incêndios e alterações na prevalência de pragas e doenças;</li> <li>▪ Redução da quantidade e qualidade da água em corpos de água permanentes e alterações na ocorrência, duração e época de enchimento de corpos de água temporários, como consequência da diminuição da precipitação;</li> <li>▪ Alterações fenológicas devido às alterações das características das estações do ano;</li> <li>▪ Deslocação em latitude e altitude das espécies sensíveis às alterações de temperatura, resultando em extinções locais de populações, alterações na distribuição ou declínios populacionais.</li> </ul>
<b>Impactos Positivos (Oportunidades)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O turismo na natureza poderá aumentar na primavera e outono, decorrente do aumento projetado da temperatura.</li> </ul>

<sup>11</sup> O programa Millennium Ecosystem Assessment apresenta uma metodologia de classificação de serviços dos ecossistemas, onde se identificam quatro grandes categorias: **Serviços de provisão** (produtos obtidos dos ecossistemas, quer para utilização direta quer para serem utilizados na indústria, tão variados como água potável, alimentos, madeira e fibras, combustível, lã, medicamentos naturais e recursos genéticos); **Serviços de regulação** (benefícios obtidos da regulação de processos associados ao funcionamento do ecossistema, por exemplo a regulação do clima, a purificação da água, entre outros); **Serviços culturais** (benefícios imateriais que as pessoas podem obter, como o enriquecimento espiritual, o desenvolvimento cognitivo e o lazer); **Serviços de suporte** (necessários para a produção de todos os outros serviços do ecossistema, incluindo os ciclos de nutrientes, a formação do solo e a produção primária).

### 6.2.3 ECONOMIA

No Quadro 41 procedeu-se à identificação dos principais impactos (negativos – ameaças e positivos – oportunidades) atuais e futuros para o setor «Economia».

**Quadro 41: Síntese de principais impactos atuais e futuros para o setor «Economia»**

Impactos Potenciais	Síntese dos Principais Impactos
<b>Impactos Negativos (Ameaças)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Riscos físicos decorrentes de eventos meteorológicos extremos (danos nas infraestruturas, restrições à produção, deterioração de produtos, interrupção no fornecimento de produtos e matérias-primas, etc.);</li> <li>▪ Riscos associados às cadeias de fornecimento e matérias-primas (interrupção, ineficiência ou atrasos na cadeia de fornecimento, dificuldades ligadas à escassez da água e aumento do preço da energia);</li> <li>▪ Riscos logísticos (relacionados com o corredor de transportes e plataformas logísticas, sobretudo as que se relacionam com a exportação);</li> <li>▪ Riscos reputacionais (diminuição da qualidade do produto/serviço afetando a reputação do produtor do bem ou do prestador do serviço e a satisfação do consumidor);</li> <li>▪ Riscos regulamentares (pressão crescente para a conservação de recursos, nomeadamente da água em áreas de escassez);</li> <li>▪ Riscos financeiros (associados ao impacto das alterações climáticas).</li> </ul>
<b>Impactos Positivos (Oportunidades)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Potencial aumento da relevância de alguns produtos turísticos (e.g. turismo de natureza) fora do período estival, em particular na primavera e no outono, resultante do aumento da temperatura média do ar projetada;</li> <li>▪ Aumento da temporada de aproveitamento dos recursos cinegéticos, como de caça e pesca.</li> </ul>

### 6.2.4 ENERGIA

No Quadro 42 evidencia-se os principais impactos (negativos – ameaças e positivos – oportunidades) atuais e futuros para o setor «Energia».

**Quadro 42: Síntese de principais impactos atuais e futuros para o setor «Energia»**

Impactos Potenciais	Síntese dos Principais Impactos
<b>Impactos Negativos (Ameaças)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Interrupção do fornecimento de energia devido a perturbações, danos temporários a permanentes nas infraestruturas, devido ao aumento da frequência e intensidade dos eventos como ventos fortes, cheias, inundações, movimentos de massa, etc.;</li> <li>▪ O aumento anómalo da procura de eletricidade para arrefecimento em ocasiões de ondas de calor, que se esperam mais frequentes com as alterações climáticas.</li> </ul>

Impactos Potenciais	Síntese dos Principais Impactos
<b>Impactos Positivos (Oportunidades)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Redução das necessidades de energia para aquecimento nos edifícios, resultante do aumento da temperatura média projetada.</li> <li>▪ Aumento da produção de energia com fontes renováveis como a energia eólica (aproveitamento do vento) e energia solar (aproveitamento da proveniente da luz e do calor do Sol).</li> </ul>

## 6.2.5 FLORESTAS

O Quadro 43 lista os principais impactos (negativos – ameaças e positivos – oportunidades) atuais e futuros para o setor «Florestas».

**Quadro 43: Síntese de principais impactos atuais e futuros para o setor «Florestas»**

Impactos Potenciais	Síntese dos Principais Impactos
<b>Impactos Negativos (Ameaças)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Diminuição da produtividade potencial e da área de distribuição potencial;</li> <li>▪ Alargamento da época crítica de incêndios e aumento do risco meteorológico de incêndio, sendo expectável o aumento da área ardida anualmente;</li> <li>▪ Nas áreas onde aumente a recorrência de incêndios é expectável a promoção de formações arbustivas mais inflamáveis, estruturalmente mais simples;</li> <li>▪ Perda de biodiversidade associada aos incêndios rurais;</li> <li>▪ Aumento das condições favoráveis ao desenvolvimento de populações de agentes bióticos nocivos;</li> <li>▪ O aumento da área ardida associada ao aumento do risco meteorológico de incêndio pode traduzir-se no aumento das áreas de formações arbustivas, estruturalmente pouco diversificadas;</li> <li>▪ Redução da capacidade de sequestro de carbono;</li> <li>▪ Relativamente às espécies de caça maior, o aumento da temperatura aumentará a população e distribuição dos insetos vetores portadores de doenças, bem como a diminuição da alimentação, quer na sua qualidade, quer na quantidade e distribuição;</li> <li>▪ No que refere as espécies de caça menor, poderá assistir-se a uma redução dos habitats adequados a estas espécies, através do aumento do impacto dos processos conducentes à desertificação do solo;</li> <li>▪ Aumento de conflitos entre fauna cinegética e agricultura (mais espécies a dependerem das culturas agrícolas como fonte de alimento, tanto aves como mamíferos);</li> <li>▪ Provável aumento populacional de espécies não-indígenas mais adaptadas as novas condições ambientais e consequente aumento da competição pelos recursos.</li> <li>▪ Redução do valor pesqueiro das massas de água lênticas e lóticas;</li> <li>▪ Alteração das épocas do ano mais favoráveis à pesca desportiva na generalidade das massas de água.</li> </ul>

Impactos Potenciais	Síntese dos Principais Impactos
<b>Impactos Positivos (Oportunidades)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O turismo na natureza poderá aumentar na primavera e outono, decorrente do aumento projetado da temperatura.</li> </ul>

## 6.2.6 SAÚDE HUMANA

Os principais impactos (negativos – ameaças e positivos – oportunidades) atuais e futuros para o setor «Saúde Humana» encontra-se listados no Quadro 44.

**Quadro 44: Síntese de principais impactos atuais e futuros para o setor «Saúde Humana»**

Impactos Potenciais	Síntese dos Principais Impactos
<b>Impactos Negativos (Ameaças)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumento de morbidade e de mortalidade em períodos de calor intenso;</li> <li>Mudanças significativas na distribuição geográfica e sazonal e na propagação das doenças transmitidas por vetores. Em Portugal Continental, as mais preocupantes estão associadas ao mosquito <i>Aedes aegypti</i> (vulgarmente conhecido como mosquito da dengue);</li> <li>Aumento gradual dos impactos na saúde, associados com as concentrações mais elevadas de poluentes atmosféricos;</li> <li>Aumento dos fenómenos de poluição, como resultado do aumento dos períodos de seca, e conseqüente diminuição da capacidade de oxigenação e autodepuração, contribuindo para o aumento da carga microbiana e química das linhas de água, podendo ter repercussões no aumento dos surtos epidemiológicos associados à componente hídrica;</li> <li>Aumento da incidência as doenças de origem hídrica e alimentar;</li> <li>Na época de verão existe uma maior incidência de doenças diarreicas (infecções intestinais) devido ao aumento da temperatura.</li> </ul>
<b>Impactos Positivos (Oportunidades)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Diminuição de mortalidade e morbidade no inverno, em especial na mortalidade associada a doenças do aparelho circulatório e do aparelho respiratório, decorrente do aumento projetado da temperatura.</li> </ul>

## 6.2.7 SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS

No Quadro 45 encontram-se sintetizados os principais impactos (negativos – ameaças e positivos – oportunidades) atuais e futuros para o setor «Segurança de Pessoas e Bens».

**Quadro 45: Síntese de principais impactos atuais e futuros para o setor «Segurança de Pessoas e Bens»**

Impactos Potenciais	Síntese dos Principais Impactos
<b>Impactos Negativos (Ameaças)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Aumento no número de dias de precipitação forte e agravamento da intensidade de certas ocorrências de nevões;</li> <li>▪ Aumento da frequência e da intensidade das ocorrências de ondas de calor;</li> <li>▪ Redução da precipitação durante a primavera, verão e outono. Este comportamento tem influência no número de dias de seca consecutivos, que apresentam, em geral, uma tendência de crescimento;</li> <li>▪ Ocorrência de um maior número de episódios de cheias e inundações durante o inverno;</li> <li>▪ Alargamento da época crítica de incêndios e aumento do risco meteorológico de incêndio, sendo expectável o aumento da área ardida anualmente;</li> <li>▪ Redução na disponibilidade de alimentos de origem animal e vegetal para a população.</li> </ul>
<b>Impactos Positivos (Oportunidades)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Diminuição dos impactos resultantes de ondas de frio;</li> <li>▪ Redução dos acidentes rodoviários devidos a más condições meteorológicas, nomeadamente à redução da precipitação durante a primavera, verão e outono.</li> </ul>

## 6.2.8 TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

O Quadro 46 apresenta os principais impactos (negativos – ameaças e positivos – oportunidades) atuais e futuros para o setor «Transportes e Comunicações».

**Quadro 46: Síntese de principais impactos atuais e futuros para o setor «Transportes e Comunicações»**

Impactos Potenciais	Síntese dos Principais Impactos
<b>Impactos Negativos (Ameaças)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Interrupção dos serviços de transporte de pessoas e de mercadorias, decorrentes de eventos meteorológicos extremos;</li> <li>▪ Interrupção dos serviços de telecomunicações, decorrentes de eventos meteorológicos extremos.</li> <li>▪ Queda de sinalética vertical por via do aumento dos episódios de tempestades / ventos fortes.</li> </ul>
<b>Impactos Positivos (Oportunidades)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Aumento da procura turística com impacte na procura de transporte.</li> </ul>

## 7 MEDIDAS DE MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO PARA O MUNICÍPIO

### 7.1 MEDIDAS TRANSVERSAIS

No presente capítulo identificam-se um conjunto de medidas não exclusivas à componente de mitigação ou de adaptação e que refletem um conjunto integrado de intervenções cujo impacto, da sua implementação, se pretende que contribua de forma decisiva para o alcance da visão e dos objetivos específicos estabelecidos.

Fruto de um trabalho desenvolvido em conjunto com a Associação de Municípios da Cova da Beira (AMCB) e a ENERAREA - Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior, as medidas apresentadas contemplam um elevado espectro de atuação, com incidência na eficiência no uso da água no consumo urbano, na gestão das secas e da escassez de água, na criação de corredores verdes e na renaturalização de zonas naturais e verdes desfavorecidas, na prevenção e redução da produção de RSU, etc.

**Quadro 47: Síntese das medidas transversais do PMAC de Pinhel**

Domínio / Setor	Medidas
<b>I. Desenvolvimento de Ferramentas de Suporte à Decisão, de Ações de Capacitação e Sensibilização</b>	MT001. Campanhas de Comunicação e Sensibilização para as alterações Climáticas
<b>II. Implementação de Boas Práticas de Gestão de Água na Agricultura e no Setor Urbano para Prevenção dos Impactes Decorrentes de Fenómenos de Seca e de Escassez</b>	MT002. Eficiência no uso da água no consumo urbano
	MT003. Secas e escassez de água - Novos parques urbanos e zonas de infiltração
<b>III. Redução da Vulnerabilidade das Áreas Urbanas às Ondas de Calor e ao Aumento da Temperatura Máxima</b>	MT004. Criação de Corredores verdes dentro das Cidades e Vilas e Renaturalização de zonas naturalmente desfavorecidas
	MT005. Plano de contingência para ondas de calor
<b>IV. Prevenção da Instalação e Expansão de Espécies Exóticas Invasoras, de Doenças Transmitidas por Vetores e de Doenças e Pragas Agrícolas e Florestais</b>	MT006. Vigilância e Controlo de Vetores Transmissores de Doenças
	MT007. Fitossanidade e Sanidade Animal
<b>V. Agricultura e Floresta Sustentáveis</b>	MT008. Potenciar o Sequestro de Carbono
	MT009. Prevenção de incêndios rurais- intervenções estruturantes em áreas agrícolas e florestais
<b>VI. Eficiência Energética</b>	MT010. Promoção da Eficiência Energética
<b>VII. Resíduos - Planeamento e Gestão</b>	MT011. Prevenir e reduzir a produção de RSU, o seu caráter nocivo e os possíveis impactes adversos

No Anexo I apresentam-se as fichas pormenorizadas, relativas a cada uma das medidas elencadas no Quadro 47.

## 7.2 MEDIDAS DE MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO PARA O MUNICÍPIO

### 7.2.1 IDENTIFICAÇÃO DE SETORES PRIORITÁRIOS

Para definir a estratégia de ação climática é necessário conhecer os setores que apresentam riscos e impactes mais significativos na área do Concelho de Pinhel. Através da avaliação do perfil de emissões de GEE do município, foi possível identificar os setores prioritários, no âmbito da mitigação das alterações climáticas. Relativamente à componente de adaptação, foi possível conhecer os setores prioritários, através da avaliação do contexto climático atual da região, bem como, da análise das vulnerabilidades climáticas futuras.

### 7.2.2 MEDIDAS DE MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO PARA O MUNICÍPIO

No âmbito do Plano Municipal de Ação Climática (PMAC) de Pinhel, foram definidas **99 (noventa e nove) medidas de adaptação / mitigação das alterações climáticas**, a implementar no concelho até 2030.

De referir, no entanto, que o PMAC é um instrumento dinâmico, pelo que a seleção de medidas realizada durante a elaboração do documento, não implica que não venham a ser implementadas medidas adicionais no futuro, que se revelem necessárias em função da evolução do estado-da-arte.

Mais ainda, as medidas preconizadas representam as prioridades do Município, sendo certo que, em muitos casos, se trata de investimentos muito avultados, cuja plena implementação estará dependente dos instrumentos de cofinanciamento que vierem a surgir.

Neste contexto, para cada uma das medidas foi elaborada uma «Ficha de Medida» que caracteriza detalhadamente a medida a desenvolver e as várias atividades nela incluídas. Para mais fácil referência e posterior monitorização, as medidas e ações de adaptação e de mitigação serão referenciadas com uma numeração (e.g. medida 1 – M001) facilitando a análise agregada das mesmas.

No Anexo I apresentam-se as fichas pormenorizadas, relativas a cada uma das medidas elencadas no Quadro 48.

**Quadro 48: Medidas e ações de adaptação e de mitigação identificadas**

<b>Código</b>	<b>Medida</b>	<b>Tipo de Resposta</b>
<b>M001</b>	Criação de novas áreas verdes municipais, com diversificação de espécies	Adaptação
<b>M002</b>	Criação de inventário das espécies de fauna e flora existentes	Adaptação
<b>M003</b>	Avaliação do estado fitossanitário do arvoredo municipal	Adaptação
<b>M004</b>	Preservação da biodiversidade nas ações de limpeza e manutenção dos espaços verdes	Adaptação
<b>M005</b>	Criação de medidas que visem a proteção de espécies alvo de estatuto especial de conservação	Adaptação
<b>M006</b>	Promoção ao cultivo de espécies agrícolas com menores necessidades hídricas	Adaptação
<b>M007</b>	Promoção de incentivos para o aumento da área de terrenos agrícolas trabalhados, atualmente abandonados	Adaptação
<b>M008</b>	Elaboração de manual de boas práticas agrícolas	Adaptação
<b>M009</b>	Promoção do ordenamento florestal e reflorestação com espécies autóctones	Adaptação
<b>M010</b>	Realização de ações de sensibilização para o uso correto do fogo, sobretudo nas queimas e queimadas	Adaptação
<b>M011</b>	Criação de faixas de gestão de combustível à volta dos núcleos urbanos	Adaptação
<b>M012</b>	Promoção do aproveitamento de biomassa florestal	Adaptação
<b>M013</b>	Reabilitação e restauro dos ecossistemas após os incêndios rurais	Adaptação
<b>M014</b>	Prevenção da instalação e expansão de espécies exóticas invasoras	Adaptação
<b>M015</b>	Realização de ações de informação e sensibilização à população sobre as medidas de prevenção de doenças infecciosas transmitidas por pragas, alergias e exposição solar excessiva	Adaptação
<b>M016</b>	Criação de sistema de georreferenciação de identificação de vetores, agentes e doenças	Adaptação
<b>M017</b>	Revisão e adaptação do plano municipal de emergência para os riscos climáticos futuros	Adaptação
<b>M018</b>	Promoção do transporte público	Adaptação
<b>M019</b>	Promoção dos modos suaves	Adaptação
<b>M020</b>	Gestão dos consumos da frota municipal	Adaptação

<b>Código</b>	<b>Medida</b>	<b>Tipo de Resposta</b>
<b>M021</b>	Desenvolvimento de inventário das espécies de árvores existentes em cada freguesia com um maior potencial de queda de árvores em eventos extremos	Adaptação
<b>M022</b>	Promoção do aumento das áreas permeáveis do território municipal	Adaptação
<b>M023</b>	Criar coberturas verdes e jardins verticais	Adaptação
<b>M024</b>	Criação de áreas azuis nos espaços verdes urbanos	Adaptação
<b>M025</b>	Expansão do coberto vegetal nativo em áreas de grande fluxo rodoviário	Adaptação
<b>M026</b>	Identificação de localizações e criação de Rede de Biospots de corredores ecológicos	Adaptação
<b>M027</b>	Mapeamento e valoração dos serviços de ecossistema	Adaptação
<b>M028</b>	Estudar o fenómeno Ilha de Calor Urbano	Adaptação
<b>M029</b>	Elaborar um plano de comunicação (interna e externa) conjuntamente com atores chave neste processo, dirigido a diferentes canais de comunicação e públicos-alvo, de forma a envolver toda a comunidade	Adaptação
<b>M030</b>	Promover a plantação de árvores de jardins e o desenvolvimento de arruamentos adaptados à variabilidade climática	Adaptação
<b>M031</b>	Implementar técnicas e práticas agrícolas de conservação para maior proteção dos solos	Adaptação
<b>M032</b>	Divulgar boas práticas de uso e conservação do solo e técnicas de engenharia rural ambientalmente sustentável, bem como a utilização de equipamentos com energia renovável em construções e instalações agrícolas	Adaptação
<b>M033</b>	Promover a informação, comunicação/formação sobre a adaptação às alterações climáticas	Adaptação
<b>M034</b>	Organizar campanhas de sensibilização e ações de formação sobre medidas preventivas	Adaptação
<b>M035</b>	Ampliar o tecido produtivo florestal e aumentar as áreas de floresta com espécies autóctones, adequadas e adaptadas às alterações climáticas	Adaptação
<b>M036</b>	Implementar um Sistema de Alerta para situações de risco	Adaptação
<b>M037</b>	Aumentar a capacidade de armazenamento de água	Adaptação
<b>M038</b>	Apoio à construção de pequenas barragens e charcas de cariz privado para retenção de água destinada ao uso agrícola	Adaptação
<b>M039</b>	Caraterizar a situação das espécies invasoras no território	Adaptação
<b>M040</b>	Criar o Cadastro Arbóreo Público	Adaptação
<b>M041</b>	Criar espaços públicos ambientalmente confortáveis	Adaptação

<b>Código</b>	<b>Medida</b>	<b>Tipo de Resposta</b>
<b>M042</b>	Criar Equipa Multidisciplinar para Apoio Comunitário de Emergência em situação de crise	Adaptação
<b>M043</b>	Divulgar técnicas de engenharia rural ambientalmente sustentável e a utilizar equipamentos com energia renovável em construções e instalações agrícolas	Adaptação
<b>M044</b>	Realizar um estudo de caracterização e rede de monitorização da população mais vulnerável	Adaptação
<b>M045</b>	Promover o estudo e a implementação de medidas para melhorar a capacidade de resposta dos espaços públicos aos eventos extremos	Adaptação
<b>M046</b>	Criação de infraestruturas de apoio à mobilidade suave	Adaptação
<b>M047</b>	Implementação de sistemas de mobilidade suave partilhada	Adaptação
<b>M048</b>	Vigilância e Controlo de Vetores Transmissores de Doenças	Adaptação
<b>M049</b>	Sistematização do registo dos eventos climáticos locais	Adaptação
<b>M050</b>	Divulgação de boas práticas de uso e conservação do solo	Adaptação
<b>M051</b>	Elaboração de planos de monitorização e procedimentos de controlo / erradicação de invasoras, pragas e doenças	Adaptação
<b>M052</b>	Promover ações de incentivo à adaptação no Turismo	Adaptação
<b>M053</b>	Sensibilizar e formar os agentes turísticos para as alterações climáticas	Adaptação
<b>M054</b>	Implementação de um sistema de capacitação para o setor agrícola	Adaptação
<b>M055</b>	Criação do Green Travel Map	Adaptação
<b>M056</b>	Guia de boas práticas para a redução da exposição de pessoas e bens aos riscos climáticos	Adaptação
<b>M057</b>	Elaboração do Plano de Contingência para Períodos Prolongados de Seca	Adaptação
<b>M058</b>	Realizar ações de formação, sensibilização e educação para a sustentabilidade energética destinada a trabalhadores do setor agrícola	Mitigação
<b>M059</b>	Certificação Energética dos edifícios municipais	Mitigação
<b>M060</b>	Criação de Observatório de Energia	Mitigação
<b>M061</b>	Criação de um Guia para melhorar o desempenho energético em remodelações e novos edifícios (residenciais e serviços)	Mitigação
<b>M062</b>	Criar requisitos mais exigentes para a construção de novos edifícios municipais, ou em grandes remodelações de edifícios municipais existentes, cumprindo a obrigação de NZEB (Net Zero Energy Building)	Mitigação

<b>Código</b>	<b>Medida</b>	<b>Tipo de Resposta</b>
<b>M063</b>	Criar um serviço de divulgação de oportunidades de financiamento e apoio à elaboração de candidaturas para a realização de auditorias energéticas e implementação de soluções de melhoria da eficiência energética em edifícios residenciais	Mitigação
<b>M064</b>	Elaborar um “Plano de Iluminação Eficiente”	Mitigação
<b>M065</b>	Implementar iluminação sustentável em edifícios e espaços públicos	Mitigação
<b>M066</b>	Implementar um plano de eficiência hídrica para os edifícios municipais	Mitigação
<b>M067</b>	Introdução de requisitos de eficiência nas operações de licenciamento via instrumentos de gestão urbanística como o Plano Diretor Municipal e outros regulamentos	Mitigação
<b>M068</b>	Melhorar a eficiência energética de sistemas de climatização e ventilação de edifícios	Mitigação
<b>M069</b>	Promover a realização de auditorias nos edifícios, serviços públicos e indústrias que permitam a identificação e avaliação do grau de eficiência energética, resultando na certificação energética	Mitigação
<b>M070</b>	Promover e criar estruturas técnicas para aconselhamento na área da eficiência energética	Mitigação
<b>M071</b>	Alteração das soluções existentes para tecnologia LED	Mitigação
<b>M072</b>	Combate à Pobreza Energética	Mitigação
<b>M073</b>	Criação de uma plataforma de anúncios de projetos de energia renovável	Mitigação
<b>M074</b>	Criação de uma plataforma digital aberta sobre eletricidade e boas práticas de eficiência energética	Mitigação
<b>M075</b>	Gestão otimizada da energia	Mitigação
<b>M076</b>	Iluminação Pública LED Inteligente	Mitigação
<b>M077</b>	Implementação de sistemas de monitorização e telegestão	Mitigação
<b>M078</b>	Implementar um sistema de gestão otimizada de iluminação pública	Mitigação
<b>M079</b>	Novos modelos de trabalho	Mitigação
<b>M080</b>	Promoção de uma campanha de sensibilização para a eficiência energética e para a mitigação da pobreza energética	Mitigação
<b>M081</b>	Promover a instalação de coletores solares térmicos	Mitigação
<b>M082</b>	Promover a utilização de biocombustíveis e fontes de energia alternativas como combustível principal ou em misturas com outros combustíveis para alimentação de frotas	Mitigação
<b>M083</b>	Promover o uso de biomassa florestal e resíduos florestais como combustível	Mitigação

Código	Medida	Tipo de Resposta
M084	Semáforos LED Inteligente	Mitigação
M085	Sensibilização para a eficiência energética	Mitigação
M086	Sistemas de climatização e ventilação eficientes	Mitigação
M087	Elaboração do Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia com vista à descarbonização	Mitigação
M088	Promover a utilização de energia solar térmica em processos industriais	Mitigação
M089	Realizar ações de formação, sensibilização e educação destinada a trabalhadores do setor industrial	Mitigação
M090	Gestão sustentável de resíduos e economia circular	Mitigação
M091	Implementar circuitos de recolha seletiva de resíduos	Mitigação
M092	Definição e implementação de uma estratégia municipal para disponibilização de pontos de carregamento de veículos elétricos	Mitigação
M093	Renovação da frota da Autarquia para veículos de menores emissões, nomeadamente elétricos	Mitigação
M094	Melhorar a eficiência na aplicação de fertilizantes no solo	Mitigação
M095	Substituição da utilização de fertilizantes minerais por fertilizantes orgânicos	Mitigação
M096	Apoiar a florestação e a melhoria do valor ambiental das florestas	Mitigação
M097	Aumentar a resiliência da paisagem aos incêndios rurais e reduzir a sua incidência	Mitigação
M098	Conservar, restaurar e melhorar os solos agrícolas e florestais e prevenir a erosão	Mitigação
M099	Promover o uso de biomassa residual de origem florestal e agrícola	Mitigação
M100	Promover o uso de produtos agrícolas e florestais como substitutos de matérias-primas de origem fóssil	Mitigação
M101	Promover e apoiar a disseminação de centros para recolha, armazenamento e disponibilização de biomassa a nível municipal	Mitigação
M102	Promover ações de informação e sensibilização	Mitigação

### 7.3 FONTES DE FINANCIAMENTO

O financiamento da ação climática refere-se aos recursos financeiros alocados para enfrentar as alterações climáticas, mitigar seus impactos e promover a adaptação a um clima em transformação. Esse financiamento é vital para implementar medidas que reduzam as emissões de gases de efeito estufa,

desenvolvam tecnologias limpas, promovam o uso sustentável dos recursos naturais e fortaleçam a resiliência das comunidades face aos impactos das alterações climáticas.

Existem várias fontes de financiamento para a ação climática, envolvendo setores públicos e privados, nacionais e internacionais. Algumas das principais fontes incluem:

- Financiamento Público Nacional;
- Financiamento Internacional;
- Fundos Climáticos Multilaterais;
- Setor Privado;
- Mercados de Carbono.

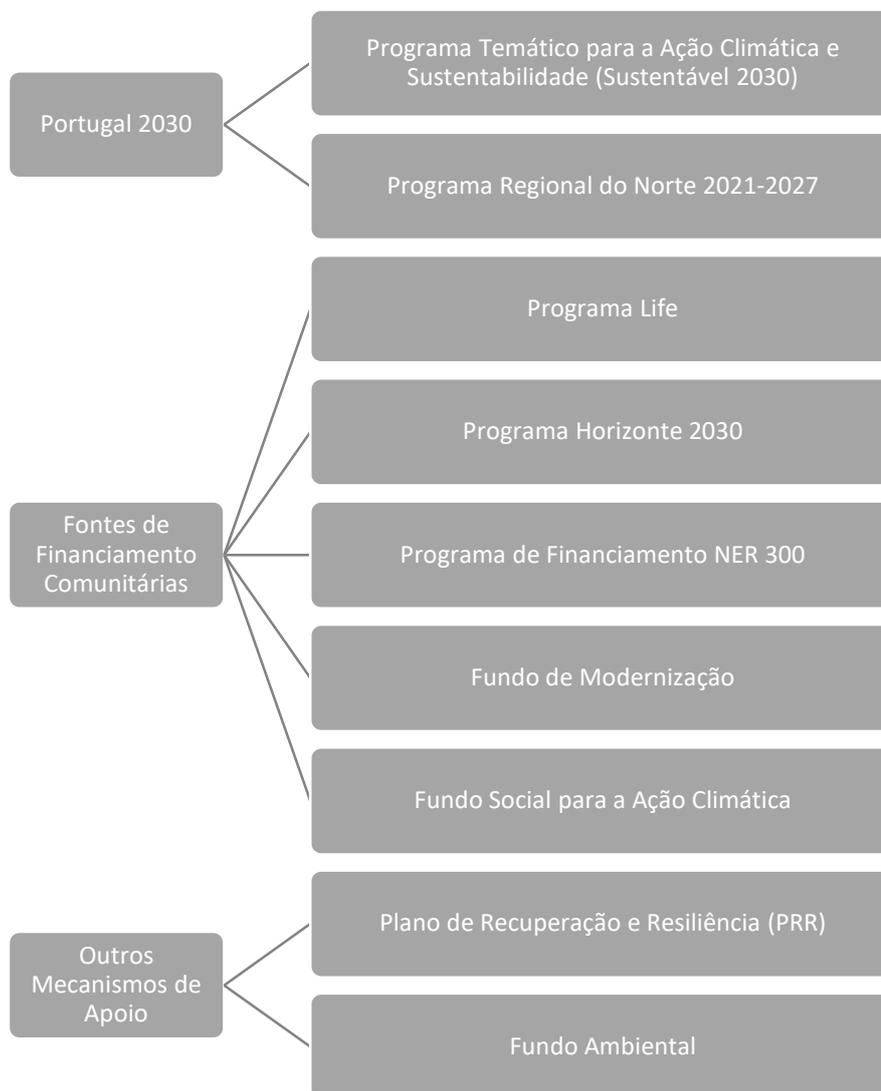
**Quadro 49: Fontes de Financiamento**

Fonte	Descrição
<b>Financiamento Público Nacional</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ No âmbito do financiamento para a ação climática a nível nacional, as receitas provenientes da venda em leilão de licenças de emissão do regime do Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE) constituem uma das mais importantes fontes de receita, sendo transferidas na sua totalidade para o Fundo Ambiental e utilizadas para promover um desenvolvimento assente numa economia competitiva e de baixo carbono e resiliente às alterações climáticas. Em Leilões CELE encontra-se informação diversa sobre a operacionalização destes leilões e os relatórios anuais de Portugal sobre a utilização das receitas.</li><li>▪ Sobre a operacionalização do Acordo de Parceria no âmbito do quadro financeiro plurianual 2021-2027, e dada a centralidade que as alterações climáticas assumem de forma transversal, destaca-se o novo Programa Portugal 2030 que se encontra assente na Estratégia Portugal 2030 bem como a operacionalização do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).</li></ul>
<b>Financiamento Internacional</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ No âmbito da fonte de financiamento comunitário, destaca-se o subprograma de mitigação e adaptação às alterações climáticas do programa LIFE, bem como o Fundo de Modernização e o Fundo Social para a Ação Climática.</li></ul>
<b>Fundos Climáticos Multilaterais</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Existem vários fundos climáticos globais, como o Fundo Verde para o Clima (GCF) e o Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF), que fornecem financiamento para projetos que ajudam os países em desenvolvimento a mitigar e se adaptar às mudanças climáticas.</li></ul>
<b>Setor Privado</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ O setor privado pode investir em iniciativas sustentáveis e tecnologias verdes. Além disso, o setor financeiro desempenha um papel crucial ao disponibilizar instrumentos financeiros, como títulos verdes e investimentos de impacto, para projetos relacionados à ação climática.</li></ul>

Fonte	Descrição
<b>Mercados de Carbono</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ O mercado do carbono é o nome mais popular para o mercado de transação de licenças de emissão de gases poluentes. O maior mercado é o da Europa e chama-se CELE - Comércio Europeu de Licenças de Emissão.</li><li>▪ Estes mercados apareceram após a criação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática (em inglês, UNFCCC), durante a conferência ECO-92. Mas só em 1997, com o Protocolo de Quioto é que foram estabelecidos objetivos mais concretos para este mercado.</li><li>▪ Trata-se assim de uma solução inspirada nos mercados financeiros para conseguir colmatar uma externalidade negativa: a poluição atmosférica. Neste mercado o que se transaciona é uma "commodity" muito particular: gases com efeito estufa. Apesar de não ser apenas CO<sub>2</sub>, esses gases são chamados de carbono.</li></ul>

No período 2024-2030, para efeitos de implementação das medidas propostas neste plano e dados os condicionamentos económicos atuais, é de maior relevância aproveitar e tirar partido das diversas oportunidades de financiamento existentes. Deste forma, o Município de Pinhel deverá recorrer ao cofinanciamento disponível no âmbito de várias candidaturas, nacionais e/ou europeias, que poderão ser submetidas aos programas destacados na Figura 61.

**Figura 7: Quadro de financiamento de referência à adaptação às alterações climáticas (2024-2030)**



### 7.3.1 PROGRAMA PORTUGAL 2030

O Portugal 2030 materializa o Acordo de Parceria estabelecido entre Portugal e a Comissão Europeia, que fixa os grandes objetivos estratégicos para aplicação, entre 2021 e 2027, do montante global de 23 mil M€.

A verba é oriunda do FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) – 11,5 mil milhões de euros, acrescidos de 139 milhões de euros relativos à Cooperação Territorial Europeia (CTE); do FSE+ (Fundo Social Europeu) – 7,8 mil milhões de euros; do Fundo de Coesão – 3,1 mil milhões de euros; do Fundo

para uma Transição Justa – 224 milhões de euros e do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMPA) – 393 milhões de euros.

A estes valores, junta-se ainda a transferências para o Mecanismo Interligar Europa – 1.048 mil milhões de euros. A sua programação é feita em torno de cinco objetivos estratégicos da União Europeia: **Mais Inteligente; Mais Verde; Mais Conectada; Mais Social; Mais Próxima dos Cidadãos.**

O Portugal 2030 tem como enquadramento estratégico a Estratégia Portugal 2030, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2020, de 13 de novembro, estruturada em torno de quatro agendas temáticas centrais para o desenvolvimento da economia, da sociedade e do território de Portugal no horizonte de 2030.

O Portugal 2030 é implementado através de 12 programas: quatro de âmbito temático – Demografia, qualificações e inclusão; Inovação e transição digital; Ação climática e sustentabilidade e Mar; cinco Regionais, correspondentes às NUTS II do Continente, dois das Regiões Autónomas e um de Assistência Técnica. A estes acrescem os Programas de Cooperação Territorial Europeia em que Portugal participa.

Relativamente ao **Programa Temático para a Ação Climática e Sustentabilidade**, este tem um total de 3,1 mil milhões de euros financiados pelo Fundo de Coesão e será de âmbito nacional para dar resposta aos desafios decorrentes da sustentabilidade e transição climática, com especial enfoque na descarbonização dos diversos setores da economia, constituindo um forte contributo para o cumprimento do objetivo nacional de alcançar a neutralidade carbónica em 2050.

As intervenções centram-se na transição energética (sobretudo via descarbonização) e ações que promovem a sustentabilidade dos recursos e a mobilidade urbana, que contribuem para o objetivo Portugal + Verde, bem como investimentos no domínio dos transportes, designadamente da ferrovia e do setor marítimo-portuário, no âmbito do objetivo Portugal + Conectado.

### **7.3.2 PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA (PRR)**

O Plano de Recuperação e Resiliência é um programa de âmbito nacional, com um período de execução até 2026, que vai implementar um conjunto de reformas e de investimentos destinados a impulsionar o país no caminho da retoma, do crescimento económico sustentado e da convergência com a Europa ao longo da próxima década, tendo como orientação um conceito de sustentabilidade inspirado nos

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. O PRR assente em três dimensões estruturantes: Resiliência; Transição Climática; Transição Digital.

A dimensão **Transição Climática** resulta do compromisso e contributo de Portugal para as metas climáticas que permitirão o alcance da neutralidade carbónica até 2050. A descarbonização da economia e da sociedade oferece oportunidades importantes e prepara o país para realidades que configurarão os fatores de competitividade num futuro próximo.

Na dimensão de Transição Climática foram consideradas 6 componentes com intervenção em áreas estratégicas:

- C10. Mar;
- C11. Descarbonização da Indústria;
- C12. Bioeconomia Sustentável;
- C13. Eficiência Energética em Edifícios;
- C14. Hidrogénio e Renováveis;
- C15. Mobilidade Sustentável.

### 7.3.3 FUNDO AMBIENTAL

O Decreto-Lei n.º 42-A/2016, de 12 de agosto, que entrou em vigor no dia 01 de janeiro de 2017, procedeu à criação do Fundo Ambiental, estabelecendo as regras para a sua atribuição, gestão, acompanhamento e execução das respetivas receitas e apoios a conceder.

O Fundo Ambiental tem por finalidade apoiar políticas ambientais e de ação climática para a prossecução dos objetivos do desenvolvimento sustentável, contribuindo para o cumprimento dos objetivos e compromissos nacionais e internacionais, designadamente os relativos às alterações climáticas, às energias de fontes renováveis e à eficiência energética, aos recursos hídricos, aos resíduos, à conservação da natureza e biodiversidade, ao bem-estar dos animais de companhia, à floresta e gestão florestal, ao ordenamento e gestão da paisagem.

O Fundo Ambiental financia entidades, atividades ou projetos que se enquadrem nas seguintes áreas de atuação:

- Mitigação das alterações climáticas, através de ações que contribuam para a redução de gases com efeito de estufa (GEE) e, desta forma, para o cumprimento das metas, designadamente no domínio das emissões de GEE, das energias renováveis e da eficiência energética;
- Adaptação às alterações climáticas, dando especial relevo a ações de aumento da resiliência e redução das vulnerabilidades do território às alterações climáticas;
- Sequestro e utilização de carbono;
- Mercados de carbono;
- Uso eficiente da água e proteção dos recursos hídricos;
- Sustentabilidade dos serviços de águas;
- Proteção do ambiente, proteção radiológica e gestão de riscos e danos ambientais;
- Gestão de resíduos;
- Transição para uma economia circular;
- Proteção e conservação da natureza e da biodiversidade;
- Promoção do bem-estar dos animais de companhia;
- Promoção da bioeconomia sustentável;
- Floresta e gestão florestal sustentável;
- Valorização do ordenamento do território e da paisagem;
- Transportes e mobilidade sustentável;
- Eficiência energética, energias de fontes renováveis, autoconsumo e comunidades de energia renovável, combate à pobreza energética e transição justa;
- Combate à pobreza energética;

- Promoção do equilíbrio e sustentabilidade sistémica do setor energético e da política energética nacional;
- Monitorização da qualidade do ambiente;
- Capacitação e sensibilização em matéria de ambiente e ação climática;
- Projetos de investigação, desenvolvimento e inovação, desde o processo de investigação fundamental até à transferência para o mercado e eventual introdução no mercado nas áreas definidas no Artigo 3º do Decreto-Lei n.º 114/2021, de 15 de dezembro;
- Cooperação na área do ambiente e da ação climática, nomeadamente para cumprimento de compromissos internacionais.

### 7.3.4 FONTES DE FINANCIAMENTO COMUNITÁRIAS

#### 7.3.4.1 PROGRAMA LIFE - SUBPROGRAMA DE MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

O Programa LIFE (*L'Instrument Financier pour l'Environnement*) é um instrumento financeiro comunitário que foi criado com o objetivo específico de contribuir para a execução, a atualização e o desenvolvimento das Políticas e Estratégias Europeias na área do Ambiente, através do cofinanciamento de projetos com valor acrescentado europeu.

O LIFE 2021-2027, constitui um instrumento financeiro para o ambiente e a ação climática, tendo sido estabelecido pelo Regulamento (UE) 2021/783, com vista a contribuir para a transição para uma economia sustentável, circular, energeticamente eficiente, baseada nas energias renováveis, neutra para o clima e resiliente. O subprograma Mitigação e Adaptação às Alterações Climáticas terá alocado 947 milhões de euros para o período 2021-2027.

São objetivos específicos do Programa LIFE:

- Desenvolver, demonstrar e promover técnicas, métodos e abordagens inovadores, com vista a atingir os objetivos da legislação e das políticas da União, nos domínios do ambiente, incluindo a natureza e a biodiversidade, e da ação climática, incluindo a transição para as energias renováveis e o aumento da eficiência energética, e contribuir para a base de conhecimentos e

para a aplicação de boas práticas, em especial no que diz respeito à natureza e à biodiversidade, nomeadamente através do apoio à rede Natura 2000;

- **Apoiar o desenvolvimento, a aplicação, o acompanhamento e a execução da legislação e das políticas relevantes da União**, nos domínios do ambiente, incluindo a natureza e a biodiversidade, e da ação climática e a transição para as energias renováveis ou o aumento da eficiência energética, inclusivamente mediante a melhoria da governação a todos os níveis por via do reforço das capacidades dos intervenientes dos setores público e privado, bem como da participação da sociedade civil;
- Agir como catalisador para o desenvolvimento em grande escala de soluções técnicas de sucesso e relacionadas com as políticas para a implementação da legislação e das políticas relevantes da União nos domínios do ambiente, incluindo a natureza e a biodiversidade, e da ação climática e a transição para as energias renováveis ou o aumento da eficiência energética, mediante a replicação dos resultados, a integração de objetivos relacionados noutras políticas e nas práticas dos setores público e privado, a mobilização de investimentos e a melhoria do acesso ao financiamento.

#### 7.3.4.2 PROGRAMA HORIZONTE 2030

O Programa-Quadro de Investigação e Inovação, Horizonte Europa (HE) é o programa de financiamento da União Europeia para a investigação e inovação. Este tem como objetivo gerar impacto científico, económico e societal com investimentos da União em investigação e inovação, a fim de reforçar as bases científica e tecnológica da União e de promover a sua competitividade, incluindo a indústria, concretizar as prioridades estratégicas da União e contribuir para enfrentar desafios globais, incluindo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A sua organização em 5 missões constituem uma novidade do programa de investigação e inovação do Horizonte Europa para o período 2021-2027, das quais se destaca:

- Missão na área de Adaptação para as alterações climáticas, incluindo a transformação societal;
- Missão na área das Cidades inteligentes e com impacto neutro no clima.

A «**Missão Adaptação às Alterações Climáticas**» centra-se no apoio às regiões, municípios e órgãos de poder local da União Europeia (UE) com vista a reforçar a resiliência face aos impactos das alterações

climáticas. Pretende contribuir para pôr em prática a Estratégia de Adaptação da UE às Alterações Climáticas, ajudando as regiões a compreender melhor os riscos climáticos do presente e que serão confrontados no futuro; desenvolver as vias necessárias para estarem mais bem preparados para lidarem com as alterações climáticas; testar e implantar no terreno soluções inovadoras necessárias para reforçar a resiliência.

O objetivo da missão é acompanhar, até 2030, pelo menos 150 regiões e comunidades europeias no sentido da resiliência climática.

A «**Missão Cidades inteligentes e com impacto neutro no clima**» centra-se no apoio às cidades para acelerar a sua transformação ecológica e digital. Esta Missão irá envolver as autoridades locais, os cidadãos, as empresas, os investidores, bem como as autoridades regionais e nacionais a: Criar 100 cidades inteligentes e com impacto neutro no clima até 2030. Assegurar que estas cidades funcionam como polos de experimentação e inovação para permitir que outras cidades europeias sigam o seu exemplo até 2050.

#### **7.3.4.3 PROGRAMA DE FINANCIAMENTO NER 300**

Surgiu no contexto da revisão da Diretiva n.º 2003/87/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de outubro, pela Diretiva n.º 2009/29/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril, a fim de melhorar e alargar o regime comunitário de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa (CELE) no período 2013-2020.

Foi financiado a partir de 300 milhões de licenças de emissão (LE) da reserva de LE a nível comunitário destinados aos novos operadores no âmbito do regime CELE, com o intuito de apoiar a criação e funcionamento de um máximo de 12 projetos de demonstração comercial, tendo em vista a captura e armazenamento geológico de CO<sub>2</sub> (projetos CAC), em condições de segurança ambiental, bem como projetos de demonstração de tecnologias de energia renovável, no território da UE.

As referidas licenças de emissão foram disponibilizadas para apoio a projetos de demonstração que evidenciaram o desenvolvimento, em locais geograficamente equilibrados, de uma vasta gama de tecnologias de captura e armazenamento de CO<sub>2</sub> e de tecnologias inovadoras de energia renovável que ainda não sejam comercialmente rentáveis. A respetiva atribuição dependeu da prevenção verificada de emissões de CO<sub>2</sub>.

#### **7.3.4.4 FUNDO DE MODERNIZAÇÃO**

O Fundo de Modernização foi criado no âmbito da revisão da Diretiva n.º 2003/87/CE (Diretiva CELE) pela Diretiva n.º 2009/29/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril, a fim de melhorar e alargar o regime comunitário de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa (CELE) no período 2013-2020.

Este Fundo visa apoiar os Estados-Membro com produto interno bruto per capita inferior a 60%, a prosseguirem com investimentos relativos à modernização do setor energético que permitam aumentar a eficiência energética e avançar com uma transição justa nas regiões economicamente dependentes de indústrias intensivas em carbono. Inicialmente, apenas dez Estados-Membro se constituíram como beneficiários deste fundo.

No entanto, com o pacote Fit for 55 e devido a uma alteração de critérios no âmbito da revisão da Diretiva CELE, Portugal passa a ser um dos novos Estados-Membro que irá beneficiar deste fundo a partir de 2024 e até 2030.

Este fundo, à semelhança do Fundo de Inovação, é financiado pelas receitas provenientes da venda em leilão de licenças de emissão do regime CELE.

Para a sua operacionalização será necessário que Portugal apresente propostas de investimentos ao Banco Europeu de Investimento e ao Comité de Investimento. Estas propostas serão avaliadas com vista ao financiamento das receitas deste Fundo, que estará sempre dependente de uma autorização de auxílios estatais.

Em termos de distribuição dos apoios, Portugal poderá beneficiar de 8,8% do montante adicional, estando dependente da finalização da revisão da Diretiva CELE no âmbito do pacote Fit for 55.

#### **7.3.4.5 FUNDO SOCIAL PARA A AÇÃO CLIMÁTICA**

Com a revisão da ambição para 2030 o âmbito do pacote Fit for 55 será criado o Fundo Social para a Ação climática (FSAC) que pretende reduzir o impacto social do alargamento do regime do Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE) ao setor do transporte rodoviário e edifícios, sobretudo junto dos mais vulneráveis como famílias, empresas e utilizadores de transporte público.



A sua implementação deverá ocorrer entre 2026-2032, sendo o seu financiamento assegurado pelas receitas da venda em leilão de emissão do regime CELE.

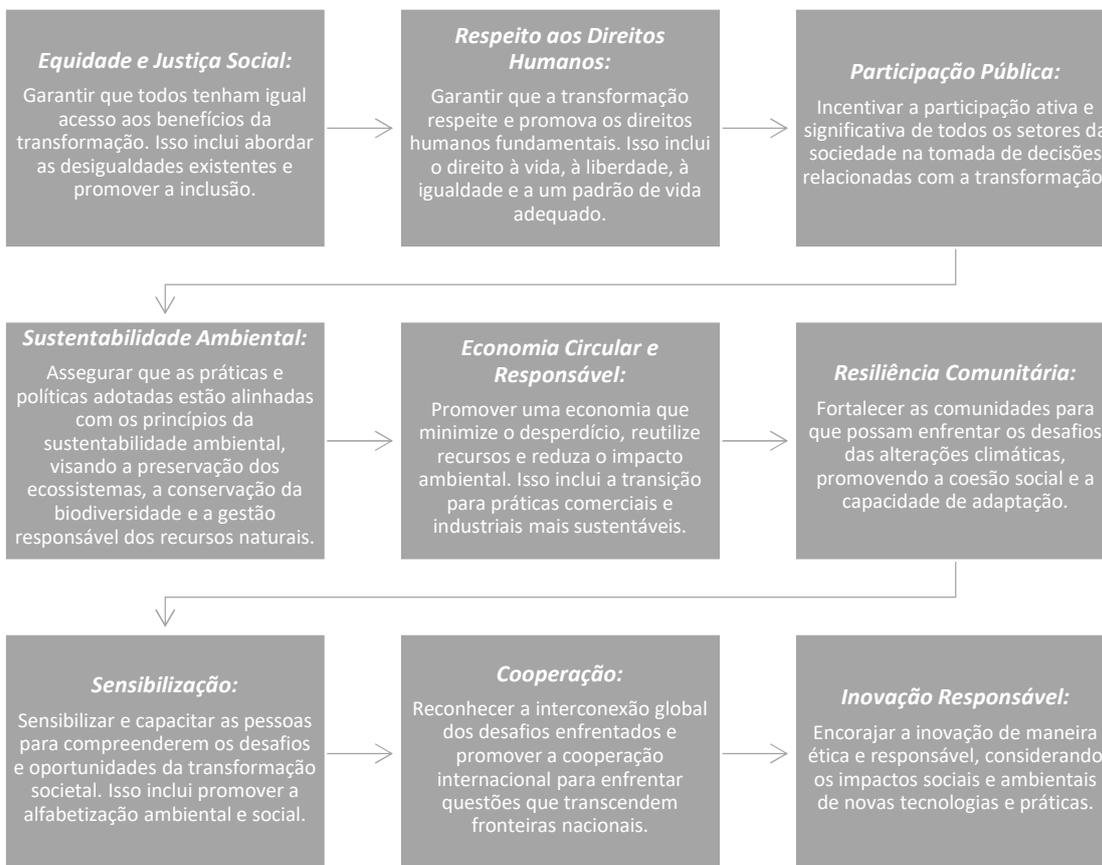
A sua operacionalização está dependente da finalização da revisão da Diretiva CELE no âmbito do pacote Fit for 55.

## 8 TRANSIÇÃO JUSTA

Quando se pretende combater um dos maiores problemas da humanidade, como é o caso das alterações climáticas, e abordar os desafios da transição para uma economia mais sustentável, é fundamental ter bem presente os seguintes conceitos:

- **Transição justa:** visa assegurar que as mudanças necessárias na economia e na sociedade para fazer face às alterações climáticas são realizadas de maneira socialmente justa e equitativa, ou seja, inclui proteger os trabalhadores e as comunidades que podem ser afetados pela mudança. Destacam-se como elementos-chave da transição justa: a formação e qualificação de trabalhadores para novos empregos verdes; a criação de oportunidades económicas em setores sustentáveis e a proteção dos direitos dos trabalhadores durante a transição. Assim, a transição justa tem como principal objetivo evitar desigualdades sociais, garantindo que os benefícios da sustentabilidade são compartilhados de maneira ampla e equitativa.
- **Sociedade resiliente:** visa construir uma sociedade capaz de se adaptar e de recuperar de efeitos nefastos, incluindo aqueles causados por eventos climáticos extremos, desastres naturais e mudanças socioeconómicas. Isto é, a resiliência envolve o fortalecimento de comunidades, infraestruturas e sistemas para enfrentar os desafios presentes e futuros, o que poderá incluir o desenvolvimento de infraestruturas resistentes; a implementação de práticas agrícolas sustentáveis; o fortalecimento de redes de segurança social e a promoção da coesão comunitária. Além disso, a resiliência climática também está relacionada à capacidade de antecipar, preparar, responder e recuperar de eventos climáticos extremos, contribuindo para a redução de danos e perdas.

Numa transformação societária justa para uma sociedade inclusiva, sustentável e resiliente, é necessário ter em consideração diversos princípios-chave, tais como os mencionados na Figura 8.

**Figura 8: Princípios-chave que sustentam uma transição justa e uma sociedade resiliente**

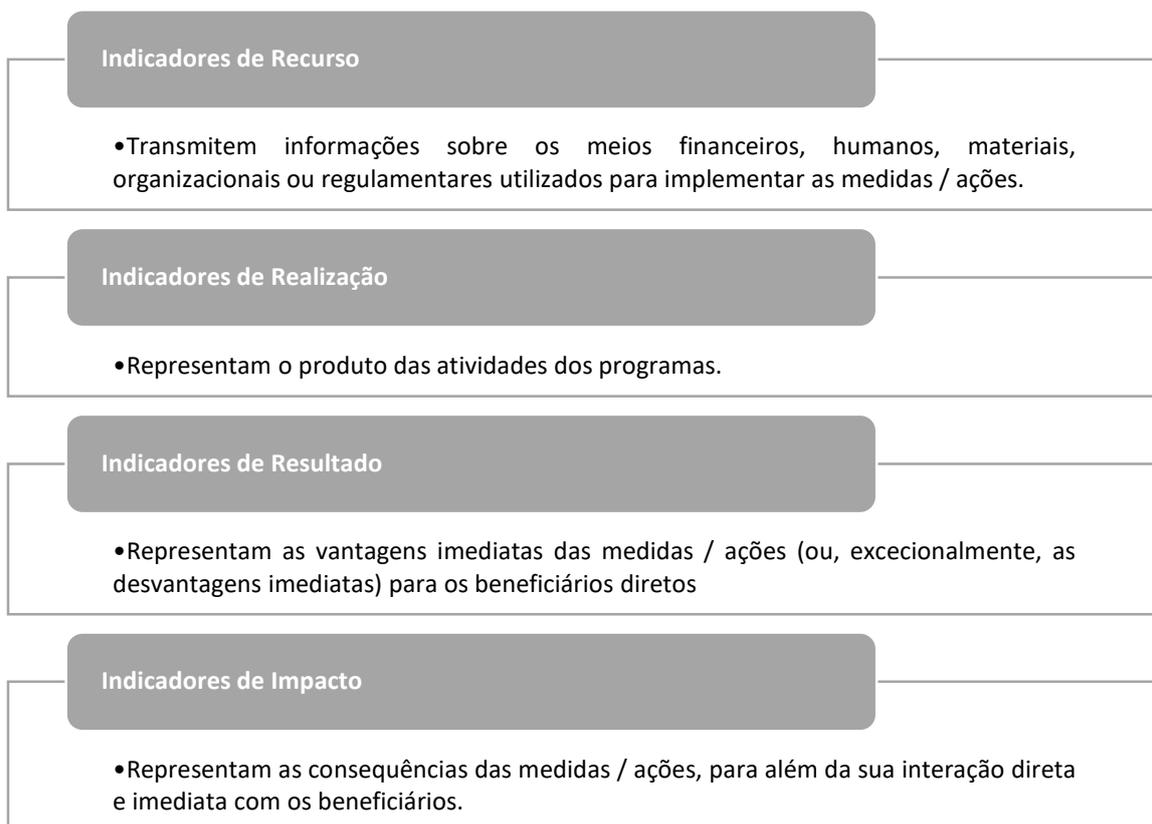
Em suma, é possível concluir que a busca por uma transição justa e uma sociedade resiliente são metas interconectadas e complementares, com vista para um futuro mais sustentável e equitativo face aos desafios das alterações climáticas.

## 9 MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

A monitorização é desenvolvida através da “medição” da evolução e desempenho de indicadores, genericamente denominados “*key performance indicators*”, ou indicadores de desempenho (de resultado, de realização) previamente selecionados e adaptados aos objetivos estratégicos e ações definidas. Os indicadores são uma métrica quantificável que permite avaliar se os objetivos e metas propostos estão a ser cumpridos.

Poderá definir-se um indicador como a medição de um objetivo que se pretende cumprir, este deve proporcionar informações simples e de fácil compreensão. Existem diversas tipologias de indicadores:

**Figura 9: Tipos de indicadores**



Fonte: Adaptado de CE, 2009a.

A definição do sistema de indicadores de monitorização das medidas, implica não só a identificação das fontes de informação, como também os mecanismos, procedimentos e suportes de recolha e tratamento da informação, as entidades responsáveis por fornecer os dados e informações e a periodicidade de recolha/introdução dos dados.

**Quadro 50: Indicadores de monitorização das medidas de mitigação e de adaptação (tipo, unidade, meta e valor de referência) – Medidas Transversais**

Código	Medida	Indicadores	Unidade	Meta	Valor de Referência	Previsão de Implementação
MT001	Campanhas de Comunicação e Sensibilização para as alterações Climáticas	N.º ações de formação e capacitação realizadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		Grau de Adesão do Público-Alvo.	Percentagem (%)	A definir	0	2024-2030
MT002	Eficiência no uso da água no consumo urbano	N.º de medidas implementadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		N.º de sistemas de informação e de monitorização desenvolvidos / implementados / reestruturados e/ ou modernizados	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
MT003	Secas e escassez de água - Novos parques urbanos e zonas de infiltração	N.º de medidas implementadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
MT004	Criação de Corredores verdes dentro das Cidades e Vilas e Renaturalização de zonas naturalmente desfavorecidas	N.º de medidas implementadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		N.º de ações apoiadas e/ou realizadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		Grau de adesão do público alvo às ações apoiadas e/ou realizadas	Percentagem (%)	A definir	0	2024-2030
MT005	Plano de contingência para ondas de calor	N.º de medidas implementadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
MT006	Vigilância e Controlo de Vetores Transmissores de Doenças	N.º de medidas implementadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		N.º de sistemas de informação e de monitorização desenvolvidos / implementados / reestruturados e/ ou modernizados	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
MT007	Fitossanidade e Sanidade Animal	N.º de medidas implementadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		N.º de sistemas de informação e de monitorização desenvolvidos / implementados / reestruturados e/ ou modernizados	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
MT008	Potenciar o Sequestro de Carbono	N.º de medidas implementadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030

Código	Medida	Indicadores	Unidade	Meta	Valor de Referência	Previsão de Implementação
MT009	Prevenção de incêndios rurais- intervenções estruturantes em áreas agrícolas e florestais	N.º de medidas implementadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
MT010	Promoção da Eficiência Energética	N.º de medidas implementadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		N.º de veículos elétricos adquiridos	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
MT011	Prevenir e reduzir a produção de RSU, o seu carácter nocivo e os possíveis impactes adversos	N.º de medidas implementadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		N.º de modelos de recolha seletiva implementados	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		N.º de ecopontos renovados	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030

**Quadro 51: Indicadores de monitorização das medidas de mitigação e de adaptação (tipo, unidade, meta e valor de referência)**

Código	Medida	Indicadores	Unidade	Meta	Valor de Referência	Previsão de Implementação
M001	Criação de novas áreas verdes municipais, com diversificação de espécies	N.º de áreas verdes criadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		N.º de ilhas verdes criadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
M002	Criação de inventário das espécies de fauna e flora existentes	N.º de ações apoiadas e/ou realizadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		N.º de inventários realizados	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
M003	Avaliação do estado fitossanitário do arvoredo municipal	N.º de árvores avaliadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		N.º de intervenções realizadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
M004	Preservação da biodiversidade nas ações de limpeza e manutenção dos espaços verdes	N.º de medidas implementadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		N.º de ações apoiadas e/ou realizadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
M005		N.º de planos produzidos e/ou implementados	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030

Código	Medida	Indicadores	Unidade	Meta	Valor de Referência	Previsão de Implementação
	Criação de medidas que visem a proteção de espécies alvo de estatuto especial de conservação	N.º de espécies alvo de estatuto especial de conservação	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		N.º de ações apoiadas e/ou realizadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
M006	Promoção ao cultivo de espécies agrícolas com menores necessidades hídricas	Valores padrão da produção atual				
		N.º de ações apoiadas e/ou realizadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		N.º de áreas requalificadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
M007	Promoção de incentivos para o aumento da área de terrenos agrícolas trabalhados, atualmente abandonados	N.º de terrenos agrícolas revitalizados	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		N.º de ações apoiadas e/ou realizadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
M008	Elaboração de manual de boas práticas agrícolas	Grau de adesão do público alvo às ações apoiadas e/ou realizadas	Percentagem (%)	A definir	0	2024-2030
M009	Promoção do ordenamento florestal e reflorestação com espécies autóctones	Área arborizada	Hectares (ha)	A definir	0	2024-2030
		N.º de parcerias criadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		N.º de ações apoiadas e/ou realizadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		Grau de adesão do público alvo às ações apoiadas e/ou realizadas	Percentagem (%)	A definir	0	2024-2030
M010	Realização de ações de sensibilização para o uso correto do fogo, sobretudo nas queimas e queimadas	População abrangida	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		N.º de ações apoiadas e/ou realizadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		Grau de adesão do público alvo às ações apoiadas e/ou realizadas	Percentagem (%)	A definir	0	2024-2030
M011	Criação de faixas de gestão de combustível à volta dos núcleos urbanos	N.º de ações apoiadas e/ou realizadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
M012	Promoção do aproveitamento de biomassa florestal	População abrangida	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		Quantidade de biomassa tratada				

Código	Medida	Indicadores	Unidade	Meta	Valor de Referência	Previsão de Implementação
M013	Reabilitação e restauro dos ecossistemas após os incêndios rurais	Área tratada	Hectares (ha)	A definir	0	2024-2030
M014	Prevenção da instalação e expansão de espécies exóticas invasoras	Área tratada	Hectares (ha)	A definir	0	2024-2030
M015	Realização de ações de informação e sensibilização à população sobre as medidas de prevenção de doenças infecciosas transmitidas por pragas, alergias e exposição solar excessiva	N.º de ações apoiadas e/ou realizadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		Grau de adesão do público alvo às ações apoiadas e/ou realizadas	Percentagem (%)	A definir	0	2024-2030
		N.º de entidades articuladas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
M016	Criação de sistema de georreferenciação de identificação de vetores, agentes e doenças	N.º de ações apoiadas e/ou realizadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		Grau de adesão do público alvo às ações apoiadas e/ou realizadas	Percentagem (%)	A definir	0	2024-2030
M017	Revisão e adaptação do plano municipal de emergência para os riscos climáticos futuros	N.º de ações apoiadas e/ou realizadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		Grau de adesão do público alvo às ações apoiadas e/ou realizadas	Percentagem (%)	A definir	0	2024-2030
		N.º de entidades articuladas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
M018	Promoção do transporte público	N.º de circuitos efetuados por ano	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		N.º de utilizadores	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
M019	Promoção dos modos suaves	Acessos e passeios reabilitados	Metro Quadrado (m <sup>2</sup> )	A definir	0	2024-2030
		N.º de ações apoiadas e/ou realizadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		Grau de adesão do público alvo às ações apoiadas e/ou realizadas	Percentagem (%)	A definir	0	2024-2030
M020	Gestão dos consumos da frota municipal	Grau de redução consumo de combustível	Percentagem (%)	A definir	0	2024-2030
		N.º de viaturas adquiridas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
M021		N.º de árvores inventariadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030

Código	Medida	Indicadores	Unidade	Meta	Valor de Referência	Previsão de Implementação
	Desenvolvimento de inventário das espécies de árvores existentes em cada freguesia com um maior potencial de queda de árvores em eventos extremos	N.º de sistemas de informação e de monitorização desenvolvidos / implementados / reestruturados e/ ou modernizados	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
<b>M022</b>	Promoção do aumento das áreas permeáveis do território municipal	Área de infraestruturas instaladas				
		N.º de edifícios intervencionados	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		N.º de ações apoiadas e/ou realizadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
<b>M023</b>	Criar coberturas verdes e jardins verticais	N.º de coberturas verdes e jardins verticais criados	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		N.º de ações apoiadas e/ou realizadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
<b>M024</b>	Criação de áreas azuis nos espaços verdes urbanos	N.º de áreas azuis criadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
<b>M025</b>	Expansão do coberto vegetal nativo em áreas de grande fluxo rodoviário	Área intervencionada	Hectares (ha)	A definir	0	2024-2030
		N.º de ações apoiadas e/ou realizadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
<b>M026</b>	Identificação de localizações e criação de Rede de Biospots de corredores ecológicos	N.º de Biospots e de corredores verdes implementados	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
<b>M027</b>	Mapeamento e valoração dos serviços de ecossistema	N.º de ações apoiadas e/ou realizadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
<b>M028</b>	Estudar o fenómeno Ilha de Calor Urbano	N.º de ações apoiadas e/ou realizadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
<b>M029</b>	Elaborar um plano de comunicação (interna e externa) conjuntamente com atores chave neste processo, dirigido a diferentes canais de comunicação e públicos-alvo, de forma a envolver toda a comunidade	N.º de campanhas realizadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
<b>M030</b>	Promover a plantação de árvores de jardins e o desenvolvimento de arruamentos adaptados à variabilidade climática	N.º de árvores plantadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		N.º de ações apoiadas e/ou realizadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030

Código	Medida	Indicadores	Unidade	Meta	Valor de Referência	Previsão de Implementação
M031	Implementar técnicas e práticas agrícolas de conservação para maior proteção dos solos	N.º de ações apoiadas e/ou realizadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		Grau de adesão do público alvo às ações apoiadas e/ou realizadas	Percentagem (%)	A definir	0	2024-2030
		Grau de adesão do público alvo às ações apoiadas e/ou realizadas	Percentagem (%)	A definir	0	2024-2030
M032	Divulgar boas práticas de uso e conservação do solo e técnicas de engenharia rural ambientalmente sustentável, bem como a utilização de equipamentos com energia renovável em construções e instalações agrícolas	N.º de ações apoiadas e/ou realizadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		Grau de adesão do público alvo às ações apoiadas e/ou realizadas	Percentagem (%)	A definir	0	2024-2030
M033	Promover a informação, comunicação/formação sobre a adaptação às alterações climáticas	N.º de ações apoiadas e/ou realizadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		Grau de adesão do público alvo às ações apoiadas e/ou realizadas	Percentagem (%)	A definir	0	2024-2030
		N.º de entidades articuladas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
M034	Organizar campanhas de sensibilização e ações de formação sobre medidas preventivas	Realização da «Campanha de Sensibilização»				
		Grau de adesão do público alvo à campanha promovida	Percentagem (%)	A definir	0	2024-2030
M035	Ampliar o tecido produtivo florestal e aumentar as áreas de floresta com espécies autóctones, adequadas e adaptadas às alterações climáticas	N.º de áreas rearbizadas com espécies autóctones	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		N.º de projetos elaborados e/ou executados	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		N.º de ações apoiadas e/ou realizadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
M036	Implementar um Sistema de Alerta para situações de risco	N.º de sistemas de informação e de monitorização desenvolvidos / implementados / reestruturados e/ou modernizados	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		N.º de ações apoiadas e/ou realizadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
M037		Volume de água armazenada	Metro Cúbico (m3)	A definir	0	2024-2030

Código	Medida	Indicadores	Unidade	Meta	Valor de Referência	Previsão de Implementação
	Aumentar a capacidade de armazenamento de água	Taxa de redução de perdas de água nos regadios tradicionais	Porcentagem (%)	A definir	0	2024-2030
<b>M038</b>	Apoio à construção de pequenas barragens e charcas de cariz privado para retenção de água destinada ao uso agrícola	N.º de mecanismos de apoio financeiro criados	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		N.º de novas infraestruturas licenciadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
<b>M039</b>	Caraterizar a situação das espécies invasoras no território	N.º de projetos elaborados e/ou executados	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		N.º de ações apoiadas e/ou realizadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		Grau de adesão do público alvo às ações apoiadas e/ou realizadas	Porcentagem (%)	A definir	0	2024-2030
<b>M040</b>	Criar o Cadastro Arbóreo Público	N.º de árvores cadastradas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		N.º de sistemas de informação e de monitorização desenvolvidos / implementados / reestruturados e/ou modernizados	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
<b>M041</b>	Criar espaços públicos ambientalmente confortáveis	N.º de novos espaços criados	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
<b>M042</b>	Criar Equipa Multidisciplinar para Apoio Comunitário de Emergência em situação de crise	N.º de equipas criadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		N.º de ações apoiadas e/ou realizadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
<b>M043</b>	Divulgar técnicas de engenharia rural ambientalmente sustentável e a utilizar equipamentos com energia renovável em construções e instalações agrícolas	Grau de adesão do público alvo às ações apoiadas e/ou realizadas	Porcentagem (%)	A definir	0	2024-2030
		Taxa de conversão de equipamento	Porcentagem (%)	A definir	0	2024-2030
<b>M044</b>	Realizar um estudo de caracterização e rede de monitorização da população mais vulnerável	N.º de edifícios intervencionados	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
<b>M045</b>		N.º de medidas implementadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030

Código	Medida	Indicadores	Unidade	Meta	Valor de Referência	Previsão de Implementação
	Promover o estudo e a implementação de medidas para melhorar a capacidade de resposta dos espaços públicos aos eventos extremos	N.º de ações apoiadas e/ou realizadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
<b>M046</b>	Criação de infraestruturas de apoio à mobilidade suave	N.º de infraestruturas criadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
<b>M047</b>	Implementação de sistemas de mobilidade suave partilhada	N.º de ações apoiadas e/ou realizadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		Grau de adesão do público alvo às ações apoiadas e/ou realizadas	Percentagem (%)	A definir	0	2024-2030
<b>M048</b>	Vigilância e Controlo de Vetores Transmissores de Doenças	N.º de medidas implementadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		N.º de ações apoiadas e/ou realizadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		N.º de sistemas de informação e de monitorização desenvolvidos / implementados / reestruturados e/ou modernizados	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
<b>M049</b>	Sistematização do registo dos eventos climáticos locais	N.º de sistemas de informação e de monitorização desenvolvidos / implementados / reestruturados e/ou modernizados	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
<b>M050</b>	Divulgação de boas práticas de uso e conservação do solo	N.º de ações apoiadas e/ou realizadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		Grau de adesão do público alvo às ações apoiadas e/ou realizadas	Percentagem (%)	A definir	0	2024-2030
<b>M051</b>	Elaboração de planos de monitorização e procedimentos de controlo / erradicação de invasoras, pragas e doenças	N.º de planos produzidos e/ou implementados	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
<b>M052</b>	Promover ações de incentivo à adaptação no Turismo	N.º de árvores cadastradas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		N.º de sistemas de informação e de monitorização desenvolvidos / implementados / reestruturados e/ou modernizados	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030

Código	Medida	Indicadores	Unidade	Meta	Valor de Referência	Previsão de Implementação
M053	Sensibilizar e formar os agentes turísticos para as alterações climáticas	N.º de ações apoiadas e/ou realizadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		Grau de adesão do público alvo às ações apoiadas e/ou realizadas	Percentagem (%)	A definir	0	2024-2030
M054	Implementação de um sistema de capacitação para o setor agrícola	Grau de adesão do público alvo às ações apoiadas e/ou realizadas	Percentagem (%)	A definir	0	2024-2030
M055	Criação do Green Travel Map	N.º de ações apoiadas e/ou realizadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		Grau de adesão do público alvo às ações apoiadas e/ou realizadas	Percentagem (%)	A definir	0	2024-2030
M056	Guia de boas práticas para a redução da exposição de pessoas e bens aos riscos climáticos	N.º de planos produzidos e/ou implementados	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		N.º de ações apoiadas e/ou realizadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		Grau de adesão do público alvo às ações apoiadas e/ou realizadas	Percentagem (%)	A definir	0	2024-2030
M057	Elaboração do Plano de Contingência para Períodos Prolongados de Seca	N.º de planos produzidos e/ou implementados	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		N.º de ações apoiadas e/ou realizadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
M058	Realizar ações de formação, sensibilização e educação para a sustentabilidade energética destinada a trabalhadores do setor agrícola	Grau de adesão do público alvo às ações apoiadas e/ou realizadas	Percentagem (%)	A definir	0	2024-2030
M059	Certificação Energética dos edifícios municipais	N.º de edifícios certificados	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		N.º de auditorias realizadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
M060	Criação de Observatório de Energia	N.º de edifícios monitorizados	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
M061	Criação de um Guia para melhorar o desempenho energético em remodelações e novos edifícios (residenciais e serviços)	N.º de planos produzidos e/ou implementados	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		N.º de edifícios intervencionados	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		N.º de novos edifícios	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030

Código	Medida	Indicadores	Unidade	Meta	Valor de Referência	Previsão de Implementação
M062	Criar requisitos mais exigentes para a construção de novos edifícios municipais, ou em grandes remodelações de edifícios municipais existentes, cumprindo a obrigação de NZEB (Net Zero Energy Building)	N.º de ações apoiadas e/ou realizadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		Grau de adesão do público alvo às ações apoiadas e/ou realizadas	Percentagem (%)	A definir	0	2024-2030
M063	Criar um serviço de divulgação de oportunidades de financiamento e apoio à elaboração de candidaturas para a realização de auditorias energéticas e implementação de soluções de melhoria da eficiência energética em edifícios residenciais	N.º de ações apoiadas e/ou realizadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		Grau de adesão do público alvo às ações apoiadas e/ou realizadas	Percentagem (%)	A definir	0	2024-2030
M064	Elaborar um “Plano de Iluminação Eficiente”	N.º de estudos, cartografia e outros documentos desenvolvidos	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
M065	Implementar iluminação sustentável em edifícios e espaços públicos	N.º equipamentos substituídos	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		N.º de espaços com rede sensorial	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
M066	Implementar um plano de eficiência hídrica para os edifícios municipais	N.º de projetos elaborados e/ou executados	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
M067	Introdução de requisitos de eficiência nas operações de licenciamento via instrumentos de gestão urbanística como o Plano Diretor Municipal e outros regulamentos	N.º de regras estabelecidas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
M068	Melhorar a eficiência energética de sistemas de climatização e ventilação de edifícios	N.º de equipamentos substituídos	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030

Código	Medida	Indicadores	Unidade	Meta	Valor de Referência	Previsão de Implementação
M069	Promover a realização de auditorias nos edifícios, serviços públicos e indústrias que permitam a identificação e avaliação do grau de eficiência energética, resultando na certificação energética	N.º de auditorias realizadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
M070	Promover e criar estruturas técnicas para aconselhamento na área da eficiência energética	N.º de ações apoiadas e/ou realizadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		Grau de adesão do público alvo às ações apoiadas e/ou realizadas	Porcentagem (%)	A definir	0	2024-2030
M071	Alteração das soluções existentes para tecnologia LED	N.º equipamentos substituídos	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
M072	Combate à Pobreza Energética	N.º de edifícios intervencionados	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
M073	Criação de uma plataforma de anúncios de projetos de energia renovável	N.º de anúncios publicados	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		N.º de candidaturas apresentadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
M074	Criação de uma plataforma digital aberta sobre eletricidade e boas práticas de eficiência energética	N.º de anúncios publicados	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		N.º de candidaturas apresentadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
M075	Gestão otimizada da energia	N.º de ações apoiadas e/ou realizadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
M076	Iluminação Pública LED Inteligente	N.º de ações apoiadas e/ou realizadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		N.º de sistemas de informação e de monitorização desenvolvidos / implementados / reestruturados e/ou modernizados	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
M077	Implementação de sistemas de monitorização e telegestão	N.º de ações apoiadas e/ou realizadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		N.º de sistemas de informação e de monitorização desenvolvidos / implementados / reestruturados e/ou modernizados	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
M078		N.º de metodologias criadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030

Código	Medida	Indicadores	Unidade	Meta	Valor de Referência	Previsão de Implementação
	Implementar um sistema de gestão otimizada de iluminação pública	N.º de sistemas de informação e de monitorização desenvolvidos / implementados / reestruturados e/ ou modernizados	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
<b>M079</b>	Novos modelos de trabalho	Grau de adesão do público alvo às ações apoiadas e/ou realizadas	Percentagem (%)	A definir	0	2024-2030
<b>M080</b>	Promoção de uma campanha de sensibilização para a eficiência energética e para a mitigação da pobreza energética	N.º de campanhas realizadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		N.º de sistemas de informação e de monitorização desenvolvidos / implementados / reestruturados e/ ou modernizados	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		N.º de sistemas de informação e de monitorização desenvolvidos / implementados / reestruturados e/ ou modernizados	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
<b>M081</b>	Promover a instalação de coletores solares térmicos	N.º de coletores solares térmicos instalados	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
<b>M082</b>	Promover a utilização de biocombustíveis e fontes de energia alternativas como combustível principal ou em misturas com outros combustíveis para alimentação de frotas	N.º de ações apoiadas e/ou realizadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
<b>M083</b>	Promover o uso de biomassa florestal e resíduos florestais como combustível	N.º de ações apoiadas e/ou realizadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
<b>M084</b>	Semáforos LED Inteligente	N.º de equipamentos adquiridos	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
<b>M085</b>	Sensibilização para a eficiência energética	N.º de ações apoiadas e/ou realizadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		Grau de adesão do público alvo às ações apoiadas e/ou realizadas	Percentagem (%)	A definir	0	2024-2030
<b>M086</b>	Sistemas de climatização e ventilação eficientes	N.º de equipamentos adquiridos	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030

Código	Medida	Indicadores	Unidade	Meta	Valor de Referência	Previsão de Implementação
<b>M087</b>	Elaboração do Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia com vista à descarbonização	N.º de planos produzidos e/ou implementados	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		N.º de ações apoiadas e/ou realizadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		Grau de adesão do público alvo às ações apoiadas e/ou realizadas	Percentagem (%)	A definir	0	2024-2030
		N.º de ações apoiadas e/ou realizadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
<b>M088</b>	Promover a utilização de energia solar térmica em processos industriais	N.º de ações apoiadas e/ou realizadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		Grau de adesão do público alvo às ações apoiadas e/ou realizadas	Percentagem (%)	A definir	0	2024-2030
<b>M089</b>	Realizar ações de formação, sensibilização e educação destinada a trabalhadores do setor industrial	N.º de ações apoiadas e/ou realizadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		N.º de ações apoiadas e/ou realizadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		Grau de adesão do público alvo às ações apoiadas e/ou realizadas	Percentagem (%)	A definir	0	2024-2030
<b>M090</b>	Gestão sustentável de resíduos e economia circular	N.º de ações apoiadas e/ou realizadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		Empresa de gestão em alta				
<b>M091</b>	Implementar circuitos de recolha seletiva de resíduos	N.º de ações apoiadas e/ou realizadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		N.º de sistemas de informação e de monitorização desenvolvidos / implementados / reestruturados e/ou modernizados	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		Empresa de gestão em alta				
<b>M092</b>	Definição e implementação de uma estratégia municipal para disponibilização de pontos de carregamento de veículos elétricos	N.º de ações apoiadas e/ou realizadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		Grau de adesão do público alvo às ações apoiadas e/ou realizadas	Percentagem (%)	A definir	0	2024-2030

Código	Medida	Indicadores	Unidade	Meta	Valor de Referência	Previsão de Implementação
M093	Renovação da frota da Autarquia para veículos de menores emissões, nomeadamente elétricos	N.º de viaturas adquiridas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
M094	Melhorar a eficiência na aplicação de fertilizantes no solo	N.º de ações apoiadas e/ou realizadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		Grau de adesão do público alvo às ações apoiadas e/ou realizadas	Percentagem (%)	A definir	0	2024-2030
M095	Substituição da utilização de fertilizantes minerais por fertilizantes orgânicos	N.º de ações apoiadas e/ou realizadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		Grau de adesão do público alvo às ações apoiadas e/ou realizadas	Percentagem (%)	A definir	0	2024-2030
M096	Apoiar a florestação e a melhoria do valor ambiental das florestas	N.º de ações apoiadas e/ou realizadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		Área tratada	Hectares (ha)	A definir	0	2024-2030
M097	Aumentar a resiliência da paisagem aos incêndios rurais e reduzir a sua incidência	N.º de planos produzidos e/ou implementados	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
M098	Conservar, restaurar e melhorar os solos agrícolas e florestais e prevenir a erosão	Grau de adesão do público alvo às ações apoiadas e/ou realizadas	Percentagem (%)	A definir	0	2024-2030
M099	Promover o uso de biomassa residual de origem florestal e agrícola	N.º de ações apoiadas e/ou realizadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
		Grau de adesão do público alvo às ações apoiadas e/ou realizadas	Percentagem (%)	A definir	0	2024-2030
M100	Promover o uso de produtos agrícolas e florestais como substitutos de matérias-primas de origem fóssil	N.º de incêndios registados	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
M101	Promover e apoiar a disseminação de centros para recolha, armazenamento e disponibilização de biomassa a nível municipal	N.º de incêndios registados	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030
M102		N.º de ações apoiadas e/ou realizadas	Número (N.º)	A definir	0	2024-2030

<b>Código</b>	<b>Medida</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Unidade</b>	<b>Meta</b>	<b>Valor de Referência</b>	<b>Previsão de Implementação</b>
	Promover ações de informação e sensibilização	Grau de adesão do público alvo às ações apoiadas e/ou realizadas	Porcentagem (%)	A definir	0	2024-2030

## 10 GOVERNAÇÃO

A ação climática é um processo iterativo, que envolve diversos agentes, e que ocorre em contínuo desenvolvimento num horizonte temporal de longo prazo, sendo necessárias estruturas de apoio e gestão deste processo. Desta forma, é proposta a constituição do **Conselho Local de Acompanhamento (CLA)**, como entidade impulsionadora dos necessários processos de implementação, acompanhamento e monitorização das medidas de mitigação e adaptação levadas a cabo no âmbito do PMAC, no sentido de uma governança adaptativa mais eficiente, participada e duradoura.

A governança é, por excelência, a capacidade de um grupo de pessoas tomar decisões em conjunto de forma informada. É fundamental estabelecer um diálogo frutífero entre os diversos agentes envolvidos na implementação do plano, garantindo uma articulação eficiente entre as várias unidades orgânicas responsáveis pela implementação de cada medida, bem como o envolvimento de cidadãos e comunidades locais, de forma inclusiva e democrática, promovendo um processo de implementação participativo e contínuo.

A criação do CLA compete ao Município de Pinhel, que deverá presidi-lo. De forma a congregar uma pluralidade de perspetivas e domínios setoriais, serão envolvidas no processo de acompanhamento do PMAC, entidades como:

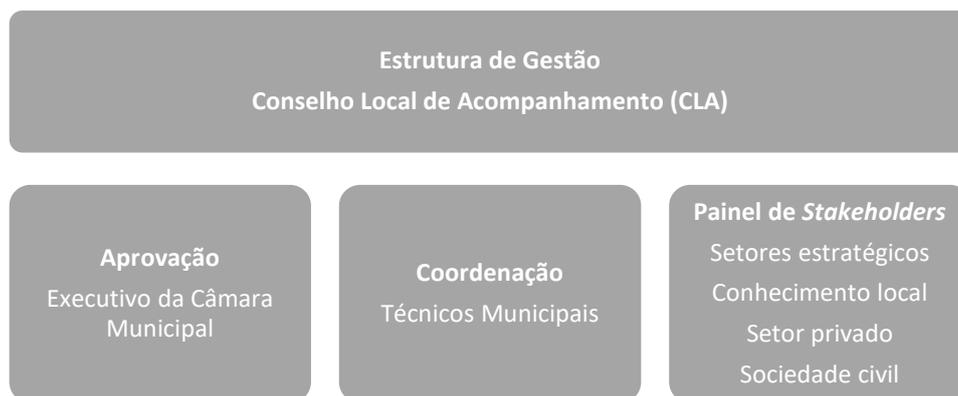
- Câmara Municipal de Pinhel;
- Juntas de Freguesia;
- Agrupamento de Escolas de Pinhel;
- Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela (CIM BSE);
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR-C);
- Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) - Comando Sub-regional de Emergência e Proteção Civil das Beiras e Serra da Estrela;
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA) / Administração da Região Hidrográfica do Norte (ARH-N);
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF);
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA);

- Direção Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR);
- Direção Geral das Atividades Económicas (DGAE);
- Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG);
- Direção Geral do Património Cultural (DGPC);
- Direção Geral do Território (DGT);
- Turismo de Portugal (TP);
- Guarda Nacional Republicana (GNR);
- Administração Regional de Saúde do Centro, I.P. (ARS Centro);
- Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAP-C);
- Associação de Municípios da Cova da Beira;
- Associação Comercial e Industrial de Pinhel;
- AJABI - Associação de Jovens Agricultores da Beira Interior;
- AGRIPEC - Comércio de Produtos Agrícolas;
- Rewilding Portugal;
- Faia Brava;
- Associação Florestal de Pinhel;
- Unidade Local de Saúde da Guarda, EPE;
- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Pinhelenses;
- Santa Casa da Misericórdia de Pinhel.

O modelo de gestão/governança que aqui se propõe, pretende assegurar a monitorização do PMAC e correta implementação (período pós-plano), de modo a que o caminho da ação climática vá de encontro aos objetivos e metas preconizados. Trata-se, portanto, de planificar os recursos técnicos e operacionais necessários ao desenvolvimento e implementação bem-sucedidos da estratégia.

Considerando o exposto, é proposta uma estrutura de gestão/governança assente em três painéis principais: aprovação, coordenação e *stakeholders* (Figura 10). Estes pilares acompanham, tal como mencionado anteriormente, a elaboração, implementação e monitorização do PMAC, de forma devidamente articulada entre si.

**Figura 10: Modelo de gestão / governança para a elaboração, implementação e monitorização do PMAC**



O **Painel de Aprovação** é composto pelos membros do executivo da Câmara Municipal de Pinhel, correspondendo ao órgão máximo da estrutura de gestão. A este grupo estarão associadas as seguintes competências principais:

- Identificação dos representantes do Painel Coordenação e do Painel de *Stakeholders*;
- Promover a articulação entre os diferentes pilares;
- Aprovação formal das ações a implementar, bem como dos meios a alocar;
- Definição e revisão das linhas de ação estratégica e avaliação contínua das ações prioritárias.

O **Painel de Coordenação** incluirá a equipa técnica municipal, devendo contemplar todos os técnicos que participarão nas iniciativas a concretizar e a quem cabe o apoio nos trabalhos técnico-científicos específicos e comunicação. Neste sentido, é da competência deste painel:

- Coordenar a implementar as ações - conduzir a execução das ações preconizadas no PMAC de Pinhel que se enquadram nas suas responsabilidades e atribuições;
- Monitorizar - gerir o processo de monitorização e avaliação do PMAC de Pinhel;
- Estabelecer Parcerias / Protocolos - assegurar que as ações da responsabilidade de outras entidades são executadas;

- Comunicar - divulgar com regularidade o estado de execução do PMAC de Pinhel.

O **Painel de Stakeholders**, por sua vez, integrará os representantes dos principais atores-chave do território, potencialmente interessados no processo de mitigação e de adaptação. Assim, deverá contar com representantes dos setores estratégicos, do conhecimento local (académico), do setor privado (empresas) e da sociedade civil (organizações não governamentais).

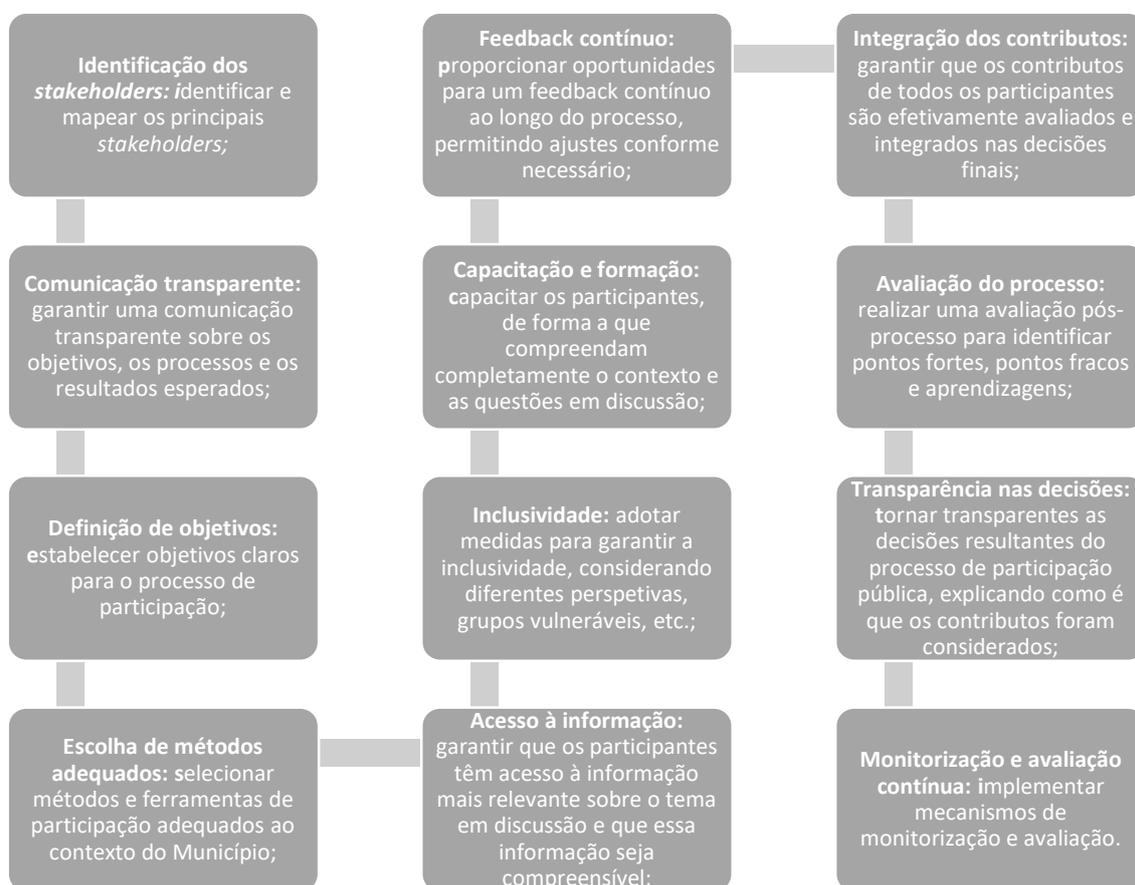
A estrutura de gestão deverá reunir sempre que se afigurar oportuno, nomeadamente em momentos-chave e sempre que convocada pela Coordenação.

## 11 PROCESSO DE ARTICULAÇÃO E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

O processo de articulação e participação pública é crucial no desenvolvimento de políticas, programas e projetos que afetam a sociedade. Por conseguinte, este processo envolve a inclusão ativa e significativa dos cidadãos, de organizações da sociedade civil e de outros *stakeholders* locais no procedimento de tomada de decisões.

O processo de articulação e participação pública no âmbito do PMAC envolveu diversas etapas, conforme descrito em seguida:

**Figura 11: Etapas do processo de articulação e participação pública no âmbito do PMAC**



## 11.1 CONSULTA PÚBLICA

Tal como já foi mencionado, a intervenção ou participação da população no processo de elaboração do PMAC é fundamental, uma vez que permite um percurso exemplar para o alcance dos seus objetivos. Estes objetivos são, no seu cerne, uma tarefa de ponderação complexa de organização, orientação, facilitação, agilização e uniformização das ações necessárias à resposta às alterações climáticas.

A etapa de elaboração do PMAC de Pinhel integrou uma fase de consulta pública por um prazo não inferior a 30 dias, promovida pela entidade responsável pela sua elaboração (Câmara Municipal de Pinhel), a qual estabeleceu os meios e a forma de participação na mesma.

## 12 BIBLIOGRAFIA

ABREU, P. M. R (2011) Contributo da Criptoméria para o sequestro de carbono nos Açores; Universidade de Aveiro; Departamento de Ambiente e Ordenamento; acedido em <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/8563/1/5924.pdf>; consultado a 15 de janeiro de 2024.

AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE (2019a) Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 - Cenários socioeconómicos de evolução do país no horizonte 2050; acedido em [https://descarbonizar2050.apambiente.pt/uploads/181220\\_Cenarios\\_RNC2050.pdf](https://descarbonizar2050.apambiente.pt/uploads/181220_Cenarios_RNC2050.pdf); consultado a 26 de julho de 2023.

AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE (2019b) Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050; acedido em [https://unfccc.int/sites/default/files/resource/RNC2050\\_PT-22-09-2019.pdf](https://unfccc.int/sites/default/files/resource/RNC2050_PT-22-09-2019.pdf); consultado a 26 de julho de 2023.

CAPELA LOURENÇO, T., DIAS, L., et al. (eds.) (2017). ClimAdapt.Local – Guia de Apoio à Decisão em Adaptação Municipal, Fundação de Ciências da Universidade de Lisboa, Lisboa, ISBN: 978-989-99697-8-0.

Comunidade Intermunicipal (CIM) das Beiras e Serra da Estrela (2018) Estratégia Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas na Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela (EIAAC NUT III BSE) – Município de Pinhel. 2018. 54pp.

Comunidade Intermunicipal (CIM) das Beiras e Serra da Estrela (2019) Plano Intermunicipal e Planos Municipais para as Alterações Climáticas. Fevereiro de 2019. 219pp.

CPPMAES (2017) Monitorização Agrometeorológica e hidrológica: Relatório do Grupo de Trabalho de assessoria técnica à Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca, ano hidrológico 2017/2018. 60 pp.

GTL (2014) Gestão da Zona Costeira: O Desafio da Mudança. Relatório do Grupo de Trabalho do Litoral. dezembro de 2014. 255 pp.

IPCC (2012) Managing the Risks of Extreme Events and Disasters to Advance Climate Change Adaptation - Special Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change First Joint Session of Working Groups I and II.

IPCC (2013) Climate Change 2013: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Stocker, T.F. et al.]. Cambridge University Press, Cambridge, United Kingdom and New York, NY, USA, 1535 pp.

IPCC (2014a) Cambio climático 2014: Informe de síntesis. Contribución de los Grupos de trabajo I, II y III al Quinto Informe de Evaluación del Grupo Intergubernamental de Expertos sobre el Cambio Climático” [Equipo principal de redacción, R.K. Pachauri y L.A. Meyer (eds.)]. IPCC, Ginebra, Suiza, 157 pp.

IPCC (2014b) Alterações Climáticas 2014: Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade - Resumo para Decisores, Contribuição do Grupo de Trabalho II para o Quinto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas, Organização Meteorológica Mundial (WMO), Genebra, Suíça, 34 págs. (em Árabe, Chinês, Inglês, Francês, Russo e Espanhol).

IPCC, 2023: Climate Change 2023: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Core Writing Team, H. Lee and J. Romero (eds.)]. IPCC, Geneva, Switzerland, pp. 35-115, doi: 10.59327/IPCC/AR6-9789291691647

IPCC, 2023: Summary for Policymakers. In: Climate Change 2023: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Core Writing Team, H. Lee and J. Romero (eds.)]. IPCC, Geneva, Switzerland, pp. 1-34, doi: 10.59327/IPCC/AR6-9789291691647.001

LUCHESE, L. (2023) Potencial de sequestro de carbono em sistemas florestais e agroflorestais de castanheiro (*Castanea sativa* Mill.); Universidade Tecnologia do Paraná; Instituto Politécnico de Bragança; acedido em <https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/28597/1/Luan%20Luchese.pdf>; consultado a 15 de janeiro de 2024.

NUNES, L., LOPES, D., REGO, F.C., GOWER, S.T. (2013) Aboveground biomass and net primary production of pine, oak and mixed pine-oak forests in the Vila Real district, Portugal. *Forest Ecology and Management* 305: 38-47; acedido em <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0378112713003332?via%3Dihub>; consultado a 12 de janeiro de 2024

PEREIRA, H. M., DOMINGOS, T., VICENTE, L., PROENÇA, V. (2009) *Ecosistemas e Bem-Estar Humano, Avaliação para Portugal do Millennium Ecosystem Assessment*; ISBN 978-972-592-274-3; acedido em [https://www.isa.ulisboa.pt/inbio/theoeco/publications/Pereira\\_2009\\_Ecosistemas.pdf](https://www.isa.ulisboa.pt/inbio/theoeco/publications/Pereira_2009_Ecosistemas.pdf); consultado a 15 de janeiro de 2024.

RODRIGUES, S.; INÁCIO, A. P.; PROENÇA, M.; CHAINHO, L.; VIEIRA, S. (2021) Relatório do Estado do Ambiente 2020/2021. Agência Portuguesa do Ambiente; acessado em <https://sniambgeoviewer.apambiente.pt/GeoDocs/geoportaldocs/rea/REA2020/REA2020.pdf>.

SOARES, P. et al., 2015. Climate change and the Portuguese precipitation: ENSEMBLES regional climate models results. *Climate Dynamics* 45(7): 1771-1787.

SOUSA, P.; TRIGO, R.M.; PEREIRA M.; BEDIA J.; GUTIERREZ J.M. (2015) Different approaches to model future burnt area in the Iberian Peninsula. *Agricultural and Forest Meteorology* 202: 11-25. Doi: 10.1016/j.agrformet.2014.11.018 in Resolução do Conselho de Ministros n.º 130/2019, de 2 de agosto de 2019, que aprova o Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC).

TOMÉ, S. (2007) Efeito das alterações climáticas nos recursos hídricos da Bacia do Nabão. Dissertação de Mestrado em Engenharia do Ambiente apresentado à Universidade Técnica de Lisboa.